Ebenézer Soares Ferreira (Org.)

Rio de Janeiro - 2009
Editora Horizonal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

As igrejas batistas têm como sua única regra de fé e prática as Sagradas Escrituras. A Bíblia é a magna carta de Deus ao homem. É nela que os crentes baseiam-se, escoram-se, e é por ela que norteiam-se quando ao seu código de ética etc.

Embora cada crente tenha a magna carta de Deus, eles têm preparado uma Confissão de Fé ou uma Declaração, em que colocam os princípios éticos morais e as doutrinas cardiais em que se baseia a sua crença.

Este livro é o atestado de que os 19 artigos da crença dos batistas brasileiros, aqui comentados por pessoas de autoridade no assunto, são, para todos os batistas, subsídios importantes para melhor entendimento daquilo em que sua crença repousa.

O livro pode ser usado não só como um manual de consulta, mas, também, para ser estudado em classes de doutrinamento dos membros de nossas igrejas.

Tem-se dito que quem não conhece suas doutrinas está propenso a ceder à tentação e partir para outros arraiais.

O grande historiador batista, Dr. Mc Beth, autor da volumosa obra *The Baptist Heritage*, declara que os batistas, desde seus primórdios, têm sido um povo ligado às Confissões (*confessional people*) porque quer estar sempre pronto a dar resposta de sua fé a todos que lho pedirem.

Praza aos céus que esta obra venha a ser um grande veículo de propagação de nossa fé, de nossas doutrinas e contribua para a unidade de todos nós.

EXPLICAÇÕES SOBRE A DECLARAÇÃO DOUTRINÁRIA DA CBB

1. Uma declaração doutrinária é sempre necessária para a exposição da crença de algum grupo religioso. A "Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira" é, portanto, o documento que expõe, em artigos (19), o que os batistas brasileiros creem.

2. A "Declaração Doutrinária" não existe para engessar ninguém. Existe para orientar as igrejas quanto às doutrinas cardiais da Bíblia aceitas pelos batistas brasileiros.

   Nunca se pode esquecer que a Bíblia é, para os batistas, a única regra de fé e prática.

3. Há diferença muito grande entre "confissão de fé" e "credo". Nos primeiros séculos do cristianismo, foram escritos vários "credos". Os mais famosos são: "Credo dos apóstolos", "Credo Niceno" e "Credo de Atanásio".

4. Consoante o Dr. McBeth, a "confissão" afirma o que o grupo de batistas, pequeno ou grande, crê em qualquer tempo e lugar. O "credo" prescreve o que cada membro deve crer. As "confissões" incluem; os "credos" excluem.

5. A "Declaração Doutrinária", agora, aparece comentada por ilustres teólogos, homens de Deus.

6. O organizador do "Comentário à Declaração Doutrinária da CBB" teve em mira escolher teólogos que fossem representantes das missões que operam no Brasil e cooperam com a Convenção Batista Brasileira. Assim, temos: Jerry Stanley Key (representando a International Mission Board); Russel P. Shedd (representando a Conservative Mission); David Brown (representando a Baptist Mission Society); Karl Roland Jansen (representando a Missão Batista Canadense).

   Foram também escolhidos teólogos diretores de Seminários, como é o caso do Dr. Zaqueu Moreira de Oliveira (à época, diretor do STB-

Norte do Brasil); Dr. Arthur Alberto da Motta Gonçalves (à época, diretor da FTB de São Paulo); Dr. Jaziel Guerreiro (diretor da FTB do Paraná).

Além disso, foram escolhidos teólogos de grande experiência na denominação, como os doutores Nilson Dimárzio, Sebastião Ferreira, Isaltino Gomes Coelho Filho, José Carlos Torrres, Júlio de Oliveira Sanches.

Mas também contamos com teólogos jovens, como os doutores Vanderlei Marins e João Emílio Cútis Pereira.

7. Esperamos que o estimado leitor faça bom proveito das leituras de todos os comentários aqui apresentados sobre os 19 artigos da “Declaração Doutrinária da CBB”.

8. Agradecemos muitíssimo ao nosso Deus pelo trabalho do Dr. Zacarias Clay Taylor, que traduziu e divulgou, no princípio da obra batista no Brasil, a “Confissão de Fé de New Hampshire”, o que muito serviu às nossas igrejas no seu doutrinamento.

   O organizador desta obra é um dos poucos que possui o livro editado, na Bahia, pelo Dr. Z. C. Taylor sobre os batistas e que contém a referida “Confissão de Fé”.

CONFISSÕES DE FÉ

Ebenézer Soares Ferreira

Confissões de fé, temo-las muitas. Através dos séculos, foram produzidas mais de 40 confissões de fé por parte dos protestantes.

A primeira confissão de fé encontra-se em 1Coríntios 12.3, que diz: "Jesus é o Senhor". Esta é a primeira fórmula cristã de fé. É laconíssima. E para que ser mais extensa, se expressa o essencial?

Entre os protestantes, a primeira confissão de fé apareceu em 1530. É denominada "Confissão de Augsburg". É a confissão dos luteranos. Seu principal redator foi o ínclito teólogo Melancton. É conhecida como *Confessio Augustana.*

Calvino preparou, em 1559, a Confissão Galicana.

Houve outras confissões de fé escritas no século XVI, como a Helvética, a de Wurttenberg, a de Dord, a de Basel etc. A Confissão de Fé de Westminster foi publicada em 1646.

A primeira confissão de fé preparada por batistas surgiu em Londres, quando os batistas eram ainda como um filete de água descendo pela aba de uma serra. Foi em 1644. Só havia, então, sete igrejas batistas e estas se uniram para produzir o primeiro documento doutrinário que expressava a sua crença, sua doutrina. Ficou conhecida como "Primeira Confissão de Fé de Londres". Mas em 1689, os batistas escreveram a segunda confissão de fé. Foi também em Londres, Inglaterra.

Só mais tarde, em 1742, nos Estados Unidos da América que, a Associação Batista de Filadélfia publicou a "Confissão de Filadélfia", que "era idêntica à Segunda Confissão de Londres".

Oitenta e um anos depois, a Convenção Batista Estadual de Nova Hampshire publicou uma confissão de fé, contendo 18 artigos. O redator dessa confissão foi o pastor John Newton Brown. Isso ocorreu em 1833.

No Brasil, a confissão de fé adotada pelo missionário Dr. Zacarias Clay Taylor, na Primeira Igreja Batista da Bahia, logo no seu início, foi a Confis-

são de Fé de New Hampshire. Outras igrejas batistas logo seguiram-lhe o exemplo.

Entretanto, foi só em 1916 que a Convenção Batista Brasileira adotou a tradução feita por Zacarias Taylor da "Confissão de Fé de New Hampshire", que recebeu a denominação de "A Confissão de Fé dos Batistas Brasileiros". Ela vigorou por muitos anos.

Acontece que, como foram surgindo alguns problemas teológicos relacionados com a doutrina do Espírito Santo, a Convenção houve por bem nomear uma comissão idônea para preparar uma declaração doutrinária. Os componentes dessa comissão foram: José dos Reis Pereira (relator), Éber Vasconcelos, Irland Pereira de Azevedo, João Filson Soren e Manfred Grellert. Todos eles eram professores de nossos Seminários. Reis Pereira e João Soren foram professores no Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil; Irland Pereira de Azevedo foi professor no Seminário do Sul e da Faculdade Teológica Batista de São Paulo; Éber Vasconcelos foi professor na Faculdade Teológica Batista de Brasília; Manfred Grellert foi professor no Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil.

Depois de estudar bem o assunto em tela, a comissão apresentou o resultado do seu trabalho na Assembleia da CBB, realizada em 1979, com o título "Declaração Doutrinária".

O assunto "Declaração Doutrinária" foi apreciado em cada assembleia da CBB até o ano de 1986, quando, então, foi a declaração aprovada definitivamente.

Agora surgiria o assunto "Comentários à Declaração Doutrinária". Quem escreveria esses comentários? Seria uma comissão? Seria uma única pessoa?

E o tempo foi passando...

Reis Pereira, então, sugeriu que eu providenciasse a escolha dos 19 comentadores. Pus mãos à obra. Enviei cartas e, alguns, depois de terem aceitado a tarefa, escreveram-me ou telefonaram dizendo da impossibilidade de prosseguir com o trabalho. Outros foram postergando, e nunca apresentaram nada.

Assim foi que, depois de alguns anos, já tínhamos recolhido os seguintes trabalhos preparados pelos seguintes autores: Dr. Jerry Stanley Key, Dr. Russel P. Shedd, Dr. Scot Horrell, Dr. Nilson Dimárzio, Dr. David Brown, Dr. David Gomes, Dr. Arthur Gonçalves, Dr. E. Y. Mullins, Dr. Isaltino Coelho

Filho, Dr. Zaqueu Moreira de Oliveira, Dr. Silvino Carlos Figueira Netto, e um trabalho do organizador desta obra.

Ficamos, deste modo, aguardando que os outros comentadores enviassem seus trabalhos. Não foi fácil conseguir o que aí está. Alguns dos que se tinham comprometido ficaram pelo caminho. Tivemos, então, de conseguir a participação de outros comentadores.

Graças a Deus, porém, o trabalho dos comentadores iniciais não se perdeu, como se previa. São comentários preciosos. Graças a Deus por isso.

Capítulo 1

ESCRITURAS SAGRADAS

• O que diz a Declaração Doutrinária da CBB

A Bíblia é a Palavra de Deus em linguagem humana.[1] É o registro da revelação que Deus fez de si mesmo aos homens.[2] Sendo Deus seu verdadeiro autor, foi escrita por homens inspirados e dirigidos pelo Espírito Santo.[3] Tem por finalidade revelar os propósitos de Deus, levar os pecadores à salvação, edificar os crentes e promover a glória de Deus.[4] Seu conteúdo é a verdade, sem mescla de erro, e por isso é um perfeito tesouro de instrução divina.[5] Revela o destino final do mundo e os critérios pelos quais Deus julgará todos os homens.[6] A Bíblia é a autoridade única em matéria de religião, fiel padrão pelo qual deve ser aferida a doutrina e conduta dos homens.[7] Ela deve ser interpretada sempre à luz da pessoa e dos ensinos de Jesus Cristo.[8]

1. Sl 119.89; Hb 1.1; Is 40.8; Mt 24.35; Lc 24.44, 45; Jo 10.35; Rm 3.2; 1Pe 1.25; 2Pe 1.21.
2. Is 40.8; Mt 22.29; Hb 1.1,2; Mt 24.35; Lc 24.44,45; 16.29; Rm 16.25,26; 1Pe 1.25.
3. Êx 24.4; 2Sm 23.2; At 3.21; 2Pe 1.21.
4. Lc 16.29; Rm 1.16; 2Tm 3.16,17; 2Pe 2.2; Hb 4.12; Ef 6.17; Rm 15.4.
5. Sl 19.7-9; Sl 119.105; PV 30.5; Jo 10.35; 17.17; Rm 3.4; 15.4; 2Tm 3.15-17.
6. Jo 12.47,48; Rm 2.12,13.
7. 2Cr 24.19; Sl 19.7-9; Is 34.16; 2Tm 1.13.
8. Lc 24.44,45; Mt 5.22,28,32,34,39; 17.5; 11.29,30; Jo 5.39,40; Hb 1.1,2,14

• Comentário

*Jerry Stanley Key

Introdução

Os batistas brasileiros que, por intermédio de suas igrejas, cooperam com a ConvençãoBatista Brasileira têm a convicção inabalável de que as Escrituras Sagradas são a única base autêntica para sua fé e prática. A Convenção não apenas tem o direito mas a responsabilidade de dar a orientação a respeito desta e de outras doutrinas básicas e fundamentais às entidades

que cooperam com ela e, por extensão, às igrejas a ela afiliadas. Isso não implica em que a Convenção possa falar em nome das igrejas e de seus membros. Apesar de os batistas aceitarem o princípio da liberdade da alma para escolher o que creem, isso não significa que qualquer batista possa continuar como verdadeiro batista se abraçar doutrinas que negam ou contradizem posições que são historicamente batistas. Ao mesmo tempo, é preciso reavaliar, de tempos em tempos, a formulação, linguagem e exemplos das bases doutrinárias, para não se cair num tradicionalismo estéril.

Entre todas as doutrinas expostas em qualquer confissão de fé, é fundamental saber o que o povo crê a respeito da natureza, inspiração e autoridade da Bíblia. As outras doutrinas estão intimamente ligadas a essa doutrina e substanciadas por ela. Serão confiáveis as Escrituras? É essencial saber aquilo que os batistas brasileiros,afiliados à Convenção Batista Brasileira, pensam sobre essa doutrina chave para os cristãos desta e de todas as épocas!

I."A Bíblia é a Palavra de Deus em linguagem humana" — Sl 119.89; Hb 1.1; Is 40.8; Mt 24.35; Lc 24.44,45; Jo 10.35; Rm 3.2; 1Pe 1.25; 2Pe 1.25

A Bíblia tem origem divina e não é um livro qualquer, mas é uma vasta 'biblioteca' de 66 livros. Ela não "contém" a Palavra de Deus, mas "é" a Palavra de Deus em linguagem humana. Cada parte da Bíblia é uma parte daquela Palavra. Ela foi dada no contexto da cultura humana, da história humana e também da linguagem humana. A complexidade da linguagem é um dom divino designado com o propósito de comunicar a verdade. Os escritores dos livros da Bíblia, inspirados pelo Espírito Santo, escreveram pensamentos, ideias, ensinos e doutrinas, usando linguagem humana, isto é, palavras, frases e parágrafos. Embora Deus transcenda a linguagem humana, por meio dos homens inspirados, as palavras humanas se tornaram em instrumento para revelá-lo aos homens. A corrupção da cultura e linguagem humanas, por causa da natureza pecaminosa do homem, não tem impedido esta revelação. E porque a Bíblia é a Palavra de Deus em linguagem humana, ela é o único padrão infalível pelo qual todo pensamento e vida cristã devem ser medidos e julgados.

O estudo das Escrituras mostra a maneira pela qual o Espírito de Deus utilizou a instrumentalidade humana com a finalidade de levar a verdade divina em linguagem humana aos homens. É por intermédio da Bíblia que

qualquer um, com humildade e desejo de obedecer a Deus, pode ouvir aquilo que Ele disse pelos seus profetas e apóstolos, e pode compreender seus conselhos e mandamentos. Então, é necessário chegar reverentemente diante de Deus, porque por meio da Bíblia Deus fala aos seres humanos e os torna cônscios de sua presença, ações e poder.

2. "É o registro da revelação que Deus fez de si mesmo aos homens" — Is 40.8; Mt 22.29; Hb 1.1,2; Mt 24.35; Lc 24.44,45; 16.29; Rm 16.25,26; 1Pe 1.25

Deus, que em si mesmo é a verdade e fala somente a verdade, revelou-se a si mesmo por meio da Bíblia. Ela conta a história dessa atividade reveladora de Deus à medida que essa atividade se foi manifestando, desde os relatos de Gênesis até a revelação dada no livro do Apocalipse. A palavra "revelação", no Novo Testamento, significa "descobrir-se" ou "abrir" ou "tirar o véu". Normalmente, essa revelação vem pela instrumentalidade humana. Significa que Deus descobriu-se a si próprio, deixando-se ser conhecido pelos homens.

Desde o começo, Deus tem tido uma natureza comunicativa. O que sabemos dele, de seu caráter, atributos, atitudes, ações e vontade conhecemos pela atividade graciosa da revelação que tem feito. Aqueles que receberam a revelação divina reproduziram fielmente aquilo que Deus revelou a eles. Ele abriu sua mente para que compreendessem as suas verdades sobre a origem e destino dos homens. Ele lhes ensinou seus pensamentos. Ele os guiou na preservação de sua revelação na linguagem humana. Assim, a veracidade e autenticidade da Bíblia estão indelével e inseparavelmente ligadas à verdadeira natureza de Deus.

Entre outras características, essa revelação tem sua origem e iniciativa em Deus, é pessoal e vital, é necessária para levar o homem à verdade sobre Deus e sobre si mesmo, é autenticada por sinais sobrenaturais e pelo cumprimento de profecias, é histórica e objetiva, é interpretativa dos tempos em que os escritores viviam, é escrita e inspirada, é progressiva, é completa e final, e é Cristocêntrica (Broomall: *Biblical criticism,* p. 98-101).

A Bíblia, na sua totalidade, é a revelação dada por Deus. Não é o mero testemunho à revelação de Deus, nem torna-se revelação apenas no encontro do homem com ela, assim dependendo da resposta do homem para sua validade e valor.

Deus se tem revelado e manifestado sua vontade aos homens de forma progressiva. O próprio Senhor Jesus Cristo disse que os seus seguidores não conseguiriam entender as coisas mais profundas até depois de sua morte e ressurreição, quando o Espírito Santo os guiaria em toda a verdade (Jo 16.12,13). A começar com o livro de Atos (At 1.1,2), o resto do Novo Testamento tem o propósito de mostrar toda a verdade que Ele prometera revelar pelo Espírito.

O fato de a revelação ser progressiva não se refere à incapacidade de Deus para revelar-se, mas à incapacidade dos homens para receber a revelação em sua totalidade de uma só vez. Não é de se admirar, então, que o retrato de Deus no Novo Testamento seja mais completo do que no Antigo Testamento. Entretanto, o Deus do Antigo Testamento é o mesmo Deus do Novo Testamento. E no Novo Testamentoencontra-se a final e completa revelação de Deus, sendo completada no livro do Apocalipse, que significa "revelação" (Ap 1.1). Portanto, não existe outra revelação que venha depois do Antigo e do Novo Testamentos.

No Antigo Testamento, existem algumas revelações parciais e provisórias, e sempre é necessário interpretá-las à luz dos ensinos do Novo Testamento. Como exemplo, é impossível entender o livro de Levítico sem conhecer bem seu cumprimento como relata o autor da carta aos Hebreus.

Deus revelou-se a si próprio e sua verdade de várias maneiras, durante muitos séculos, sendo a última, que foi a mais elevada, importante e final, a revelação pessoal por intermédio de Seu Filho amado. O amor redentivo de Deus foi revelado pelas páginas da Bíblia, mas chegam ao seu clímax na vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo.

3. Sendo Deus seu verdadeiro autor, foi escrita por homens inspirados e dirigidos pelo Espírito Santo — Êx 24.4; 2Sm 23.2; At 3.21; 2Pe 1.21

A Bíblia é divinamente inspirada. Há nela uma grandeza espiritual e moral tal, que não se encontra em nenhum outro tipo de literatura. Ela não é a invenção ou produção dos homens, em que Deus apenas ajudou em alguma coisa ou em alguma parte. De modo nenhum veio pela sabedoria humana de alguns gênios religiosos. As palavras dos homens podem ser "inspiradoras" mas nunca "inspiradas" no mesmo sentido que as Escrituras o são. Verdadeiramente a Bíblia vem de Deus.

Ele preparou aqueles que escolheu como instrumentos para escrever as Escrituras Sagradas. Essa escolha não foi arbitrária ou caprichosa e não violou a responsabilidade humana. Cada autor teve pela fé uma experiência transformadora com Deus que mudou a sua vida. Mais tarde, cada um foi motivado, informado e guiado pela atividade específica e única do Espírito Santo de Deus. Ao mesmo tempo, todos os escritores mantiveram sua individualidade e escreveram na linguagem, estilo e da perspectiva cultural de sua época. Eles não eram meros instrumentos passivos e inconscientes do que estavam escrevendo. Assim, a inspiração que veio pelo Espírito Santo não violou a personalidade de cada um, mas usou-a ao máximo. Assim foram escolhidos, entre outros, alguns homens de profunda cultura, como Moisés, Daniel e Paulo, poetas, como Davi, um pastor de gado, como Amós, e um pescador indouto, como Pedro.

Os autores foram homens que escreveram em diferentes períodos da história ao longo de cerca de mil e quinhentos anos. Também escreveram os tipos mais variados de literatura, como a lei, a narrativa e a história, a poesia de diferentes tipos, visões proféticas, cartas pessoais, cartas universais, sermões e literatura apocalíptica. Apesar destas diferenças, a Bíblia é uma unidade dinâmica de fé, doutrina e mensagem — a mensagem da redenção. Este tema corre através de suas páginas, desde o início de Gênesis até o fim do livro do Apocalipse. É possível verificar que, utilizando a divina inspiração, Deus comunicou sua verdade por meio dos mensageiros humanos com o propósito de torná-la acessível a todos os homens em todos os lugares, Portanto, a inspiração envolveu a ajuda e orientação divinas.

O apóstolo Paulo escreveu que *"toda Escritura é divinamente inspirada* [...]" (2Tm 3.16a). A inspiração está diretamente relacionada à revelação. E essa inspiração veio por intermédio do Espírito Santo. *"Porque a profecia nunca foi produzida por vontade dos homens, mas os homens da parte de Deus falavam movidos pelo Espírito Santo"* (2Pe 1.21). O verbo traduzido por "movidos" significa ser levados ou conduzidos. Os santos homens que foram inspirados foram movidos, impelidos e conduzidos pelo Espírito Santo. Não escreveram as próprias ideias ou pensamentos. Não se detiveram em suas teorias ou filosofias de vida. Destaca-se, porém, nas Escrituras Sagradas o fato de Deus ter trabalhado de maneira singular na vida de seus escolhidos para produzir um livro único e singular, com poder singular. E este livro tem uma autoridade singular e única.

A obra do Espírito Santo é a garantia da correta recepção pelos autores e da correta transmissão aos homens da revelação de Deus. Isso deve ser reco-

nhecido pela evidência, bem como pelas afirmações dos profetas e apóstolos e do próprio Filho de Deus.

Os livros da Bíblia refletem a situação da época em que foram escritos. Neles são tratados os problemas, provações, perplexidades e dúvidas, bem como as lutas e vitórias das pessoas daquela época. Tiveram significado para a época em que foram escritos e continuam tendo o mesmo valor hoje, pois os ensinos incluem princípios divinos que são eternos, para todas as épocas e para todos os povos.

O apóstolo Paulo também comenta que falou inspirado pelo Espírito Santo (1Co 2.10-13). Repetidas vezes, a Bíblia afirma sua inspiração divina e enfatiza o fato de os mensageiros de Deus falarem e escreverem as mensagens que Deus lhes deu, que mais tarde foram colecionadas e tornaram-se parte do que é chamada a "Bíblia".

A inspiração das Escrituras pode ser confirmada de três maneiras:

1)No processo da inspiração Deus comunicou em muitas circunstâncias diretamente com seus escolhidos. Um exemplo disso são as frases, como: *"Assim diz o Senhor", "E Deus falou", "A palavra do Senhor veio", "O Senhor mandou"* e *"Deus disse".* Frases como estas são encontradas cerca de setecentas vezes somente no Pentateuco! (Ver outros textos, como: Is 42.5; 54.6,8; Ag 2.4; Zc 2.9; 7.13).

2) A inspiração também pode ser vista nos textos em que há um relato exato e correto dum acontecimento. Por exemplo, quando Satanás fala, a Bíblia relata fielmente aquilo que ele disse.

3) A inspiração também envolveu a seleção de materiais que seriam incluídos. Por exemplo, o apóstolo João escreveu: *"Jesus, na verdade, operou na presença de·seus discípulos ainda muitos outros sinais que não estão escritos neste livro"; Estes, porém, estão escritos para que creiais que Jesus é o Cristo, o filho de Deus e para que crendo tenhais vida em seu nome"* (Jo 20.30,31) (Fickett: *Baptist Beliefs*, p. 4).

Através dos séculos, as Escrituras Sagradas têm sido preservadas, muitas vezes de forma milagrosa. Durante a maior parte deste tempo, cada palavra tinha de ser cuidadosamente copiada à mão. Apesar de contratempos e perseguições terríveis e cruéis, Deus as preservou.

Então, a Bíblia que existe hoje é o fruto da autoria divina e da instrumentalidade humana, inspirada pelo Espírito Santo. É o relato, como originalmente escrito pela intenção de Deus, seu autor, que está sem erro e é *"proveitosa para ensinar, para repreender, para corrigir, para instruir em justiça; para que o homem de Deus seja perfeito, e perfeitamente preparado para toda boa obra"* (2Tm 3.16,17).

4. "Tem por finalidade revelar os propósitos de Deus, levar os pecadores à salvação, edificar os crentes e promover a glória de Deus" — Lc 16.29; Rm 1.16; 2Tm 3.16,17; 1Pe 2.2; Hb 4.12; Ef 6.17; Rm 15.4

Sem dúvida, a Bíblia é o livro mais importante que já apareceu na história da humanidade. É a Palavra certa, mesmo que os tempos sejam incertos. O Espírito Santo demonstra sua autenticidade pelo seu testemunho em nosso interior, fazendo-nos compreender seu verdadeiro significado.

Não se deve ler a Bíblia como se fosse um livro qualquer, como um livro de psicologia, sociologia, filosofia, economia, antropologia, cosmogonia, cosmologia, geometria, astronomia ou ciências políticas. A Bíblia é a Palavra de Deus, escrita para mostrar os propósitos de Deus para salvar os que creem e para edificar os que são salvos por Ele.

O único caminho para ser salvo é o caminho revelado nas Sagradas Escrituras. Por meio delas, somos ensinados o que crer e como viver. Deus deu a Sua Palavra para nos fazer sábios, para instruir nossa mente, para reavivar nosso espírito e para guiar nossos pés em todos os seus caminhos! E tudo isso é para honrar e glorificar o Deus único, que é onisciente, onipotente e onipresente.

Por ser a Bíblia a revelação das verdades espirituais, a compreensão de seus ensinos depende da sensibilidade espiritual de quem a estuda. Isso requer vida espiritual, ou seja, que o Espírito Santo de Deus habite na pessoa. É Ele quem ilumina o coração e mente para que se possa compreender as palavras escritas centenas e milhares de anos atrás. A regeneração ou nova vida em Cristo, então, é um dos pré-requisitos para que possa ser compreendida a mensagem das Escrituras em sua plenitude (1Co 1.21-25).

Para compreender a mensagem que Deus tem para nós por meio das Escrituras Sagradas são necessários muito esforço, persistência, considera-

ção e oração. Elas nunca devem ser tratadas leviana ou negligentemente. Ninguém deve estar satisfeito com o conhecimento limitado que tem de seus grandes princípios e verdades. Deus galardoará todos aqueles que honesta e fielmente buscam saber aquilo que Ele fala e ensina através de sua Palavra.

A Bíblia está cheia de promessas que somente Deus poderia fazer e cumprir, pois não há impossível para Ele. Ela é o livro que dá direção aos homens em sua peregrinação da vida. Ela nunca falha, mesmo nas horas mais escuras e atribuladas. A semente da verdade divina nela evidenciada tem o poder de crescer e transformar o mundo.

Na mensagem convencional muito eloquente que pregou por ocasião da reunião da Aliança Batista Mundial, em Londres, em 1955, o Dr. João Filson Soren, que durante mais de cinquenta anos foi pastor da Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro, compartilhou uma comovente experiência que viveu como capelão da FEB, na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. Nela, ele demonstrou a poderosa influência das Sagradas Escrituras:

> Nunca vou me esquecer daquela manhã tão fria de 23 de fevereiro de 1945. A infantaria brasileira servindo na Itália com o Quinto Exército Americano acabara sua mais sangrenta luta nos contrafortes das montanhas Apennine italianas, onde a neve do rigoroso inverno já começara a cair. Como capelão da Divisão Brasileira, eu parti em busca dos corpos dos soldados que tinham caído na batalha, e que durante os meses de inverno ficaram enterrados debaixo da neve naquela terra de ninguém. Depois de algum tempo encontrei o corpo de um jovem sargento que, desde criança, tinha participado da Escola Bíblica Dominical da Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro. Ele usara toda sua munição e os sinais evidenciavam que, enquanto estava se preparando para participar do ataque final ao objetivo, um projétil inimigo furara seu peito. Contudo, não morrera de imediato. Tivera tempo para colocar sua mão no bolso e tomar o Novo Testamento com Salmos que o capelão lhe dera, e o abrira no Salmo do Pastor. Evidentemente enquanto a morte ia chegando ele lia: "O Senhor é o meu pastor; nada me faltará". Sua cabeça então caíra para a frente e o fluxo de sangue havia colado as páginas ao rosto congelado. Naquele momento crucial o soldado que estava morrendo volveu-se para Aquele que nunca falha. (Ohm: *Golden iubilee congress,* p. 158).

5. “Seu conteúdo é a verdade, sem mescla de erro, e por isso é um ierfeitotesouro de instrução divina” — Sl 19.7-9; Sl 119.105; Pv 30.5; Jo 10.35; 17.17; Rm3.4; 15.4; 2Tm 3.15-17

Existe o relato de muitos milagres na Bíblia, mas a Bíblia em si é um grande milagre. Os cristãos desde os tempos do cristianismo primitivo têm crido que, de uma forma singular, a Bíblia é a Palavra de Deus que transmite as verdades de Deus e a vontade de Deus sem mescla de erro. Isso tem sido verdade em todas as épocas e entre todos os grupos de cristãos, mesmo que tenha havido alguns aqui e acolá que discordaram.

A crença na integridade das Escrituras Sagradas é essencial à formulação e proclamação da verdade cristã. Porque a Palavra de Deus é a verdade, sem mescla de erro, ela é a garantia de que a verdade de Deus é segura, confiável e invencível, e não se perderá.

O conteúdo das Escrituras foi escrito sob a orientação, influência e proteção de erro do Espírito Santo de Deus. Elas revelam os pensamentos e ensinos de Deus. Então, a Bíblia é a Palavra que vem de Deus. Verdadeiramente ela forma um perfeito tesouro de instrução divina.

Alguns inimigos desta posição têm feito uma caricatura dela, dizendo que, se a Bíblia está sem erro e é infalível, deve ter sido ditada por Deus a uns meros estenógrafos ou taquígrafos, como um homem de negócios dita uma carta a uma secretária. Ou seria como a mãe que conduz a mão de seu filhinho que ainda não sabe escrever. Respondemos a esta caricatura dizendo que não foi assim!

Não existe contradição no fato de Deus ter usado autores humanos, inspirados pelo Espírito Santo, e linguagem humana, mas que o fruto de seu trabalho foi a Bíblia sem erro. Naturalmente os inimigos mencionados estão zombando de qualquer um que diz crer que o conteúdo das Sagradas Escrituras é a verdade, sem mescla de erro, e que é um perfeito tesouro de instrução divina. Não devemos ser confundidos por pessoas dessa estirpe! Se a posição dessas pessoas fosse aceita, os adeptos dela teriam que dizer quais são as partes da Bíblia em que constam erros e como é possível distinguir os erros das verdades. No fim desse processo, o crítico mesmo se torna a autoridade final daquilo que aceitará ou rejeitará da Palavra de Deus.

O nosso Senhor Jesus Cristo encontrou muitas falhas nas interpretações comuns das Escrituras em sua época, mas nunca questionou as verdades do

texto bíblico em si. Pelo contrário, Ele disse no Sermão do Monte que *"até que o céu e a terra passem, de modo nenhum passará da lei um só i ou um só til, até que tudo seja cumprido"* (Mt 5.18). Logo depois de citar o texto do Antigo Testamento que se encontra em Salmos 82.6, Ele também disse que a *"Escritura não pode ser anulada".* (Jo 10.35b). Que declaração mais notável! Ninguém pode ignorar que foi o próprio Filho de Deus, o Verbo Encarnado, quem fez esta afirmação com todas as suas implicações. Ele estava dizendo que é impossível para a autoridade das Escrituras ser negada, alterada ou anulada. Afirmações assim de Jesus e de outros, encontradas na Bíblia, têm levado os cristãos a crerem que as Escrituras declaram as verdades de Deus e estão sem erro. São verdadeiramente um tesouro perfeito de instrução divina e guia fiel para nos conduzir a Deus.

O grande evangelista Billy Graham contou que, em determinado momento de seu ministério, na década de 1940, ele estava muito desanimado e triste com o que considerava ser um ministério sem os frutos desejados e prometidos por Deus. Estudando o problema, chegou à conclusão de que tudo estava ligado a algumas dúvidas contínuas sobre a inerrância e autoridade da Palavra de Deus. Disse ele que tomou uma medida que mudou o curso de seu ministério: Numa oração sincera entregou-se totalmente a Deus, pedindo que ele pudesse ter a graça de acreditar total e absolutamente na Palavra. Depois disso ele tem testemunhado que passou a pregar com muito mais convicção e poder. E a bandeira que tem levantado em suas mensagens, "A Palavra de Deus diz...", tornou-se não apenas o lema de suas cruzadas, mas um profundo compromisso com a Palavra de Deus, que é a verdade sem mescla de erro. Com esta frase, Billy Graham demonstra que aquilo que a Bíblia diz não é apenas a opinião dele, ou de um sábio dos tempos bíblicos, mas é a verdade de Deus que tem a autoridade deste mesmo Deus. Esta convicção inabalável de que na Bíblia Deus tem falado e que por isso ela possui autoridade divina, transforma o pregador, de um mero fornecedor de bons conselhos, em um verdadeiro arauto comissionado por Deus e embaixador de Jesus Cristo. Os que têm acompanhado o ministério de Billy Graham sabem como ele tem sido usado como instrumento de salvação de centenas de milhares de pessoas desde aquela época, há mais de quarenta e cinco anos! (Taylor: *Is God as good as his word?,* p. 25, e Kantzer: *The word for this century*, p. 44,45).

6. "Revela o destino final do mundo e os critérios pelos quais Deus julgará todos os homens" — Jo 12.47,48; Rm 2.12,13

As Escrituras Sagradas não revelam apenas o caminho da salvação, mas também apontam cada doutrina, dever e esperança do cristianismo. Deus tem determinado *"um dia em que com justiça há de julgar o mundo" por* Jesus Cristo, a quem tem sido dado por Deus Pai todo o poder e julgamento (At 17.31; Jo 5.22,27). O que determina o destino de qualquer um não depende de seu caráter ou de suas boas obras, nem de ser membro de uma igreja, por mais importantes que sejam estas qualidades. Depende, sim, de suas atitudes para com o pecado, de seu arrependimento, e de receber o Senhor Jesus Cristo em sua vida. (Ver também o capítulo sobre o artigo XIX da "Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira").

7. "A Bíblia é a autoridade única em matéria de religião, fiel padrão pelo qual devem ser aferidas a doutrina e a conduta dos homens" — 2Cr 24.19; Sl 19.7-9; Is 34.16; Mt 5.17,18; Is 8.20; At 17.11; Gl 6.16; Fp 3.16; 2Tm 1.13

No Brasil, durante muito tempo, os crentes evangélicos, incluindo os batistas, foram chamados de "bíblias". Isso porque amavam e andavam sempre com a Bíblia, estudavam e citavam sempre a Bíblia, e procuravam viver conforme os ensinamentos da Bíblia. Criam que a Palavra de Deus era a única suficiente regra de fé e prática. Neste aspecto, somos herdeiros desses irmãos, muitos dos quais foram perseguidos e sofreram pelas suas convicções bíblicas.

Realmente, a Bíblia é a autoridade máxima e final porque é a revelação que vem de Deus. Ela é a âncora que Deus estende a um mundo que está flutuando e indo à deriva nos mares pecaminosos, tempestuosos e violentos da vida. É o padrão para todos os fiéis, pois, por meio dela Deus se revelou. Sua confiabilidade absoluta é incontestável. Ela é ou deve ser a autoridade final na vida de indivíduos, famílias, igrejas, denominações e suas entidades, e sociedades. Toda e qualquer opinião em matéria de religião deve ser examinada e julgada pela fidelidade aos seus ensinos. Martinho Lutero apelou a esta ideia em sua luta com Roma. Ele ofereceu retirar o que tinha dito se seus opositores pudessem mostrar pelas Escrituras os seus erros. E por isso eles nem tentaram fazê-lo, pois apelavam a outra autoridade que colocavam acima da Palavra de Deus.

Biblicamente, não é possível colocar outra autoridade ou tradição no mesmo nível ou acima das Escrituras Sagradas. Toda e qualquer outra autoridade deve ser subordinada a elas. Não existe força nenhuma ou poder humano, ou qualquer autoridade eclesiástica que tenha o direito de mudar, tirar, colocar, acrescentar, distorcer, perverter ou rejeitar a Palavra de Deus. Ninguém deve construir o próprio sistema ou autoridade. Qualquer substituto às Escrituras Sagradas, em que existe uma mudança de doutrina, ordenança, governo ou condição de ser salvo desonra a Deus e é uma tragédia para os homens, desviando-os da verdade de Deus.

Então, todo o ensino, doutrina e comportamento precisam ser avaliados, medidos e julgados pela Palavra de Deus. A Bíblia é o guia completo e confiável quanto às questões vitais relacionadas a Deus e à sua relação com os homens. Qualquer que prega outro evangelho é amaldiçoado e é anátema (Gl 1.8,9), e os filhos de Deus precisam se proteger dele e evitá-lo (1Tm 6.3-5).

É preciso que o crente se dedique de corpo e alma ao estudo da Palavra de Deus. É preciso examiná-la (Jo 5.39), estudá-la, meditar nela, deixá-la apontar os seus erros e pecados e agir em sua vida. "Ou este livro me fará evitar o pecado ou o pecado me fará evitar este livro", dizia Moody. Quando reverentes e obedientes procuramos pôr em prática seus ensinos, podemos evitar cair na tentação e nos afastar de Deus.

Estuda-se a Bíblia para conhecer a Deus, para conhecer mais sobre si mesmo e sobre a vontade de Deus em cada situação da vida. Quando não se conhece a Palavra, os seres humanos abrem-se para todo tipo de erro. Jesus mesmo disse: *"Porventura não errais vós em razão de não compreenderdes as Escrituras nem o poder de Deus"?* (Mc 12.24). A Bíblia não deve ser colocada numa estante para ficar ali, mas precisa estar todos os dias em nossas mãos e em nosso coração, orientando-nos em nosso caminhar. Por certo o crente sincero amará a Palavra de Deus e procurará deixar o Senhor dirigir a sua vida de acordo com seus ensinos.

8. "Ela deve ser interpretada sempre à luz da pessoa e dos ensinos de Jesus Cristo" — Lc 24.44,45; Mt 5.22,28,32,34,39; 17.5; 11.29,30; Jo 5.39,40; Hb 1.1,2; Jo 1.1,2,14

As Escrituras Sagradas testificam de Jesus Cristo. Cada um que se submete à autoridade de Deus estará pronto para ouvir a Sua Palavra nas Escrituras e aprender dele e, assim, chegará a Jesus Cristo. O próprio Jesus disse que são elas que testificam a seu respeito (Jo 5.39).

Toda a Bíblia se centraliza em Cristo, que "é o *mesmo, ontem, e hoje, e eternamente*" (Hb 13.8). Ele é a chave para poder compreender a mensagem das Escrituras. Os seus ensinos e a Sua vontade para os seus seguidores estão preservados nas Escrituras Sagradas. E Jesus Cristo aceitou e ensinou a revelação bíblica como a Palavra de Deus com toda a autoridade. Para Ele, as Escrituras devem ser aceitas, cridas e obedecidas.

Porque Jesus Cristo veio justamente na época em que veio na história, a Bíblia se divide em Antigo e Novo Testamentos. Tudo que foi escrito, inspirado por Deus antes de sua vinda, foi a preparação para que Ele viesse e é a revelação de Deus no Antigo Testamento. Tudo que foi escrito, inspirado por Deus, depois de sua vinda ao mundo tornou-se o Novo Testamento.

A suprema e completa revelação de Deus está em Cristo Jesus, nos dias de sua encarnação histórica. Ele verdadeiramente é o filho de Deus (Hb 1.1,2), que veio salvar o povo dos seus pecados (Mt 1.21, Lc 19.10, Jo 3.16). O Espírito Santo utiliza a Bíblia para dar a compreensão e a motivação necessárias para crer no Senhor Jesus Cristo e ser salvo. Não há revelação além de Cristo. O alvo dos homens deve ser o de compreender mais e mais o significado da revelação em Cristo!

Uma ilustração de como a mensagem de Cristo pode transformar vidas encontra-se na história de Jacob Deshazer. Ele se considerava ateu quando participou de um ataque aéreo dos Aliados sobre o Japão, no dia 18 de abril de 1942. O avião em que ele estava foi derrubado e ele foi capturado e preso. Jacob viu dois de seus amigos sendo mortos a tiro e outro morrer de fome. Durante longos meses na prisão, ponderou sobre a razão de tanto ódio em seu coração e no coração dos japoneses. Um dia pediu uma Bíblia. Finalmente, um guarda japonês jogou o livro sagrado na cela onde Jacob estava. Jacob passou muito tempo lendo a Palavra de Deus, durante várias semanas. Ficou convencido, aceitou seus ensinos e acabou pedindo que Jesus Cristo entrasse em sua vida e o salvasse. Agora era uma nova criatura em Cristo. Em 1945 foi libertado e voltou aos Estados Unidos. Deus o convocou para a obra missionária. Em 1956, Jacob voltou ao Japão, agora não mais como membro das forças armadas, mas como um soldado de Cristo, para pregar as boas-novas de salvação àqueles que antes eram objeto de seu ódio (Hastings: *The christian faith and life,* p. 11).

Conclusão

Nós, batistas brasileiros, somos uma comunidade de fé, unidos pelas convicções compartilhadas. Temos uma bagagem comum de doutrinas que definem a nossa postura denominacional. Não pedimos desculpas por nos identificarmos e as nossas doutrinas com a Palavra de Deus. Temos o compromisso de ouvir a voz de Deus por meio de Sua Palavra e de nos sujeitarmos aos seus ensinos.

As Escrituras Sagradas hoje continuam demonstrando a energia, dinâmica e poder de Deus. Seus ensinos são tão válidos agora como em qualquer época. Precisamos delas para nossa orientação. Elas têm as respostas para a nossa problemática de vida e todas as nossas necessidades. Os princípios universais e eternos nelas contidos nunca passarão. São um guia fiel em todas as experiências da vida.

Se alguém levantar a bandeira da liberdade de consciência de qualquer indivíduo para interpretar a Bíblia a seu modo, deve ser lembrado também que este direito individual é acompanhado de responsabilidade e também da integridade doutrinária. Esta integridade doutrinária deve ser prezada e preservada, pois foi herdada de um contingente de grandes servos de Deus do passado que se chamavam batistas e que se sacrificaram para nos dar esse legado.

É claro que ninguém é infalível como intérprete. Às vezes existem duas ou mais interpretações possíveis de uma passagem da Bíblia. Nunca se deve unir a ideia da Bíblia sem mescla de erro com um só sistema de interpretação e acusar aqueles que não concordam com aquela interpretação de heréticos. Um exemplo aqui seria a interpretação de passagens com ensinos escatológicos relacionados ao milênio. Seria correta a interpretação do premilenismo histórico? (Eu diria que sim, mas outros diriam que não!) Ou do premilenismo dispensacionalista? Ou do amilenismo? Existem batistas que são reconhecidamente competentes no estudo do Novo Testamento e advogam uma dessas posições. E ainda são bons batistas!

Deve ser respeitado o direto de cada um de buscar a direção de Deus na interpretação das Escrituras. Se, porém, alguém, em sã consciência, não pode crer e aceitar a posição doutrinária de sua igreja e denominação, ele deve procurar outro lugar que esteja mais de acordo com seu pensamento e interpretação das Escrituras. Se aceitar a Bíblia como a Palavra de Deus, como norma para sua fé e prática, e discordando apenas em algumas ques-

tões de interpretação de algumas doutrinas que são caras a nós batistas, não questionaremos a sua salvação. Ele sairá como nosso irmão em Cristo e lamentaremos a sua saída. Um bom exemplo aqui seria o daquele que aceita as doutrinas fundamentais dos pentecostais, com a interpretação que eles dão ao batismo no Espírito Santo, a consequente experiência de falar em línguas estranhas, a garantia da cura divina por meio da obra redentora de Cristo, e a possibilidade de perder a salvação. Outro exemplo seria o de alguém que decide batizar bebês ou trocar a imersão pela aspersão. Estes, obviamente, não seriam mais batistas, pois já teriam deixado de crer em doutrinas que os batistas creem ser claramente ensinadas na Bíblia.

Uma palavra de apreciação e de agradecimento está sempre em ordem quando se pensa naqueles que, em amor e pelo amor, têm dedicado sua vida a ensinar as verdades das Sagradas Escrituras. Cada crente precisa conscientizar-se de que o fato de Deus nos dar a Sua Palavra, revelando-se a Si mesmo por meio dela, é apenas o meio pelo qual se pode viver de acordo com a exortação do grande apóstolo das gentes: "E *isto peço em oração: que o vosso amor aumente mais e mais no pleno conhecimento e em todo o discernimento, para que aproveis* as coisas *excelentes, a fim de que sejais sinceros, e sem ofensa até o dia de Cristo; cheios do fruto de justiça, que vem por meio de Jesus Cristo, para glória e louvor de Deus*" (Fp 1.9-11).

Sim. Cremos na absoluta, suprema e inalterável autoridade das Escrituras Sagradas. São fidedignas e confiáveis. Que não deixemos a decisão de preservar e defendê-la apenas às atas e arquivos da nossa querida Convenção Batista Brasileira e à sua Declaração Doutrinária, mas que continuemos a manter firmes estes ensinos preciosos acerca da Palavra de Deus quando existem ventos de mudanças teológicas em muitos cantos do Planeta Terra.

A Bíblia declara que a vida terrestre é passageira, mas que a Palavra do Senhor permanece para sempre (Is 40.7,8 e 1Pe 1.24, 25). Temos um alicerce na Palavra de Deus que é santa, viva e eterna. É a mensagem de Deus para você e para mim! Glória a Deus! Aleluia!

Referências bibliográficas:

BOW, J. G. *What baptists believe and why they believe it.* Nashville: The Sunday School Board of the Southern Baptist Convention, s.d., p. 3-5.

BROOMALL, Wick. *Biblical criticism*. Grande Rapids: Zondervan Publishing House, 1957, p. 11-112.

BUSH, L. Russ. "Trust Baptist People", *Baptist standard*. 04/06/1980, p. 2.

BUSH, L. Russ e NETTLES, Tom J. *Baptists and the Bible*. Chicago: Moody Press, 1980.

Chicago Statement on Biblical Inerrancy, The Oakland: International Council on Biblical Inerrancy, s.d. (uma cópia está no livro de Harold LINDSELL, *The Bible in balance*. Grand Rapids: Zondervan Publishing Company, 1979, p. 366-371).

CONNER, W. T. *Doctrina cristiana*. Trad. Adolfo Robleto. El Paso: Casa Bautista de Publicaciones, s. d., p. 35, 36.

CRISWELL, W. A *A Bíblia para o mundo de hoje*. Trad. Waldemar W. Wey. Rio de Janeiro: JUERP, 1968.

FICKETT, Harold L. *Baptist beliefs*. Nashville: Broadman Press, s. d., p. 3-8.

HASTINGS, Robert J. *The christian faith and life* (Teacher's Book). Nashville:

Broadman Press, 1965, p. 11-17.

HOBBS, Herschel H. *Os fundamentos de nossa fé*. Trad. Waldemar W. Wey. Rio de Janeiro: JUERP, 1960, p. 13-26.

________*What baptists believe*. Nashville: Broadman Press, 1964, p. 61-65.

JANAIT, Ilgonis. *ABC doutrinário*. Rio de Janeiro: JUERP, 1970, p. 33-38.

KANTZER, Kenneth S. "The authority of the Bible". In: TENNEY, Merrill C., ed. *The word for this century*. London: Lutterworth Press, 1960, p. 21-51.

LANGSTON, A B. *Esboço de teologia sistemática*. 3. Ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1951, p. 22-30.

LIMA, Delcyr de Souza. *Doutrinas fundamentais dos batistas*. Rio de Janeiro:

JUERP, s. d., p. 7-11.

LUPKIN, William L. *Baptist confessions of faith*. Chicago: The Judson Press, 1959.

MULLINS, Edgard Y. *Creencias Bautistas*. Trad. Jaime C. Quarles. Buenos Aires: Junta Bautista de Publicaciones, 1952, p. 20-25.

___________ *The christian religion in its doctrinal expression*. Nashville:

Broadman Press, 1952, p. 41, 137-164.

OHRN, Arnold T., ed. *Golden jubilee congress* (Official Report of the Baptist World Alliance). London: Cary Kingsgate Press, 1955, p. 158.

OLFORD, David L-, comp. *A Passion for preaching.* Nashville: Thomas Nelson Publishers, 1989, p. 37-55.

PERRY, Lloyd M. e CULVER, Robert D. *How to search the scriptures.* Grand Rapids: Baker Book House, 1967, p. 11,17,40-82.

STRONG, Augustus Hopkins. *Systematic theology.* Valley Forge, PA: The Judson Press, 1962, p. 111-242.

TAYLOR, G. Aiken. "Is God as Good as His Word?" *Christianity Today.* 4/02/1977, p. 22-25.

TAYLOR, William Carey. *Doutrinas.* Rio de janeiro: JUERP, 1952, p. 35-43.

TRIBBLE, H. W. *Nossas doutrinas.* 3. Ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1957, p. 9-19.

* Jerry Stanley Key. Doutor em Teologia. Professor, por trinta e cinco anos, de Homilética, no Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil. Professor visitante do Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil, para o Curso de Doutorado. Missionário da International Mission Board. Autor do livros: *José da Silva* e *O preparo e a pregação do sermão.*

CAPÍTULO 2

DEUS

• O que diz a Declaração Doutrinária da CBB

O único Deus vivo e verdadeiro é Espírito pessoal, eterno, infinito e imutável; é onipotente, onisciente e onipresente; é perfeito em santidade, justiça, verdade e amor.[1] Ele é o Criador, sustentador, redentor, juiz e senhor da história e do universo, que governa pelo seu poder, dispondo de todas as coisas, de acordo com o seu eterno propósito e graça.[2] Deus é infinito em santidade em de todas as demais perfeições.[3] Por isso, a ele devemos todo amor, culto e obediência.[4] Em sua triunidade, o eterno Deus se revela como Pai, Filho e Espírito Santo, pessoas distintas mas sem divisão em sua essência.[5]

1. Dt. 6.4; Jr. 10.1; Sl 139; 1Co 8.6; 1Tm 2.5,6; Êx 3.14; 6.2,3; Is 46.15; Mt 6.9; Jo 4.24;
2. 1Tm 1.17; Ml 3.6; Tg 1.17; 1Pe 1.16,17
3. Gn 1.1; 17.1; Êx 15.11-18; Is 43.3; At 17.24-26; Ef 3.11; 1Pe 1.17
4. Êx 15.11; Is. 6.2; 57.15; Jó 34.10
5. Mt 22.37; Jo 4.23,24; 1Pe 1.15,16

Mt 28.19; Mc 1.9-11; 1Jo 5.7; Rm 15.30; 2Co 13.13; Fp 3.3

1. DEUS PAI

Deus, como Criador, manifesta disposição paternal para com todos os homens.[1] Historicamente, ele se revelou primeiro como pai ao povo de Israel, que escolheu consoante aos propósitos de sua graça.[2] Ele é o Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, a quem enviou a este mundo para salvar os pecadores e deles fazer filhos por adoção.[3] Aqueles que aceitam a Jesus Cristo e nele creem são feitos filhos de Deus, nascidos pelo seu Espírito, e, assim, passam a tê-lo como Pai celestial, dele recebendo proteção e disciplina.[4]

1. Is 64.8; Mt 6.9; 7.11; At 17.26-29; 1Co 8.6; Hb 12.9
2. Êx 4.22,23; Dt 32.6-18; Is 1.2,3; 63.16; Jr 31.9
3. Sl 2.17; Mt 3.17; 17.5; Lc 1.35; Jo 1.12
4. Mt 23.9; Jo 1.12,13; Rm 8.14-17; Gl 3.26; 4.4-7; Hb 12.6-11

2. DEUS FILHO

Jesus Cristo, um em essência com o Pai, é o eterno Filho de Deus.[1] Nele, por ele e para ele, foram criadas todas as coisas.[2] Na plenitude dos tempos, ele se fez carne, na pessoa real e histórica de Jesus Cristo, gerado pelo Espírito Santo e nascido da virgem Maria, sendo, em sua pessoa, verdadeiro Deus e verdadeiro homem.[3] Jesus é a imagem expressa do seu Pai, a revelação suprema de Deus homem.[4] Ele honrou e cumpriu plenamente a lei divina e revelou e obedeceu toda a vontade de Deus.[5] Identificou-se perfeitamente com os homens sofrendo o castigo e expiando a culpa de nossos pecados, conquanto ele mesmo não tivesse pecado.[6]

Para salvar-nos do pecado, morreu na cruz, foi sepultado e ao terceiro dia ressurgiu dentre os mortos e, depois de aparecer muitas vezes a seus discípulos, ascendeu aos céus, onde, à destra do Pai, exerce o seu eterno sumo sacerdócio.[7] Jesus Cristo é o único Mediador entre Deus e os homens e o único e suficiente Salvador e Senhor.[8] Pelo seu Espírito, ele está presente e habita no coração de cada crente e na igreja.[9] Ele voltará visivelmente a este mundo em grande poder e glória, para julgar os homens e consumar sua obra redentora.[10]

1. Sl 2.7; 110.1; Mt 1.18-23; 3.17; 8.29; 14.33; 16.16, 27; 17.5; Mc 1.1; Lc 4.41; 22.70; Jo 1.1,2; 11.27; 14. 7-11; 16.28
2. Jo 1.3; 1Co 8.6; Cl 1.16,17
3. Is 7.14; Lc 1.35; Jo 1.14; Gl 4.4,5
4. Jo 14.7-9; Mt 11.27; Jo 10.30,38; 12. 44-50; Cl 1.15,19; 2.9; Hb 1.3
5. Is 53; Mt 5.17; Hb 5.7-10
6. Rm 8.1-3; Fp 2.1-11; Hb 4.14,15; 1Pe 2.21-25
7. At 1. 6-14; Jo 19.30,35; Mt 28.1-6; Lc 24.46; Jo 20.1-20; At 2.22-24; 1Co 15.4-8
8. Jo 14.6; At 4.12; 1Tm 2.4,5; At 7.55,56; Hb 4.14-16; 10.19-23
9. Mt 28.20; Jo 14.16,17; 15.26; 16.7; 1Co 6.19
10. At 1.11; 1Co 15.24-28; 1Ts 4.14-18; Tito 2.13

3. DEUS ESPÍRITO SANTO

O Espírito Santo, um em essência com o Pai e com o Filho, é pessoa divina.[1] É o Espírito da Verdade.[2] Atuou na criação do mundo e inspirou os homens a escreverem as Sagradas Escrituras.[3] Ele ilumina os homens e os capacita a compreenderem a verdade divina.[4] No dia de Pentecostes, em cumprimento final da profecia e das promessas quanto

à descida do Espírito Santo, ele se manifestou de maneira singular e irrepetível, quando os primeiros discípulos foram batizados no Espírito, passando a fazer parte do Corpo de Cristo que é a igreja. Suas outras manifestações, constantes no livro Atos dos Apóstolos, confirmam a evidência da universalidade do dom do Espírito Santo a todos os que creem em Cristo.(5) O batismo no Espírito Santo sempre ocorre quando os pecadores se convertem a Jesus Cristo, que os integra, regenerados pelo Espírito, à igreja.(6) Ele dá testemunho de Jesus Cristo e o glorifica.(7) Convence o mundo do pecado, da justiça e do juízo.(8) Opera a regeneração do pecador perdido.(9) Sela o crente para o dia da redenção final.(10) Habita no crente.(11) Guia-o em toda a verdade.(12) Capacita-o para obedecer à vontade de Deus.(13) Distribui dons aos filhos de Deus para a edificação do corpo de Cristo e para o ministério da Igreja no mundo.(14) Sua plenitude e seu fruto na vida do crente constituem condições para a vida cristã vitoriosa e testemunhante.(15)

1. Gn 1.2; Jó 23.13; Sl 51.11; 139.7-12; Is 61.1-3; Lc 4.18,19; Jo 4.24; 14.16,17; 15.26; Hb 9.14; 1Jo 5.6,7; Mt 28.19
2. Jo 16.13; 14.17; 15.26
3. Gn 1.2; 2Tm 3.16; 2Pe 1.21
4. Lc 12.12; Jo 14.16,17,26; 1Co 2.10-14; Hb 9.8
5. Jl 2.28-32; At 1.5; 2.1-4; Lc 24.29; At 2.41; 8.14-17; 10.44-47; 19.5-7; 1Co 12.12-15
6. At 2.38,39; 1Co 12.12-15
7. Jo 14.16,17; 16.13,14
8. Jo 16.8-11
9. Jo 3.5; Rm 8.9-11
10. Ef 4.30
11. Rm 8.9-11
12. Jo 16.13
13. Ef 5.16-25
14. 1Co 12.7,11; Ef 4.11-13
15. Ef. 5.18-21; Gl 5.22-23; At 1.8

• Comentário

*J. Scott Horrell

**Russel P. Shedd

Em qualquer religião, o conceito de Deus é o absoluto sobre o que tudo o mais se baseia. Assim, nosso pensamento sobre o Ser Supremo, em boa parte, define a nossa cosmovisão, ou seja, torna-se a estrutura pela qual interpretamos o mundo. A partir da ideia de Deus (teísta, panteísta ou ateísta),

definimos o que é o ser humano, qual a base da sua personalidade, seu lugar no universo, o que é bom e o que é mau, se o universo é "justo" etc. Por essa razão, é de primeira e suprema importância que o cristão conheça a revelação do verdadeiro Deus. Nada é mais central. Embora o cristianismo clássico englobe uma pluralidade de perspectivas em várias doutrinas, não abre — e não pode abrir — mão sobre quem é o Deus da Bíblia. Tirar a verdade sobre Deus é como tirar o fio que segura as pérolas de um colar caríssimo. O que separa as seitas heréticas da verdadeira fé cristã são ensinos deturpados e sub-bíblicos sobre o Deus Trino. Não é por acaso que o artigo II da Declaração Doutrinária é muito mais completo do que os outros artigos.

No entanto, o Deus da Bíblia jamais pode ser apenas um conceito religioso ou fundamento filosófico. Embora os fatos sobre a natureza e a pessoa de Deus tenham base objetiva nas Sagradas Escrituras, sabermos dados sobre esse Deus não basta. Conhecê-lo é imperativo para que o ser humano adore, ame e submeta-se ao Senhor do universo. A autorrevelação divina tem justamente esse fim: que os seres humanos, criados à imagem dele, entrem em relacionamento pessoal, precioso, consagrado, submisso com o Deus infinito e pessoal — o Pai, o Filho e o Espírito Santo.

A maioria das exposições sobre Deus começa com os atributos de Deus (a natureza divina) e depois elaboram como esse único Deus se revela como Três Pessoas. O artigo II segue essa ordem, e a nossa elaboração também. Observamos, porém, que Deus não se revela como uma lista de atributos ou um bloco de essência cósmica em que as pessoas divinas existem num nível secundário. A Bíblia afirma claramente que há um só Deus, mas, também, que Três Pessoas dinamicamente manifestam todos os atributos divinos. Por isso, destacaremos a dimensão trinitariana nos atributos divinos.

Os atributos divinos

Um "atributo" de Deus é uma característica intrínseca à sua pessoa; faz parte da natureza (ou essência) divina. Nessa parte do artigo II, Deus é descrito primeiro como ele é, em sua grandeza, com suas vastas realidades e capacidades (as quais, na teologia clássica, foram chamadas "atributos incomunicáveis"). Depois, continuamos com as suas perfeições morais ("atributos comunicáveis"), também admiráveis e gloriosas. E por último, vemos Deus como Santa Trindade. Uma vez que o artigo II é extenso e já está com mais de 150 passagens bíblicas, incluiremos poucas referências bíblicas novas, exceto na parte trinitariana.

A grandeza de Deus: as vastas realidades divinas

Porque Deus, por ser Deus, está tão além da nossa capacidade de o conceituar, é preciso que ele se revele em maneiras que nós possamos entender. Se o Senhor não se revelasse por meio de palavras e de formas finitas — na encarnação de Jesus Cristo, em títulos bíblicos como "Pai", "Consolador" etc. —, ele seria em grande parte inconcebível para nós. Na sua graça, porém, o verdadeiro Deus revela-se em maneiras que, por um lado, até uma criança pode entender. Por outro, seus mistérios ultrapassam de longe a sabedoria dos filósofos. Como cristãos, a base absoluta do nosso conhecimento de Deus é a sua Palavra. E dessas Escrituras entendemos o Ser Divino na seguinte maneira:

1. *Infinito* — Deus é infinito em tudo o que ele é, em tudo o que ele escolhe ser. O Deus da Bíblia não é infinito em *tudo,* pois assim Deus seria tanto infinitamente mau quanto infinitamente bom (panteísmo). Ele é infinito em todos os seus atributos, no que Ele é. Se não for infinito, não é Deus.

2. *Eterno — O* Senhor é eterno. Jamais foi criado, não tem princípio ou fim. A palavra *eterno* leva pelo menos dois significados na Bíblia. Um quer dizer "para sempre". Os anjos e os seres redimidos viverão para sempre, têm princípio, mas não têm fim. O nascido de novo recebe "vida eterna", vida qualitativa na presença do Senhor e vida quantitativa que nunca terminará. Quando falamos de Deus, o conceito de *eterno* significa que ele está *além* do tempo, acima de tudo que nós experimentamos como dias e anos e milênios. Toda criação existe dentro de alguma dimensão de tempo — com passado, presente e futuro. Faz parte das dimensões da existência finita, seja na terra, ou seja no céu, ou no inferno (Ap 22.2). Entretanto, o Deus Pai, Filho e Espírito Santo existem eternos, acima do tempo, ainda que na sua misericórdia entrem e atuem no tempo com a sua criação.

3. *Autoexistente, Vivo, Criador* — Deus é vida em si, a fonte de toda existência. Fica implícito que esse Deus único existe como *autoexistente* e *autossuficiente.* Não depende de nada para a própria existência ou para seu bem-estar. Não precisa criar coisa nenhuma para se realizar ou estar completo. Sendo autossuficiente, Deus dá livremente a existência para toda a criação. Ele é o *Criador* e *Sustentador* de tudo que é finito. Foi por sua plenitude e amor que Deus criou os céus e a terra, os anjos e os seres humanos. Ao mesmo tempo, esse Deus — de quem procede toda existência — não é confuso ou misturado com a sua criação. A criação existe distinta de Deus, como sua arte, mas ela depende do Criador para sua existência.

4. *Único* — Há um só Deus. O cristianismo é monoteísta. Embora haja poderes malignos que usurpem o lugar de Deus (Satanás é chamado "o deus desse mundo"), não há outros deuses verdadeiros. Na Bíblia, a palavra *Deus* geralmente significa (1) Deus em natureza ou (2) Deus como uma pessoa — geralmente o Pai, mas às vezes o Filho e o Espírito (Jo 1.1,2). A confissão cristã é que há Três Pessoas chamadas Deus, mas não há três Deuses. Além de pessoalmente habitar uma na outra *(perichoresis),* as Três Pessoas são unidas pela igualdade da sua natureza, ou seja, das suas características divinas. Assim falamos da unidade (ou simplicidade) da essência divina. Que Deus é um.

5. *Pessoal* — Talvez o mais significante de tudo seja que Deus é infinitamente *pessoal.* E não apenas pessoal, mas *tripessoal.* Passando pelas Escrituras, descobrimos que o Pai pensa, o Filho pensa e o Espírito Santo pensa. O Pai escolhe, o Filho e o Espírito também escolhem. Os três sentem amplas e profundas emoções. Comunicam-se um com o outro. Amam-se mutuamente. Cada um se dá pelo outro, sem ferir a alta ordem da Trindade. Logo, descobrimos muitas atividades básicas que nós experimentamos como seres humanos (excetuando o pecado) que refletem o que Deus também é. Porque fomos criados à imagem de Deus, temos a base para firmar a pessoalidade humana e para vivermos na plenitude de relacionamentos pessoais com o Criador e com outros seres humanos.

6. *Imutável* — Como Três Pessoas, Deus está em relação ativa consigo mesmo e também com a sua criação. A natureza divina em si, porém, não muda. Deus não está em processo ou se aperfeiçoando. Sendo perfeito quanto à sua natureza, o Ser Divino permanece sempre o mesmo. Ainda que o Deus Filho, através da encarnação, tenha assumido uma natureza humana (para sempre), sua natureza divina não muda. Porque toda a criação foi criada centrípeta ao seu caráter, se Deus não fosse imutável no seu Ser, os fundamentos e as leis do universo estariam em jogo.

7. *Espírito* — Cerca de cinco vezes a Bíblia diz que Deus é invisível e espírito *(cf.* Jo 4.24; 1Tm 6.15). Não só o Espírito Santo, mas também o Pai e o Filho possuem naturezas espirituais, ou seja, são espírito na sua essência. Por outro lado, dezenas de vezes a Bíblia fala de Deus (Pai, Filho e Espírito) manifestando-se em formas visíveis — seja no trono no céu (Is 6.1-6; Dn 7.9-13; Ap 4-6) ou aqui na terra (Gn 32.30; Êx 24.9-11; Nm 14.14; Jo 1.18; Lc 3.22). Alguns interpretam tais passagens como metafóricas. Outros dizem que, embora Deus seja espírito por natureza, cada membro da Trindade pode tomar forma finita (sem se limitar a tal forma) para se revelar, seja no céu, ou seja na terra.

8. *Onipresente* — Sendo espírito e infinito por natureza, Deus é todo-presente. A presença de Deus é apresentada por meio de várias lentes nas Escrituras. De uma perspectiva, Deus Pai, Filho e Espírito Santo são presentes só para si mesmos, acima e além de toda sua criação. Assim, Deus é *transcendente,* separado da sua criação. De uma outra forma, Deus está presente na dimensão do céu. Junto com os anjos, os remidos também adorarão àquele que está assentado no seu trono e ao Cordeiro. Ainda outra forma da presença divina é na pessoa histórica de Jesus. O Verbo que se encarnou estava com Deus e era Deus. Também o Espírito Santo é Deus — a pessoa divina presente — atuando em nossa vida, em nossas igrejas e no mundo. Às vezes, sentimos a presença especial do Senhor em nossa vida, outras vezes, não. Isso, entretanto, não quer dizer que Deus não esteja presente, apenas que ele não está se manifestando (ou nós não o estamos percebendo). O inferno *(geena)* é chamado um lugar "fora da presença de Deus". A Palavra, no entanto, revela que Deus pessoalmente sustenta toda a existência, pressupostamente o inferno também. Se não, nada existiria. Diremos então que Deus está presente no sentido de sustentar até o inferno, mas não está presente no sentido de exercer seu favor. A fé cristã declara, então, que Deus é *transcendente* e *imanente,* ou seja, acima de tudo e, ao mesmo tempo, presente em tudo.

9. *Onisciente* — Deus sabe de tudo. Não há nada que Deus não saiba, nem as trilhões de possibilidades do que pode acontecer. Ele conhece o nosso coração, nossos pensamentos, todo passado, todo presente e, de certa forma, todo o futuro. Pela presciência de Deus, os cristãos foram eleitos (1Pe 1.2). Enfim, o "acaso" não fica atrás de Deus (e se fosse assim, o acaso seria Deus). É verdade que, na sua humanidade, Jesus às vezes se limitou no seu conhecimento. Contudo, as milhares de profecias bíblicas afirmam que Deus, na sua onisciência, sabe do futuro e é soberano sobre o futuro, assim como sobre o passado.

10. *Onipotente* — Que Deus é todo-poderoso quer dizer que não há nada que Deus não possa fazer. Um ateu famoso perguntou se Deus poderia criar uma pedra tão grande que ele não pudesse levantar. Uma pedra, entretanto, é finita por definição, e Deus é infinito. Se for finita (se for infinita não será uma pedra), então Deus pode levantá-la. Então, tal pergunta é um jogo de palavras. É absurda. Fora da sua vontade, não há limites para o que Deus pode fazer. Embora haja mistérios na atuação da vontade de Deus no universo, devemos cuidar de não colocar limites quanto ao conhecimento e ao poder de

Deus. Ele é livre e soberano sobre a história. Conquanto não seja a primeira causa de tudo que acontece (ou seria tão mau quanto bom), Deus, de alguma forma, predestina "todas as coisas" (Ef 1.11). É o Senhor da história e do universo, dispondo de todas as coisas de acordo com o seu eterno propósito e graça. Ele é completamente Deus.

A perfeição moral de Deus: seu caráter admirável e glorioso

O Senhor é perfeito em tudo. No seu caráter pessoal, palavras não são suficientes para comunicar como Deus é maravilhoso, belíssimo, extremamente atraente. São os atributos morais do Criador que definem a estrutura moral do universo: o que é reto versus o que é distorcido, o justo versus o injusto, o bom versus o mau. Porque Deus é Trindade, cada atributo revela-se ainda mais glorioso, sendo-se manifestado em pluralidade.

1. *Verdade, Verdadeiro, Fiel* — A Bíblia não somente afirma que o Senhor é o único e verdadeiro Deus, mas que Ele é *a verdade.* A palavra *verdade* na linguagem bíblica implica não apenas o que é *real*, mas o que é *certo,* de caráter puro, digno e perfeito. Assim, Deus, o verdadeiro, é autocoerente e íntegro. Não se pode negar. Jamais escolheria fazer algo ilógico, contraditório ou discordante diante de sua natureza. A Bíblia diz que o Pai é verdade (Jo 17.3), o Filho é a verdade (Jo 14.6) e o Espírito é o Espírito da verdade (Jo 16.13). Assim, o Deus Trino é fiel em tudo. Sua Palavra e suas promessas não falharão. Nossa confiança nele é completamente justificada.

2. *Sábio* — Conhecendo tudo, Deus é infinitamente sábio. Sabe o que é melhor. Sabe o fim desde o princípio, o que resultará em maior valor, significado e profundidade na história humana (diante dos seus planos). Os Testamentos declaram que o Deus Pai é sábio (Rm 11.33; 16.27), Jesus Cristo é "a sabedoria de Deus" para nós (1Co 1.24,30; Cl 2.3; *cf.* Pv 8.22-31) e o Espírito Santo é o Espírito de sabedoria (Is 11.2; 1Co 2.13; Ef 1.23). A história não é tudo que vemos. Ainda quando andamos pelo vale da sombra da morte, por trás, o Senhor está atuando na plenitude da sua sabedoria.

3. *Santo, Justo, Juiz de tudo* — O Senhor é santíssimo, infinitamente puro, perfeito e reto no seu caráter. O que é bom e justo é o que é conforme a sua natureza. O que é moralmente mal deturpa e viola o que é conforme seu caráter. Logo, a santidade de Deus é o padrão diante do que tudo é medido e julgado. A santidade de Deus é vista por meio da Lei Mosaica no Antigo

Testamento, por intermédio do impecável Jesus Cristo e pela "lei do Espírito", com suas dezenas de mandamentos no Novo Testamento. Vemos que o Pai é santo (Is 6.3; 1Pe 1.15), o Filho é santo (At 2.27; Ap 3.7) e o Espírito é pelo próprio nome *santo.* Um aspecto da santidade de Deus é sua justiça, a administração imparcial de juízo contra o pecado. Sendo o Absoluto Moral do universo, Deus, por natureza, é obrigado a julgar, punir e castigar tudo o que se desvia do bom. Porque o pecado é contra a Santa Trindade e tudo que é bom e reto, Deus atua pessoalmente na sua ira santa e justa.

4. *Amor, Graça, Misericórdia* — O amor divino *(ágape) é* a afeição e o desejo para o bem estar do outrem. É a vontade para o bem e não para o mal do outro. Do mesmo modo como o Senhor é santo, também é amor (1Jo 4.8). Deus ama o mundo (Jo 3.16), ama seu Filho e seus filhos (Jo 17.23), e é benigno até para com os ingratos e maus (Lc 6.35,36). A partir desse amor, Deus atua em graça e misericórdia no mundo. Graça é o amor livremente dado para alguém que não o merece. Embora manifestado em milhares de maneiras, o amor de Deus foi comprovado na cruz.

Um Deus que é monopessoal (uma pessoa só) pode ser justo ou misericordioso, mas não pode ser os dois. Ou Deus é justo, julgando todo pecado, ou Deus perdoa, mostrando misericórdia. Se perdoa, não é mais justo. E se julga, não é misericordioso. Esse é o grande dilema do islamismo. Romanos 3.26 proclama que o Deus da Bíblia é "o Justo e o Justificador". Por ser Três Pessoas, Deus pode ser absolutamente Justo e, ao mesmo tempo, pode pagar o preço que sua justiça exige. E ainda mais, como Espírito, pode atuar no coração dos homens iluminando-os ao seu estado condenado e à graça de Deus em Cristo. Ou seja, o Deus Trino é o Santo Juiz, o Sacrifício Completo e o Aplicador Misericordioso da nossa redenção.

A santa trindade: confissão fundamental da fé cristã

No artigo II da Declaração Doutrinária, temos visto os preciosos atributos de Deus, com algumas implicações para a nossa vida. Além disso, já nos referimos à triunidade do Ser divino, sem defini-la. Entretanto, como é que entendemos esse Deus de três em um e um em três? É um absurdo matemático como alguns afirmam? Ou um Deus "monstro" conforme o denomina Joseph Smith, profeta infalível dos mórmons?[1] O artigo II insiste: "Em sua

1. Joseph Smith, *Teachings of the Prophet Joseph Smith*, ed. J. Smith (Salt Lake City UT: Deseret Press, 1943) 372.

triunidade, o eterno Deus se revela como Pai, Filho e Espírito Santo, pessoas distintas, mas sem divisão em sua essência". Por que cremos assim? De uma forma abreviada, traçamos os fundamentos bíblicos dessa doutrina.

1. *Deus É Um* — O Antigo e o Novo Testamentos afirmam que Deus é *um* (Dt 6.4; Is 45.21-22; Tg 2.19). O Senhor declara: "[...] Antes de mim deus nenhum se formou, e depois de mim nenhum haverá" (Is 43.10) e, de novo, "Eu sou o SENHOR, este é o meu nome; a minha glória, pois, não a darei a outrem[...]" (42.8). Primeiro, observamos que, conforme o testemunho do próprio Senhor, é impossível ter mais do que um Deus — simplesmente não existem subdeuses. E sua glória Ele não dá a outrem. Segundo, a palavra hebraica "um" *('echadh)* vem da ideia de "unidade composta" *(c f.* Gn 2.24 e Mt 19.5,6 – "uma carne"; Nm 13.23; Ez 37.17). A palavra "somente um, solitário, sozinho" *(yachidh)* nunca é usada para Deus.

2. A *Pluralidade Pessoal de Deus no Antigo Testamento* — Enquanto o AT insiste em afirmar que Deus é *um,* contra o politeísmo daquela época, outras vezes parece apresentar mais do que uma pessoa como Deus. Em momentos importantes, Deus aparentemente fala no plural ("nós", Gn 1.26; 3.22; 11.7; Is 6.8). Dois dos três nomes mais usados para Deus no AT ficam em formas plurais: *Elohim* ("Deus", lit. "os poderosos") e *Adonai* ("Senhor", lit. "*meus* Senhores"). E há dezenas de outros usos do nome de Deus no plural com verbos no singular e vice-versa. Embora haja várias explicações, esses fatos continuam mistérios para todos. Além disso, existem vários agentes divinos. Algumas vezes esses agentes são vistos como o próprio Deus, outras vezes como distintos de Deus: o Espírito Santo, a Palavra *(dobar)* de Deus, a Sabedoria de Deus (Pv 8.22-31) e o Anjo do Senhor (Êx 3.2-15). Ainda mais, diversos textos falam do Messias como Deus: "um menino nos nasceu [...] seu nome será [...] *Deus Forte,* Pai da Eternidade". *Deus Forte é* uma palavra somente usada para Deus no AT (Is 9.6; e veja outros textos Sl 45.6,7; 110.1; Is 45.21-25; 48.16; Dn 7.13,14; Zc 12.10; Ml 3.1,2). No período intertestamentário, essa ambiguidade pessoal do Deus único foi muito discutida entre os judeus.

3. A *Revelação em Jesus Cristo* — No Novo Testamento, desde a conceição virginal de Jesus, os títulos "Salvador", "Deus conosco", "Filho do Altíssimo" e "Deus unigênito" são usados para Ele. O Verbo que estava com Deus e era Deus, é quem criou e quem sustenta toda a criação (Jo 1.1-3; Cl 1.15-17; Hb 1.1-3). Observamos que, se o Deus Filho fosse criado, ele teria de criar a si mesmo (o que é impossível). É esse "Deus" que comprou a igreja com o pró-

prio sangue (At 20.28), que aceitou adoração como Deus (Mt 2.8-11; 14.33; 28.9,17), que tem autoridade para perdoar pecados (Lc 7.48) e até para enviar o Espírito Santo (Jo 15.26). É o Filho que sempre subsistia em forma de Deus (Fp 2.6), que sempre tinha glória junto com o Pai "antes que houvesse mundo" (Jo 17.5) e de quem é dito que "nele habita corporalmente toda a plenitude da divindade" (Cl 2.9). Junto com o Pai, Jesus Cristo é chamado "o Alfa e o Ômega, o primeiro e o último, o princípio e o fim" (Ap 22.13; *cf.* 1.8 e Is 44.6). Quem glorifica o Filho glorifica o Pai; quem ama o Filho ama o Pai. Ao Cordeiro junto com o Pai pertence "o louvor, e a honra, e a glória, e o domínio pelos séculos dos séculos" (Ap 5.13). E claramente Jesus Cristo é chamado Deus (Jo 20.28; Rm 9.5). Contudo, como visto no AT, Deus não dá a sua glória para outrem, e não houve Deus antes nem haverá depois do único verdadeiro Deus.

4. O *Espírito Santo* — O Espírito Santo é mencionado pelo menos cem vezes no AT, e 261 vezes, no NT. No AT, o Espírito normalmente parece como apenas Deus atuando, outras vezes como alguém distinto de Deus. Muito mais no NT, vemos o Espírito como pessoa plena, com inteligência (1Co 2.10-13), vontade (12.11; At 8.29) e emoções (Ef 4.30). Ele é o "outro Consolador" igual ao Filho (Jo 14.16); é chamado de Deus (At 5.3,4,9; 2Co 3.17,18). O Espírito também criou o mundo (Gn 1.2; Sl 33.6), gerou Jesus (Lc 1.35), inspirou a Palavra de *Deus* (2Tm 3.16; 2Pe 1.20,21), regenera o nascido de novo e habita nele agora como "templo" de *Deus* (1Co 6.19). O ser humano pode até blasfemar contra o Pai e Jesus Cristo, mas não se blasfema contra o Espírito Santo sem consequências eternas e horríveis (Mt 12.31). Nas palavras de Calvino, "Todos os atributos específicos de Deus são atribuídos a ele, assim como ao Filho". Concluímos que a pessoa do Espírito Santo é Deus, da mesma natureza do Filho e do Pai.

5. As *Três Pessoas Juntas* — Há mais do que 40 textos no NT onde o Pai, o Filho e o Espírito Santo estão juntos, sem uma ordem específica, mas sempre com papéis definidos [(2)] — sem falar de passagens trinitarianas inteiras *(c f.* Ef 1.1-14, Gl 3.11-14). Especialmente em João, vemos o Pai amando o Filho, honrando o Filho, glorificando o Filho. Por outro lado, o Filho ama, obedece e glorifica o Pai. E o Espírito, em vez de glorificar a si mesmo, vive para glorificar o Filho e para revelar a glória do Pai. Há Três Pessoas de divindade igual, em relacionamento profundamente íntimo. Ainda mais, cada pessoa penetra e habita na outra *(perichoresis),* sem confundir as distinções de cada pessoa: o

---

2 Veja Mt 28.19; Jo 15.26; At 2.38,39; Rm 14.17,18; 2Co 13.14; Ef 4.4-6; 2Ts 2.13,14; 1Tm 3.4- 6; Hb 10.29-31; 1Pe 4.14; 1Jo 4.2,3; Jd 20-21; Ap 1.4,5; veja também Is 48.16; Zc 12.10.

Espírito é o Espírito do Pai e o Espírito de Cristo; o Pai está no Filho e o Filho no Pai *etc.* (Jo 14.9-11; 17.21-23). Contudo, há também ordem (hierarquia) de função: o Pai é a fonte e planejador de todas as coisas; aquele que ama o mundo, atuando por meio do Verbo, o Filho, que assumiu a natureza humana como Redentor e intermediário entre o homem e Deus (Pai), agora à destra do Pai. E o Espírito Santo procede do Pai e do Filho para dar vida e embelezar a criação; para convencer o mundo do pecado, da justiça e do juízo, e para atuar na igreja. Assim, o Filho e o Espírito são os dois braços do Deus missionário, alcançando o mundo. Enfim, a igreja do NT — apesar de não formalizarem verbalmente a doutrina — já era trinitariana na sua compreensão básica e na sua experiência de Deus.

6. *História* — Depois da perseguição dos primeiros séculos à igreja, a primeira doutrina que recebeu atenção foi da Trindade (Concílio de Niceia, 325), já que os arianos insistiam em que Jesus era um subdeus. Uma vez que os termos do texto bíblico eram difíceis de ser definidos, e porque os arianos distorceram a linguagem bíblica, os pais da Igreja tiveram de inventar certas palavras para melhor articular o ensino das Escrituras. Baseadas na Bíblia, todas as igrejas verdadeiramente cristãs no decorrer da história têm afirmado essa doutrina central da fé: Deus existe como Três Pessoas da mesma natureza divina (essência). O Pai, o Filho e o Espírito manifestam todos os atributos divinos. Todos são chamados Deus e Senhor, mas há um só Deus e um só Senhor.

7. *Significado* — Embora haja mistério na autorrevelação de Deus como Santa Trindade, é esse entendimento que é a chave da cosmovisão bíblica do universo. Nas pessoas da Trindade, temos a base da nossa pessoalidade finita. Porque Deus pensa, escolhe, sente emoções, comunica-se, ama e se dá ao outro, é criativo, sabe o bem e o mal *etc.*, nós, que fomos criados à imagem divina, temos a estrutura para viver como pessoas nesse mundo. Ainda mais, sendo Três Pessoas, Deus em si é o modelo das relações humanas — em família, na igreja local e na sociedade — onde há igualdade de natureza, mas distinção de função. No nível cósmico, a unidade e a diversidade de toda criação agora tem significado, porque Deus engloba diversidade em unidade em si: cada pessoa e cada coisa (os particulares) têm seu lugar significante no universo e, ao mesmo tempo, são todos unidos na organização do universo e no plano divino.

8. *Adoração* — O fato é que a Santa Trindade não precisa ser adorada por sua criação. Entretanto, fomos criados para vê-la e entendê-la, para entrar em comunhão com esse Deus pela fé em Jesus Cristo. Somente assim atri-

buímos ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo a glória que eles merecem. Diferente de outras religiões, o Deus Trino não é egocêntrico. A glória do Deus da Bíblia é uma glória compartilhada, o Pai deleitando-se no Filho, o Filho no Pai, o Espírito no Filho e no Pai. E esse Deus Trino nos convida a entrar nessa plena comunhão por meio de Jesus Cristo. Quanto mais conhecemos o Deus da Bíblia, mais somos impelidos a adorá-lo e glorificá-lo. "E nesta Trindade, não há nada antes ou depois, nada maior ou menor, mas todas as pessoas são coeternas umas com as outras, e coiguais. Então em todas as coisas [...] ambos Trindade em unidade, e unidade em Trindade, devem ser adoradas." *(Credo de Atanásio, c.* 430)

Deus, o Pai

Segundo a Bíblia, Deus, como Pai, é o modelo de toda paternidade porque Ele é o iniciador e Criador (1Co 8.6). Paulo ajoelha-se diante do "[...] Pai, de quem toma o nome toda família, tanto no céu como sobre a terra [...]" (Ef 3.14,15). Ele é o Pai arquetípico. O significado da palavra "pai" tem sua origem nele e Sua relação com Suas criaturas, especialmente os homens que foram criados em sua imagem e semelhança (Gn 1.26,27). O amor que Deus tem pelo mundo deve ser um amor paterno (Jo 3.16; At 17.26-29).

O Pai é quem planeja tudo, de modo que, tanto a eleição como a predestinação dos futuros filhos Seus, são atribuídas a Ele (Ef 1.4,11). O Seu pré-conhecimento de pessoas (Rm 8.29; 1Pe 1.2) quer dizer que Ele não somente as ama, como também age soberanamente em todas as situações que afetam a sua salvação (Rm 8.29,30; Jo 6.44).

Ele é o Pai de nosso Senhor Jesus Cristo (Sl 2.7; Ef 1.3; 1Pe 1.3). O Pai gera o Filho desde toda a eternidade. A relação de Pai e Filho, portanto, nunca começou, mas sempre existiu. O Pai ama o Filho e ambos se glorificam mutuamente (Jo 15.9; 17.4,5). Quando Jesus falou do Seu Pai em particular, reconhecemos que esse relacionamento é de parceria e união essencial, enquanto Sua paternidade em relação ao Seu povo é de criação e adoção. Jesus Cristo é o Logos (Verbo) eterno e consubstancial com o Pai (Jo 1.1). Essa união hipoestática da natureza de Jesus Cristo com o Pai tornou possível a salvação dos homens. Se Jesus não fosse humano, não poderia morrer, e, se não fosse divino, Sua morte não teria valor infinito. Paulo disse que Deus derramou Seu sangue para nos remir (At 20.28). Isto não quer dizer que o Pai morreu, mas que Ele "estava em Cristo reconciliando consigo o mundo" (2Co 5.19).

O Filho se subordina ao Pai que é o Cabeça (1Co 11.3). O fato de que Jesus orava para o Pai mostra a hierarquia dentro da Trindade. O Filho obedece ao Pai perfeitamente. Vemos Jesus rogando ao Pai para afastar dele o cálice (Mt 26.42). O Filho não conhece o dia de Sua volta para a terra, mas o Pai sabe (Mt 24.36 e At 1.7). Foi o Pai que exaltou a Jesus levantando-o dentre os mortos (Ef 1.20) e o designando “Filho de Deus” (Rm 1.4). O Pai exaltou a Jesus sobremaneira como Senhor e Cristo *(Messias)* (Atos 2.36). Deu-lhe um nome acima de todo nome e fará dobrar todo joelho diante dele (Fp 2.9-11). O reino que o Pai deu para o Filho fica sob o poder de Jesus Cristo até que Ele tenha posto todos os inimigos debaixo dos Seus pés, incluindo a morte. Depois de sujeitar todas as coisas a si mesmo, o “próprio Filho se sujeitará àquele que todas as coisas lhe sujeitou [...]” (1Co 15.27,28).

Deus era Pai de Seu povo Israel, no Antigo Testamento, porque o elegeu e fez um pacto com ele (Êx 4.22,23; Dt 32.6; Is 63.16). Nenhum israelita, porém, podia aproximar-se de Deus individualmente, como filho. Foi esse novo sentido que Jesus trouxe para os que, pela fé, estão em Cristo e, consequentemente, são filhos de Deus. Tendo recebido o Espírito de adoção. Ele testifica com nosso espírito que somos filhos de Deus. Baseado nesse espírito de adoção clamamos “Abba, Pai” (Rm 8.15,16). O relacionamento de filhos humanos com o Pai celestial implica em privilégios e responsabilidades. Como filhos, temos o direito de orar para o Pai, em nome de Jesus. A promessa de recebermos uma resposta deve-se à glória que o Pai recebe no Filho (Jo 14.13).

A vinda do Espírito Santo é a promessa do Pai enviado em resposta à oração de Jesus (At 1.4; Jo 14.16).

Os santos têm direito à proteção do Pai porque eles estão em Cristo e, portanto, ocultos em Deus (Cl 3.3).

Como filhos, temos direito ao ensino com que Deus instrui o Seu povo (Jo 6.45; 1Ts 4.9). Isso implica, não somente a instrução verbal, mas também a disciplina e correção por todos os meios que Ele escolher (Hb 12.5,6).

O privilégio de conhecer e “ver” o Pai reserva-se unicamente aos que se aproximam pelo Filho (Jo 14.6-11).

Jesus proibiu a colocação do título de “pai” em qualquer líder religioso para não ferir a relação única que existe entre os filhos e seu Pai celeste (Mt 23.9).

Concluímos que a paternidade de Deus manifesta-se em três níveis: em relação ao Filho, Jesus Cristo, em relação aos cristãos regenerados e em relação a toda a humanidade.

Deus, o Filho

Jesus Cristo participa plenamente da mesma essência *(homo ousios)* com o Pai, sem começo e sem fim. Ele é "o mesmo ontem, hoje e para sempre" (Sl 110.1; Jo 1.1; Hb 13.8). Ele pre-existiu eternamente (Jo 1.1-3; 8.56-58; Fp 2.6; Hb 1.2) e, portanto, "Ele é antes de todas as coisas [...]" (Cl 1.17). Ele existe em pé de igualdade com o Pai, sendo a mais perfeita expressão e imagem dele (Cl 1.15). O Filho é "unigênito", indicando que Ele não foi criado como foram os anjos. O significado de Ele ser eternamente gerado (expressão de Orígenes) sempre será um mistério para nós. No aspecto humano, entendemos a declaração "Tu és meu Filho, hoje te gerei" como uma referência à ressurreição (Sl 2.7; Hb 1.5; 5:5; Rm 1.4). A declaração "Mas acerca do Filho diz: O teu trono, *ó* Deus, é para todo sempre [...]" (Hb 1.8) contradiz qualquer restrição à eternidade de Jesus Cristo.

Por meio de Jesus Cristo foram criadas todas as coisas (Jo 1.3; Cl 1.16,17; Hb 1.2). Além de ser o agente divino da criação, todas as coisas foram criadas para Ele. Desta forma, Ele é o herdeiro da criação. O fato de que Ele é o Primogênito comunica esta verdade (Cl 1.15).

Muitas profecias do A.T. preanunciaram a primeira vinda de Jesus. Falam de Sua pessoa e obra. Ele cumpriu plenamente a esperança que os profetas escreveram acerca de alguem que seria rei (Zc 9.9), profeta (Dt 18.15,18) e Sacerdote (Sl 110.4; Hb 7.17).

Na plenitude dos tempos, Jesus Cristo, o eterno Logos de Deus, tornou-se carne (Jo 1.14) por meio do Espírito Santo que fertilizou um ovo no ventre da virgem Maria (Mt 1.20-25; Lc 1.31-35; Gl 4.4). Nasceu como criança única na história porque foi perfeito homem e verdadeiro Deus. Veio em semelhança de carne pecaminosa (Rm 8.3), sem a contaminação do pecado original. Como o Último Adão, foi essencial que Jesus participasse conosco plenamente em nossa humanidade com um corpo semelhante ao nosso. Desse modo, Ele podia conduzir muitos filhos à glória (Hb 2.10) por causa de Sua identificação em carne e sangue com os homens. Como o "unigênito Deus" (Jo 1.18), Jesus Cristo revelou a sabedoria e amor de Deus em forma compreensível.

Sua natureza humana foi tão real, que Ele também podia sofrer tentações em todas as coisas (Hb 4.15). Sua participação em nossa carne humana implicou em fraquezas, como cansaço, fome e sede. Mesmo assim, nunca deixou de cumprir perfeitamente a vontade de Deus, guardando Sua lei sem qualquer falha.

Concluímos, portanto, que as seguintes afirmações são bíblicas:

1) Nosso Senhor teve um corpo humano e alma racional.

2) Possui a natureza divina no sentido pleno da palavra.

3) Sendo de duas naturezas — divina e humana —, ele foi e continua sendo uma só pessoa.

4) Sem pai humano, Jesus foi concebido miraculosamente, sem natureza pecaminosa.

Jesus Cristo nasceu para revelar a Deus em Sua justiça perfeita e também para morrer. Sua morte na cruz foi vicária, um sacrifício substitutivo (Is 53.6; 1Co 15.3; Hb 9.14; 10.10). Pelo Seu sangue vertido na cruz, Deus justifica pecadores gratuitamente (Rm 3.24). O sangue de Cristo serve como propiciação para todos os que, pela fé, se entregam a Ele (Rm 3.25). Nele, temos a redenção, quer dizer, o pagamento total da culpa dos nossos pecados (Ef 1.7). A lei de ordenanças, bem como a dívida de culpa perante Deus, foi cravada na cruz (Cl 2.14), anulando qualquer exigência de conseguir a salvação pelas obras da lei. Como não há remissão de pecados sem o derramamento de sangue (Hb 9.13), por Seu sangue, Ele comprou "[...] para Deus os que procedem de toda tribo, língua, povo e nação" (Ap 5.9, ARA). Pela redenção na cruz ficamos livres (Gl 5.1,13).

A cruz de Cristo também marcou a derrota das forças satânicas, principados e potestades, triunfando sobre eles (Cl 2.15). Por Sua morte, Ele garante a derrota de Satanás e destituição de todo o seu poder sobre a morte dos filhos de Deus (Hb 2.14).

A ressurreição de Jesus Cristo em corpo glorificado, visível e palpável, cumpriu as profecias do A.T. e foi confirmado por muitas testemunhas (1Co 15.3-8). Após a ressurreição, Jesus Cristo continua sendo Deus-homem, eternamente exaltado em corpo espiritual. Esse corpo é material e visível. Jesus comeu com Seus discípulos após a Sua ressurreição (Atos 1.4) e convidou Tomé a pôr seu dedo nas feridas (Jo 20.27). Esse corpo foi reconstituído com propriedades distintas do corpo que foi posto no túmulo de José. Esse corpo é incorruptível (1Co 15.42-44). A ressurreição ocorreu para provar as reivindicações de Jesus e garante nossa justificação (Rm 4.25).

Nosso Senhor Jesus é o único Mediador entre Deus e os homens (1Tm 2.4,5). Ele é o único que nos dá acesso ao Pai (Jo 14.6). Somente invocando e confessando o Seu nome podemos ser salvos, se crermos em Sua ressurreição (Rm 10.9). Só em nome de Jesus podemos orar e ser atendidos por Deus para que o Pai seja glorificado no Filho (Jo 12.13). Jesus ascendeu para a destra do Pai, onde Ele exerce o Seu eterno sumo sacerdócio (Atos 1.6-14; Hb 2.17). Ele salva totalmente os que por Ele se chegam a Deus, porque vive sempre para interceder por eles (Hb 7.25).

Aos que em Jesus Cristo confiam e a Ele recebem, Deus dá o privilégio de serem filhos de Deus (Jo 1.12). A regeneração é efetuada pelo Espírito Santo que é o Espírito de Cristo e do Pai. O Espírito de Cristo habita no coração de cada crente genuinamente salvo pela graça. É membro do Seu Corpo, que é a Igreja dos santos. A Igreja pertence a Cristo que a edifica (Mt 16.18). Ele forma a Igreja pelo batismo no Espírito (1Co 12.13). Esta Igreja é descrita de muitas maneiras no N.T. Ela é a verdadeira videira, incluindo tronco e ramos. A Igreja é o templo santo de Deus, habitação de Deus pelo Espírito (1Co 3.11; Ef 2.20-22; 1Pe 2.4-7). Uma igreja que realmente confia na obra salvadora de Jesus, e vive de acordo com os Seus preceitos reflete a presença de Cristo (Gl 4.19). Esta é a finalidade da obra redentora de Jesus (Rm 8.29).

Jesus Cristo, pelo Espírito, habita no coração daqueles que O obedecem e O amam (Jo 14.23). Todos os que com Ele morreram e ressuscitaram espiritualmente podem afirmar como Paulo: "Cristo vive em mim" (Gl 2.20). Todos os que com rosto desvendado pela fé contemplam a glória de Cristo nas Escrituras são transformados, de glória em glória, na Sua imagem, pelo poder do Espírito (2Co 3.18). Quando a palavra de Cristo habita no crente ricamente, o fruto do Espírito aparece, qualidades essas que manifestam o caráter de Cristo (Gl 5.22,23; 4.19; Cl 3.16).

Jesus Cristo voltará visivelmente a este mundo em grande poder e glória. Nessa ocasião, Ele completará a salvação dos remidos (Rm 5.9,10; 8.23). Os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro e os vivos serão transformados instantaneamente, recebendo corpo igual ao de Cristo (1Ts 4.13-18; 1Co 15.52). Ele regerá as nações com vara de ferro e as despedaçará (Sl 2.8,9). Ele julgará os santos, distribuindo galardões para os que O serviram (2Co 5.10). Julgará os incrédulos segundo as suas obras e os condenará às penas eternas do inferno (Ap 20.11-19).

Deus, o Espírito Santo

Um em essência com o Pai e o Filho, o Espírito Santo é pessoa divina e eterna. Sendo o Espírito da verdade (Jo 16.13,14-17; 15.26), Ele garante a veracidade das Escrituras que Ele inspirou, isto é, a Bíblia inteira (2Tm 3.16; 2Pe 1.21). Agiu na criação do universo junto com o Pai e o Filho (Gn 1.2). Ele atua no mundo formando a nova criação também, convencendo pecadores do seu pecado, da justiça e do juízo (Jo 16.8-10). Ele possibilita o arrependimento dos iníquos e cria o desejo pela salvação. Sem a ação do Espírito Santo não haveria iluminação para entender corretamente as Escrituras nem convicção da culpa do pecado, diante de Deus.

A descida do Espírito Santo sobre Jesus, na ocasião do Seu batismo, cumpriu as Escrituras e marcou o começo da nova criação fundamentada no Senhor Jesus Cristo. Foi o início da nova etapa na história da salvação que culminou na vinda do Espírito, no Dia de Pentecostes. Existe um paralelo direto no significado da descida do Espírito sobre Jesus e sobre a Igreja embriônica no Pentecostes. Foi nessa ocasião que a Igreja foi balizada no Espírito, formando o Corpo de Cristo e inaugurando a nova aliança. O Espírito outorga poder à Igreja para testemunhar de Jesus Cristo e guerrear contra o pecado e o domínio satânico (Atos 1.8; 26.18).

João Batista anunciou que o batismo de Jesus envolveria dois elementos: o Espírito Santo e o fogo. Lucas explica que o fogo representa o juízo que caiu sobre Jesus na cruz (Lc 12.49s). O castigo do pecado do Seu povo caiu sobre Ele (Is 53.6). O batismo com o Espírito Santo foi o cumprimento da profecia de João. Assim, cumpriu-se a profecia de Joel que profetizou que Deus derramaria o Seu Espírito sobre toda a carne (2.28,29). Deve-se entender, então, que, em Atos, cada vez que o Espírito Santo cai sobre novos crentes, cumpre-se a missão de Jesus batizando novos membros dentro do Seu corpo. O Dia de Pentecostes não se repete. A nova aliança foi inaugurada nessa data. Quando Pedro disse "[...] caiu o Espírito Santo sobre eles [os gentios], como também sobre nós, no principio" (Atos 11.15; cf. v. 17, ARA), quer dizer que o batismo com o Espírito Santo ocorreu quando eles creram. A vida cristã inicia-se assim. Paulo também afirma que "em um Espírito, todos nós fomos balizados em um corpo" (1Co 12.13).

A promessa central de Deus na nova aliança é a concessão do Espírito Santo. "Pois para vós outros é a promessa, para vossos filhos e para todos os que ainda estão longe, isto é, para quantos o Senhor, nosso Deus, chamar" (Atos 2.39, ARA). Judeus e gentios, ao serem balizados por Jesus no Espírito Santo são integrados no Corpo de Cristo, a Igreja.

O batismo em água deve integrar o novo crente na igreja visível e local. O batismo no Espírito Santo incorpora o regenerado na Igreja invisível. Batismo em água pressupõe a regeneração, mas não a garante. Batismo no Espírito marca a passagem da morte para a vida. Assim, o novo nascido é transferido do império das trevas para o reino de Jesus Cristo (Cl 1.13). Ele é incorporado no Espírito tendo saído da "carne" (Rm 8.9). Segundo Paulo, Deus nos salvou "mediante o lavar (batismo) regenerador e renovador do Espírito Santo" (Tt 3.5).

Outra maneira de descrever esse ato de Jesus Cristo batizando crentes pode ser visto na frase "[...] fostes selados com o Santo Espírito da promessa [...]" (Ef 1.13; 4.30). Esta selagem com o Espírito comunica a segurança eterna de todos os que o Espírito Santo batiza e incorpora na família genuína de Deus. "Nos selou e nos deu o penhor do Espírito em nosso coração" (2Co 1.22). Esta ação do Senhor comprova que Seu batismo no Espírito altera permanentemente o estado daquele que esteve em Adão, e o põe em Cristo: "[...] se alguém está em Cristo, é nova criatura; as coisas antigas já passaram; eis que se fizeram novas" (2Co 5.17; Cl 1.13, ARA).

Um dos argumentos mais fortes que Paulo usou contra os judaizantes em Gálatas transparece na pergunta "[...] recebestes o Espírito pelas obras da lei ou pela pregação da fé? [...] tendo começado no Espírito, estejais, agora, vos aperfeiçoando na carne?" (Gl 3.2,3, ARA). Não é possível começar e nem continuar crescendo na vida cristã sem a atuação graciosa do Espírito. Ele ilumina o coração para torná-lo sensível às realidades eternas (Ef 1.18). Faz brilhar a luz do evangelho no coração, possibilitando a conversão (2Co 4.4).

O Espírito Santo glorifica a Jesus Cristo, principalmente pela Sua obra santificadora. Ele é o agente da santificação, tornando crentes obedientes ao Senhor (1Pe 1.2). Os santos de Corinto, antes da conversão, cometeram crimes graves, mas a operação do Espírito criou uma nova maneira de pensar e agir: "[...] mas vós vos lavastes, mas fostes santificados, mas fostes justificados em o nome do Senhor Jesus Cristo e no Espírito do nosso Deus" (1Co 6.11, ARA). O Espírito habitando individualmente nos cristãos, cria unidade. Eles têm a incumbência de manter essa unidade (Ef 4.3).

A santificação, operada pelo Espírito, não se realiza sem lutas e esforço da parte dos regenerados. A carne (natureza adâmica que se inclina para o pecado) luta contra o Espírito no coração do crente. O Espírito outorga a vitória ao cristão que sinceramente busca o seu poder para vencer a tentação e conquistar o poder sobre o pecado.

O poder santificador do Espírito mostra-se no fruto que Ele produz: "amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, domínio próprio "(Gl 5.22,23). O amor de Deus, de fato, derrama-se no coração dos regenerados (Rm 5.5). Este "fruto" corresponde à "imagem de Cristo" que Deus reproduz na vida dos que contemplam, no espelho da Palavra de Deus, a glória do Senhor. São transformados de "glória em glória, na sua própria imagem, como pelo Senhor, o Espírito" (2Co 3.18).

O Espírito grava Sua lei no coração dos que estão em Cristo (Rm 8.2). A justiça de Deus manifesta-se naqueles que são guiados pelo Espírito (Rm 8.14,15). Testifica com o espírito do crente que ele é filho e tem direito de chamar Deus de "Abba" (Pai amado).

O enchimento do Espírito descreve-se de duas maneiras, em Atos. Em 2.4, todos os que participaram inicialmente do batismo no Espírito foram cheios do Espírito. Baseado em Atos 4.8,31; 7.55, percebe-se que o enchimento vai e vem. Evidentemente, foi uma unção temporária para arcar com desafios temporários e ocasionais.

Em Atos 6.3,5, Lucas apresenta o enchimento do Espírito como uma realidade permanente que caracteriza alguns cristãos obedientes e alegres em plena comunhão com Jesus Cristo. Nesse sentido, Paulo exorta os efésios a serem sempre cheios do Espírito (5.18, presente contínuo no grego).Os dons do Espírito *(charismata,* "operações de graça") são concedidos a membros da igreja para edificar o Corpo de Cristo e ministrar a Palavra para o mundo (Rm 12.6-8; 1Co 12.7-11, 28,29; Ef 4.11; 1Pe 4.10,11). O Espírito distribui os dons de acordo com a Sua vontade (1Co 12.11). Os dons espirituais dependem do Espírito para sua eficácia. Manifestações tais como línguas, interpretações, curas, profecias e discernimento de espíritos podem ser realizados por poderes malignos. Por isso, é imprescindível que se teste os "espíritos se procedem de Deus" (1Jo 4.1).

Os dons não edificam a igreja se não forem exercitados com amor. Nenhum dom tem valor ou benefício espiritual se não for motivado pelo amor (1Co 13.1-3). Exercer os dons sem amor *(ágape) é* ser criança imatura. Paulo usa a comparação de sua meninice: "Quando eu era menino, falava como menino, pensava como menino; quando cheguei a ser homem, desisti das coisas próprias de menino" (1Co 13.11). Somente o amor edifica, enquanto o conhecimento ensoberbece (1Co 8.1). Entende-se por que Paulo podia reconhecer a riqueza dos dons na igreja de Corinto de modo que não lhes faltava

nenhum dom (1Co 1.5,7), porém, acusa a igreja de ser carnal e imatura como crianças em Cristo (3.1,2). Dons do Espírito sem o seu fruto na igreja, não glorificam a Deus (1Pe 4.11), mas exaltam os homens. No juízo final, pessoas poderosas no exercício dos dons serão condenadas pelo Senhor porque sua vida não demonstrou o fruto do Espírito (Mt 7.21-23).

* J. Scott Horrell. Doutor em Teologia. Foi por vários anos professor na Faculdade Teológica Batista de São Paulo.

** Russel P. Shedd. Doutor em Filosofia. Professor, por mais de trinta anos da Faculdade Teológica Batista de São Paulo. Conferencista muito requisitado em todo o Brasil. Autor dos comentários feitos na Bíblia Shedd. Já publicou mais de uma dezena de livros de valor. É reconhecido teólogo de grande monta. É missionário da Missão Batista Conservadora.

CAPÍTULO 3

O HOMEM

• O que diz a Declaração Doutrinária da CBB

Por um ato especial, o homem foi criado por Deus à sua imagem e conforme a sua semelhança, e disso decorrem o seu valor e dignidade.(1) Seu corpo foi feito do pó da terra e para o mesmo pó há de voltar.(2) Seu espírito procede de Deus e para ele retornará.(3) O Criador ordenou que o homem domine, desenvolva e guarde a obra criada.(4) Criado para a glorificação de Deus.(5) Seu propósito é amar, conhecer e estar em comunhão com seu Criador, bem como cumprir sua divina vontade.(6) Ser pessoal e espiritual, o homem tem capacidade de perceber, conhecer e compreender, ainda que em parte, intelectualmente, a verdade revelada, e tomar suas decisões em matéria religiosa, sem a mediação, interferência ou imposição de qualquer poder humano, seja civil ou religioso.(7)

1. Gn 1.26-31; 18.22; 9.6; Sl 8.1-9; Mt 16.26
2. Gn 2.7; 3.19; Ec 3.20; 12.7
3. Ec 12. 7; Dn 12.2,3
4. Gn 1.21; 2.1; Sl 8.3-8
5. At 17.26-29; 1Jo 1.3,6,7
6. Jr 9.23,24; Mq 6.8; Mt 6.33; Jo 14.23; Rm 8.38,39
7. Jo 1.4-13; 17.3; Ec 5.14,17; 1Tm 2.5; Jó 19.25,26; Jr 31.3; At 5.29; Ez 18.20; Dn 12.2; Mt 25.32,46; Jo 5.29; 1Co 15; 1Ts 4.16,17; Ap 20.11-30

• Comentário

*Isaltino Gomes Coelho Filho

Por um ato especial, o homem foi criado por Deus à sua imagem e conforme a sua semelhança e disso decorrem seu valor e dignidade. Seu corpo foi feito do pó da terra e para o mesmo pó há de voltar. Seu espírito procede de Deus e para ele retornará. O criador ordenou que o homem domine, desenvolva e guarde a obra criada. Criado para a glorificação de Deus. Seu propósito é amar, conhecer, e estar em comunhão com seu Criador, bem como cumprir sua divina vontade. Ser pessoa e espiritual, o homem tem

capacidade de perceber, conhecer e compreender, ainda que em parte, intelectual e experimentalmente, a verdade revelada, e tomar suas decisões em matéria religiosa, sem a mediação, interferência ou imposição de qualquer poder humano, seja civil ou religioso.

Este é o item III da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, omitidas as referências bíblicas que se seguem a cada afirmação teológica. Poderíamos comentá-la por partes, vendo as declarações que se seguem uma após outra, em sequência. Mas veremos quatro grandes aspectos aqui abordados. Alguns deles se desdobram, podendo haver divisões, mas ficaremos com o geral. Não faremos a exegese da Declaração, em sequência, mas veremos os grandes aspectos mencionados neste item. Eles tratam: 1) da criação do homem; 2) sua dignidade; 3) seu propósito e 4) seu arbítrio.

A criação do homem

O homem é alguém especial na criação. Não é produto do acaso ou da evolução, mas de um ato especial de Deus. O relato bíblico coloca-o como o clímax de tudo o que foi criado. Como disse alguém, Deus primeiro preparou o cenário para então colocar o ato principal em cena.

O homem foi criado à imagem de Deus, conforme a sua semelhança (Gn 1.26). "Imagem" é **tselêm** e "semelhança" é **demút** Os dois termos parecem referir-se à mesma situação, sendo o segundo uma explicação do primeiro. Por isso, Eichrodt prefere a tradução "à nossa imagem, isto é, à nossa semelhança" (Warnach, V: *Estudo bíblico*, in: Fries, Heinrich: *Dicionário de teologia*, v,. 2, p. 325). É o que preferimos em nosso trabalho *Gênesis I (1-11)* p. 10. Alguns querem fazer distinção entre estes dois termos, como Almeida (*Anotações ao livro de Gênesis*, p. 16) que acha que "imagem" tem um sentido moral e "semelhança" tem um sentido constitucional. Para outros, os termos se referem, respectivamente, ao homem como ser racional (imagem) e a harmonia com Deus (semelhança) perdida na queda. Kidner (*Gênesis - introdução e comentário*, p. 48) diz que estas diferenças existem, mas não devem ser postas no texto, porque não é disto que o autor sagrado está tratando. Outros mais querem ver aqui uma correlação, no homem, à triunidade de Deus. Isto, porém, é cristianizar o Antigo Testamento, tornando o autor de Gênesis um cristão conhecedor das minúcias, por vezes criadas pelos teólogos, do cristianismo. Evitemos tornar o texto bíblico um eco de nossas pretensões e busquemos analisá-lo.

É preciso bastante cautela para entender o relato de Gênesis na ótica de sua época e não na ótica do nosso tempo. O livro não foi escrito para cristãos à porta do século XXI, mas para hebreus daquela época. A ideia de uma alma imaterial não é corrente no Antigo Testamento. Por isso ver o sopro divino nas narinas humanas, dando-lhe o fôlego da vida como sendo a alma ou o espírito é ignorar o ensino veterotestamentário. Dicotomia ou tricotomia não estavam na pauta das discussões hebraicas, mas sim que a vida humana foi insuflada por Deus. É isto que o texto bíblico quer mostrar. *"Haja luz"* (1.3), *"haja um firmamento"* (1.6), *"produza a terra"* (1.11), *"haja luminares"* (1.14), *"produzam as águas"* (1.20), *"produza a terra"* (1.24). Mas do homem é que se diz *"façamos"*. É neste sentido que a teologia cristã vê a singularidade do homem na sua criação. Ele é especialmente criado e não surgido ou aparecido.

Essas expressões mostram a grandeza e a dignidade do homem. Berkhof (*Teologia sistemática*, p. 215) ressalta bem o aspecto que de toda criação (peixes, aves e demais animais) lemos *"segundo a sua espécie"*. Mas não se diz isto do homem. Ele não é uma criatura inferior. Dele não se diz *"segundo a sua espécie"*, mas Deus disse: *"Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança"*. A grandeza e a singularidade humanas, repetimos, ficam bem registradas aqui. Numa sociedade secularizada e ateísta, que, contraditoriamente, diz ser humanista, mas põe o homem como um "animal racional" é bom ressaltar o ensino bíblico. O homem não é um animal. Repetimos isto tantas vezes — um animal que pensa, um animal que ri, um animal que produz cultura etc. — que não reconhecemos a influência de Darwin nesta fala. O homem é um ente (não uma entidade), ou como diz, teologicamente, a Declaração, "um ser pessoal e espiritual" e não um animal. Foi criado à imagem e semelhança de Deus. Não é obra do acaso, mas planejado por Deus.

Isto parece trivial? Traz consequências extraordinárias. A forma com que virmos o homem determinará nossas considerações sobre ele. Se for um animal evoluído (ou, como queria Platão, involuído, porque seria a degeneração do geral para o particular) seu enfoque será humanista e mecanicista. Se o virmos como diz Gênesis 1.26 como criatura de Deus, **tselêm e demút** de **Elohym** (o Criador que se relaciona), nosso enfoque será bíblico e buscaremos respostas teológicas aos grandes problemas básicos da humanidade. Este é o ponto de partida da Declaração: o homem foi criado por Deus à sua imagem e semelhança, por um ato especial.

A dignidade do homem

Como dedução de sua singularidade na criação, o homem tem dignidade. Esta é aumentada quando compreendemos o sentido da criação humana mostrada como vinda do pó da terra (Gn 2.7a). Há um bonito jogo de palavras aqui. O homem é **adam,** termo mais coletivo, que dá a ideia de "humanidade". Veio a se tornar nome próprio, mas designa mais "humanidade" do que um alguém específico. Veio da "terra" (eretz), mas regressará ao "pó" **(adamah,** em Gn 3.19). Há uma ligação estreita entre o homem e o ambiente. Não é poeira do espaço nem filho de astronautas do passado que visitaram nosso planeta (como as engraçadas teorias de Daniken). A Declaração diz isso muito bem ao afirmar que "seu corpo foi feito do pó da terra e para o mesmo pó há de voltar".

Seu espírito veio de Deus (Gn 1.7b). Quando **Elohym** soprou nas narinas do **adam,** este veio a ser **nephesh hayah,** ou seja, alma vivente. A vida vem de Deus. A vida humana se distingue da dos animais. Só o homem tem o fôlego da vida. Novamente citando a Declaração: "Seu espírito procede de Deus e para ele retornará". A vida veio de Deus e retorna para Deus.

Isto não está explícito neste artigo, mas aparece como um princípio batista: a preocupação com o homem. No documento "Baptists and Human Rights", James E. Wood, Jr., mostra como os batistas têm insistido na liberdade de consciência e na dignidade do indivíduo. Exemplifica com os batistas ingleses que se envolveram ativamente na luta pelo voto universal, pela abolição da escravatura e pela reforma das prisões inglesas (Wood: Baptists and human rights. In: Backney et alli: *Faith, life and witness*, p. 256, 257). Talvez ainda preocupados com radicalizações havidas na década de 1960, e, hoje, com a teologia da libertação, os batistas brasileiros tenham espiritualizado em demasia o evangelho, olvidando suas implicações sociais. Mas estas existem. São decorrência da dignidade do homem.

O evangelho é uma chamada de Deus para que o homem reorganize a vida e a sociedade à luz dos seus padrões. Embora seja uma mensagem que exija uma decisão individual, o evangelho não é individualista. Traz em si uma visão social. Citando Francis Schaeffer: "A salvação, como já tenho salientado, é individual, mas não individualista. As pessoas não podem tornar-se cristãs a não ser uma de cada vez, contudo a nossa salvação não é solitária" (*A igreja no ano 2000*, p. 79). Como batistas que reconhecem a grandeza e dignidade do homem, não aceitamos a tortura, não aceitamos o racismo, o colonialismo

e as ditaduras que oprimam o homem. Ideologias que rebaixam o homem, que o aviltam em sua grandeza, que o reduzem a escravo do Estado que diga ser uma ditadura em seu nome (a ditadura do proletariado), que o tornem apenas um produtor ou um consumidor, não podem ser aceitas por nós. Em tempos de radicalizações políticas e ideológicas, os batistas não têm opção por esta ou aquela corrente, mas afirmam que tudo que escravize o homem está errado. O Salvador rejeitou o conceito que os fariseus faziam do homem e do sábado. "O *sábado foi feito por causa do homem, e não o homem por causa do sábado*" (Mc 2.27). O homem não pode ser escravizado por conceitos ou ideologias. Como batistas, reconhecemos que Deus não deseja a exploração do homem nem sua coisificação, como se faz hoje na moderna sexolatria. O homem não é um animal, agindo e reagindo à base de instintos, mas tem grandeza e dignidade intrínsecas, por se tratar de alguém vindo de Deus.

A Declaração diz ainda, e bem, que a ordem de Deus é para que "o homem domine, desenvolva e guarde a obra criada". Isso pressupõe um domínio racional da natureza. Em tempos de ecolatria, de um lado, e de destruição, de outro, é bom pensar-se nisso. O homem não pode ser um predador nocivo, mas um mordomo eficiente, administrando o bom mundo de Deus. A dignidade humana reside também nisto: a tarefa de cuidar do mundo foi confiada a ele e a ninguém mais na criação. Cabe ao homem e não aos animais, a gerência do mundo. O progresso não é mau. O uso de recursos naturais para a vida humana não é errado. Eles são dádivas de Deus para nós. A Bíblia mostra o homem dominando a criação, no ato de dar nome aos animais (Gn 2.19), que na cultura oriental tem o significado de exercer domínio. Mostra-o também extraindo seu sustento da terra (Gn 1.20 e 9.9,10). O homem vem da terra e volta para ela, mas também nutre-se dela. Isso mostra quão respeitoso deve ser seu relacionamento com o mundo físico. O erro não está no uso dos recursos, mas na falta de racionalidade no domínio, na exploração motivada pela ganância, de forma desenfreada, de modo que o bom mundo de Deus é desrespeitado e as riquezas produzidas pela exploração da natureza se tornam um amealhamento de bens sem função social.

O propósito do homem

Segundo a Declaração, o homem foi "criado para a glorificação de Deus". O discurso de Paulo em Atenas é muito claro, no tocante à finalidade do homem na terra. "*Para que buscassem a Deus*" (At 17.27). O homem foi criado

por Deus e para Deus. Mesmo aquele que não teve a revelação verbal e preposicional de Deus, na Bíblia, ele é indesculpável, se não cumpre este propósito. No capítulo primeiro de Romanos, Paulo mostra a humanidade sob o juízo de Deus. Os judeus estão sob juízo porque receberam uma revelação e não a honraram (1.17-24). Os gentios que não obtiveram esta revelação, porém, também são culpados (1.18-32). A síntese dessa acusação contra os gentios está em Romanos 1.19: *"Porquanto, o que de Deus se pode conhecer, neles se manifesta, porque Deus lho manifestou". E o* que o Salmo 19.1 diz: "Os *céus proclamam a glória de Deus* e *o firmamento anuncia a obra das suas mãos".* A teologia chama a isto de "revelação natural", a revelação de Deus na natureza. É verdade que é uma revelação incompleta, mas, como bem disse Paulo no texto citado de Atos 17.17, com as luzes da revelação natural, os homens deveriam buscar a Deus, tateando, porque ele *"não está longe de cada um de nós".* Na realidade, *"perto está o Senhor"* (Fp 4.5).

O homem foi criado por Deus. Esta é sua origem. Por causa disso tem uma dignidade intrínseca. O homem foi criado para Deus. Por isso seu propósito é a "glorificação de Deus" (Declaração). Um fariseu indagou de Jesus qual o maior de todos os seus mandamentos. Isso era motivo de muita discussão no judaísmo. Os rabinos se entregaram à interpretação da lei mosaica com tanta vontade, que haviam produzido 613 mandamentos, sendo 365 em forma negativa (um para cada dia do ano) e 248 positivos (de acordo com o número de ossos do corpo, conforme se supunha, então). Nas discussões sobre qual o maior deles, qual a síntese da lei, havia muitas respostas. Para Hillel esta era: "Não fazer a outrem o que te repugnar a ti mesmo". O rabi Aquiba citara o amor ao próximo. Outro rabi, Simiai, disse ser a fé. Jesus sintetizou toda a vontade de Deus para o homem nesta palavra, que considerou o maior mandamento: *"Amarás, pois, ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todo o teu entendimento* e *de todas as tuas forças"* (Mc 12.30). Amar a Deus — eis o mandamento maior.

Atentemos ainda para este diálogo de Jesus com a multidão, onde o Mestre, de forma admirável, mostra qual o propósito de Deus para nossa vida: *"Que havemos de fazer, para praticarmos as obras de Deus? Jesus lhes respondeu: A obra de Deus é esta: Que creiais naquele que ele enviou"* (Jo 6.29, 30).

Amar a Deus e crer em Jesus Cristo como enviado divino — eis o propósito do homem. Isto é glorificar a Deus: amá-lo e crer em Jesus Cristo.

O arbítrio do homem

Para a Declaração, "o homem tem capacidade de perceber, conhecer e compreender, ainda que em parte, intelectual e experimentalmente, a verdade revelada, e tomar suas decisões em matéria religiosa".

Reconhece-se aqui a capacidade humana em perceber, conhecer e compreender (o uso destes três verbos é muito bem feito) a verdade revelada. Esta percepção, este conhecimento e esta compreensão não são absolutos nem completos. *"Porque agora vemos como por espelho, em enigma, mas então veremos face a face; agora conheço em parte..."* (1Co 13.12). A queda abalou a capacidade espiritual do homem. Arranhou sua **imago Dei,** mas não a arruinou. Ele não desfruta da comunhão como no Éden, mas pode ter comunhão com Deus porque Deus se dá a conhecer (Rm 1.19 e Hb 1.1,2).

Em termos genéricos, o arbítrio do homem responde a uma pergunta que sempre se faz sobre a queda: "Se Deus sabia que o homem ia pecar, por que não o fez à prova de queda?". Porque não haveria moralidade nos atos do homem. O amor e a obediência a Deus devem ser espontâneos. Não devem ser forçados. Aliás, não faz sentido um amor obrigado. Como bem frisou o filósofo Imanuel Kant, "não se ama por decreto". Todo amor é uma eleição, uma escolha. E toda escolha pressupõe liberdade para fazê-la.

Podemos, intelectualmente, ainda que de forma parcial, descobrir as verdades de Deus contidas na sua Palavra. Podemos conhecer também intelectualmente, na análise de sua ação na história e na nossa vida. Podemos conhecer experimentalmente de forma parcial, porque sentimos seu Espírito nos dirigir e atuar na nossa vida. É por este conhecimento que julgamos o homem competente para tomar decisões. Ele tem luzes espirituais e uma revelação ao seu dispor.

Os batistas sempre defendem a capacidade humana em tomar as próprias decisões. Ninguém pode impor uma vontade religiosa a outrem. Por isso que a liberdade religiosa sempre foi um apanágio batista. Rogério William foi o fundador da Colônia de Rhode Island, em 1638, onde, pela primeira vez, se garantiu a liberdade religiosa. Mais tarde, o alvará de Carlos II, em 1663, incluiu essa garantia (Fairdoth, S. D., *Esboço da história dos baptistas*, p. 105). Conforme Reis Pereira, outros países e governos haviam instituído a tolerância religiosa, mas a liberdade religiosa, que é muito mais ampla que tolerância, é obra dos batistas (Pereira, J. R., *Breve história dos batistas,* p. 84).

Esta nossa crença também traz implicações na área de relacionamento com o poder civil. Rejeitamos a tutela do Estado em matéria de religião. O Estado deve ser leigo. A Declaração nega a interferência do poder civil em matéria de fé. Na sua célebre resposta *"Dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus"* (Mt 22.21), Jesus definiu muito bem os limites das duas áreas. Uma é a área do Estado. Outra, a da religião. A linha divisória existe e não deve ser apagada por nenhuma das partes.Da mesma forma, a Declaração nega a interferência de qualquer poder religioso em matéria de fé, como uma religião estatal ou uma superigreja. A perseguição religiosa, a imposição de fé a alguém, a restrição de direitos religiosos são pontos que não podemos aceitar. Cada pessoa é livre para adorar a Deus segundo os ditames de sua consciência. É livre até para negar a Deus. Seremos responsabilizados pelo uso desta liberdade, mas é um direito sagrado, o da decisão. Ao mesmo tempo, é uma responsabilidade, pois ninguém se poderá desculpar ou culpar a outrem por sua decisão. Neste sentido, o homem é senhor do seu destino. Ele faz seu destino, tomando as decisões que deseja. É um ser moralmente responsável.

Os atos de cada indivíduo são cobrados por Deus do próprio indivíduo e de ninguém mais. Não existe "procuração espiritual". Ninguém representa ninguém diante de Deus. *"A alma que pecar, essa morrerá; o filho não levará a iniquidade do pai, nem o pai levará a iniquidade do filho. A justiça do justo ficará sobre ele, e a impiedade do ímpio cairá sobre* e/e" (Ez 18.20). Atente-se à expressão: *"a justiça do justo ficará sobre ele".* Salvação não se transfere. Deus tem filhos, mas não tem netos. Filho de salvo não é salvo. Um homem justo como Ezequias gerou um ímpio como Manassés. Ao mesmo tempo, porém, ninguém está sob o domínio da conduta dos antepassados. Afinal, o justo Ezequias era filho do ímpio Acaz. Cada pessoa faz a sua vida e traça o seu destino, à medida que vai tomando suas decisões.

Tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, o homem é chamado a escolher. "O *céu e a terra tomo hoje por testemunhas contra ti de que te pus diante de ti a vida e a morte, a bênção e a maldição; escolhe, pois, a vida, para que vivas, tu e a tua descendência"* (Dt 30.19).

Liberdade é um dom inalienável que Deus deu ao homem. Ao mesmo tempo, responsabilidade é correlato deste dom. Livre, sim. Mas responsável pelos atos.

À guisa de conclusão

Podemos concluir nossas considerações sobre o homem com trechos de três passagens bíblicas que completam um pensamento.

A primeira, que abre a discussão, é o salmo 8.4: “[...] *que é o homem* [...]?”.

A segunda, que responde a primeira, é Salmos 8.5: “[...] *pouco abaixo de Deus o fizeste*”.

A terceira, que dá uma resposta sobre o homem cristão, mostrando o propósito da criação e o desejo de Deus para cada homem, é Romanos 8.16: “[...] *somos filhos de Deus*”.

* Isaltino Gomes Coelho Filho. Mestre em Teologia. Foi diretor da Faculdade Teológica Batista de Brasília. Foi pastor da PIB de Manaus, AM. Exerceu também a docência no Seminário Teológico Batista Equatorial, em Belém, e no Seminário Teológico Batista do Amazonas. Atualmente, é pastor de Igreja Batista do Cambuí, em Campinas, SP, exercendo a docência teológica no Seminário Teológico Batista de Campinas. Conferencista muito requisitado e autor de vários e apreciados artigos publicados em O Jornal Batista. Autor de muitas obras. Foi presidente da ABIBET.

CAPÍTULO 4
O PECADO

• O que diz a Declaração Doutrinária da CBB

No princípio, o homem vivia em estado de inocência e mantinha perfeita comunhão com Deus.(1) Mas, cedendo à tentação de Satanás, num ato livre de desobediência contra seu Criador, o homem caiu no pecado e assim perdeu a comunhão com Deus e dele ficou separado.(2) Em consequência da queda de nossos primeiros pais, todos somos, por natureza, pecadores e inclinados à prática do mal.(3) Todo pecado é cometido contra Deus, sua pessoa, sua vontade e sua lei.(4) Mas o mal praticado pelo homem atinge o seu próximo.(5) O pecado maior consiste em não crer na pessoa de Cristo, o Filho de Deus, como Salvador pessoal.(6) Como resultado do pecado, da incredulidade, da desobediência do homem contra Deus, ele está sujeito à morte e à condenação eterna, além de se tornar inimigo do próximo e da própria criação de Deus.(7) Separado de Deus, o homem é absolutamente incapaz de salvar-se a si mesmo e assim depende da graça de Deus para ser salvo.(8)

1. Gn 2.15-17; 3.8-10; Ec 7.29
2. Gn 3; Rm 5.12-19; Ef 2.12; Rm 3.23
3. Gn 3.12; Rm 5.12; Sl 51.15; Is 53.6; Jr 17.5; Rm 1.18-27; 3.10-19; 7.14-25; Gl 3.22; Ef 2.1-3
4. Sl 51.4; Mt 6.14,15; Rm 8.7,22
5. Mt 6.14,15; 18.21-35; 1Co 8.12; Tg 5.16
6. Jo 3.36; 16.9; 1Jo 5.10-12
7. Rm 5.12-19; 6.23; Ef 2.5; Gn 3.18; Rm 8.22
8. Rm 3.20,23; Gl 3.10,11; Ef 2.8,9

• Comentário

*Zaqueu Moreira de Oliveira

A ênfase da *Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira*,[3] no que se refere ao pecado,[4] está na desobediência, que resultou na perda da co-

3. Convenção Batista BRASILEIRA. Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira. 2a ed., Rio de Janeiro: JUERP, 1987. (Série Documentos Batistas, 2)
4. Ibid, p.10

munhão com Deus e, consequentemente, separação entre o homem e seu Criador.

A Igreja Católica Romana, por meio do Concílio de Trento, no Século XVI, diferentemente da teoria evolucionária no Século XIX, menciona a deterioração humana, ou transformação para pior, pelo pecado, ao usar o termo *deterius commutatum*[5]. Enquanto isso, os reformadores protestantes falam na perda da liberdade, gerada pela falta de fé, que desconecta ou separa o homem de Deus. Esta última posição está intrínseca na *Declaração Doutrinária*, inclusive com fundamentação em textos bíblicos.[6] A ligação do pecado com a falta de fé é mencionada no documento por meio das expressões "não crer na pessoa de Cristo" e "incredulidade". Contudo, a incompatibilidade entre pecado e fé não é explicitada, apesar de ser frequente nas Escrituras Sagradas, principalmente nas cartas paulinas.[7] Constata-se, também, a ausência da relação entre fé e obediência, tão rica nas epístolas joaninas, que identificam o pecado com as trevas, contrastando com a luz: "Porque as trevas vão passando, e já brilha a verdadeira luz".[8]

Não há referência no texto da Declaração à etimologia de termos traduzidos como pecado, tanto no Antigo como no Novo Testamento, incluindo aqueles que significam transgressão (pasha' e ma'al),[9] maldade (ra'a)[10] e, de modo especial, o afastamento do plano de Deus para a vida do homem, ou seja, errar o alvo (chata', no AT e amartia, no NT).[11] O ensinamento da Palavra de Deus a respeito do pecado, como desvio do homem da razão de ser da própria criação, é muito claro em inúmeras passagens bíblicas sobre o assunto. Pode-se perceber o relacionamento entre este "errar o alvo" e a separação de Deus.

A "perfeita" comunhão com Deus antes do pecado, de que fala a *Declaração* logo na sua primeira frase é discutível, pois o próprio livre-arbítrio que caracterizava o ser humano permitia que ele ouvisse os argumentos satânicos. Ora, se existe "perfeita" comunhão, o homem não daria ouvi-

5. Tillich, Paul. *A History of Christian Thought*. Editado por Carl E. Braaten. New York: Harper & Row, 1968, p.212
6. Gn 3; Rm 5.12-19; Ef 2.12; Rm 3.23
7. Gl 3.22-24; Rm 3.23-25 e outros textos
8. 1Jo 2.8b; Ver também 1Jo 1.7.
9. Is 58.1 e Lv 16.16
10. 2Rs 3.2
11. Gn 4.7 e 1Jo 1.7

dos a Satanás. Neste caso, há contradição entre livre-arbítrio e comunhão perfeita, podendo-se argumentar que a liberdade que unia o homem a Deus determinou a sua queda, tornando-o escravo do pecado.[12]

Outro aspecto que merece destaque diz respeito ao termo "estado de inocência", referindo-se ao homem antes de pecar. Essa expressão é decorrente das afirmações bíblicas, "conhecendo o bem e o mal"[13] e "foram abertos o olhos de ambos",[14] as quais atingem o aspecto moral e espiritual do homem. Daí emergem alguns questionamentos: — A incapacidade humana de perceber o bem e o mal tinha algo a ver com a sua razão ou intelectualidade? — Será "inocência" sinônimo de falta de perspicácia, ou é apenas ausência de malícia?

Este assunto é focalizado por Reinhold Niebuhr ao escrever sobre "pecado". Ele menciona a posição marxista que liga o mal social à inércia da ignorância, e conclui: "Desligar a razão humana do jugo de tal inércia iria gradualmente derrotar os preconceitos, paixão e lealdades paroquiais de ignorantes seres humanos".[15] Assim, o pecado é que leva à ignorância, e não o inverso. É bom frisar que a Bíblia ensina que o pecado corrompe inclusive a compreensão, quando afirma: "Corruptos de entendimento e réprobos quanto à fé".[16] Também está escrito: "Nas suas especulações se desvaneceram, e o seu coração insensato se obscureceu. Dizendo-se sábios, tornaram-se estultos".[17] Assim entende-se que a "inocência" do homem não se refere à falta de capacidade intelectual, pois esta foi pervertida pelo pecado.

Na *Declaração*, está escrito que "todo pecado é cometido contra Deus, [...] mas o mal praticado pelo homem atinge também o seu próximo." Não obstante, o texto não esclarece o fato de que a natureza sofre com essa alienação do homem. Na realidade, o pecado o conflita com tudo e com todos, inclusive, com ele mesmo. Diz o escritor Dillistone: "Ele [o homem] está alienado da sua própria essência e fim".[18] Faltou no documento em questão a ênfase no resultado do pecado, que conduz o homem à total deterioração

---

12. Rm 6.6,17-20
13. Gn 3.5b
14. Gn 3.7a
15. Niebuhr, Reinhold. "Sin." In A Handbook of Christian Theology. Cleveland: World Publishing, 1967, p. 349.
16. 2Tm 3.8
17. Rm 1.21b e 22
18. Dillistone, F. W. The Christian Understanding of Atonement. Philadelphia: Westminster Press, 1968, p.2.

(morte física, intelectual, sentimental, moral e espiritual). O pecado atinge o mundo inteiro. O dilúvio destruiu o homem porque "a terra [...] estava corrompida",[19] vítima da "violência dos homens".[20] A maior preocupação dos ecologistas hoje, portanto, deveria ser a extinção do pecado para que a terra não seja destruída.

Outra omissão do texto está no que se refere à consciência do pecado. A Bíblia não inocenta o transgressor, pelo contrário, menciona a sua culpa. Ele merece a morte por seu crime contra Deus.[21] B. A. Copass afirma: "Quando o pecado entrou, [...] os pecadores tentaram esconder-se. Daquele dia até hoje, os pecadores têm procurado esconder-se de Deus, e isso por causa da consciência de culpa".[22] Este sentimento conscientiza o homem de sua separação do Criador, pelo que o impulsiona a buscar reconciliação com Deus. Gustaf Aulén escreve: "Deve-se ressaltar que a consciência de culpa subentende que o homem conhece o julgamento de Deus e a ele se submete".[23]

De forma sucinta, a *Declaração* afirma, de acordo com o ensino novitestamentário, que não há méritos no homem para que seja salvo da morte eterna, que é a consequência do pecado.[24] De fato, sem a graça de Deus, não há salvação,[25] pois somente mediante o sacrifício de Cristo, que sofreu a pena que era nossa, "fazendo-se maldição por nós",[26] é que a graça de Deus se manifestou,[27] "para que, assim como o pecado veio a reinar na morte, assim também viesse a reinar a graça pela justiça para a vida eterna, por Jesus Cristo nosso Senhor".[28] Na *Declaração*, está a afirmação, em termos negativos, de que "o pecado maior consiste em não crer na pessoa de Cristo, o Filho de Deus, como Salvador pessoal". Entretanto, faltou no texto menção mais nítida à importância da fé, como imprescindível para a justificação do pecador. Mediante esta fé, o homem tem acesso à graça.

---

19. Gn 6.12a
20. Gn 6.13
21. Rm 6.23
22. Copass, B. A. Manual de Teologia do Velho Testamento. Trad. de Werner Kaschel. São Paulo: Empresa Batista Editora, 1958, p.107.
23. Aulén, Gustaf. A fé cristã. Trad. de Dírson Glênio Vergara dos Santos. São Paulo: ASTE, 1965, p.242.
24. Gl 3.10,11
25. Ef 2.8-10
26. Gl 3.13
27. Rm 5.15
28. Rm 5.21

[29] É por ela que a separação gerada pelo pecado é desfeita,[30] voltando o ser humano a ter comunhão com o Deus Trino (Pai, Filho e Espírito Santo). "Porque por Ele [**Cristo**], ambos [judeus e gentios] temos acesso ao **Pai** em um mesmo **Espírito**."[31] É assim que o pecado e a morte, eternos aliados, são derrotados. "Onde está, ó morte, a tua vitória? Onde está, ó morte, o teu aguilhão? O aguilhão da morte é o pecado, e a força do pecado é a lei. Mas graças a Deus que nos dá a vitória por nosso Senhor Jesus Cristo."[32]

* Zaqueu Moreira de Oliveira. PhD em História. Pastor e professor. Autor de várias obras importantes. Foi reitor do Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil. Foi professor da Universidade do Pará e também da Universidade de Pernambuco. Membro do Conselho Geral da Convenção Batista Brasileira. Membro da Academia Evangélica de Letras do Brasil.

29. Rm 5.2
30. Ef 2.14
31. Ef 2.18 (grifo do autor)
32. 1Co 15.55-57

CAPÍTULO 5

SALVAÇÃO

• O que diz a Declaração Doutrinária da CBB

A salvação é outorgada por Deus pela sua graça, mediante arrependimento do pecador e da sua fé em Jesus Cristo como único Salvador e Senhor.[1] O preço da redenção eterna do crente foi pago de uma vez por Jesus Cristo, pelo derramamento do seu sangue na cruz.[2] A salvação é individual e significa a redenção do homem na inteireza do seu ser.[3] É um dom gratuito que Deus oferece a todos os homens e que compreende a regeneração, a justificação, a santificação e a glorificação.[4]

1. Sl 37.39; Is 55.5; Sf 3.17; Tt 2.9-11; Ef 2.8,9; At 15.11; 4.12
2. Is 53.4-6; 1Pe 1.18-25; 1Co 6.20; Ef 1.7; Ap 5.7-10
3. Mt 16.24; Rm 10.13; 1Ts 5.23,24; Rm 5.10
4. Rm 6.23; Hb 2.1-4; Jo 3.14; 1Co 1.30; At 11.18

A **regeneração** é o ato inicial da salvação em que Deus faz nascer de novo o pecador perdido, dele fazendo uma nova criatura em Cristo. É obra do Espírito Santo em que o pecador recebe o perdão, a justificação, a adoção como filho de Deus, a vida eterna e o dom do Espírito Santo, é por ele selado para o dia da redenção final, e é liberto do castigo eterno dos seus pecados.[1] Há duas condições para o pecador ser regenerado: arrependimento e fé. O arrependimento implica em mudança radical do homem interior, por força do que ele se afasta do pecado e se volta para Deus. A fé é a confiança e aceitação de Jesus Cristo como Salvador e a total entrega da personalidade a ele por parte do pecador.[2] Nessa experiência de conversão, o homem perdido é reconciliado com Deus, que lhe concede perdão, justiça e paz.[3]

1. Dt 30.6; Ez 36.26; Jo 3.3-5; 1Pe 1.3; Tg 1.18; 2Co 5.17; Ef 4.20-24
2. Tt 3.5; Rm 8.2; Jo 1.11-13; Ef 4.32; At 11.17
3. 2Co 1.21,22; Ef 4.30; Rm 8.1; 6.22

A **justificação**, que ocorre simultaneamente com a regeneração, é o ato pelo qual Deus, considerando os méritos do sacrifício de Cristo, absolve, no perdão, o homem de seus pecados e o declara justo, capa-

citando-o para uma vida de retidão diante de Deus e de correção diante dos homens.[1] Essa graça é concedida não por causa de quaisquer obras meritórias praticadas pelo homem mas por meio de sua fé em Cristo.[2]

Is 53.11; Rm 8.33; 3.24
Rm 5.1; At 13.39; Mt 9.6; 2Co 5.31; 1Co 1.30

A **santificação** é o processo que, principiando na regeneração, leva o homem à realização dos propósitos de Deus para a sua vida e o habilita a progredir em busca da perfeição moral e espiritual de Jesus Cristo, mediante a presença e o poder do Espírito Santo que nele habita.[1] Ela ocorre na medida da dedicação do crente e se manifesta através de um caráter marcado pela presença e pelo fruto do Espírito, bem como por uma vida de testemunho fiel e serviço consagrado a Deus e ao próximo.[2]

1. Jo 17.17; 1Ts 4.3; 5.23; 4.7
2. Pv 4.18; Rm 12.1,2; Fp 2.12,13; 2Co 7.1; 3.18; Hb 12.14; Rm 6.19; Gl 5.22; Fp 1.9-11

A **glorificação** é o ponto culminante da obra da salvação.[1] É o estado final, permanente, da felicidade dos que são redimidos pelo sangue de Cristo.[2]

1. Rm 8.30; 2Pe 1.10,11; 1Jo 3.2; Fp 3.12; Hb 6.11
2. 1Co 13.12; 1Ts 2.12; Ap 21.3,4

• Comentário

*David Brown

O quarto capítulo desta obra deixou o leitor informado da terrível situação do homem pecador diante do Deus justo e santo. O homem está em pecado, separado de Deus, sem condições de se salvar, enfim, condenado à perdição, sem Deus e sem esperança. Que quadro lastimável! Que estado terrível em que se encontra o pecador! E assim permaneceria se não fosse pela misericórdia e graça do mesmo Deus, trazendo a salvação a todo aquele que crê.

Nossa tarefa neste capítulo é oferecer algumas explicações, capacitando o leitor para perceber a grandeza, a magnitude e a excelência da gloriosa obra da salvação.

Salvação é o resultado, não apenas de um só ato de Deus, mas sim de uma série de atos, um processo que leva o homem pecador a uma perfeita comunhão com Deus e à certeza da vida eterna. Esse processo, uma vez come-

çado, será terminado garantindo a salvação a todos os que são regenerados pelo Espírito Santo. Considerando o estado do homem no pecado, não há outro meio para o hoemem se salvar, a não ser o de depender totalmente da misericórdia e da graça de Deus. O homem não tem merecimento nenhum, não possui em si mesmo qualidade nenhuma que mereça o favor de Deus, a não ser a própria imagem divina que permanece desde a criação.

A salvação traz para o homem o perdão do pecado, a paz com Deus, uma vida nova em Cristo Jesus, a comunhão com Deus, a certeza da vida eterna e um lugar reservado no céu, para mencionar alguns dos benefícios separados para quem crê no evangelho.

A salvação é outorgada mediante o arrependimento e a fé. Quer dizer: um reconhecimento do estado terrível do pecador diante do Deus justo, santo e todo-poderoso. Um reconhecimento de que qualquer condenação, qualquer punição ou castigo seriam merecidos. O homem, ao perceber seu estado desesperançoso, é levado a confessar seus pecados e a se lançar totalmente na vontade e misericórdia de Deus. Sem arrependimento não há salvação (Is 55.6,7; At 2.38; 17.30). O arrependimento é o resultado da obra do Espírito Santo no coração do pecador que, consequentemente, leva o homem à fé, a confiar na graça e no amor de Deus e a depender completamente na pessoa de Jesus Cristo e na sua obra redentora, a morte na cruz e a sua ressurreição. Jesus torna-se Senhor e Salvador de sua vida. A morte de Cristo é reconhecida como sua morte, a vitória de Cristo é sua vitória e sua fé é colocada inteiramente na pessoa de Jesus.

Em virtude do sacrifício perfeito de Cristo e a aceitação pelo Deus Pai, como suficiente para todos aqueles que creem, não há necessidade de outros sacrifícios, nem de repetir o sacrifício de Cristo inúmeras vezes (como a Igreja Católica Romana ensina). O sangue de Jesus Cristo nos purifica de todo pecado (Mt 13.20; Ef 1.7; 1Jo1.7).

Enfatizamos que a salvação é individual e pessoal. Cada um tem de responder por si mesmo diante de Deus. Cada pessoa tem de ouvir a mensagem e responder por si mesmo (Rm 14.12). A fé não pode ser passada de uma pessoa para outra, mas deve ser testemunhada para que outras vejam e procurem a Cristo individualmente.

A salvação vem gratuitamente para o pecador; lembremo-nos, porém, de que é “pela graça” e não “de graça”, porque custou um alto preço: a vida do

Filho de Deus. Deus a oferece gratuitamente porque o preço já foi pago. É oferecida a todos, mas torna-se realidade somente para os que creem (Rm 6.23).

Temos falado do processo salvador de Deus que leva o homem pecador à salvação. Este processo inclui a regeneração, a fé, a justificação, a adoção, a santificação e, finalmente, a glorificação. A nossa *Declaração* menciona quatro desses atos de Deus especificamente, mas todos são implícitos. Cada ato trata de uma área específica e merece a nossa atenção.

A regeneração

Pode ser melhor entendida pela leitura de João 3.3-8. Em outras palavras, a regeneração é o novo nascimento totalmente necessário para entrar no Reino dos céus. Regeneração é uma recriação espiritual do homem pecador pela atividade soberana e graciosa do Espírito Santo, fazendo-o uma nova criatura em Cristo (2Co 5.17; Gl 6.15; Ef 2.1-6; Tt 3.4,5).

A conversa de Jesus com Nicodemos demonstra claramente a necessidade do novo nascimento para entrar no Reino do céus, porque quem está na carne, ou melhor, quem continua sem nascer de novo está perdido e não pode agradar a Deus (Rm 8.8). Aquele que está morto em pecado precisa nascer de novo, precisa da regeneração. Paulo, explicando este ato aos coríntios, fala de uma nova criação — somos novas criaturas. Claramente, então, o homem perdido em pecado não tem como se salvar porque precisa ser recriado, um ato do Deus criador, regenerador, sobre a criatura morta.

Disse Jesus que é necessário nascer do Espírito (Jo 3.5,6). Sendo um ato do Espírito Santo, que resulta em evidências espirituais, é óbvio que o Espírito Santo habite no salvo desde a sua regeneração. Repudiamos, portanto, qualquer doutrina que ensina um batismo do Espírito Santo após a regeneração. A regeneração é um ato totalmente divino, sendo o Espírito Santo o instrumento desse ato (1Jo 3.9; Jo 1.13).

A regeneração manifesta-se principalmente em arrependimento e fé. Ambos foram explicados brevemente nos parágrafos anteriores quando falamos da salvação. Um novo início e a confiança colocada na pessoa de Jesus Cristo são evidências claras da regeneração. A fé reconhece o Senhor Jesus Cristo como o único salvador, aceitando seu sacrifício perfeito como suficiente para a sua salvação. A fé leva a pessoa a entregar sua vida e todo seu ser a Jesus como seu Senhor. A fé salvadora se manifesta por uma entrega total.

O apóstolo João nos ensina que a regeneração vem acompanhada de evidências da nova vida que são inseparáveis e que são sinais da fé salvadora do pecador regenerado (IJo 2.29; 3.9; 4.7; 4.18; 5.1). Concluímos, então, que a pessoa regenerada evidencia eficazmente a novidade de vida e a presença do Espírito Santo na sua vida. O resultado desse ato regenerador de Deus é que o homem perdido é perdoado, é reconciliado com Deus, e recebe a paz de Deus. Para entendermos melhor é necessário considerar outro ato de Deus: a justificação.

A justificação

A pergunta mais importante que poderia ser feita é: "Como um homem poderia estar de bem com Deus?" Mas as implicações são mais profundas ainda quando percebemos que a pergunta deveria ser mai profunda ainda quando percebemos que a pergunta deveria ser: "Como um homem pecador poderia estar de bem com Deus?". O homem em pecado está sob a ira de Deus e não pode estar na sua presença, muito menos estar de bem com seu Deus, estar em paz com Deus (Rm 1.18). Esta é a situação de toda a humanidade.

Deus é justo e santo, e enquanto a regeneração faz do homem uma nova criatura para viver em novidade de vida, não resolve as consequências do pecado e da culpa. Faz do homem uma nova criatura daqui para a frente, mas o seu pecado tem de ser tratado. Deus não pode ignorar o passado, a desobediência, o pecado original cujo vírus continua no coração do pecador. Como é, então, que Deus resolve esta dificuldade? A resposta é a justificação. Um ato de Deus que acontece simultaneamente com a regeneração, mas não é o mesmo ato nem a mesma coisa. A justificação acontece quando Deus, pela sua graça e misericórdia, declara o pecador perdoado e justo mediante os méritos do sacrifício de Jesus Cristo. É mais um ato do nosso Deus soberano e misericordioso (Rm 8.24,33).

Há dois aspectos da justificação. No primeiro, a justificação traz o perdão, a remissão do pecado e a reconciliação com Deus (Rm 4.6; 5.9; 2Co 5.19; At 13.39). O segundo significa a declaração e imputação da santidade, do "status" do homem justo, dando-lhe acesso a todos os benefícios e bênçãos designados a todos que alcancem esse estado. Paulo liga a justificação à adoção dos justos como filhos de Deus e herdeiros (Rm 8.14; Gl 4.4). Parte desta herança, os justos recebem imediatamente, que é o dom do Espírito Santo pelo qual são selados como propriedade de Deus (Ef 1.13,14).

Como já falamos, regeneração e justificação são atos soberanos do Deus da misericórdia. São atos separados, porém simultâneos, mas ambos são necessários para que o pecador alcance a salvação. Regeneração é um ato divino em nós, enquanto a justificação é uma declaração divina a nosso respeito. Podemos entender melhor pensando na diferença entre um cirurgião e um juiz. O cirurgião trata da doença e opera em nós, enquanto que o juiz trata do nosso crime e pronuncia seu veredicto em relação à nossa culpa. Regeneração é uma palavra clínica, enquanto justificação é uma palavra forênsica. A justificação só pode acontecer porque Cristo assumiu a nossa culpa e pagou o preço da nossa redenção (2Co 5.14-21; Rm3.24,28).

Sendo regenerado e justificado por Deus, selado e balizado pelo Espírito Santo, o homem salvo começa uma nova vida procurando a perfeição, vivendo para agradar ao Senhor e Salvador que nele operou esse milagre. Como pode ele alcançar esses objetivos? Como pode ele crescer e ser aperfeiçoado esperando a volta do seu Salvador? A resposta é a santificação.

A santificação

Enquanto a regeneração e a justificação são atos instantâneos e simultâneos, a santificação, que começa com a regeneração, é um processo que dura enquanto o crente viver neste mundo. A santificação é a obra específica do Espírito Santo que habita no crente a partir de sua regeneração.

Nos atos de regeneração e justificação, Satanás é derrubado do trono que ocupa na vida do pecador. Paulo nos diz que o pecado não terá mais domínio sobre nós (Rm 6.14). A presença do Espírito Santo e a sua obra santificadora em nossa vida é vital para que Satanás seja vencido sempre. Enquanto Satanás não pode mais nos dominar, ainda restam em nós as tendências carnais (Rm 7.14-25). Paulo, uma nova criatura em Cristo, enfrentava essa batalha entre o bem e o mal na própria vida e consciência. A nova criatura não está ainda totalmente transformada na imagem de Cristo. Este processo de transformação se chama santificação, que tem como alvo eliminar todo pecado da vida do crente, objetivando a perfeição de um filho de Deus (1Pe 1.15,16; Rm 8.29).

Repudiamos aqueles que ensinam que o crente não peca mais. É verdade que a nova criatura não continua em pecado, mas até alcançar a perfeição, que não acontecerá nesta vida, ela está sujeita às tentações e cometerá pecado, pelo qual deve sempre pedir perdão na certeza da graça de Deus (1Jo 1.8-10; 2.1,2).

Enquanto dependemos do poder do Espírito Santo no processo de santificação, devemos também tomar conhecimento de que a santificação depende de uma vida de obediência da parte do crente. Quer dizer: a santificação depende da dedicação, obediência e prática da fé do crente. Há um equilíbrio e uma interdependência entre o Espírito Santo que está atuando na vida do crente e a obediência do próprio crente. Santificação é uma obra de comunhão e cooperação do crente para com Deus (Fp 2.12,13). O Espírito Santo tem prazer em manifestar, a cada dia, mais coisas de Deus para os discípulos, capacitando-os a crescerem cada vez mais perto da imagem perfeita de Cristo (Jo 16.13,15).

À medida que o processo de santificação progride, evidencia-se o fruto do Espírito em nossa vida, demonstrando que somos filhos de Deus, selados pelo Espírito (Gl 5.22). Para assim acontecer, é necessária uma entrega de vida em obediência. Uma vida em plena comunhão com Deus é uma vida de santificação. A Palavra de Deus torna-se preciosa e o desejo de obedecê-la cresce a cada dia mais. A Palavra de Deus refere-se muito ao processo de santificação e tem várias exortações neste sentido (Rm 12.1,2; Fp 1.9-11; 2Pe 1.5-8; 2Co 7.1 etc.). A santificação é o processo em que o recém-nascido em Cristo cresce, procurando a maturidade e a perfeição. O apóstolo João nos ensina que, quem tem a esperança em Cristo, purifica-se porque deseja ser como seu Senhor (1Jo 3.3). Contudo, essa perfeição só será alcançada na ocasião da glorificação.

A glorificação

A glorificação é a fase final da aplicação da obra redentora de Deus. A glorificação é alcançar o estado designado por Deus para seus filhos, nos seus eternos propósitos. Perguntamos, porém: quando é que acontece a glorificação?

É verdade que, pela morte, nós entraremos imediatamente na presença de Cristo (2Co 5.8; Fp 1.23), mas há ainda mais um passo para alcançarmos a glorificação. A redenção que Cristo assegurou a seus discípulos é liberdade não somente do pecado, mas também das consequências do pecado. O salário do pecado continua sendo a morte, e o último inimigo ainda aguarda a sua destruição (1Co 15.26). A glorificação acontecerá quando este corpo corruptível se revestir da incorruptibilidade, e quando isto que é mortal se revestir da imortalidade (1Co 15.54; Fp 3.20,21). A glorificação espera a volta de Cristo e a ressurreição do corpo, para entrarmos no estado final (Rm 8.23).

O fato de a glorificação estar ligada à volta de Cristo implica em que todo o povo de Deus entre na glorificação no mesmo momento. A regeneração, a justificação e a santificação são aios e processos individuais: cada crente recebe a nova vida por si mesmo individualmente, mas a glorificação acontecerá à Igreja de Cristo. Não haverá vantagem ou prioridade: todos serão glorificados com Cristo no mesmo momento (1Co 15.51,52). Assim, todos os redimidos serão apresentados ao pai pelo Filho, como imaculados e jubilosos (Jd 24).

A glorificação, portanto, está ligada à gloriosa volta de Cristo. O crente vive para este momento, foi salvo para este momento. Declaremos, então, que somos salvos, regenerados, justificados, santificados e seremos glorificados somente pela pessoa e méritos do nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo. A Ele toda a glória!

Bibliografia

BERKOF, Louis. *Teologia sistemática.*

LADD, George E. *Teologia do Novo Testamento.* Rio de Janeiro: JUERP, 1984.

CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. *Declaração doutrinária da CBB.* Rio de Janeiro: JUERP, 1986.

Dictionarv of Theology. Baker Book House, 1966.

MORRIS, Leon. *The cross in the New Testament.* Paternoster, 1967.

MURRAY, John. *Redemption accomplished and appiied.* London: Banner of Truth Trust, 1961.

CALVIN, John. Instituts of the christian religion. London: James Clarke and Company, 1962.

* David Brown. Missionário da Baptist Mission Society, de Londres, Inglaterra. Foi professor no Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil. Trabalhou com a Junta de Missões Mundiais da CBB.

CAPÍTULO 6

ELEIÇÃO

• O que diz a Declaração Doutrinária da CBB

Eleição é a escolha feita por Deus, em Cristo, desde a eternidade, de pessoas para a vida eterna, não por qualquer mérito, mas segundo a riqueza da sua graça. Antes da criação do mundo, Deus, no exercício da sua soberania divina e à luz de sua presciência de todas as coisas, elegeu, chamou, predestinou, justificou e glorificou aqueles que, no correr dos tempos, aceitariam livremente o dom da salvação. Ainda que baseada na soberania de Deus, essa eleição está em perfeita consonância com o livre-arbítrio de cada um e de todos os homens. A salvação do crente é eterna. Os salvos perseveram em Cristo e estão guardados pelo poder de Deus. Nenhuma força ou circunstância tem poder para separar o crente do amor de Deus em Cristo Jesus. O novo nascimento, o perdão, a justificação, a adoção como filhos de Deus, a eleição e o dom do Espírito Santo asseguram aos salvos a permanência na graça da salvação.

1. Gn 12.1-3; Êx 19.5,6; 36.22,23,32; 1Pe 1.2; Rm 9.22-24; 1Ts 1.4
2. Rm 8.28-30; Ef 1.3-14; 2Ts 2.13,14
3. Dt 30.15-20; Jo 15.16; Rm 8.35-39; 1Pe 5.10
4. Jo 3.16,36; Jo 10.28,29; 1Jo 2.19
5. Mt 24.13; Rm 8.35-39; 1Jo 2.27-29; Jr 32.40
6. Jo 10.28; Rm 8.35-39; Jd 24; Ef 4.30

• Comentário

*E. Y. Mullins

Em consequência de sua natureza pecaminosa e habitual escolha do mal, os homens, se entregues a si mesmos, recusariam inevitavelmente a salvação. Um evangelho ou boas-novas de salvação anunciados a uma raça de homens pecadores e sem a ativa energia da graça de Deus para torná-las eficientes, de certo se tornariam infrutíferas. Há duas escolhas necessárias para a salvação do homem: a de Deus ao homem e a do homem a Deus. Afora as crianças e outros incapazes de responder à chamada do evangelho, a salvação não vem de

outro modo senão pela escolha de Deus ao homem e vice-versa. Mas a escolha do homem por Deus é anterior à escolha de Deus pelo homem, porque Deus é infinito na sabedoria e no conhecimento e não fará o sucesso do seu reino depender das escolhas acidentais dos homens. Deus não abandona aos homens a faculdade de salvação ou deixa-a para que eles a usem segundo a sua vontade. Ele toma em suas mãos as rédeas do seu governo. Contudo, agindo desse modo, Ele precisa observar a própria lei da liberdade, como está escrita na constituição moral do homem. Este é o problema ou a tarefa que exige infinito amor, poder e sabedoria: salvar o homem e, todavia, deixá-lo livre para procurar a salvação. Liberdade de ação do homem é uma verdade tão fundamental como qualquer outra exarada no Evangelho e jamais deve ser abolida em nossas exposições doutrinárias. O homem não seria homem sem ela e Deus, salvando-nos, de modo nenhum nos rouba na nossa verdadeira virilidade moral.

Tratando com uma raça de seres que, entregues a si mesmos, inevitavelmente escolheriam o mal, e cuja liberdade, no entanto, deve ser respeitada, como poderia Deus agir, senão como tem feito, não só mandando seu Filho como Mediador a Redentor, mas formulando também meios e artifícios para persuadir os homens a crer e aceitar o evangelho. Se por acaso Ele os tomasse como estão e os salvasse contra a sua vontade, teria cometido um ato imoral. Certamente, esse método é inconcebível com seres livres.

Não resta a menor dúvida de que, se Deus se colocasse longe dos homens, aguardando simplesmente que eles o escolhessem, ninguém o faria. O evangelho, o Espírito Santo, a igreja, o pregador, a mensagem ou sermão e todos os outros meios de persuadir e fazer os homens crer, são, por isso, necessários, a fim de que Deus possa salvar, primeiro, porque Ele mesmo escolheu o homem e, segundo, pela escolha de Deus pelo homem.

O plano de salvação, para ser compreendido, deve ser olhado como um todo. Alguns olham só pela escolha de Deus e ignoram os meios e a necessária escolha da parte do homem. Outros ignoram a escolha de Deus e fazem tudo para depender dos meios e da escolha do homem. No entanto, não se pode dividir em pequenas partes o plano de Deus e compreendê-lo olhando para cada uma das partes de per si. Deve-se recebê-lo como um todo.

Diz-se muitas vezes eleição, como que significando arbitrariedade e parcialidade da parte de Deus. Isso, porém, é um erro. “*Deus deseja que todos os homens se salvem* e *venham ao conhecimento da verdade*” (1Tm 2.4), como Paulo nos assegura. É fato que Jesus morreu por todo o mundo (Jo 3.16).

Eleição não é uma escolha arbitrária de Deus. Atrás de cada ato seu, está o seu amor infinito. Ele adota o único meio pelo qual a salvação de qualquer pessoa seja possível, e, indubitavelmente, Ele se aflige e deseja que, tão rapidamente quanto possível, todos os homens ouçam e conheçam a verdade e a obedeçam. Por isso é que Ele escolhe o homem, não somente para a salvação, como para o serviço. Cada homem ou mulher ou criança salva, Deus o aproveita como um mensageiro e trabalhador para fazer conhecidos a outros sua graça e seu poder.

A eleição não deixa espaço nenhum para jactância ou orgulho ou aspirações de glória da nossa parte, mas quando bem compreendida, enche-nos de humildade e uma concepção mais perfeita da multiforme sabedoria de Deus, ao tratar com as suas livres criaturas. E nos inspiraria com uma santa simpatia, a participar com Deus dos seus esforços para salvar os homens desobedientes, rebeldes e carnais em suas escolhas. Com Deus, podemos, então, pacientemente, cooperar em persuadir os homens a crer no evangelho, em garantir, de um modo absoluto, que a graça de Deus se manterá sempre eficaz na grande tarefa de levar até os rebeldes a abandonar os seus pecados e escolhê-lo livremente; e que a ação potente da santa vontade de Deus, em um mundo emaranhado nas terríveis teias do pecado original, seria eficiente para remir os homens e estabelecer entre eles o seu Reino eterno. Nossa esperança feneceria se o galardão dos nossos esforços dependesse das palavras e respostas loucas dos pecadores. Todas as incertezas se desvanecem, no entanto, diante da plena persuasão garantida pelas Escrituras, de que Deus guia, prepara e deseja para nós, eficazmente, um glorioso galardão.

Atos 13.48; 4.27,28; Êxodo 33.18,19; Mateus 20.15; Efésios 1.3,14; 2Timóteo 1.8,9; 2.10; 1Pedro 1.1,2; 2Tessalonicenses 2.13,14; 1Coríntios 3.27; 4.7; 1Tessalonicenses 2.12,13; 1.4-10; João 6.37-40; 10.25-29; 2Pedro 1.10,11; Hebreus 6.11; Números 23.19; 1Timóteo 5.21; Romanos 9.19-33.

* E. Y. Mullins. Grande teólogo norte-americano. Foi reitor do Southern Baptist Theological Seminary, em Louisville, Ky. Autor de muitas obras importantes. Algumas delas estão traduzidas em Português, como *Axiomas da Religião*. Foi presidente da Aliança Batista Mundial.

• Sobre predestinação

**W. E. Entzminger*

(Estudo publicado em *O Jornal Batista*, na seção de Perguntas e Respostas, em 16 e 30 de março de 1916.)

Algumas observações

O pastor da nossa igreja, em São Luis do Maranhão, pede-nos para explicar nesta coluna a doutrina da Predestinação, o que vamos tentar, ainda que de modo ligeiro.

Ao que parece, aquele irmão não se contenta mais com o "leite racional, não falsificado", próprio para os recém-nascidos em Cristo (1Pe 2.2), mas começa a desejar "mantimento sólido", próprio para os adultos, para os mais desenvolvidos na fé. Para nós, é este um bom indício, e que merece ser elogiado e imitado.

Ele, porém, pôs o dedo em um dos assuntos mais duros da Bíblia, e que, provavelmente, jamais poderá ser explicado de modo completo, porque as suas raízes penetram fundo nos arcanos insondáveis do propósito de Deus. A doutrina da predestinação, como a doutrina da Trindade, está além da compreensão humana, para ser por ela explicada. É, entretanto, uma tremenda realidade, e não pode deixar de ser aceita pela fé, porque a achamos claramente exposta nas Sagradas Escritas. Temos de aceitar de Deus esta doutrina com a simplicidade de seu Pai, declaração que, entretanto, não se pode entender nem explicar. A comparação é fraquíssima, porque a distância que vai da compreensão de uma criança à compreensão que têm seus pais é incomparavelmente menor do que a que vai entre a compreensão do homem e a compreensão de Deus; mas ainda assim ele nos dá uma ideia.

No mundo protestante, a doutrina em questão desde séculos tem dado causa a acalorados debates e mesmo a disputas agressivas, principalmente entre os calvinistas e arminianos, achando-se no Brasil essas duas correntes teológicas, representadas, de um lado, pelos presbiterianos, batistas e congregacionais, que aceitam a doutrina da predestinação; do outro lado, pelos metodistas, que a contestam. Felizmente, tais polêmicas não se dão mais hoje. Aqueles que a aceitam, e os que não a aceitam, não aceitam, sem dirigir ataques violentos aos da parte contrária; e raras vezes mesmo o assunto é discutido, apesar da sua grande importância prática.

A doutrina formulada

Zola (e aqueles que hoje o seguem) comparou o universo a um comboio cheio de passageiros, correndo a grande velocidade, tendo efetivamente o maquinista no seu lugar, mas, morto. Segundo esta ateística teoria, o mundo está entregue aos azares do acaso, ou à regência de certas leis inexoráveis, as leis da natureza, cegas, sem uma grade inteligência para governá-las e sem um grande coração para amenizá-las.

Para o crente, essa teoria é o cúmulo do pessimismo, o fruto amadurecido da descrença; é uma teoria má, repulsiva, uma verdadeira antítese das mais caras aspirações de toda a humanidade. É uma teoria que rebaixa o homem a uma condição inferior aos próprios animais irracionais. Melhor seria o homem ser um boi do que um homem, porque ao menos não se sentiria preso a tão horrendo fatalismo. Estes dois fatos — que a teoria ofende as mais caras aspirações de toda a humanidade, e que põe o homem inferior aos animais — bastam para demonstrar a sua falsidade.

Ao contrário disso, o cristão vê, sem a menor sombra de duvida, que um Espírito onipotente, onisciente e onipresente preside os destinos de todo o universo em todas as suas particularidades, governando os mundos com sabedoria infinita e com justiça perfeita. Por isso, o cristão pode exclamar, nas palavras do salmista: "O Senhor reina; regozije-se a terra; alegrem-se as muitas ilhas. Nuvens e obscuridade estão ao redor dele; justiça e juízo são a base do seu trono" (Sl 97.1,2). Pode também, arrebatado pelo entusiasmo, exclamar com os remidos no céu: "Aleluia; pois já o Senhor Deus todo-poderoso reina" (Ap 19.6).

Segundo a doutrina da predestinação, Deus, desde a eternidade decretou o que ia fazer através dos ciclos de anos a decorrer; formulou os seus decretos acerca da criação dos mundos, de sua conservação e governo; desde a eternidade, Deus organizou o programa a ser executado da fundação dos mundos até a sua consumação. Na execução desse programa, a atividade de Deus manifesta-se sob três formas especiais: 1) A conservação das coisas criadas; 2) a direção das coisas criadas, ou a providência divina; 3) determinado a sorte das suas criaturas.

1. A conservação

Deus expende a sua eterna energia divina para conservar a existência de tudo que Ele criou com as sua respectivas propriedades. Que a matéria seja

eterna como dizem os materialistas, em uma teoria que até hoje está à espera de ser provada e que, certamente, ficará esperando por toda a eternidade; que é solenemente contraditada pela revelação divina. Ora, entre uma afirmação ateística sem prova alguma e uma contra-afirmação da Escritura Sagrada, mil vezes preferimos ficar com esta última — "Antes seja todo o homem mentiroso, e Deus verdadeiro".

2. A providência divina

Isso quer dizer que Deus dirige, governa e cuida de todas as coisas que Ele mesmo criou, presidindo à sua evolução e progresso. As Escrituras Sagradas põem em evidência que esse desvelo de Deus abrange o universo em geral; o mundo material; todos as animais irracionais; os negócios das nações; o nascimento e sorte do homem nesta vida; as coisas aparentemente fortuitas e insignificantes; a proteção dos justos; a provisão do necessário ao povo de Deus; as respostas às súplicas dos que oram; a revelação pública das obras dos ímpios e sua punição etc. Com efeito, tudo, desde o maior, muito fora do alcance do telescópio, até o menor, além do poder do microscópio, está sob a direção imediata de Deus. Nada há fora da ação dominadora de Deus.

Como já foi dito, a doutrina da Predestinação tem dado origem a intermináveis discussões. Milhares de pessoas, ainda que bem intencionadas, não podem admitir que este mundo esteja sob o governo de um Ser todo-poderoso, infinitamente sábio e bom. Se assim fosse — esta é a objeção deles —, como explicar as desigualdades que existem no mundo, as injustiças, os grandes males que afligem e infelicitam a humanidade, como a guerra europeia, o naufrágio recente do paquete *Príncipe das Astúrias* etc.? Como explicar a entrada do pecado no mundo, a maior desgraça que caiu sobre a infeliz raça de Adão? Não há dúvida de que estas objeções são muito sérias; mas negar o fato de um Deus que tudo governa é defrontar com muitíssimas objeções, e do maior peso.

Respondendo à última das objeções mencionadas, a mais importante de todas, e que abrange mesmo a todas as outras, pedimos que se notem duas coisas: 1) A absoluta ignorância do homem e sua incapacidade para julgar as coisas acima de sua compreensão; e 2) o livre-arbítrio do homem, como um fator importante nos acontecimentos do mundo; ou por outra, Deus dividindo com o homem o seu governo sobre o mesmo homem, e entregando-lhe, até certo ponto, os destinos de sua vida. Para julgar em toda a extensão se

qualquer acontecimento é um mal ou não, requereria que o homem fosse onisciente, para poder saber a influência que esse acontecimento teria no governo do mundo.

Muitas vezes acontece nas experiências humanas que o homem emite um juízo temerário acerca de certo proceder do seu próximo; mas depois muda de opinião logo que é mais bem informado, salvo se o seu juízo foi apaixonado ou despido de sinceridade. Outras vezes, uma coisa considerada um mal, mais tarde, revela-se ser um bem. Casos há em que pessoas de débil constituição, doentias, depois de ser, por exemplo, atacadas de uma forte febre tifoide (na ocasião considerada um mal), tornam-se sadias e fortes. Muitas vezes, a história é que dá a exata compreensão de acontecimentos que, no passado, quando se deram, não puderam ser compreendidos; e dá a grande importância de coisas que, no princípio, eram aparentemente pequenas, e que chegaram a influir poderosamente nos destinos do mundo. Se o nariz de Cleópatra, a famosa rainha egípcia, fosse um pouco mais comprido e não tivesse um talhe verdadeiramente escultural, teria sido outra a história do mundo antigo. Não foi o acaso que fez com que um bando de gaivotas voasse por sobre a sua nau Santa Maria, onde viajava Colombo, motivo pelo qual ele modificou a rota e resultou na descoberta do continente sul-americano. Não foi por acaso que se levantou um tremendo temporal que, muito mais que a fraca esquadra inglesa, destruiu a "invencível armada" espanhola, que se destinava a sujeitar a Inglaterra protestante ao domínio do papado.

No procurar explicar muitos dos acontecimentos horrorosos que se desenrolam diante de nós, é preciso levar em conta o fato de que o homem por cujo intermédio eles se dão é um agente livre, que tem a faculdade de agir por conta própria e que pode traçar a própria conduta. Deus não poderia estar sempre a operar milagres, a torto e a direito, intervindo sempre de um modo extraordinário para livrar o homem das más consequências da sua negligência, ignorância, sem fazer dele um perfeito manequim. Sendo o homem um agente livre, o Criador tem de permitir que ele aja de acordo com essa faculdade, embora as consequências lhe sejam as mais funestas. O naufrágio do *Príncipe das Astúrias* talvez tenha sido devido à negligencia de um faroleiro, como sugeriram alguns jornais cariocas. Esses males, entretanto, que tanto nos acabrunham, se bem que terríveis, muito têm concorrido para o progresso da raça. O estudo acerca da causa e cura de moléstias tem contribuído para o desenvolvimento intelectual dos homens, para o melhoramento do estado sanitário e embelezamento se suas habitações. E ainda que a atual

guerra europeia traga em seu bojo tantas desgraças para o mundo inteiro, dará um grande impulso ao progresso intelectual, moral e espiritual da raça humana.

No nosso penúltimo número, nesta mesma seção, dissemos que a doutrina da Predestinação abrangia três pontos, a saber: 1) Que Deus, pelo exercício direto de seu poder, conserva as coisas com o mesmo caráter com que as criou; 2) que dirige todas as coisas segundo o seu beneplácito; 3) que determina a sorte de todas as coisas segundo seus decretos formulados desde a eternidade. Tendo, em nosso citado artigo, procurado explicar os dois primeiro pontos, vamos tentar fazer o mesmo quanto ao terceiro e último.

Que Deus determinou a sorte de suas criaturas humanas é um corolário lógico do que ficou demonstrado quanto à doutrina da soberania de Deus. Se o mundo é governado por um ser onisciente e onipotente, segue-se que seus decretos têm de ser forçosamente executados. O destino de cada criatura é cumprido segundo o que Deus tem anteriormente determinado. Segundo esta doutrina, a raça humana divide-se em duas classes: a primeira, composta dos predestinados para a salvação, e a segunda, composta dos predestinados para a perdição. Esta doutrina chama-se, tecnicamente, a doutrina da eleição. Calvino, seguindo Agostinho, que se pretendia basear nos escritos de Paulo, afirmava que a Escritura Sagrada ensinava que, desde a eternidade, Deus elegera certas pessoas para a vida eterna, e certas outras para a morte eterna. Segundo este teólogo da Reforma, Cristo morreu somente pelos predestinados, e por mais ninguém. Temos que confessar que esta doutrina, com toda a sua certeza positiva, ainda que aceita por milhões de evangélicos durante o decorrer dos séculos, nunca pôde satisfazer a consciência. A ideia de Deus ter criado o homem à sua imagem e semelhança, e predestinado certas pessoas para a perdição eterna nos é sobremodo repulsiva, mormente considerando o caráter de Deus, um caráter de infinita justiça, bondade e misericórdia. No mundo protestante, não há, cremos, doutrina tão debatida como seja esta doutrina da Predestinação. Sem dúvida, aqueles que a têm aceitado e defendido no seu caráter absoluto, têm feito isso na firme convicção de assim ela ser ensinada na Escritura Sagrada. Entretanto, já têm surgido dúvidas quanto a tal doutrina basear-se licitamente nas Escrituras.

Os calvinistas modernos têm procurando amenizar a doutrina, dando-lhe a seguinte forma: Deus elegeu pessoas para a salvação, mas quanto às demais, nada determinou, deixando que elas mesmas determinassem a própria sorte. A vida humana, dizem eles, oferece muitos exemplos que

poderão ilustrar esse modo de agir da parte do Soberano de todas as coisas. Na política, por exemplo, o povo elege um só de seus concidadãos para ocupar a presidência da República, deixando todos os outros de lado sem lhes fazer a menor injustiça; assim também Deus poderá eleger a quem quiser para ser alvo da sua graça, sem praticar injustiça nenhuma contra os que não são contemplados.

Seja, porém, como for, há uma coisa relacionada com este assunto que não sofre a menor dúvida: é que aqueles que são predestinados, que se tornam objeto especial da graça divina e se salvam, o são pela fé em Jesus Cristo, e, sem fé em Jesus, não há predestinado que se salve. É isso que se lê, de maneira clara e distinta, especialmente na passagem que a seguir reproduzimos: "Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, o qual nos abençoou com todas as bênçãos espirituais nos lugares celestiais em Cristo. Como também nos elegeu nele antes da fundação do mundo, para que fôssemos santos e irrepreensíveis diante dele em caridade: e nos predestinou para filhos de adoção por Jesus Cristo para si mesmo, segundo o beneplácito da sua vontade, para louvor da glória da sua graça, pela qual nos fez agradáveis a si no Amado. Em quem temos a redenção pelo seu sangue, a remissão das ofensas, segundo as riquezas da sua graça, que ele fez abundar para conosco em toda a sabedoria e prudência; descobrindo-nos o mistério da sua vontade, segundo o seu beneplácito, que propusera em si mesmo, para tornar a congregar em Cristo todas as coisas, na dispensação da plenitude dos tempos, tanto as que estão nos céus como as que estão na terra; nele, digo, em quem também fomos feitos herança, havendo sido predestinados, conforme o propósito daquele que fez todas as coisas, segundo o conselho da sua vontade; para que fôssemos para louvor da sua glória, os que primeiro esperamos em Cristo, em quem também vós estais depois que ouvistes a palavras da verdade, a saber, o evangelho da vossa salvação, no qual também, havendo criado, fostes selados com o Espírito Santo da promessa (Ef 1.3-13).

Note-se que nestes versos o apóstolo declara que os crentes a quem ele se dirigia, tinham sido escolhidos em Cristo, antes da fundação do mundo, para a santidade, para se tornarem filhos de Deus etc., e que todos esses benefícios eram obtidos por ouvirem o evangelho de Jesus Cristo, fora do qual não há salvação, nem mesmo para os predestinados. Evangelho que o próprio Salvador mandou anunciar a toda a criatura.

Ainda que haja predestinados para a salvação, eles nunca a obterão sem que consintam em ser salvos e façam uso dos meios que Deus dispôs para que todos os homens sejam salvos. Embora o Deus soberano disponha dos recursos infindos para a execução de seus eternos decretos, respeita em absoluto o livre-arbítrio de suas criaturas humanas, nunca empregando a força ou a violência, mas os meios brandos de persuasão, concordes com a liberdade individual do homem, com a sua prerrogativa de livre escolha. (É uma coisa interessante ver-se, no decorrer do Velho Testamento, como Deus argumenta com o homem quase como se fosse uma discussão de igual para igual.) Ora se Deus opera nos escolhidos o querer e o perfazer da sua vontade, eles, por sua vez, terão também de obrar a própria salvação com temor e tremor. Na vida espiritual, uma regra muito acertada, e assaz prática, era o que observava o grande herói da oração, Jorge Müller, personalidade célebre no mundo cristão evangélico. Era esta a sua regra: Orar como se tudo dependesse de Deus; trabalhar como se tudo dependesse de nós.

Ao mesmo tempo, os propósitos de Deus não são menos seguros, porque não são executados à força, mas de acordo com a vontade do homem. A persuasão moral, o apelo à razão e à consciência do homem, é um meio incomparavelmente mais eficaz para trazer convicção ao homem do que a força, que quando muito o subjugará, mas não o conquistará. A persuasão alcança maravilhas na vida humana, o que verificamos todos os dias. Quantas vezes uma pessoa no principio é francamente contrária a qualquer projeto, mas, passado o tempo, recebendo mais luz sobre o assunto, torna-se o seu mais denodado apologista?! Para se conseguir a conversão de uma alma, às vezes se precisa trabalhar muitos anos. Jorge Müller orou, por mais de 40 anos, pela conversão de dois amigos, e a resposta às suas orações ele só a teve quando já se achava na glória. Cedo ou tarde os propósitos de Deus serão cumpridos. Com Ele nunca, como no caso do homem, pode haver fracasso. Disse Jesus aos seus conterrâneos: "Mas vós não credes, porque não sois das minhas ovelhas. As minhas ovelhas ouvem a minha voz, e eu as conheço, e elas me seguem; e eu lhe dou a vida eterna, e nunca perecerão, e ninguém as arrebatará da minha mão" (Jo 10.26-28).

Finalmente, nunca devemos perder de vista passagens da Escritura como esta de João 3.16: "Porque assim amou Deus ao mundo, que deu o seu Filho Unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna". Por mais que o homem faça, jamais poderá descobrir se é ou não um dos predestinados; mas todos podem apegar-se a esta santa promessa de Deus e se fazerem incluir no número dos felizes eleitos para a salvação. Se Deus,

cheio de bondade e misericórdia, me oferece a salvação por seu Filho Jesus Cristo, é meu dever aceitar, sem me preocupar se fui ou não um dos predestinados: devemos aceitar a salvação com aquele espírito de humildade da mulher siro-fenícia, que se contentava em ser classificada como um dos cachorrinhos da família para comer as migalhas que caíam da mesa de seu senhor.

* W. E. Entzminger. Foi um grande missionário. Era doutor em Teologia e tinha grandes dotes jornalísticos. Criou, em 10 de janeiro de 1901, *O Jornal Batista* e a Casa Publicadora Batista. Pelo *O Jornal Batista*, ele ajudava nossas igrejas no doutrinamento de seus membros. Ele era também poeta. Escreveu 68 hinos para o *Cantor Cristão*, sendo que o mais amado deles é o de número 439 – "Minha pátria para Cristo". Em 1915, ele foi eleito Presidente da CBB. Escreveu várias obras, como *Haverá Bíblia falsas?*, *O poder do alto*, *A prática da oração* etc. Sua contribuição para o esclarecimento da doutrina da Predestinação foi sempre bem apreciada.

CAPÍTULO 7

REINO DE DEUS

• O que diz a Declaração Doutrinária da CBB

O reino de Deus é o domínio soberano e universal de Deus e é eterno.[1] É também o domínio de Deus no coração dos homens que, voluntariamente, a ele se submetem pela fé, aceitando-o como Senhor e Rei. É, assim, o reino invisível nos corações regenerados, que opera no mundo e se manifesta pelo testemunho dos seus súditos.[2] A consumação do reino ocorrerá com a volta de Jesus Cristo, em data que só Deus conhece,quando o mal será completamente vencido e surgirão o novo céu e a nova terra para a eterna habitação dos remidos com Deus.[3]

1. Dn 2.37-44; Is 9.6,7
2. Mt 4.17; Lc 17.20; 4.43; Jo 18.36; 3.3-5; Mt 6.33; 1Pe 2.9,10
3. Mt 25.31-46; 1Co 15.24; Ap 11.15

• Comentário

*Arthur Gonçalves

"O Reino de Deus é o domínio soberano e universal de Deus e é eterno"(Dn 2.37-44; Is 9.6,7).

O conceito do **Reino de Deus** sobre o universo e sobre os seres humanos nos é apresentado de maneira clara desde a criação, em Gênesis, até o Apocalipse. O eterno está no trono. Ele é o Criador.

O Reino de Deus representa uma ideia profundamente enraizada no pensamento vetero-testamentário e constitui o tema central do ensino de Jesus, como nos é apresentado nos evangelhos sinóticos.

A ideia principal é a da realeza ou soberania de Deus. Ele reina tanto no universo natural como no espiritual.

A Bíblia considera o reinado de Deus sob três diferentes aspectos: como um fato, como manifesto sobre a terra na sua aceitação pelos homens e como uma consumação a ser esperada no futuro. Neste caso, temos uma ideia escatológica.

O Reino de Deus foi anunciado no concerto com Abraão (Mt 8.11 e Lc 13.28), está presente no reinado de Cristo no coração dos crentes (Lc 17.21) e estará completo quando todo o mal tiver sido destruído e Deus estabelecer o novo céu e a nova terra (Ap 21.1).

A natureza do Reino

"É também o domínio de Deus no coração dos homens que, voluntariamente, a ele se submetem pela fé, aceitando-o como Senhor e Rei. É, assim, o reino invisível nos corações regenerados, que opera no mundo e se manifesta pelo testemunho dos seus súditos" (Mt 4.17; Lc 17.20; 4.43; Jo 18.36; 3.3-5; Mt 6.33; 1Pe 2.9,10).

Nesta era, há súditos do reino que o são apenas nominalmente. Referimo-nos aos que não nasceram de novo em todas as gerações. Representa o que são aqueles que apenas professam ser crentes e que apenas têm o nome de cristãos (Mt 13.1-52).

A consumação do Reino

"A consumação do reino ocorrerá com a volta de Jesus Cristo, em data que só Deus conhece, quando o mal será completamente vencido e surgirão o novo céu e a nova terra para a eterna habitação dos remidos de Deus" (Mt 25.3,4; 1Co 15.24; Ap 11.15).

Há o reino perfeito do novo céu e da nova terra que será o futuro reino (Jo 14.1-3; 1Co 15.24; 2Pe 3.10-13; Ap 21.1).

O reino eterno é o estado perfeito de ser do crente no futuro (1Co 15.50; Ap 21.4,5; Mt 8.11; Lc12.32).

Horschel H. Hobbs, notável teólogo, escreveu: "Alguns batistas e outros veem Jesus na sua volta reinando na terra por mil anos. A posição que alguém assuma nesta questão não é um teste de ortodoxia entre os batistas".

A expansão do Reino

Foi-nos confiada a responsabilidade de estender o reino por meio da pregação do evangelho. Cada pessoa, ao se converter, passa a ser cidadão do reino. Isso significa que devemos orar para que o Reino de Deus venha. Outra maneira de trabalharmos para a expansão do reino é por meio da obra missionária. Cristo nos deixou a Grande Comissão de irmos a todo o mundo e pregarmos o evangelho.

Há pessoas e grupos de povos, por toda parte do mundo, aguardando que lhes preguemos o evangelho.

Como disse Oswald Smith: "Só esta geração pode alcançar esta geração com a mensagem do evangelho".

E "por que haveria alguém de ouvir duas vezes o evangelho antes de todos terem ouvido pelo menos uma vez?".

À semelhança do jovem faminto que deu seu lanche a Jesus para que este o multiplicasse e alimentasse as multidões, cabe-nos dar-nos a nós mesmos e o que temos ao Senhor.

O maior milagre não foi Jesus ter multiplicado os pães, mas o jovem faminto ter dado o seu lanche. Quem já viu isso acontecer?

"Seja feita a tua vontade"

Viver como cidadãos do reino é estarmos submissos à vontade de Deus. Deus tem um plano para cada um de nós. "Temos só uma vida, que logo passará; só o que for feito para Cristo permanecerá".

Cidadãos de dois reinos

O crente vive sua vida no presente sabendo que é cidadão do reino presente e do reino futuro. Reconhece que esta vida é temporal, e se prepara para a vida futura. Seu destino é o céu e já está determinado e assegurado pela obra redentora de Cristo na cruz e a decisão pessoal do crente de aceitar Cristo como seu Salvador e Senhor.

Assim que vivemos aqui como cidadãos do reino terrestre, mas sabendo que pertencemos ao reino celestial e que uma herança espiritual nos espera no céu.

* Arthur Gonçalves. Doutor em Teologia pelo Seminário Teológico Batista de Dallas, USA. Foi diretor da Faculdade Teológica Batista de São Paulo. Foi pastor da Igreja Batista do Ipiranga, em São Paulo, SP. Intérprete competente. Interpretou, por várias vezes, o evangelista Billy Graham. Foi orador da CBB e membro da Junta Administrativa do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil. Fez parte do General Council da Aliança Batista Mundial

CAPÍTULO 8
IGREJA

• O que diz a Declaração Doutrinária da CBB

Igreja é uma congregação local de pessoas regeneradas e batizadas após profissão de fé. É nesse sentido que a palavra "igreja" é empregada no maior número de vezes nos livros do Novo Testamento. Essas congregações são constituídas por livre vontade dessas pessoas com a finalidade de prestarem culto a Deus, observarem as ordenanças de Jesus, meditarem nos ensinamentos da Bíblia para edificação mútua e para a propagação do evangelho. As igrejas neotestamentárias são autônomas, têm governo democrático, praticam a disciplina e se regem em todas as questões espirituais e doutrinárias exclusivamente pela Palavra de Deus, sob a orientação do Espírito Santo. Há nas igrejas, segundo as Escrituras, duas espécies de oficiais: pastores e diáconos. As igrejas devem relacionar-se com as demais igrejas da mesma fé e ordem e cooperar, voluntariamente, nas atividades do Reino de Deus. O relacionamento com outras entidades, quer sejam de natureza eclesiástica ou outra, não deve envolver a violação da consciência ou o comprometimento da lealdade a Cristo e sua Palavra. Cada igreja é um templo do Espírito Santo. Há também no Novo Testamento outro sentido da palavra "igreja" em que ela aparece como reunião universal dos remidos de todos os tempos, estabelecida por Jesus Cristo e sobre ele edificada, constituindo-se no corpo espiritual do Senhor, do qual ele mesmo é a cabeça. Sua unidade é de natureza espiritual e se expressa pelo amor fraternal, pela harmonia e cooperação voluntária na realização dos propósitos comuns do Reino de Deus.

Mt 18.17; At 5.11; 20.17.28; 1Co 4.17; 1Tm 3.5; 3Jo 9; 1Co 1.2,10
At 2.41,42
Mt 18.15-17
At 20.17,28; 6.3-6; 13.1-3; Tt 1.5-9; 1Tm 3.1-13; Fp 1.1; 1Co 3.16,17;At 14.23; 1Pe 5.1-4
Mt 16.18; Cl 1.18; Hb 12.22-24; Ef 1.22,23; 3.8-11; 4.1-16; 5.22-32; Jo 10.16; Ap 21.2,3

• Comentário

*Jaziel Guerreiro

O termo igreja

O termo "Igreja" vem da palavra grega **ekklesia**, originária do verbo **kalein**, que significa chamar. Entre os gregos, esse termo se referia a uma assembleia do povo convocada regularmente para algum lugar público, com o objetivo de deliberar sobre algum assunto[33]. **Ekklesia** significa assembleia, congregação, mas os gregos não davam sentido religioso à palavra. Havia outro tipo de reunião ocasional entre os gregos e o termo usado para tal reunião era **sullogos**. A palavra usada pelos autores do Novo Testamento é sempre **ekklesia**, pois ela denota a ideia de convocação, o que se enquadra perfeitamente no objetivo da Igreja de nosso Senhor Jesus Cristo.

No Antigo Testamento o termo usado no hebraico para as assembleias dos hebreus é **kahal** (Dt 23.1-3, Ne 13.1 e Lm 1.10), cujo sentido geral é o mesmo da palavra grega, ou seja, convocação. Entretanto, **kahal** toma ênfase religiosa, pois a convocação era feita por Deus. A Septuaginta, versão grega do Antigo Testamento, sempre traduziu a palavra **kahal** por **ekklesia**, mostrando que o povo de Deus sempre se apresentava solenemente diante do Senhor.

A palavra **Ekklesia** aparece 114 vezes em o Novo Testamento, sendo que apenas 5 vezes ela aparece com o sentido secular. Das 109 vezes em que aparece com o sentido cristão, 95 ela se refere à Igreja como um grupo de fiéis e, nas outras 14 vezes, o sentido é universal[34]. Jesus foi a primeira pessoa a usar a palavra **ekklesia** em o Novo Testamento, aplicando-a ao grupo daqueles que se reuniam ao redor dele e aceitavam os princípios do reino por Ele estabelecidos (Mt 16.18).

Com o avanço da Igreja, o termo foi adquirindo vários significados, dos quais os mais importantes são:

a) um grupo de fiéis reunidos em alguma localidade definida (At 11.26; 1Co 11.18; Rm 16.1; Gl 1.2). É a **igreja local** que em alguns lugares se reuniam nas casas.

b) o número total daqueles que no mundo todo professam a Cristo Jesus e se organizam com o fim de cultuar a Deus sob a direção de bispos e diá-

33. Para verificar tais reuniões entre os gregos basta ler Atos 19.32,39,41.
34. Ferreira, Ebenézer S., Manual da Igreja e do obreiro, Rio de Janeiro: JUERP, 1993, p.33.

conos, oficiais designados para tal função (1Co 10.32; Ef 4.11-16). É a **igreja universal**, no sentido restrito.

c) todo o corpo de fiéis, tanto na terra quanto no céu, que se unem ou se unirão a Cristo como Salvador (Ef 1.22,23; 3.10-21; Cl 1.18). É a **igreja universal**, no sentido amplo.

Definição de igreja

É mister fazer-se uma distinção entre Igreja Universal e Igreja Local. A **Igreja Universal** é o conjunto de todo o povo de Deus em todos os séculos, o total dos eleitos, incluindo os do Antigo Testamento. A expressão pode também designar todo o povo de Deus no mundo em determinada época na história. A **Igreja Local** é uma comunidade de pessoas que pela fé e obediência estão unidas a Cristo, e, organizadas, promovem o Seu reino. Igreja local é uma congregação composta de pessoas professas em Jesus Cristo, regeneradas e batizadas que, voluntariamente se reúnem sob as leis do evangelho de Cristo, procurando estender o Reino de Deus não só em suas vidas, mas nas de outros, através da adoração a Deus, comunhão, serviço, evangelização e edificação própria[35].

Ao se definir Igreja, existem alguns aspectos essenciais que precisam ser ressaltados:

a) Cristo é o cabeça e o chefe supremo da Igreja.

b) A Igreja se subordina somente às Sagradas Escrituras em matéria de fé e prática. Ir além da Bíblia seria trair o próprio Cristo, pois nenhuma autoridade religiosa, por mais santa e competente que seja, pode tomar o lugar da autoridade que é a Palavra de Deus revelada na Bíblia.

c) A Igreja deve ser livre e independente, não se sujeitando hierarquicamente a nenhuma pessoa ou organização denominacional, embora existam aquelas denominações que possuem hierarquias.

d) A Igreja é completamente competente para dirigir seus próprios atos e ações de acordo com os ensinamentos de Cristo.

e) A Igreja deve ser separada do Estado, em virtude de seu caráter e de suas funções espirituais, embora existam Igrejas que são ligadas ao

35. Martins, Jaziel Guerreiro, Manual do pastor e da igreja, Curitiba: A. D. Santos, 2003, p.07.

Estado que, com isso, possuem a vantagem de terem cultos e adoração em países onde o cristianismo é religião proibida.[36]

f) Cada cristão é o seu próprio sacerdote e tem completa liberdade de consciência. Cada pessoa é competente para aproximar-se de Deus não necessitando de intermediários humanos (1Tm 2.5; Rm 14.12). Alguns inventaram a doutrina da transferência ou procuração, pela qual alguém pode, na terra, interceder pelo semelhante junto a Deus e perdoá-lo, mas a doutrina neotestamentária é que cada cristão é, perante Deus, o seu próprio sacerdote.

g) Todos os membros possuem direitos e privilégios iguais, bem como as mesmas responsabilidades.

h) Os líderes religiosos, como oficiais bíblicos, não têm autoridade sobre a Igreja, a não ser aquela da sua vida moral ilibada. Os oficiais são despenseiros, servos da própria Igreja.

) A Igreja é Una, ou seja, embora haja cerca de 22 mil grupos cristãos diferentes, ela é una. Embora não haja uniformidade no culto, na liturgia, na estrutura e na doutrina, ela é una, é a Igreja de Jesus Cristo.

j) A Igreja é Santa, ou seja, ela é separada daquilo que é profano e está dedicada ao serviço de Deus.

l) a Igreja é Católica, ou seja, universal. Isso significa que a Igreja tem a mesma identidade na sua origem, na sua relação com o senhorio de Cristo Jesus e no seu propósito. Indica também que a Igreja é para todos, sem exclusão de ninguém que queira entrar nela. O termo católico adquiriu um sentido polêmico a partir do século III, para referir-se aos ortodoxos em contraposição aos carismáticos e hereges da época; e, hoje, quase que exclusivamente designa a religião Católica Romana.

m) a Igreja é Apostólica, ou seja, ela está edificada sobre o fundamento lançado pelos apóstolos, sendo o nosso Senhor Jesus Cristo a principal pedra (Ef 2.20).

Outros nomes bíblicos para igreja

O Novo Testamento apresenta vários outros nomes para a Igreja de Jesus Cristo. Através desses nomes pode-se ver alguns aspectos da vida essencial

36. Martins, Jaziel Guerreiro.Manual do pastor e da igreja, Curitiba: A. D. Santos, 2003, p.07-8.

da Igreja e de seu relacionamento com Ele. Os vários nomes apresentados pelos autores neotestamentários são:

1 Corpo de Cristo

Embora este nome não seja uma definição completa de Igreja, ele é uma figura poderosa que revela algo da natureza da Igreja. Esse nome é dado tanto à Igreja local (1Co 12.27) quanto à Igreja Universal. "Corpo de Cristo" mostra a unidade orgânica da Igreja, cuja vitalidade está na sua relação com a cabeça que é Cristo. O nome também dá ênfase sobre o relacionamento harmonioso que deve existir entre os membros da Igreja. Em algumas passagens bíblicas, Cristo é visto como o corpo inteiro e nós somos vistos como sendo apenas membros (Rm 12.5; 1Co 10.16). Já em outras passagens, Ele é apenas a cabeça e nós cristãos, juntos, formamos o corpo, e individualmente somos os membros (Ef 5.23; Cl 1.18; 2.19).

A figura mostra que existem muitos membros, o que importa em multiplicidade. Cada um deles exerce a sua respectiva função e cada uma dessas funções é importante para a vida coletiva da Igreja, onde nenhum membro individual funciona com exclusividade. Cada membro do corpo precisa de todos os outros membros; cada qual é indispensável para os demais. Nenhum membro, isoladamente considerado, pode representar o corpo de Cristo, motivo também pelo qual nenhum deles tem o direito de destacar-se acima dos demais, preocupando-se com sua própria promoção e importância. Além disso, o "corpo" não é equivalente a igreja visível, e sim, ao corpo místico de Cristo, composto daqueles que são conhecidos por Cristo, que têm experimentado algum conhecimento do Espírito Santo de Deus.

2 Templo do Espírito Santo

Em 1Coríntios 3.16, o apóstolo Paulo chama a Igreja de "santuário de Deus". Em Efésios 2.21,22 ele trata a Igreja como um edifício que cresce para templo santo no Senhor, para morada de Deus no Espírito. O apóstolo Pedro também usa a expressão "casa espiritual" quando faz menção à Igreja (1Pe 2.5). Essas designações dos apóstolos enfatizam o caráter espiritual da Igreja, como sendo uma criação do Espírito Santo de Deus, indicando que ela é santa, inviolável, pelo fato de que o Espírito Santo presente nela lhe dá um caráter exaltado. Interessante notar que, como templo, a igreja estará completo no futuro, na consumação de todas as coisas (Ap 21.3).

Os cristãos não são mais estrangeiros ou peregrinos, que habitam uma terra que não é sua, onde não gozam o direito de cidadania. Antes, eles mesmos se tornam a habitação do Espírito Santo, o lugar de sua manifestação. Pelo fato que em nós habita o Espírito Santo, nos é conferida a comunhão com Deus e nessa comunhão é que nos tornamos habitação do próprio Deus. O Espírito Santo não é apenas o meio ou o instrumento, mas é igualmente o medianeiro por cuja virtude Deus habita na Igreja[37].

Ao habitar na Igreja, o Espírito Santo partilha com ela sua vida. As qualidades que lhe são próprias e referidas na Bíblia como fruto do Espírito (Gl 5.22-23), são encontradas na Igreja. O Espírito Santo também produz unidade no corpo. Isso não significa uniformidade, mas uma unanimidade em propósito e em ação. Além disso, é o Espírito Santo que transmite o poder para a Igreja, como Jesus indicou em Atos 1.8. O Espírito Santo cria, também, uma sensibilidade à liderança do Senhor e traz à lembrança os ensinamentos do Senhor, guiando os cristãos em toda a verdade

3 Noiva de Cristo

No Antigo Testamento, temos a figura simbólica de Israel atuando como noiva e esposa de Deus (Is 62.6; 54.5; Os 2.19-20; Ez 16). Portanto, a infidelidade de Israel, quanto as coisas religiosas, era tratada como adultério (

Êx 34.15). Assim, o abandono das ideias religiosas erradas era como se a nação deixasse seus amantes e tornasse a casar-se com o Senhor (Is 49.18; 69.10). O livro de Cantares de Salomão apresenta-nos um vívido quadro do namoro e do amor nupcial, representando o amor de Deus por seu povo. Muitos autores cristãos têm visto, no livro de Cantares, uma figura do amor de Cristo por sua Igreja.

Já o Novo Testamento apresenta Cristo como noivo da Igreja (Mc 2.18-20; Ef 5.27; Ap 19.7). Essa figura serve para enfatizar o tipo de relação de Cristo com a Igreja: um amor sem reservas, pois Ele a escolheu e por ela morreu. A figura também destaca o futuro da Igreja, um futuro glorioso juntamente com Ele (Ap 19.7; 21.2). Essa metáfora é um mistério, um grande segredo divino, antes oculto, mas agora revelado. Uma das principais lições que pode ser notada através dessa figura é o amor que caracteriza as relações entre Cristo e sua Igreja.

37. Champlin, R. N. & Bentes J. M. Enciclopédia de Bíblia, teologia e filosofia. São Paulo: Candeia, 1995, V. 6, p.425.

4 Povo de Deus

No Antigo Testamento o povo de Deus era o Israel físico. Deus havia criado um povo para si mesmo. Em o Novo Testamento, esse conceito de Deus escolhendo um povo é alargado, passando a incluir tanto judeus quanto gentios como povo seu. A partir do Novo Testamento, a Igreja é o povo de Deus; é o novo Israel (2Co 6.16; Gl 6.16; 1Pe 2.9; Tt 2.14). Os cristãos tornaram-se os sucessores da antiga nação hebreia, como "povo de Deus", em contraste com os que se mantêm na incredulidade. O segundo concílio do Vaticano usou o termo para referir-se à Israel e à Igreja. Os elementos distintivos na ideia de povo de Deus são: **o chamado divino** (a Igreja é a comunidade viva daqueles que responderam ao chamado); **a aliança**, **a eleição**, e o **reino de Deus**[38].

O conceito de Israel no Antigo Testamento e da Igreja em o Novo Testamento como povo de Deus contém algumas implicações. Ele provê cuidado e proteção ao seu povo; ele o mantém "como a menina dos olhos" (Dt 32.10). Ele, por outro lado, espera que a Igreja seja seu povo sem reservas e lhe seja totalmente fiel. Espera-se, consequentemente, que o povo de Deus seja puro e santificado (Ef 5.25-27).

5 Jerusalém celestial

Em Gálatas 4.26, o apóstolo Paulo chama a Igreja de "a Jerusalém que é de cima", personificando a cidade celestial como mãe do verdadeiro Israel, contrastando com a personificação de Roma como a meretriz. O autor de Hebreus a chama de "Jerusalém Celestial" (Hb 12.22); e, João a chama de "a nova Jerusalém" (Ap 22.2). Obviamente, os autores estão se referindo à igreja universal e não à igreja local. A Igreja é, portanto, a reprodução da cidade de Jerusalém, a qual era descrita no Antigo Testamento como o local onde Deus habitava. Sendo assim, a Jerusalém Celestial é o lugar da habitação de Deus, onde o povo cristão entra em comunhão com Ele. Embora esse lugar de habitação esteja agora na Terra, ele pertence à esfera do céu e por causa disso será vista no futuro reino de Deus[39].

A nova Jerusalém é também a "Noiva de Cristo" (Ap 19.7-10), a qual está adornada com a santidade de Deus, com toda a plenitude de Deus, participando de seus atributos. No Apocalipse temos as suas dimensões (21.15-17), sua composição (21.18-21) e sua glória (21.22-27).

---

38. Severa, Zacarias A., Manual de teologia sistemática, Curitiba: A. D. Santos, 1996, p.108.
39. Martins, Jaziel Guerreiro, Manual do pastor e da igreja, Curitiba: A. D. Santos, 2003, p.13.

6 Coluna e esteio da verdade

O autor das Pastorais apresenta a Igreja como uma coluna e esteio da verdade (ITm 3.15). Essa figura serve para descrever a Igreja como guardiã, protetora e defensora da verdade divina, contra todos os inimigos do reino, sejam de fora ou os hereges que saem de dentro dela. Conquanto se refira à igreja em geral, pode-se aplicar esse nome à igreja local. A ideia da frase é que a Igreja é aquele alicerce e estrutura que contém, defende e sustenta a verdade, que é a fé cristã.

7 Rebanho de Deus

Esse nome ressalta a completa dependência da Igreja ao seu Senhor; somos ovelhas Dele e, portanto, Ele nos alimenta, nos guia e nos protege, pois somos alvo de seu amor e de seus cuidados (Hb 13.20; 1Pe 5.4; 2.25; Jo 10.2-15). A Igreja é o rebanho do Senhor Jesus e Ele é o Pastor dela.

8 Vinha de Deus

Esse termo enfatiza, por um lado, o cuidado de Deus pela sua Igreja: o Senhor Jesus aparece como a videira verdadeira, nós como os ramos, o Pai Celeste como o viticultor, tudo apontando para os ternos cuidados de Deus. Por outro lado, essa figura denota a responsabilidade que os cristãos têm de apresentar frutos para Deus (Jo 15.1-8). Também é fortíssimo o sentido de dependência total em que devemos viver diariamente diante do Senhor, dependendo Dele em tudo, pois um ramo desligado da videira não pode produzir qualquer fruto.

Quando surgiu a Igreja de Cristo

As opiniões são muito divergentes quanto ao momento em que a Igreja foi organizada. Alguns pensam que teria sido quando Cristo convoca seus primeiros discípulos; outros asseveram que foi no dia de Pentecostes; e, ainda outros afirmam que foi depois quando a cristandade já tinha um corpo de doutrinas definido e já era composta de oficiais aptos para dirigi-la[40].

Pode-se dizer que a fundação e o estabelecimento da Igreja foi um processo gradual e progressivo, e não um momento único na história. A Igreja já existia

40. Martins, Jaziel Guerreiro, Manual do pastor e da igreja, Curitiba: A. D. Santos, 2003, p.15.

antes do Pentecostes, em forma incipiente, pré-natal. Havia pessoas arrependidas, regeneradas, batizadas, celebravam a Ceia e havia até um tesoureiro (Jo 13.29); isso significa que os elementos essenciais de uma igreja já existiam antes do Pentecostes, embora em um estágio embrionário. Nesse período, a Igreja tem a presença corpórea de Cristo. Era uma igreja, mas em forma embrionária, pois ela não estava preparada e pronta para executar a sua tarefa.

É só a partir do Pentecostes, com a vinda do Espírito Santo, que a igreja está completamente preparada e pronta para realizar a sua tarefa. A Igreja ainda vive sob a tutela de Cristo, sem a existência de oficiais, ou seja, de pastores e diáconos. No entanto, para todos os efeitos e propósitos seus, a Igreja está completamente equipada para a sua obra pelo derramamento do Espírito Santo e pela atuação e função apostólica dos 12.

A maturidade da Igreja foi um processo vivido por várias décadas, pois com a morte dos apóstolos começou a surgir a necessidade de estabelecer os oficiais para a execução dos propósitos da própria Igreja. É nesse período que a Igreja atinge a sua maturidade: a Igreja já está estabelecendo seu corpo de doutrinas, os livros que mais tarde vieram a se tornar normativos para a Igreja já estão sendo escritos e, a Igreja já possui oficiais e se mostra apta para dirigir-se.

O Reino de Deus e a Igreja

No Antigo Testamento, em termos bem amplos, a criação inteira é o Reino de Deus. Ele é o rei do céu, retratado como quem está sentado no trono do governo universal (Sl 103.19; Ez 1.26-28). Deus cuida de tudo e governa tudo, como o Rei Eterno (Sl 33.13; 145.13; Dn 4.3-4). Sua jurisdição abrange todas as nações (Sl 22.28; Jr 46.18). O direito que Deus tem de ser Rei deriva-se do fato de que Ele é o criador de todas as coisas (Sl 95.3-5). Em termos bem específicos, a nação judaica era o reino de Deus; Ele governava no monte Sião ou Jerusalém e era conhecido como o Deus de Israel (Sl 48.2; 99.1; Dt 33.5; 1Sm 12.12; Jz 8.23).

Muitos fazem, atualmente, confusão com relação aos termos "Reino de Deus" e "Igreja"; portanto, existe a necessidade de distinguir ambos os termos. Em primeiro lugar, o Reino de Deus sempre existiu antes da Igreja de Jesus Cristo, enquanto a Igreja começou com Ele. Em segundo lugar, o Reino inclui todos os filhos de Deus enquanto que a Igreja se confina aos crentes no Cristo histórico. Em terceiro lugar, o Reino é não pertencente a esse mundo e é invisível, consistindo no domínio de Cristo na vida de

seus súditos, enquanto a Igreja é visível e pertence a esse mundo no que diz respeito às suas relações sociais e políticas. Em último lugar, o Reino não tem caráter orgânico, mas a Igreja é um organismo local[41].

Submissa ao reinado de Cristo, cuja realeza ela confessa e proclama, a Igreja não constitui o Reino de Deus; até o fim ela pode apenas proclamá-lo como a esperança final sua e do mundo e anunciar os sinais anunciadores do novo mundo. Sendo assim, a Igreja de Cristo faz parte do Reino, mas não é o Reino. A criação inteira também parte do Reino de Deus, a nação hebreia também fez (ou faz, conforme algumas interpretações) parte Reino de Deus, o reino messiânico esperado pelos judeus também fazia parte do Reino. O futuro governo de Deus também fará parte do Reino de Deus. A Igreja pertence ao Reino, é uma parte dele, a parte organizada e visível mais importante das forças do Reino, mas o Reino é um conceito mais amplo que a Igreja, pois ele representa o domínio de Deus em todas as esferas da vida humana.

A missão da Igreja

A Igreja de Jesus Cristo é um organismo espiritual e precisa realizar funções básicas que lhe deem vitalidade e força. A Igreja existe para cumprir com seus propósitos e objetivos. A Igreja deve cumprir dignamente a sua missão, pois do contrário, ficará espiritualmente doente, ao tentar funcionar de uma forma que o Senhor nunca pretendeu que funcionasse. Qual seriam, então, as funções que a Igreja precisa desempenhar? Como ela pode cumprir seu papel condignamente? A seguir são enfocadas as principais funções que a Igreja deve exercer.

1 Adoração

A adoração é a relação vertical do homem com Deus; é a homenagem prestada a Deus. Adoração a Deus é a função primordial que a Igreja deve exercer na face da terra. Adorar significa cultuar, orar, rogar, venerar, homenagear. Deus deve ser adorado pelos seus filhos em vista de sua majestade, poder, santidade, bondade retidão e providência em favor dos homens[42].

---

41 Ferreira, Ebenézer S., Manual da Igreja e do obreiro, Rio de Janeiro: JUERP, 1993, p. 33.
42. Champlin, R. N. & Bentes, J. M., Enciclopédia de Bíblia, teologia e filosofia, São Paulo: Candeia, 1995, v. 1, p. 48.

A Igreja é apresentada em o Novo Testamento como sendo uma classe de sacerdotes que serve a Deus com sacrifícios de louvor (Hb 13.15; 1Pe 2.5). Nos templos neotestamentários, a Igreja reunia-se para adoração e instrução e, depois, saía para evangelizar. A adoração pode ficar prejudicada se a reunião da Igreja passar a ser orientada primeiramente para a interação dos cristãos ou se o culto for inteiramente voltado para a evangelização de incrédulos.

Deus procura adoradores que o adorem em espírito e em verdade (Jo 4.23,24); a tarefa da Igreja é proporcionar condições e ambiente para que os seus membros cumpram com essa exigência bíblica. Além disso, a adoração é a maneira mais direta pela qual a Igreja adora a Deus. Como exemplos de adoração na Bíblia, temos o livro de Salmos, as doxologias nos livros do Novo Testamento (Rm 11.33-36; 16.27; Jd 24-25, Ap 1.5-6), algumas fórmulas litúrgicas, como **Maranata** (1Co 16.22), **Amém** (Rm 1.25), **Abba, Pai** (Rm 8.15). Não somente na terra, mas a também no céu a adoração é apresentada como sendo algo fundamental (Ap 4.8-11; 5.11-14; 7.9-12).

Na adoração bíblica encontramos alguns elementos fundamentais: no Antigo Testamento temos o louvor, a oração, a leitura da Lei, e a oferta; em o Novo Testamento temos o louvor, a leitura da Palavra de Deus, a oração, a oferta e a prática das ordenanças (Ceia e Batismo). Os cristãos não se reúnem para simplesmente reverenciar a memória de alguém; pelo contrário, a Igreja conta com a presença de Cristo na adoração, celebrando, portanto, a presença viva do Cristo vitorioso. Há ainda, a presença do divino Espírito Santo, o qual dinamiza a adoração santificando, inspirando oração e louvor, conduzindo o fiel à verdade divina, capacitando a Igreja com dons espirituais, e convencendo os incrédulos do pecado, da justiça e do juízo (Jo 4.24; Fp 3.23; Rm 8.26-27; Ef 5.18-19; 1Co 2.10-13; Rm 12.4-8; Jo 16.8; 1Co 14.12-16).

2 Comunhão

Comunhão é uma palavra originária do termo grego **koinonia**, a qual significa participar juntos em alguma coisa. Além da ideia de participação, o termo grego envolve a ideia de companheirismo e contribuição, pois essa é uma das maneiras de se compartilhar com outros das posses e dons que Deus nos confiou. Comunhão é muito mais que associação mútua, embora a associação mútua esteja implícita na comunhão[43].

43. MARTINS, Jaziel Guerreiro. Manual do pastor e da igreja. Curitiba: A. D. Santos,

A comunhão está intrinsecamente ligada à adoração e a base da comunhão cristã é a participação do cristão na vida de Deus (1Jo 1.3-7). Essa é a razão pela qual a comunhão era restrita apenas àqueles que perseveravam na doutrina dos apóstolos (At 2.42; Gl 1.8-9) e, aqueles que se desviavam do caminho cristão eram excluídos da comunhão (1Co 5.4-5).

A manifestação especial da comunhão demonstrada em o Novo Testamento era o amor abnegado pelos irmãos (1Co 13; 1Jo 3.16). O amor cristão era o sinal marcante da igreja e um meio profícuo de levar as pessoas a crerem em Cristo (Jo 13.34-35; Jo 17.23). Esse amor abnegado implicava também: no levantamento de ofertas para socorrer aos que precisavam (Rm 15.25; 2Co 8.9), na hospitalidade (Hb 13.2; 1Pe 4.9), no suportar as cargas uns dos outros (Gl 6.2), no encorajamento mútuo (Hb 10.25), na oração uns pelos outros (Fp 1.9-11,19), e na Ceia do Senhor (1Co 10.16)[44].

3 Evangelização

Uma das funções básicas da Igreja é evangelizar. Uma das principais maneiras de uma igreja obter crescimento é através da evangelização. Na maioria dos casos, o sucesso das igrejas repousa no seu ardor evangelístico, no seu testemunho, na divulgação da mensagem do Evangelho. A Evangelização do mundo compete à Igreja. Ela pode ser feita pessoalmente, de dois em dois, em equipes, em campanhas evangelísticas, através de sermões, cultos nas casas, núcleos de estudos bíblicos. Todos os meios de comunicação ao alcance da Igreja podem e devem ser usados, como por exemplo, rádio, televisão, videocassete, periódicos, comunicação escrita, Internet e assim por diante.

O ponto central das instruções de Jesus Cristo aos seus discípulos foi a convocação para testemunhar (Mt 28.18-20; At 1.8). A palavra testemunhar, **martyria**, significa, no contexto legal, fazer uma defesa; consequentemente, o testemunho verbal é a essência de seu significado. A Igreja precisa, portanto, contar o que Cristo realizou e ensinou aqui na terra para salvar o homem.

Consequentemente, para que a Igreja seja fiel ao seu Deus, ela deve se empenhar ao máximo para levar o evangelho a todas as pessoas, independentemente se gostamos delas ou não, ou se elas são ideologicamente, culturalmente ou politicamente diferentes de nós. Num sentido bem real,

2003. p.19
44. Severa, Zacarias A., Manual de teologia sistemática, Curitiba: A. D. Santos, 1996, p. 122.

evangelização local, nacional ou mundial são a mesma coisa, com uma única diferença: o comprimento do raio[45]. Se a Igreja não evangeliza, é sinal claro e certo de que ela está doente.

4. Serviço

A palavra usada em o Novo Testamento é **diakonia**, podendo ser traduzida por "ministério" ou "serviço". Servir é uma das características fundamentais dos cristãos e um meio de dar glória a Deus (Mc 9.33-37; Lc 22.24-27; 1Pe 2.12). Quem capacita os cristãos é o Espírito Santo, o qual lhes dá dons específicos para servirem (Rm 12.3-8; 1Co 12.4-11; Ef 4.11-12). O propósito desses dons seria glorificar a Jesus Cristo e promover o crescimento do corpo de Cristo. O serviço efetuado pela cristandade deve ser em primeiro lugar aos que fazem parte da Igreja, mas deve ser estendido também aos que não fazem parte dela, pois assim a Igreja se torna sal e luz na sociedade (Gl 6.10; Mt 5.16).

Importantes tarefas a serem executadas pela Igreja, ao lado da evangelização, são a beneficência e a educação. O ministério da Igreja, é por extensão, o próprio ministério de Cristo. Ele andou por toda parte fazendo o bem, curando, realizando beneficência e ensinando, porque amava a sua gente. A obra de beneficência, então, é o resultado do amor que a Igreja tem pelos perdidos; é praticar aquilo que ela prega e ensina, mantendo creches para atender crianças cujas mães trabalham, escolas para alfabetizar pessoas que não tiveram ainda a oportunidade de ler e escrever, escolas de primeiro, segundo e até terceiro grau para nosso povo carente de educação, albergues para amparar desabrigados que vivem passando frio e fome, casas de recuperação para alcoólatras e viciados, clínicas de saúde para a população enferma, lares para idosos e crianças abandonadas, além de providenciar alimento para os famintos e roupas àqueles que não as possui. É através de tais atividades beneficentes e educacionais que a Igreja concretiza e materializa o que ela prega e diz.

5 Edificação

Em relação a seus próprios membros, a Igreja possui uma missão extremamente importante: é a edificação própria (Ef 4.11-13), cuja meta é a medi-

45. Erickson, Millard J., Introdução à Teologia Sistemática, São Paulo: Vida Nova, 1997, p. 447.

da de Cristo. Embora o Senhor Jesus tenha destacado a evangelização, a edificação dos crentes é logicamente anterior. A Bíblia fala repetidas vezes sobre a edificação do corpo de Cristo, que é a Igreja. Ela pode ser edificada com o ensino das Sagradas Escrituras (Jo 17.17; 2Tm 3.16,17), com oração (Mt 5.44; 6.5-15; Lc 11.1-13;Tg 5.13-18), na comunhão de seus membros (1Co 12.24s; Gl 6.2; 1Ts 5.14), no sofrimento (Lc 14.25-33; Jo 12.23-25; Ap 1.9), através dos dons espirituais (Ef 4.11-13) e, através da disciplina interna (Mt 18.15-17).

A edificação visa a unidade de toda a Igreja, a qual cresce sob o mandato de Cristo. É interessante notar que a edificação é um trabalho mútuo realizado por todos os membros do corpo. Não é somente o ministro ou o pastor que deve edificar os outros membros, pois a todos os membros o Espírito Santo distribui dons e talentos, para que todos possam mutuamente se edificar[46].

Filiação e desfiliação na igreja

Existem certas condições essenciais para que alguém se filie à uma determinada igreja local, sem as quais seria impossível considerar alguém como sendo um cristão verdadeiro. Em primeiro lugar, o indivíduo precisa ser convertido a Jesus Cristo, regenerado pelo Espírito Santo de Deus. Sem essa condição básica, ninguém deve ser colocado no corpo de Cristo, a santa Igreja de Deus. Em segundo lugar, é preciso que essa pessoa seja batizada em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, conforme Mateus 28.19, depois de professar fé pública em Jesus Cristo. Para as igrejas que entendem que o batismo bíblico é por imersão, a aceitação da pessoa no rol de membros é comumente condicionada a tal forma de batismo. Em terceiro lugar, é imprescindível que a pessoa esteja disposta a assumir um compromisso sério com Cristo e com a Igreja na qual a pessoa está ingressando. Ela deve se dispor a procurar cumprir com as regras e se submeter à disciplina da igreja. Preenchidos esses requisitos básicos, a pessoa está apta a ingressar na igreja local.

1 Filiação à igreja

Existem quatro meios, através dos quais alguém pode se tornar membro de uma igreja, mas todos eles são levados a efeito pela votação da igreja em assembleia:

46. MARTINS, Jaziel Guerreiro. Manual do pastor e da igreja. Curitiba: A. D. Santos, 2003. p.22- 3.

a) Pelo batismo

Se a pessoa ainda não é batizada, precisa batizar-se para se tornar membro da igreja local. Após declarar publicamente sua profissão de fé, a igreja vota a aceitação do candidato ao batismo, e por conseguinte, a aceitação dele como membro da igreja após batizado. Pessoas que vêm de outras denominações cujo batismo não tenha sido ministrado de acordo com as condições bíblicas, precisam ser batizadas na maneira como a igreja crê ser o ensino bíblico quanto à questão. Por exemplo, quando alguém vem de uma denominação que não batiza em nome da Trindade, esse batismo que ela teve não foi bíblico. Outro exemplo: para aqueles que acreditam que a pessoa deve ser convertida primeiro para depois ser batizada, uma pessoa que foi batizada quando era infante teve um batismo que não preenche essa característica fundamental, necessitando ser batizada após confessar Jesus Cristo como Senhor e Salvador de sua vida.

b) Por carta de transferência

Quando o cristão deseja mudar de uma igreja para outra da mesma denominação, ela manifesta seu desejo de filiar-se a nova igreja. Esta, depois de decidir em assembleia se aceita o novo membro ou não, solicita à igreja de origem a carta de transferência daquela pessoa. A carta de transferência é uma recomendação, um atestado de idoneidade moral e espiritual, com o intuito de que o fiel seja aceito noutra igreja da mesma fé e ordem (mesma denominação). A carta de transferência deve ser feita entre as igrejas e jamais deve ser entregue na mão do membro, evitando assim certas anomalias de crentes que ficam com a carta no bolso e passam a visitar igrejas aqui e acolá, como e quando desejar. Assim sendo, a igreja não mais terá qualquer controle sobre sua vida espiritual.

c) Por aclamação

Quando o novo membro vem de outra denominação com quem não se faz transferências por cartas, a igreja decide aceitar o novo membro mediante votação em assembleia, desde que o batismo que ele recebeu for considerado válido e desde que, mediante pública declaração de fé, o candidato venha aceitar as doutrinas da igreja na qual está ingressando. Pode haver também aceitação por aclamação de pessoas procedentes da mesma denominação, como no caso de após várias solicitações da carta de transferência sem obtenção de qualquer tipo de resposta.

d) Por reconciliação

Quando o fiel está excluído da igreja onde deseja filiar-se, ele pode ser recebido mediante um pedido de reconciliação, o qual deve ser aceito pela igreja em assembleia. Antes da aceitação do pedido, é mister verificar se, realmente, a pessoa está plenamente arrependida e se não há nada que a impeça de voltar à comunhão da igreja. No caso da exclusão ter ocorrido em outra igreja da mesma denominação, o pedido de reconciliação e de solicitação de carta de transferência deve ser enviado à igreja coirmã para que esta reconcilie o irmão e envie a sua carta de transferência.

2 Desfiliação da igreja

Quanto à desfiliação de alguém da igreja, existem três meios, através dos quais alguém pode ser desligado de uma igreja, mas todos eles são levados a efeito pela votação da igreja em assembleia:

a) Por carta de transferência

Quando o fiel deseja mudar para outra igreja da mesma denominação, ele manifesta seu desejo de filiar-se àquela nova igreja, a qual, depois de decidir em assembleia se aceita o novo membro ou não, solicita à igreja de origem a carta de transferência daquela pessoa. A carta de transferência deve ser feita entre as igrejas e jamais deve ser entregue na mão do membro.

b) Por morte

Nesse caso, quando o crente passa desta vida para a Canaã celestial, ele é desligado porque já não pertence mais à igreja militante e, sim, aos remidos da glória. Nesse caso específico não há a necessidade de votação, mas simplesmente de uma consignação em ata de que aquela pessoa foi promovida à glória e já não faz mais parte da igreja local.

c) Por exclusão

Após a aplicação da disciplina formativa e corretiva, muitos membros da igreja ainda continuam rebeldes ou persistem no erro. Nesse caso, a igreja precisa usar a disciplina corretiva, excluindo aquela pessoa. Para que haja exclusão, o membro precisa ter dado motivo para tanto: quando há conduta incorreta inaceitável da qual não se arrepende. A exclusão também é usada quando a pessoa abandona a igreja por muito tempo e depois de comunicada e procurada várias vezes, não retorna à mesma, ou quando a pessoa filia-

se a uma outra denominação, pois não há transferência de cartas de uma denominação à outra. A exclusão também é feita quando a pessoa solicita o seu desligamento por escrito ou em assembleia. Nesse caso, deve-se tomar o cuidado para não desligar pessoas que não estejam conscientes do que realmente querem ou que num ímpeto de momento fazem algo que podem se arrepender depois; a liderança da igreja deve analisar tais casos com sabedoria e prudência, antes de aceitarem o pedido simples de desligamento de uma pessoa[47].

O governo da igreja

Durante a história, o governo da igreja seguiu vários sistemas, assumindo várias formas, inclusive copiando modelos seculares vigentes. Existem, atualmente, várias formas de governo que prevalecem em vários grupos cristãos. Embora os defensores dessas várias formas concordem que Deus é a autoridade final, eles diferem no **como** ou **por meio de quem** ele expressa ou exerce essa autoridade.

1 O sistema monárquico

O sistema monárquico é aquele através do qual o governo está na mão de uma só pessoa, sendo tal pessoa o cabeça da organização mundial, o qual dita o que os outros devem crer e fazer. É o sistema da Igreja Católica Romana. Nesse sistema a congregação local quase não tem voz em assunto de igreja. É a famosa frase **Roma locuta est, causa finita est**, isto é, Roma falou, está falado[48].

De acordo com Berkhof, a Igreja Católica possui uma monarquia absoluta onde o Papa é infalível e tem o direito de determinar e regulamentar a doutrina, o culto e o governo da Igreja. Existem classes e ordens inferiores cuja obrigação é governar a Igreja com a obrigação de prestar contas aos superiores e ao Papa[49]. Não há nenhuma base neotestamentária para esse sistema de governo, nem mesmo para a inefabilidade do Papa.

2 O sistema episcopal

O sistema episcopal é aquele que crê no governo dos bispos. Os Episcopais asseveram que Cristo confiou o governo da igreja a uma ordem de bis-

47. MARTINS, Jaziel Guerreiro. Manual do pastor e da igreja. Curitiba: A. D. Santos, 2003. p.27.
48. FERREIRA, Ebenézer Soares. Manual da Igreja e do obreiro. Rio de Janeiro: JUERP, 1993. p.42.
49. BERKHOF, L. Teologia sistemática. Campinas: Luz Para o Caminho, 1990. p.584.

pos, os quais são sucessores dos apóstolos. Essa ideia é muita antiga, surgiu no segundo século da era cristã, quando houve a necessidade de que alguém fosse o símbolo da unidade cristã e o portador da tradição apostólica, protegendo-se assim contra heresias. Assim, o bispo tornou-se o representante da doutrina verdadeira. Historicamente, parece ser o tipo de governo mais antigo da Igreja cristã.

A ideia de se ter os bispos como sucessores dos apóstolos partiu do protótipo judaico: a sucessão doutrinária (os bispos receberam o ensinamento verdadeiro dos apóstolos, assim como os profetas receberam de Moisés); e, a sucessão de ordenação (os bispos e seus sucessores tinham sido designados pelos apóstolos em linha ininterrupta, assim como a família de Arão). Nesse sistema, o colégio de bispos, que constitui o **clero superior**, governa a Igreja.

A forma mais simples de governo episcopal encontra-se na Igreja Metodista, que só possui um nível de bispos. Já a estrutura governamental da Igreja Anglicana ou episcopal é mais desenvolvida. Conquanto esse sistema seja muito antigo e embasado historicamente, o Novo Testamento não oferece bases tão convincentes para tal classe de oficiais superiores, dotados do direito de ordenação e jurisdição[50].

3 O sistema pentecostal ou neopentecostal

Interessante forma de governo usado por muitas igrejas é o sistema pentecostal ou neopentecostal. Embora não seja uma forma clássica de episcopado, na prática funciona de forma semelhante, pois o fundador da Igreja ou o presidente da mesma exerce uma função de Bispo ou até de Arcebispo, embora muitas destas denominações não tenham tais designações em seu clero. As decisões maiores normalmente são tomadas pelo líder maior, o qual às vezes possui um grupo seleto de pastores que podem ou não participar de tais decisões. Decisões menos importantes são tomadas por um grupo maior de pessoas, ou seja, pela classe de pastores ou bispos e a membresia da Igreja não participa de nenhuma ou quase nenhuma decisão.

4 O sistema presbiterial

O sistema presbiteriano difere do episcopal no fato de existir só um nível de clero. O oficial principal na estrutura presbiteriana é o presbítero. Entende-se nesse sistema que a autoridade de Cristo é dispensada a indivíduos

50. Martins, Jaziel Guerreiro, Manual do pastor e da igreja, Curitiba: A. D. Santos, 2003, p. 30-1.

crentes, que a delegam aos presbíteros por eles escolhidos pelos presbitérios. Existe na Igreja Local o Conselho, composto de **presbíteros docentes** (pastores) e **presbíteros regentes**. Acima deles, está o Presbitério, formado de representantes dos conselhos das Igrejas. Acima do Presbitério está o **Sínodo** numa região maior, o qual é formado por igual número de presbíteros leigos e clérigos escolhidos pelos presbitérios. Finalmente, existe a **Assembleia Geral**, que no Brasil é chamada de **Supremo Concílio**, a qual é composta de representantes leigos e clérigos dentre os presbíteros.

O sistema presbiterial difere do episcopal no fato de existir só um nível de clero(51). Só existem os presbíteros; não existem níveis mais altos, como o de bispo, por exemplo. Outro jeito de nivelamento no sistema presbiteriano é uma coordenação deliberada entre clérigos e leigos, pois ambos os grupos são incluídos em todos os concílios, não possuindo alguém poderes especiais que o outro não possua.

5 O sistema congregacional

De acordo com o sistema congregacional, o centro da autoridade é a Igreja local. Esse sistema prega a autonomia da igreja local, ou seja, a congregação é independente e governa a si mesma(52). Nesse sistema não há poderes externos que possam ditar diretrizes para a comunidade local. O sistema congregacional também advoga a democracia da igreja, ou seja, cada membro da congregação local tem direito à voz e voto nos assuntos eclesiásticos. Em suas relações para com Deus, a Igreja é uma Teocracia; em sua relação para com os seus membros, ela é uma Democracia. As principais denominações que praticam essa forma de governo são os batistas, os congregacionais e boa parte dos grupos luteranos(53).

No sistema congregacional cada igreja local chama seu próprio pastor e determina seu próprio orçamento. Ela adquire e gere propriedades independentemente de quaisquer autoridades externas(54). Obviamente, existem alguns elementos de democracia representativa dentro da forma congregacional de governo da igreja. Algumas pessoas são eleitas por livre escolha dos membros da igreja para servir de maneiras especiais e para representá-

---

51. Hodge, Charles, The church and its policy, Londres: Thomas Nelson and Sons, 1879, p.119.
52. Pieper, Franz, Chrisitan dogmatics, St. Louis: Concordia, 1953, v. 3, p. 475.
53. Erickson, Millard J., Introdução à teologia sistemática, São Paulo: Vida Nova, 1997. p. 456.
54. Hiscox, Edward T., The new directory for Baptist churches, Philadelphia: Judson, 1894, p.153-9.

las em comissões, departamentos, associações e convenções. Entretanto, as decisões supramente importantes, tais como a contratação ou exoneração de um pastor, ou a compra e venda de propriedades, são tomadas pela igreja como um todo, pela maioria dos votos.

O governo eclesiástico democrático corresponde com mais exatidão ao que se vê em o Novo Testamento, pois, em Atos 1 e Atos 15 a igreja é convocada e ela decide sobre os assuntos a serem tratados. Na época do Novo Testamento, como relata o autor de Atos, a congregação é consultada, sendo a decisão tomada por voto da maioria(55).

Os oficiais da igreja

Pode-se notar que, na época do Novo Testamento havia pelo menos dois cargos diferentes nas Igrejas: os bispos e os diáconos (Fp 1.1; 1Tm 3.1-13).

1 Pastor, presbítero e bispo

Em o Novo Testamento encontramos três títulos que expressam o ministério pastoral. A pergunta importante acerca desse assunto é: tais títulos representariam três diferentes categorias de oficiais ou expressariam ideias bíblicas do ministério pastoral e suas funções? A resposta mais coerente seria aquela de que esses três títulos do Novo Testamento representam essencialmente os mesmos cargos, e são usados como termos conversíveis(56). Para Calvino, as Escrituras usam as três palavras como sinônimas(57).

Realmente, Atos 20.17,28 denomina aqueles líderes de "presbíteros" (anciãos), "bispos" e "pastores" que deviam apascentar o rebanho de Deus. Em I Pedro 5.1,2 os deveres de um pastor são atribuídos aos presbíteros. Em Tito 1.5-9, os termos "presbítero" e "bispo" são usados intercambiavelmente. Logo, bispo, presbítero e pastor eram três títulos que ressaltavam três aspectos diferentes de uma mesma função eclesiástica. Segundo Crabtree, os três termos referem-se às funções dos mensageiros de Deus, sem a mínima indicação de que qualquer um deles tivesse autoridade eclesiástica sobre qualquer outro(58).

---

55. MARTINS, Jaziel Guerreiro. Manual do pastor e da igreja. Curitiba: A. D. Santos, 2003. p.33.
56. Thiessen, Henry C., Palestras em teologia sistemática, São Paulo: IBR, 1987,.p. 300.
57. Severa, Zacarias A., Manual de teologia sistemática, Curitiba: A. D. Santos, 1996, p. 114.
58. Crabtree, A. R., A doutrina bíblica do ministério, Rio de Janeiro: CPF, s.d., p. 21-2.

a) O bispo

A palavra "bispo" é aplicada a Cristo (1Pe 2.25), ao ofício apostólico (At 1.20) e finalmente, aos líderes das congregações cristãs locais (Fp 1.1). Como verbo, substantivo e adjetivo, a palavra aparece em o Novo Testamento por onze vezes (Lc 19.44; At 1.20; 20.28; Fp 1.1; 1Tm 3.1,2; Tt 1.7; Hb 12.15; 1Pe 2.12,25; 5.2). O título bispo é o termo de superintendência do ofício pastoral. O termo vem do grego **epískopos**, que era dado àqueles que tinham a função de vigiar, fiscalizar, principalmente as embarcações. Os gregos e os romanos usavam este termo para designar superintendente de obras profanas e em sentido sagrado[59]. O bispo, portanto, é o superintendente, o administrador da Igreja; é o organizador, diretor e presidente dos membros da Igreja.

Como então, em alguns grupos, existe ênfase no episcopado monárquico e por que nesses grupos cristãos somente o bispo é que pode ordenar alguém ao santo ministério pastoral? É bem verdade que já existe nas Epístolas Pastorais uma aproximação ao ofício distinto de "bispo" que veio a surgir na Igreja já a partir do segundo século, o qual passou a ter autoridade sobre os anciãos de alguma área geográfica. Em Tito 1.5, Tito recebeu do autor o poder de consagrar anciãos para serem oficiais das igrejas da área onde ele trabalhava no evangelho. Entretanto, esse desenvolvimento no poder da função do bispo veio ocorrer somente no segundo século.

No primeiro século, os títulos "bispo" e "presbítero" eram usados geralmente como sinônimos. A partir do segundo século eles passaram a designar duas funções distintas. Isso porque as Igrejas haviam crescido tanto que o seu governo havia ficado difícil. O bispo, gradualmente, tornou-se presidente do corpo de presbíteros; a estes era confiada a direção das igrejas locais, e, àquele a administração da disciplina. Houve também, a necessidade de uma autoridade nas diversas comunidades cristãs, a fim de se preservar a unidade. Segundo Inácio, o bispo era o símbolo da unidade cristã e o portador da tradição apostólica. As congregações eram ensinadas a aterem-se aos seus bispos e a lhes obedecerem, protegendo-se assim contra heresias, pois o bispo era o representante da doutrina verdadeira.

Tal episcopado monárquico apareceu em primeiro lugar na Ásia Menor. Clemente enfatiza que os bispos são os sucessores dos apóstolos. Essa ideia é desenvolvida do protótipo judaico: sucessão doutrinária (os bispos rece-

59. Ferreira, Ebenézer S. Manual da Igreja e do obreiro, Rio de Janeiro: JUERP, 1993. p. 101-2.

beram o ensinamento verdadeiro dos apóstolos, assim como os profetas de Moisés); e, sucessão de ordenação (tinham sido designados pelos apóstolos e seus sucessores em linha ininterrupta, assim como a família de Arão). Assim, o episcopado passou a triunfar, trazendo tranquilidade e ordem, mas criando embaraços para o desenvolvimento espiritual e eclesiástico, produzindo o sacerdotalismo dos tempos posteriores. Os motivos eram puros, ao princípio, mas quando empregado pelos sucessores menos dignos, redundou em grandes e lamentáveis abusos.

A partir de Cipriano (250 d.C.) a ideia de que deveria haver alguém que interpretasse as leis e mantivesse a ordem entre os bispos, um bispo dos bispos, começa a ganhar terreno rapidamente. Isso veio culminar numa hierarquia eclesiástica, ao passo que o Novo Testamento nos apresenta a ideia de um ministério diversificado, mas sem superioridade e inferioridade.

b) O pastor

O título “pastor” é o termo de ternura que designa a tarefa do ministro de apascentar, de pastorear, a qual exige afetividade, renúncia e amor. No Antigo Testamento, “pastor” é alguém que, literalmente, cuida de ovelhas. No hebraico, a palavra correspondente é **raah**, baseada na ideia de “cuidar dos rebanhos”, “dar pasto”, a qual figura por setenta e sete vezes no Antigo Testamento. Já em o Novo Testamento, o termo grego correspondente é **poimen**, vocábulo que aparece dezoito vezes, como por exemplo, em Efésios 4.11, onde o pastor aparece como alguém que Deus deu à Igreja como um dom. O décimo capítulo de João apresenta Jesus como o principal pastor; todos os demais pastores são, na verdade, subpastores. Uma palavra grega cognata é **poimaine** (Jo 21.15), que significa “pastar”, e outra forma verbal é **poimanate** (1Pe 5.2), a qual significa “pastoreai”, “dai o pasto”.

Esse pastoreio espiritual deve incluir um ensino sério, além do trabalho de cuidar das “ovelhas”, em todos os sentidos. Os bons pastores são imitadores do Bom Pastor, e dele recebem sua inspiração e orientação. O termo “pastor” focaliza o serviço de ministração ao culto divino, pondo em ordem a adoração da congregação, na qual o ministro administra as ordenanças e prega a Palavra de Deus. O termo denota, também, a habilidade do ministro nos cuidados pastorais, na qual ele cuida de alimentar espiritualmente o rebanho, mostrando-se vigilante e deixando-se envolver em boas obras e ações de misericórdia e compaixão. O pastor deve ter como alvo o aperfeiçoamento dos cristãos (Ef 4.11-12), mostrando-se espiritualmente alerta

(Hb 13.17), sendo capaz de exortar, advertir, consolar e orientar com autoridade.

c) O presbítero

O título “presbítero” é o termo de dignidade do ofício pastoral. O termo grego é **presbíteros**, que significa “ancião, velho”. O presbítero é, por conseguinte, o ancião, o qual sempre merece respeito e honra, em virtude de suas experiências de vida. Os anciãos, diante do acervo de suas experiências, eram convocados para servirem como juízes e conselheiros. Em virtude de suas vivências com o ambiente, com os problemas, com a história, estão bem mais capacitados para aconselhar, para ajuizar. Consequentemente, como bispo, o ministro religioso preside os trabalhos, as reuniões, organiza e supervisiona tudo, pois ele é o superintendente de todos os trabalhos de sua Igreja. Como pastor, ele apascenta o rebanho, preparando-lhe pastagens verdejantes, ou seja, sermões espirituais que alimentam, e, guiando-o a águas tranquilas, proporcionando-lhe um ambiente espiritual alegre[60].

No começo não havia diferença entre um presbítero e um bispo; ambos eram apenas títulos diferentes para um mesmo ofício. Posteriormente, o presbítero passou a designar uma função distinta da função do bispo. A razão fundamental para que isso ocorresse foi o fato das Igrejas crescerem tanto que o seu governo havia ficado difícil. O bispo, gradualmente, tornou-se presidente do corpo de presbíteros. Aos presbíteros era confiada a direção das igrejas locais, enquanto que o bispo era o responsável pela administração da disciplina, representava a doutrina verdadeira e era ele quem ordenava os presbíteros. Os presbíteros passaram a prestar contas ao bispo e estavam sob sua autoridade. Com a passagem do tempo, o ofício do presbítero tomou a feição do ofício de um padre, dando origem, num futuro distante, à segunda das ordens maiores das igrejas católica romana, anglicana e ortodoxa oriental[61].

d) Qualificações para o pastorado

Com respeito as qualificações para o ofício pastoral, elas estão explícitas em I Timóteo 3.1-7 e Tito 1.6-9. Requer-se uma boa reputação, caráter reto e íntegro, capacidade para dirigir e ensinar. O pastor deve ser uma pessoa controlada, livre de vícios, não belicoso, sem excessos. Deve governar bem a

---

60. Ferreira, Ebenézer S., Manual da Igreja e do obreiro, Rio de Janeiro: JUERP, 1993, p.102.
61. Martins, Jaziel Guerreiro, Manual do pastor e da igreja, Curitiba: A. D. Santos, 2003, p. 55-6.

sua casa, não pode ser um noviço, deve ter boa reputação, devidamente conquistada. Deve, também, ser avesso a maledicências e ao uso incorreto da língua. Não deve ser ganancioso e um homem que se santifica e se caracteriza por boas obras. Quanto à sã doutrina, deve ser uma pessoa incorrupta.

A pessoa adquire as qualidades acima de três maneiras: pelo dom natural, pela graça de Deus e pela preparação ao ministério da palavra. O ofício do pastor é um dom de Deus à Igreja. Um bom pastor deve possuir alguns dons espirituais importantes. Por exemplo, deve possuir o dom de governar, pois esse é um dom específico dos pastores. Deve ter, também, o dom da fé, ter o dom de ensinar e também de proclamar a palavra de Deus. O pastor deve ser possuidor de apreciável dose de compaixão e simpatia, gostando da companhia de seus semelhantes.

2 Os diáconos

Os oficiais bíblicos de uma igreja são os pastores (ou bispos, ou presbíteros) e os diáconos. A palavra **diakonos** quer dizer "servo". As diferenças básicas entre o ofício pastoral e o ofício diaconal são:

a) o pastor é **ordenado** por uma igreja, após ser examinado por um concílio, para servir ao ministério da palavra, enquanto que o diácono é **eleito** pela igreja local para o ministério da benevolência;

b) a investidura do pastor é **vitalícia**, enquanto que a investidura do diácono é por **tempo determinado**, a critério de cada igreja;

c) a área de atuação do diácono se circunscreve à **igreja local**, enquanto que a do pastor se estende por **toda a denominação**;

d) o pastor nunca deixa de ser pastor ao se transferir para uma outra igreja, a não ser que a igreja lhe casse as prerrogativas, em virtude de faltas graves como, por exemplo, heresia, apostasia, problemas morais, enquanto que o diácono, ao se transferir para outra igreja, poderá ou não ser reconhecido como tal, a critério da igreja que o recebe como membro[62].

O ofício diaconal surgiu em torno do cuidado pelas viúvas da igreja de Jerusalém (At 6), tendo surgido para providenciar os problemas materiais mais essenciais da comunidade cristã; porém, o fato de que era exigido daqueles homens que fossem dotados de elevadas qualificações espirituais, mostra-

62. Martins, Jaziel Guerreiro, Manual do pastor e da igreja, Curitiba: A. D. Santos, 2003, p. 57.

nos que o trabalho material não era a única responsabilidade e labor de que estavam investidos. Por isso é que vemos que no livro de Atos aparecem as histórias relativas a Estêvão e Filipe, os quais não ficaram muito atrás dos próprios apóstolos no tocante ao poder espiritual e à eficácia de seu ministério de evangelismo[63].

Parece que o ofício de diácono chegou ao meio cristão através da congregação judaica. Toda sinagoga tinha ao menos três diáconos, os quais eram chamados **parnasim**, palavra que significa alimentar, nutrir, sustentar, governar. O **parnas**, ou diácono, era uma espécie de juiz da sinagoga e de cada um deles se requeria doutrina e sabedoria, a fim de que pudessem discernir e passar julgamento justo, tanto nas questões sagradas quanto civis.

Em o Novo Testamento, os apóstolos são também intitulados de diáconos (2Co 6.4; 9.19; Ef 3.7; Cl 1.23). O próprio Cristo é chamado de diácono da circuncisão em Romanos 15.8. Visto que esta palavra implica em ministrar ou servir, ela é aplicada a todos aqueles que possuíam a tarefa de ajudar os corpos ou as almas dos homens, sem importar se fossem apóstolos, pastores, ou até mesmo aqueles a quem hoje chamamos de diáconos. Nesse contexto, temos o sentido geral da palavra **diakonos**, onde qualquer ministro cristão ou mesmo cada cristão é um diácono. Entretanto, com o passar do tempo, a palavra passou a ter um significado especial (Fp 1.1; 1Tm 3.8-13), designando aqueles que foram eleitos para deveres especiais na igreja local[64].

Quanto às qualificações, o diácono ou a diaconisa precisa ser equipado moral, espiritual e mentalmente (At 6.1-6). Um bom diácono é uma grande alavanca na igreja, uma esperança e um estímulo para todos; entretanto, o péssimo diácono é uma pedra de tropeço, um peso morto, uma decepção. É melhor não ter diáconos a tê-los sem que eles preencham os requisitos bíblicos exigidos. Acima de tudo, só devem ser eleitos para o diaconato aqueles que realmente tenham o dom de ministrar ou servir. De acordo com 1Timóteo 3.8-13 deve ser:

1. honesto e sábio em suas decisões;
2. não de língua dobre;
3. temperante;
4. bom administrador de suas posses;

---

63. Champlin, R. N. & Bentes, J. M., Enciclopédia de Bíblia, teologia e filosofia, São Paulo: Candeia, 1995, v. 2, p. 138.
64. MARTINS, Jaziel Guerreiro. Manual do pastor e da igreja. Curitiba: A. D. Santos, 2003. p.58.

5. deve ser testado primeiro;
6. deve ser pessoa de fé;
7. deve ser irrepreensível;
8. deve ser monogâmico;
9. deve governar bem seus filhos e sua casa.

Quais seriam os deveres dos diáconos? Uma das funções básicas dos diáconos é servir: a) à mesa do Senhor; b) às mesas dos pastores; e, c) às mesas dos pobres. Quanto à mesa do Senhor, aos diáconos têm cabido a responsabilidade de funcionar na ceia do Senhor. Não há ordem explícita em o Novo Testamento com relação a isso, podendo o pastor, portanto, escolher outros membros da igreja que gozem da simpatia do povo, para exercer essa função. No entanto, a prática já consagrou o costume de serem os diáconos a servirem à mesa do Senhor. Outra função honrosa dos diáconos é tratar do sustento pastoral. Ao corpo diaconal compete a tarefa de fazer um estudo minucioso das condições econômicas da igreja e das necessidades dos ministros para que estes se mantenham condignamente na função ministerial, com alegria e não gemendo (Hb 13.17). Semelhantemente, os diáconos devem cuidar das necessidades das famílias da igreja e do bairro, pois os problemas sociais e filantrópicos absorvem muito tempo e energia das igrejas em nosso tempo. Sendo assim, os pastores não ficarão sobrecarregados e poderão dedicar-se mais ao ministério da pregação da palavra, à semelhança da Igreja de Jerusalém (At 6.1-7).

Existem outras responsabilidades que os diáconos podem exercer na Igreja, tais como: ajudar a igreja no levantamento de ofertas; ajudar o pastor nas visitações e na disciplina eclesiástica; visitar os novos crentes e os doentes nos hospitais, evangelizar, dirigir cultos etc. Os diáconos devem ficar à disposição durante o trabalho da igreja para ajudá-la em qualquer serviço ou necessidade, até mesmo quando o pastor não está presente por algum motivo e não haja ninguém escalado para substituí-lo, pois um diácono pode ficar na direção dos trabalhos, caso o vice-presidente da igreja também não esteja presente ou venha a solicitar a ajuda de algum diácono.

Uma das questões mais problemáticas que existem é a respeito do tempo em que um diácono deve exercer a sua função. Em algumas igrejas os diáconos são ordenados e, portanto, possuem função vitalícia. Em outras igrejas, os diáconos são eleitos por um determinado período de tempo, prática essa que favorece o sistema de rodízio. As vantagens do sistema de rodízio são as seguintes:

Desenvolve maior número de homens e mulheres, educando maior número de pessoas no trabalho.

Traz vida nova e sangue novo, possibilitando a oportunidade a outros.

Dá aos jovens inspiração e oportunidade para servirem no diaconato.

Permite o afastamento de alguns da função diaconal, sem embaraços, e dificulta o surgimento de "donos de igreja".

É a maneira mais fácil e menos dolorida de se eliminar da função aqueles que não se adaptam bem à mesma.

É uma forma democrática e se dá o direito à igreja de sempre escolher os seus diáconos.

Entretanto, há desvantagens perigosas nesse sistema de rodízio que precisam ser consideradas:

A possibilidade se eleger neófitos, pessoas não experientes. 1Timóteo 3.10 ensina que o candidato ao diaconato deve ser provado para depois exercer a função.

A possibilidade de pessoas simpáticas à congregação serem escolhidas. Muitas vezes, o indicado não possui as qualidades espirituais necessárias, mas por ser muito simpática a um determinado grupo da Igreja, chega a ser eleito ao diaconato.

A possibilidade de pessoas simpáticas ao pastor ou aos líderes da igreja serem escolhidas. Em alguns casos, o indicado não possui as qualidades espirituais necessárias, mas por ser completamente submisso ao pastor, ou jogar no time dos líderes, acaba sendo eleito para a função.

O importante, acima de tudo, é que antes da eleição ou da escolha deve haver um longo período de preparação da igreja por meio de estudos, sermões e principalmente oração, pedindo que o Espírito Santo venha preparar e separar aqueles que Ele quer[65].

* Jaziel Guerreiro. Pastor. Professor. Escritor. Diretor da Faculdade Teológica Batista do Paraná. Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo.

---

65 Martins, Jaziel Guerreiro, Manual do pastor e da igreja, Curitiba: A. D. Santos, 2003, p. 60-1.

CAPÍTULO 9

O BATISMO E A CEIA DO SENHOR

• O que diz a Declaração Doutrinária da CBB

O batismo e a ceia do Senhor são duas ordenanças da igreja estabelecidas pelo próprio Jesus Cristo, sendo ambas de natureza simbólica.[1] O batismo consiste na imersão do crente em água, após sua pública profissão de fé em Jesus Cristo como Salvador único, suficiente e pessoal.[2] Simboliza a morte e o sepultamento do velho homem e a ressurreição para uma nova vida em identificação com a morte, sepultamento e ressurreição do Senhor Jesus Cristo e também prenúncio da ressurreição dos remidos.[3]

O batismo, que é condição para ser membro de uma igreja, deve ser ministrado sob a invocação do nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.[4] A ceia do Senhor é uma cerimônia da igreja reunida, comemorativa e proclamadora da morte do Senhor Jesus Cristo, simbolizada por meio dos elementos utilizados: o pão e o vinho.[5]

Nesse memorial, o pão representa o seu corpo dado por nós no Calvário e o vinho simboliza o seu sangue derramado.[6] A ceia do Senhor deve ser celebrada pelas igrejas até a volta de Cristo e sua celebração pressupõe o batismo bíblico e o cuidadoso exame íntimo dos participantes.[7]

Mt 3.5,6,13-17; 26.26-30,28.19; Jo 3.22,23; 4.1,2; 1Co 11.20,23-30
At 2.41,42; 8.12,36-39; 10.47,48; 16.33; 18.8
Rm 6.3-5; Gl 3.27; Cl 2.12; 2Pe 3.21
Mt 28.19; At 2.38,41,42; 10.48
Mt 26.26-29; 1Co 10.16,17-21; 11.23-29
Mt 26.29; 1Co 11.26-28; At 2.42; 20.4-8

Comentário

*Ebenézer Soares Ferreira

Todas as religiões, denominações e seitas têm seus ritos. Será uma raridade encontrar uma denominação sem a prática de algum rito.

A Igreja Católica Romana adota sete sacramentos como seus ritos principais. Há denominações que esposam que Cristo deixou dois sacramentos: o

batismo e a ceia. De modo nenhum, os batistas concordam com esse ponto de vista, em virtude de os dois símbolos deixados por Cristo, e que retratam a sua vida e a vida de seus seguidores, não apresentarem as características atribuídas a um sacramento.

A Bíblia, em parte nenhuma, deixa transparecer que o batismo e a ceia têm as características de sacramentos, como esse termo é entendido e usado pela Igreja Católica. Os batistas conformam-se com o que é escriturístico. Por isso é que entendem que Cristo deixou apenas duas ordenanças, que têm que ver com ordens. É sobre o batismo e a ceia que Cristo Jesus deixou ordens. Vejamo-las:

> 1) Sobre o batismo, em sua palavra final, Ele ordena: "Portanto ide, [...] batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo" (Mt 28.19). Ide não é imperativo? Não é uma ordem?
>
> 2) Sobre a ceia, o apóstolo Paulo diz que o Senhor, "havendo dado graças, o partiu [o pão] e disse: Isto é o meu corpo que é por vós; fazei isto em memória de mim" (1Co 11.24). Ora, fazei é o imperativo do verbo fazer. É, portanto, uma ordem.

Os batistas se estribam, pois, nos imperativos — ide e fazei — proferidos pelo Mestre, quanto ao dever de realizar as cerimônias de batismo e de ceia. Daí, então, dizer-se que os batistas só têm duas ordenanças.

O batismo

O simbolismo do batismo

O batismo retrata, na realidade, um sublime drama que se realiza em três importantes atos, de maneira simbólica e efetiva.

O primeiro ato é o da imersão. Quando o ministro oficiante está descendo o corpo do batizando às águas, simboliza que está fazendo descer às águas alguém que morreu para o mundo.

O segundo ato é o da submersão, que simboliza que o velho homem morreu com seus pecados e foi sepultado nas águas batismais, o que está de acordo com o que Paulo escreveu em Colossenses 2.12: "[...] sepultados com ele no batismo [...]" e, de acordo com o que Paulo escreveu na carta aos Romanos 6.4: "Fomos, pois, sepultados com ele pelo batismo na morte [...]"

O terceiro ato está simbolizado na emersão, no ato de levantar o bati-

zando das águas. Este ato simboliza que o homem-velho que morreu e foi sepultado "ressurge para andar em novidade de vida" (Rm 6.4).

O valor do batismo

De modo nenhum o batismo serve para regenerar. A Igreja Católica ensina que o batismo regenera. Isso é contra o teor dos ensinos bíblicos. Alguns se apegam ao texto de Atos 2.38, quando Pedro declarou: "Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo, para remissão de vossos pecados; e recebereis o dom do Espírito Santo."

O Dr. Edgar Y. Mullins, grande teólogo batista, comenta: "O batismo 'para remissão de pecados' (At 2.38), só tem referência com a remissão simbólica que o ato representa. Perdão ou remissão são atos inerentes a Deus, e fazêlos uma função do batismo é atribuir uma função divina a uma ordenança exterior. De sorte que, se o batismo redimisse pecados, ele teria de se repetir após cada pecado, enquanto que se administra o batismo uma vez somente a cada crente.(66)

Henry Cook apresenta como valor do batismo o seguinte: "1) O batismo é necessário porque é um ato de obediência. 2) O batismo é a aceitação de um desafio definitivo. 3) O batismo é um testemunho para Cristo, e a experiência sugere que nenhum testemunho é mais efetivo. 4) O batismo é a evidência de uma experiência de limpeza moral por meio do dom de Cristo no evangelho. 5) O batismo é uma expressão em forma simbólica do fato básico do evangelho."(67)

O batismo não salva, mas salva a doutrina. O batismo é a porta de entrada do convertido na igreja e é o testemunho público do que se realizou em sua vida: da morte passou para a vida.

A palavra batismo não foi traduzida. Se fosse traduzida, do grego, teria o significado de mergulhar, imergir.

Para representar o simbolismo da morte e ressurreição, como a Bíblia o declara, a aspersão, de modo nenhum, presta-se a isso. Ademais, Paulo diz que "fomos, pois, sepultados com ele pelo batismo [...] (Rm 6.4a). Ora, ninguém sepulta um cadáver sem cavar a terra, ou sem mergulhá-lo no seio da terra. Para sepultar, é preciso cobrir todo o corpo. Logo, para ser "sepultado com ele pelo batismo [...]", é necessário ser coberto pelas águas. O batismo é feito em água e não com aspersão de água.

---

66 "Mullins, E. Y. Crenças Batistas. Rio: Casa Publicadora Batista, 1936, p. 56,57

67 Cook, Henry. What Baptists Stand for. London: The Carey Kingsgate Press, 1958, p. 148-150

Cinco fortes argumentos a favor da imersão

1. O argumento filológico — O termo batismo é de origem grega e significa mergulhar, imergir. O termo batismo não foi traduzido do grego. Foi apenas transliterado, isto é, passado para as nossas letras. Se fosse traduzido, seria mergulho. Como a palavra futebol que, se fosse traduzida, seria pé na bola. Não se diria “jogar futebol”, mas “jogar pé na bola”.

2. O argumento teológico — Só a imersão pode representar o simbolismo de que o batismo representa a morte para o mundo e a ressurreição para uma nova vida em Cristo. A aspersão (rantizo) de modo nenhum expressa esse simbolismo teológico.

3. O argumento histórico — Sabe-se que, por séculos, a prática de batizar por imersão foi mantida. Só deixou de ser assim por interesse da Igreja Católica. Em João 1.26, João Batista respondeu aos que o arguíam: “Eu batizo em água [...]”, o que significa “eu mergulho em água”. Vê-se também em João 3.23 João batizando “[...] em Enon, perto de Salim, porque havia ali muitas águas [...]”.

4. O argumento arqueológico — Na *Grande Enciclopédia Delta Larrousse,* lê-se, no verbete batistério: “s. m. lugar de culto onde se conferia o batismo. Pequeno edifício construído para esse fim perto das basílicas (os primitivos batistérios destinavam-se ao batismo por imersão (grifo nosso). Os primeiros foram erigidos no Século IV. Cada cidade episcopal possuía o seu. Inicialmente, em forma de torre, adotaram depois o plano poligonal. Citam-se os de Ravena, Verona, Pisa, Florença, São João de Latrão (Roma), São João (Portiers) e Saint Front (Piriguex). (*Grande Enciclopédia Delta Larousse*)

5. O argumento de que autoridades não batistas confessam ser a imersão a forma correta de batismo — Nesse caso, os insuspeitos são aqueles que, adotando a aspersão confessam, no entanto, que o certo é a imersão. Desse modo, temos:

(1) Lexicógrafos, como Moulton e Milligan, em seu valioso livro *Vocabulary of Greek New Testament, from Papyri and Other Non-Literary Sources.* Eles dizem: βαπτισμος é o ato de imersão. Moulton é metodista e Milligam é congregacional.

(2) Reformadores. Lutero declara que “o termo batismo é grego; em latim, pode ser traduzido por mersio, uma vez que imergimos qualquer coisa em água, para que o todo seja coberto pela água.” (Works. Vol. I, p.71)

Calvino declara que “pode-se inferir que o batismo era administrado por João e por Cristo, mediante mergulho do corpo inteiro na água. (*Comentário sobre João 3.23*)

(3) Historiadores. Historiadores como Fisher (*História da Igreja Cristã*, p. 41), Mosheim

(*Ecclesiastical History*, Ent. I, Part II, cap. 4) e Neander (*Christian History,* Vol. I, p. 310) são unânimes em declarar que o "modo ordinário do batismo era por imersão."

A ceia do Senhor

O Senhor Jesus instituiu a ceia logo após ter participado com seus discípulos da Páscoa. A ceia substituiria a Páscoa. Esta foi instituída logo após a saída do povo israelita do Egito, para rememorar o sofrimento do povo no cativeiro e o seu livramento miraculoso por Deus. (Êx 12.1-28)

Por ocasião da festa da Páscoa, toda família separaria um cordeiro de um ano, sem defeito, que ficaria guardado até o décimo quarto dia daquele mês, quando toda a assembleia da congregação de Israel o mataria, à tardinha. O sangue desse cordeiro era tomado e posto em ambos os umbrais e na verga da porta, nas casas em que o comessem. E, naquela noite, comeriam a carne assada ao fogo, com pães sem fermento nenhum e com ervas amargosas, para simbolizar o sofrimento a que foram submetidos na terra do Egito.

Eles participavam da carne do cordeiro com as ervas amargas do seguinte modo: com os lombos cingidos (simbolizando a pressa com que saíram do Egito), os sapatos nos pés e o cajado na mão. Tinham de comer a Páscoa do Senhor apressadamente porque, naquela noite, o Senhor passaria pela terra do Egito e feriria todos os primogênitos naquela terra, tanto de homens como de animais. O sangue que eles tinham colocado nos umbrais e nas vergas das portas seria o sinal de aviso ao anjo que feriria o primogênito em cada casa. O sangue era sinal de livramento. Ao passar pelas casas e ver o sangue nas suas portas, o anjo nelas não tocaria. Deus escolheu esse dia da Páscoa no Egito por memorial (Êx 12.14).

Jesus também instituiria um memorial perpétuo — a ceia. Na noite em que foi traído, estando reunido com os discípulos, Jesus tomou o pão e, abençoando-o, partiu-o e o deu aos discípulos, dizendo: "Tomai, comei; isto é o meu corpo. E tomando um cálice, rendeu graças e deu-lho, dizendo: Bebei dele todos; pois isto é o meu sangue, o sangue do pacto, o qual é derramado por muitos para remissão dos pecados." (Mt 26.26-28)

Os evangelhos sinópticos descrevem, de maneira emocionante, o momento da celebração da primeira ceia, que foi a proclamação do pacto, do memorial eterno. Contudo, é o apóstolo Paulo que apresenta mais luz sobre essa cena tão tocante quanto simbólica, na primeira epístola escrita aos Coríntios, no seu capítulo 11, versículos de 17 a 34.

O significado da ceia

Para a celebração da ceia, a igreja usa dois elementos que são frutos de produtos da terra: o pão, que é feito do trigo; e o vinho, que é extraído da uva e que vem da parreira.

O pão significa o corpo de Cristo, que foi quebrado por nós. Para chegar a ser pão, o trigo é debulhado e triturado. Assim Jesus, como o pão do céu, o pão da vida (Jo 6.51), foi quebrado, macerado, por nós. Aos gregos que o procuraram, Jesus lhes disse: "Se o grão de trigo caindo na terra não morrer, fica ele só; mas se morrer, dá muito fruto" (Jo 12.24).

Jesus disse aos judeus: "Em verdade, em verdade vos digo: Se não comerdes a carne do Filho do homem, e não beberdes o seu sangue, não tereis vida em vós mesmos. Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna; e eu o ressuscitarei no último dia. Porque a minha carne verdadeiramente é comida, e o meu sangue verdadeiramente é bebida. Quem come a minha carne e bebe o meu sangue permanece em mim e eu nele. Assim como o Pai, que vive, me enviou, e eu vivo pelo Pai, assim, quem de mim se alimenta, também viverá por mim. Este é o pão que desceu do céu; não é como o caso de vossos pais, que comeram o maná e morreram; quem comer este pão viverá para sempre." (Jo 6.53-58).

O pão é, pois, simbolicamente, o corpo de Cristo, sua carne, como ele declarou no texto acima.

O vinho simboliza o sangue de Cristo, derramado no Calvário para nossa redenção. Há cinco ensinos relativos à ceia que devem ser enfatizados:

1) A ceia é uma ordenança — "[...] fazei isto em memória de mim" (1Co 11.24b). Ordem não se discute; cumpre-se. Ainda mais que essa é uma ordem de nosso Senhor Jesus.

2) A ceia é um pacto — Pacto significa contrato, acordo, aliança. Jesus fez conosco um pacto eterno de que morreria em nosso lugar, para oferecer a Deus uma oblação eterna pelos nossos pecados. Diz a Bíblia que Ele, Jesus, que era sem pecado, "fez-se pecado por nós" (2Co 5.21), a fim de que fôssemos perdoados e reconciliados com Deus, a quem os nossos pecados ofenderam. Nunca houve pacto como este, que foi selado com sangue, oferecendo Cristo a vida em nosso lugar, como expiação dos pecados, sendo a morte dele, morte vicária, isto é, de substituição.

3) A ceia é uma proclamação da nossa fé — Ao participar em um culto de ceia, estamos fazendo uma proclamação histórica e teológica de que Cristo morreu na cruz para nos redimir. É o que Paulo afirma: "Porque todas as vezes que comerdes deste pão e beberdes do cálice estareis anunciando a morte do Senhor, até que ele venha" (1Co 11.26).

4) A ceia é um memorial — "[...] fazei isto em memória de mim." Ela deve ser sempre celebrada para podermos relembrar a morte e ressurreição de Cristo. Ela é um memorial para nos fazer lembrar do sacrifício de Cristo no Gólgota. É um memorial que nos relembra o grande amor de Cristo.

5) A ceia é, ainda, uma profecia escatológica, de vez que devemos celebrá-la "até que ele venha" (1Co 11.26b). Ao celebrá-la, estamos proclamando nossa esperança na volta de Cristo para buscar sua Igreja para as bodas com o Cordeiro eterno. É, também, uma proclamação solene aos crentes de que Cristo voltará e com Ele só irá quem o tiver aceitado como seu único e suficiente salvador.

Assim como o batismo é um drama, em três atos, que representa o que ocorre com o convertido, assim, também, a ceia é um drama do Calvário, pois ela nos retrata, simbolicamente, o que ocorreu ali em nosso favor.

É pelo batismo que nós iniciamos a comunhão cristã na igreja, desenvolvendo a fraternidade. E é pela ceia que nós continuamos essa relação, não só vertical, com Deus, mas, também, na direção horizontal, quando em santa comunhão podemos cantar "Benditos laços são os do fraterno amor, que nesta santa comunhão nos unem ao Senhor" (Hino 379 do Cantor Cristão).

Ceia livre, restrita e ultrarrestrita

No que tange à pergunta: "Quem deve participar da ceia?", três opiniões têm existido no meio evangélico. Ei-las:

1) A ceia deve ser franqueada a todos — Deve ser livre para qualquer membro de qualquer denominação, e pode até ser servida fora das reuniões de culto na sede, em outros lugares, e até a enfermos nos leitos, em reuniões sociais etc.

Este ponto de vista é extremado. Os batistas devem ter bom senso no que tange a este método para não serem tachados de incoerentes, pois não admitem em seu rol de membros pessoas que se dizem batizadas, mas que

não o foram biblicamente, por imersão. Como, pois, oferecer-lhes a ceia que é, segundo praxe batista, só para a pessoa que foi batizada? Ademais, a ceia é um ato promovido pela igreja, para os seus membros. Em outras palavras, a ceia é para a igreja, reunida na hora do culto, como expressão de comunhão com seus irmãos em Cristo. Além disso, a ceia não fornece nenhum elemento mágico que possa ser procurado ansiosamente por qualquer crente.

Ao assim procederem, as igrejas estão coerentes com suas atitudes e não podem ser julgadas por seus atos internos e nem mesmo de estar agindo descaridosamente com alguns irmãos de outras denominações. No passado, travou-se célebre polêmica entre o teólogo batista, W. C. Taylor, e o pastor presbiteriano, Dr. Jorge Buarque Lira. Dessa polêmica surgiu o livro escrito por Buarque Lira, com o título "*A Mesa Batista*".

Sendo a ceia uma ordenança para a igreja, cabe-lhe o direito e o privilégio de só permitir dela participarem seus membros. Por uma questão de deferência, poderá a igreja convidar a participar da cerimônia algum membro de uma igreja batista, da mesma fé e ordem, que esteja presente àquele culto. Se a igreja estiver em culto de celebração da ceia do Senhor e não convidar ninguém de outra igreja batista que a esteja visitando para participar com ela daquele ato, não pode ser julgada por isso, em virtude do que acima expusemos.

2) A ceia deve ser restrita — Esposam os defensores dessa opinião que só devem participar da ceia os crentes, membros de igrejas batistas, da mesma fé e ordem, o que significa que uma pessoa que não preencher esse requisito não poderá participar dos elementos ao serem distribuídos.

O jornal *The Episcopal Recorder* publicou sobre a sensata atitude dos batistas:

> A comunhão restrita das igrejas batistas é apenas a consequência necessária da ideia fundamental na qual se baseia sua existência. Nenhuma igreja cristã receberia, voluntariamente, em sua comunhão, até mesmo o mais humilde e verdadeiro crente que não fosse ainda batizado. Para os batistas, somente a imersão é batismo, e, portanto, necessariamente, excluem da mesa do Senhor todos quantos não tiverem sido imersos. Faz parte essencial de seu sistema; é a execução legítima de seu credo.

3) A ceia deve ser ultrarrestrita — Os que adotam este ponto de vista quanto aos participantes da ceia do Senhor afirmam que a ceia é só para os membros da igreja local. Outros dela não podem participar, por mais eminentes ou santos que sejam. É uma posição que julgamos também sensata.

Dirá alguém: “Não há nisso descaridade?”. Não, afirmamos. Porque os que esposam esta opinião reconhecem que a ceia foi entregue à igreja local, e que a ceia não tem caráter sacramental nenhum que possa conferir, ao participante, algum efeito mágico para melhorar sua vida espiritual. Embora o autor julgue que esta é uma posição sensata, defende, todavia, a ceia restrita.

Posições quanto ao simbolismo da ceia

Há quatro interpretações sobre o simbolismo da ceia. Vejamo-las:

1) Transubstanciação — A palavra é composta de trans (além) e substância. Portanto, transubstanciação, ao pé da letra, é ir além da substância. A Igreja Católica criou a teoria da transubstanciação, que não tem nenhum respaldo bíblico. Ela ensina que as substâncias — o pão e o vinho — transformam-se nas substâncias do corpo e do sangue de Cristo, pelo efeito da consagração eucarística. De modo que, ao receber das mãos do padre a hóstia, já consagrada, o comungante não pode, de modo nenhum, mastigá-la. Tem de engolir tudo, sem nenhuma mastigação, porque ali estão, realmente, o corpo e o sangue de Cristo. Interessante é que eles comem a Cristo cada vez que a hóstia é consagrada e oferecida ao comungante. É cristofagia?

O Dr. Rafael Gióia Martins contava que, quando era padre, foi chamado para dar uma ajuda a um padre já bem idoso, em uma pequena paróquia. Qual não foi a sua surpresa quando entrou na sacristia e viu a hóstia, que o padre havia consagrado, toda bichada. Aquilo o decepcionou terrivelmente e o fez estudar melhor o assunto até que se converteu ao evangelho.

A transubstanciação é uma grande aberração teológica. Foi decretada como dogma na Igreja Católica, no IV Concílio Lateranense, em 1215, e reafirmada pelo Concílio de Trento.

2) Consubstanciação — Lutero foi o defensor dessa teoria. Que pena! Lutero saiu do catolicismo, mas o catolicismo não saiu todo dele. Temos muita estima por Lutero, mas ele não abriu bem os olhos para ver toda a verdade evangélica.

A consubstanciação é a doutrina que ensina que o participante dos elementos, na ceia, após a consagração desses elementos, realmente come a carne e bebe o sangue de Cristo, embora os elementos — o pão e o vinho — não se modifiquem. Lutero ensinou que “em, com e sob o pão e o vinho consagrados, o corpo e o sangue verdadeiros e essenciais de Cristo se dão ao

comungante e são por ele recebidos, ainda que de maneira inexplicável para nós e de toda misteriosa."[68]

3) Presença mística — Calvino ensinava que Cristo não está em corpo na ceia, mas está presente "dinamicamente". E explica: "Assim como o sol está no céu, mas sua luz e calor estão na terra, assim o corpo glorificado de Cristo está no céu, porém, suas influências divinas especiais irradiam-se dele sobre a alma crente enquanto participa do sacramento.

4) Memorial — Esta é a doutrina esposada pelos batistas. É memorial porque Cristo, após celebrar a ceia, recomendou aos discípulos que a celebrassem sempre em memória dele. A palavra de Cristo é clara: "[...] fazei isto em memória de mim" (1Co 11.24). A ceia deve, portanto, rememorar o sacrifício que Cristo fez por nós na cruz do Calvário. Ela não transmite nenhuma graça especial ao crente que dela participa, a não ser a bênção da inspiração e da alegria de um momento de comunhão com Deus e seus irmãos de fé.

* Ebenézer Soares Ferreira. Pastor, educador, escritor. Doutor em Divindades e Ph.D. em Educação. Presidente emérito da Convenção Batista Brasileira. Foi reitor do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil. Foi membro do General Council da Aliança Batista Mundial. Membro fundador da Academia Evangélica de Letras do Brasil.

68. Harvey, H. La Iglesia, su Forma de Gobierno y sus Ordenanzas. Editorial Mundo Hispano, 1979, p. 254

CAPÍTULO 10
O DIA DO SENHOR

• O que diz a Declaração Doutrinária da CBB

O domingo, dia do Senhor, é o dia do descanso cristão, satisfazendo plenamente a exigência divina e a necessidade humana de um dia em sete para o repouso do corpo e do espírito.[1] Com o advento do cristianismo, o primeiro dia da semana passou a ser o dia do Senhor, em virtude de haver Jesus ressuscitado nesse dia.[2]

Deve ser para os cristãos, um dia de real repouso em que, pela frequência aos cultos nas igrejas e pelo maior tempo dedicado a oração, à leitura bíblica e outras atividades religiosas eles estarão se preparando para "aquele descanso que resta para o povo de Deus"[3]. Nesse dia, os cristãos devem abster-se de todo trabalho secular, excetuado aquele que seja imprescindível e indispensável à vida da comunidade. Devem também abster-se de recreações que desviem a atenção das atividades espirituais.[4]

Gn 2.3; Êx 20.8-11; 31.14-17; Is 58.13,14; Mt 12.12; Hb 4.4
Jo 20.1,19,26; At 20.7; Ap 1.10; 1Co 16.1,2
Hb 4.9-11; Ap 14.12,13
Ex 20.8-11; 31.15; Jr 17.21,22,27; Ez 22.8; Mt 12.12

• Comentário

*Nilson Dimárzio

Voltaire, conhecido escritor francês, embora fosse inimigo declarado do cristianismo e da religião, chegou a afirmar que o domingo inglês era o responsável pela grandeza da Inglaterra. De fato, a observância do domingo, como dia do Senhor, tem a ver com o progresso material e espiritual dos países influenciados pelo cristianismo.

Certa feita, num sábado à tarde, um ministro da rainha Vitória, da Inglaterra, chegou muito tarde ao palácio. Portador que era de papéis importantes, solicitou da rainha uma audiência para a manhã seguinte. Ao que ela respondeu:

— O senhor se esquece que amanhã é domingo?

— Vossa Majestade tem toda a razão — disse o ministro — mas, os negócios do Estado não podem estar sujeitos a demoras.

A rainha então lhe disse que examinaria os papéis no dia seguinte, logo após o culto dominical.

Na manhã daquele domingo, o ministro muito se surpreendeu ao ouvir que o pregador tomara por texto do sermão os versículos 8 a 10 de Êxodo capítulo 20, discorrendo em sua mensagem sobre os deveres e privilégios que têm os cristãos de guardarem o domingo e o santificarem para o Senhor.

Ao saírem da capela, a rainha perguntou-lhe:

— Então, sr. ministro, que tal o sermão de hoje? Gostou?

— Esplêndido, majestade!

— Bem, — prosseguiu a rainha — devo dizer-lhe que fui eu quem sugeriu ao pregador o texto da mensagem. Espero que o sermão nos tenha feito bem a todos.

E o trabalho ficou para segunda-feira...

Eis aí um belo exemplo a ser seguido por todos os crentes. Infelizmente, há muitos membros de igreja negligenciando a guarda do domingo, e com isso contribuindo para o enfraquecimento deles próprios e das igrejas a que pertencem. Daí a oportunidade das presentes considerações em torno desse palpitante assunto.

A Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, no capítulo referente ao dia do Senhor, contém algumas afirmações de alta relevância, que serão objeto de nossas reflexões a seguir.

O domingo, dia do Senhor, é o dia de descanso cristão

Esta é uma afirmação universalmente aceita pelos cristãos. Os literalistas, porém, aqueles que se apegam à letra do Antigo Testamento, notadamente o quarto mandamento do decálogo (Êx 20.8-11), em sua visão limitada, assim não entendem e ainda condenam acerbamente os que deles discordam. É o caso dos sabatistas ou adventistas do sétimo dia, que proclamam em alto e bom som que aquele que não guarda o sábado não pode ser salvo. E mais: que os que guardam o domingo têm "o sinal da besta".

1. O sábado, como um dia fixo e determinado, é exclusivamente judaico, local e não universal. Os textos bíblicos de Êxodo 20.1,2, Deuteronômio 5.1,2, além de muitos outros, não deixam dúvida de que o sábado, como dia de guarda, foi estabelecido por Deus a Israel e não a todos os povos. Além do que, há mesmo uma impossibilidade de todas as pessoas observarem o mesmo dia de guarda, em todos os países, entre outros motivos, pela diferença de fuso horário entre vários países e continentes. E em certos casos, dentro do mesmo país.

Como escreveu o Rev José Borges dos Santos Júnior:

Nunca foi possível que todas as pessoas, sem excetuar uma só, pudessem repousar no mesmo dia. Para muitos guardarem omesmo dia é indispensável que alguns façam o seu repouso em outro dia. Para o povo hebreu ir ao templo, ou ao tabernáculo prestar culto ao Senhor no dia separado para isso, era indispensável que serventuários e sacerdotes do templo trabalhassem no sábado (Mt 12.5). E isso na vida antiga, menos complicada, e distâncias curtas percorridas a pé. Hoje, com as distâncias longas e a necessidade de condução, de assistência hospitalar e outras, para que muitos possam aplicar a lei do descanso sabático, é preciso que alguns trabalhem nesse dia.

Quando João afirma que Jesus violou o sábado, não estava dizendo que Ele quebrou o mandamento. O que Ele estava quebrando era a regulamentação mosaica, a regulamentação que permaneceu até a era apostólica. Nessa época, os apóstolos começaram a fazer o repouso no primeiro dia, estabelecendo uma nova regulamentação do mandamento. Depois da ressurreição de Cristo, os discípulos passaram a reunir-se no primeiro dia da semana.

2. Como Jesus considera a questão do sábado — Ricardo Pitrowsky, em seu excelente livro *O sabatismo à luz da Palavra de Deus*, (escrito em 1922 e até hoje não respondido pelos adventistas), assim afirma (p. 64, 5. Ed.):

a) Em Marcos 2.27, Jesus diz: *"O sábado foi feito por causa do homem e não o homem por causa do sábado"*. Isto quer dizer que o sábado, ou dia de descanso, deve servir ao homem, e não o homem estar sujeito a ele. Quão diferente é o ensino de Jesus, do ensino dos sabatistas, que fazem do sábado o escravizador do homem!

b) *"O Filho do Homem até do sábado é Senhor"* (Mt 12.8). Sendo assim, então Jesus tem autoridade de fazer dele o que quiser, mesmo mudá-lo ou aboli-lo e declarar qual é a sua natureza, como fez nesta passagem!

c) Nos versos anteriores à passagem sobredita (Mt 12.1-8) temos o caso de Jesus e os discípulos passarem pelas searas, onde estes começaram a colher espigas e a comê-las. Os fariseus, vendo isto, censuraram a Jesus por deixá-los fazer tal coisa em dia de sábado, o que para eles não era lícito. Jesus, porém, lhes disse: *"Não tendes lido o que fez Davi, quando teve fome, ele e os que com ele estavam? Como entrou na casa de Deus e comeu os pães da proposição, que não lhe era lícito comer, nem aos que com ele estavam, mas só aos sacerdotes? Ou não tendes lido na lei que aos sábados os sacerdotes violam o sábado no templo, e ficam sem culpa? Pois eu vos digo que está aqui um maior do que o templo. Mas, se vós soubésseis o que significa: Misericórdia quero e não sacrifício, não condenaríeis os inocentes. Porque o filho do Homem até do sábado é Senhor".*

3. O Novo Testamento não manda guardar o sábado. Um estudo comparativo dos dez mandamentos no Antigo e Novo Testamentos revela que nove mandamentos são repetidos várias vezes em o Novo Testamento, à exceção do 4° mandamento, relativo ao sábado. E a razão é óbvia: é que o sábado não pertence à nova dispensação do Evangelho. É algo que ficou no passado e lá deve permanecer. Agora, temos o domingo, o dia do Senhor para ser observado.

É de notar-se que há uma profecia sobre a abolição do sábado. Assim diz o Senhor, por intermédio do profeta: *"[...] farei cessar [...] os seus sábados"* (Os 2.11).

O apóstolo Paulo deixa claro em seus escritos que a guarda do sábado é algo do passado. *"Ninguém vos julgue pelo comer, ou pelo beber, ou por causa dos dias de festa, ou de lua nova, ou de* ***sábados,*** *que são sombras das coisas futuras, mas o corpo é de* Cristo" (Cl 2.16,17; grifo do autor). Na observação de Pitrowsky, na obra supra citada, "esta é a única vez que Paulo em todas as suas epístolas menciona o sábado, e assim mesmo para condená-lo".

É fácil de se depreender, pois, que os sabatistas estão vivendo no passado, ao insistirem na tecla desafinada da guarda do sábado, quando toda a cristandade observa o domingo como o dia do Senhor.

Como observa o Prof. Júlio Andrade Ferreira, o andaime é necessário durante a construção do edifício. Mas querer conservá-lo depois do edifício acabado seria tolice. Os adventistas, em sua insistência na guarda do sábado, estão conservando o andaime e, assim, voltando ao passado.

4. A razão maior para que o domingo passasse a ser o dia do Senhor é a ressurreição de Jesus Cristo. Ele ressuscitou dos mortos nesse dia, o primeiro dia da semana, completando assim sua obra redentiva. A ressurreição é o fato mais importante da história da salvação, o coroamento da missão realizada por Cristo em benefício da humanidade. O fato que dá sentido e revigora a nossa fé. Daí, a correta e sincera observância do domingo por parte dos discípulos do Senhor se constituir numa verdadeira celebração. Sim, Cristo ressuscitou no primeiro dia da semana, e por isso nesse dia celebramos esse fato por demais auspicioso!

É interessante notarmos nas páginas do Novo Testamento que, mesmo sem um mandamento explícito a respeito, houve, naturalmente, diante do extraordinário fato da ressurreição de Jesus, uma transição, por assim dizer, do sábado judaico para o domingo cristão.

No capítulo 20 do evangelho escrito por João, destaquemos: a) O fato da ressurreição, constatado por Maria Madalena, e pelos apóstolos Pedro e João, v. 1-10. b) Jesus aparece a Madalena, v. 11-18. c) Jesus aparece aos discípulos reunidos no mesmo dia da ressurreição, estando Tomé ausente e, por isso, duvidou que o Senhor houvesse ressuscitado, v. 19-25. d) Nova aparição de Jesus aos discípulos reunidos, e a dúvida de Tomé é dissipada, v. 26-31. É de se notar as expressões iniciais do v. 26: *"Oito dias depois, estavam os discípulos outra vez ali reunidos",* o que significa, no domingo seguinte ao da ressurreição. Desse modo foi- se estabelecendo entre os cristãos primitivos, o costume de se reunirem no primeiro dia da semana, passando a considerá-lo dia do Senhor, já que o Senhor ressuscitara nesse dia.

Anos mais tarde, o apóstolo Paulo, em sua primeira carta aos Coríntios, determina que o levantamento da oferta para os santos fosse feito *"No primeiro dia da semana",* por ser o dia de reunião dos fiéis (1Co 16.1,2).

E, no Apocalipse, escrito já no final do primeiro século (95 a D), o primeiro dia da semana já estava consagrado pelos cristãos como o dia do Senhor. Com efeito, o **Kiríakê hemera,** de João (Ap. 1.10), que Jerônimo traduziu na Vulgata **"in dominica diae",** tornou-se realidade inquestionável nas páginas do Novo Testamento.

A palavra "Kiriakè", do Senhor, originalmente era usada com o sentido de "imperial", algo que pertencia ao imperador romano. Havia também a expressão "hemera sbaste", "dia de Augusto", que era o primeiro dia de cada mês, o "dia do imperador", quando eram feitos pagamentos em dinheiro. Os crentes primitivos tomaram por empréstimo essa expressão

e aplicaram-na ao domingo, o primeiro dia da semana. Esse é o ensino que se encontra em *Didaché 14* e *Inácio Mago 9.* que foram escritos não muito depois da composição do livro do Apocalipse. (Russel Norman Champlin: *O Novo Testamento Interpretado Versículo por Versículo*, v. VI, p. 378).

Com muita propriedade, pois, assinala a Declaração Doutrinária da CBB: **"Com o advento do cristianismo, o primeiro dia da semana passou a ser o dia do Senhor, em virtude de haver Jesus ressuscitado nesse dia".**

5. Considere-se ainda que a guarda do domingo é um fato histórico. Além das provas contidas nos relatos bíblicos já citados, há o testemunho de vários historiadores corroborando o que temos até aqui afirmado. Inácio, discípulo de João, o apóstolo, escreveu cerca do ano 100 de nossa era o seguinte: "Aqueles que estavam presos às velhas coisas vieram a uma novidade de confiança, **não mais guardando o sábado, porém vivendo de acordo com o dia do Senhor".**

Barnabé, a.D. 120, diz: "Nós guardamos o dia oitavo com alegria, no qual Jesus também ressurgiu dos mortos, e tendo aparecido ascendeu ao céu" (veja-se *Ante-Nicene christian librarv.* cap. 17. A essa obra também se referem "os livros" em citações abaixo).

Justino, o Mártir, a.D. 140, disse: **No dia chamado domingo** há uma reunião, num certo lugar, de todos os que habitam nas cidades ou nos campos, e as memórias dos apóstolos e os escritos dos profetas são lidos... **Domingo é o dia** em que todos nós nos reunimos em comum, porque é o **primeiro dia** em que Deus fez o mundo, e porque no mesmo dia Jesus Cristo, nosso Salvador, levantou-se dos mortos. Ele foi crucificado no dia anterior ao de Saturno (sábado) e no dia após o de Saturno, que é o dia do Sol (domingo), tendo aparecido aos seus apóstolos e discípulos, **ensinou-lhes estas coisas as quais vos temos apresentado para a vossa consideração.** (*Apologia*, cap. 67)

Bardesanes, de Edessa, Ásia, a.D. 180, declara: "Num dia, o **primeiro da semana,** nós nos reunimos" (veja-se *Book of the laws of countries*).

Clemente de Alexandria, no Egito, a.D. 194, afirmou: "Ele, cumprindo o **preceito,** conforme o evangelho, guarda o **Dia do Senhor,** quando abandona uma disposição má e assume aquela do gnóstico, glorificando em si a ressurreição do Senhor" (veja-se *Livro 7*, cap. 12). Este autor fala num "pre-

ceito". Que preceito será este? O Dr. Strong, na sua *Teologia sistemática*, p. 410, referindo-se ao que Justino Mártir disse, e que já citamos acima, escreve o seguinte:

"Isto parece indicar que Jesus entre a ressurreição e a ascensão, deu mandamento a respeito do primeiro dia da semana porque Jesus 'foi recebido em cima', somente ***'depois de ter dado mandamentos pelo Espírito Santo** aos apóstolos que escolhera'* (At 1.2). Se Jesus não deu um mandamento positivo a respeito do primeiro dia da semana, ao menos o 'Espírito Santo' sancionou o proceder dos apóstolos em relação a este dia de um modo tal que o observaram como se fosse por mandamento."

Prossigamos, entretanto, com os testemunhos dos primeiros séculos.

Tertuliano, na África, a.D. 200, disse: "Nós solenizamos **o dia após o sábado** em contradição àqueles que chamam a este dia o seu sábado" *(Apologia*, cap. 16).

Cipriano, bispo de Cartago, na África, a.D. 250, afirmou: "O **dia oitavo,** isto é, **o primeiro dia após o sábado,** é dia do Senhor" (*Epístola* 58, seção 4).

A Constituição Apostólica, a.D. 250, diz: "No **dia da ressurreição** do nosso Senhor, que é o dia do Senhor, reuni-vos mais diligentemente" (Livro 2. sec 7).

Anatólio, bispo de Laodiceia, na Ásia Menor, a.D. 270, lembrou: "A nossa consideração pela ressurreição do Senhor que se deu no **dia do Senhor,** leva-nos a celebrá-lo" (cap. 10).

Pedro, bispo de Alexandria, no Egito, a.D. 306: "Mas o **dia do Senhor** nós celebramos como um dia de alegria, porque nele ele ressuscitou" (Cânon 15).

Eusébio, a.D. 324, na sua *História eclesiástica*, usa constantemente a expressão **"dia do Senhor"** para designar o primeiro dia da semana. Num lugar ele diz: "Eles (os cristãos judeus) também observam o sábado e outras disciplinas (ordenações) judaicas semelhantes; mas de outro lado **também celebram o dia do Senhor,** assim como nós, em comemoração à sua ressurreição".

O domingo deve ser para os cristãos um dia de real repouso, em que, pela frequência aos cultos nas igrejas e pelo maior tempo dedicado à oração, à literatura bíblica e outras atividades religiosas eles estarão se preparando para "aquele descanso que resta para o povo de Deus".

Esta parte da Declaração Doutrinária orienta o crente sobre a maneira de viver o dia do Senhor, não de forma egoístas ou como sinônimo de ociosidade completa, mas tendo em vista que o dia é do Senhor e a Ele deve ser consagrado. A propósito, o saudoso Pr. Walter Kaschel, em *Lições de Mordomia* (Revista para estudos na Escola Dominical), deixou-nos uma joia preciosa ao tratar deste assunto, em magnífica lição intitulada "O Domingo não é meu", na qual orienta os crentes sobre como consagrar ao Senhor o dia que lhe pertence.

1. Considere-se o valor do repouso semanal que o domingo proporciona, para renovação das energias gastas no trabalho diário. Deus nos criou com a necessidade de um repouso periódico, tanto diário quanto semanal, para reposição das energias físicas, mentais e espirituais que despendemos em nossas atividades rotineiras. E quando observamos cuidadosamente esse descanso, voltamos depois ao trabalho com as energias renovadas e em condições de produzir muito mais do que se procurássemos trabalhar incessantemente ou limitando-nos ao repouso noturno.

Aliás, já está provado estatisticamente que o descanso semanal propicia condições de maior produção nos diversos setores da atividade humana.

"Um homem pode produzir mais trabalho em seis dias do que em sete", dizia no seu sermão, certo pastor. No fim do culto, um ancião, natural dos Estados do Sudoeste dos EUA, aproximou-se do pregador e disse: "Eu já verifiquei a verdade do que o senhor afirmou sobre o dia de descanso! Quando vim para o oeste, muito tempo antes de haver estradas de ferro, era eu chefe duma caravana de exploradores. Na manhã do primeiro domingo, enquanto os cavalos pastavam, peguei, como costumava, na minha Bíblia e, rodeado pelos meus, pus-me a lê-la. Os companheiros de viagem, perguntaram-me se eu não tencionava jornadear naquele dia. Respondi: 'Eu não abandonei os princípios do meu antigo lar. Além disso, a minha gente e a minha família precisa de descanso e eu quero dar-lhos hoje! O resto da caravana partiu, e eu só os alcancei na quinta-feira seguinte. Na segunda semana apanhei-os já na terça. Depois disso fui-lhes sempre na dianteira e eles não chegaram ao seu destino senão duas semanas depois de nós. As pessoas de minha família estavam todas em perfeita saúde; os animais e seus condutores em excelentes condições e pudemos proceder imediatamente à nossa instalação. Não sucedeu o mesmo aos nossos companheiros de partida: tinham-lhes morrido dois cavalos no percurso; apareceu doença nas suas famílias e alguns carros ficaram inutilizados."

Aquele ancião tinha 70 anos! Havia santificado sempre o domingo e muito raramente tinha faltado ao culto público. A sua longa vida provava que Deus honra com a sua bênção aqueles que honram a Ele, à sua Palavra e ao seu dia!

Escreveu Júlio Diniz: "Não existe outra instituição que melhor corresponda à natureza física, intelectual e moral do homem do que um dia de repouso em sete'. Gladstone atribuíra, em carta a Leon Say, robustez física e a acuidade mental de sua idade provecta à guarda do domingo, praticada escrupulosamente pelo grande estadista. E disse mais: "No que importa às massas é a questão popular por excelência".

2. Ao mesmo tempo que o domingo proporciona o repouso para o físico, oferece-nos excelente oportunidade para o desempenho de atividades espirituais. Sem dúvida, a guarda do dia do Senhor tem contribuído grandemente para o crescimento do Reino de Deus, exatamente porque, nesse dia, os crentes, de modo geral, dispõem de mais tempo para atividades cristãs: culto de adoração, louvor e evangelização, estudo bíblico, visitação, participação em pontos de pregação e congregações etc. Daí porque o maior número de conversões acontece nesse dia dedicado ao Senhor.

3. Concomitantemente, a guarda do domingo representa para os crentes o preparo para *"aquele descanso que resta para o povo de Deus"* (Hb 4.9-11).

Ao ler esse texto, vem-me à lembrança a figura de Josefa Calicchio Teixeira, minha avó materna. Mulher simples e sem letras, mas de muita fé. Crente fiel até o fim de sua caminhada neste mundo. Ao morrer, a família colocou esse expressivo texto em seu túmulo. Quem for ao Cemitério da Saudade, em Campinas, há de ler, na lápide de seu túmulo: "Ainda resta um repouso para o povo de Deus".

Com efeito, a nossa peregrinação na terra deve se constituir num real preparo para o repouso eterno na mansão celestial. É significativo pensar no domingo como uma oportunidade a mais para esse preparo.

O domingo profanado

Conforme já vimos, a observância do domingo tem sido considerada como fator de desenvolvimento, tanto individual quanto coletivo; tanto para o crente que, graças ao dia do Senhor, pode crescer espiritualmente, quanto

para a igreja com a qual coopera, que, em vista da participação de seus membros, pode melhor desenvolver seu ministério e cumprir sua gloriosa missão neste mundo. O mesmo pode-se dizer em relação aos países, que também se beneficiam com a guarda do dia do Senhor, pois conforme já assinalamos, o descanso semanal proporciona maior produtividade aos diversos setores da atividade humana.

Todavia, o astuto e ardiloso inimigo do Reino de Deus, Satanás, não contente com as vitórias alcançadas pelo povo de Deus nesse dia, tudo tem feito ao seu alcance para minimizar o valor do domingo e dificultar sua observância.

A prova disso temos em nosso país que, a despeito de ser considerado cristão, permite que a ganância dos empresários e comerciantes determine o funcionamento, aos domingos, de feiras livres, supermercados, bares etc., em detrimento do que a Palavra de Deus preceitua.

Mas, a atuação maligna se faz sentir até mesmo entre os crentes que, sem motivo justo, abandonam suas congregações, contrariando o que a Escritura determina em Hebreus 10.25, preferindo o lazer, negligenciando seus deveres cristãos em prejuízo da igreja a que pertencem e que, naturalmente, sente a falta de cooperação em suas atividades.

Urge empreendermos uma campanha em prol da celebração condigna do dia do Senhor. A começar nos lares. Os pais ensinando aos filhos, por palavras e pelo exemplo, como consagrar ao Senhor o dia que a Ele pertence. E, certamente, Deus abençoará esse esforço, que redundará em honra e glória ao nome de Jesus e em bênção às próprias famílias e igrejas.

Conta-se que Eric Liddell, atleta que venceu a corrida de 400 metros nos Jogos Olímpicos de Paris, quando foi cientificado de que a árdua prova seria levada a efeito em um domingo, recusou-se a tomar parte da mesma, decisão inédita, que acarretaria sua exclusão sumária e automática da competição. A imprensa desportiva da Europa o criticou com azedume, e ele recebeu manifestações de escárnio de todas as partes, mesmo dos jornais do seu país. Mas a corajosa atitude de tão notável atleta produziu os seus bons efeitos e a corrida foi adiada para o meio da semana.

Liddell declarou posteriormente: "Recordo-me de que quando me preparava para tomar parte da prova final, o meu instrutor me entregou um bilhete. Quando o abri, verifiquei que estavam escritas as seguintes inspiradoras palavras: *"Eu honrarei aos que me honram"!* Esta foi a promessa de Deus, Ele me ajudou e eu ganhei!".

O público que o havia condenado mudou de opinião e lhe promoveu as mais entusiásticas e calorosas manifestações de aplauso e encorajamento. Sem dúvida, Deus está pronto a abençoar aqueles que lhe são fiéis.

Houve tempo em que o dia do Senhor era encarado com mais seriedade pelo povo evangélico.

A página que a seguir transcrevemos, de autor desconhecido, relembra aquele tempo, contrastando-o com os dias atuais, de frieza espiritual e de tanta indiferença para com as coisas de Deus.

"Durante a semana inteira, todos aguardavam ansiosamente o DIA DO SENHOR. O desejo de estar na casa do Senhor, de conviver com os salvos, de adorar a Deus e o descanso da luta semanal, faziam com que o crente almejasse alegremente a chegada do dia do Senhor. Sob sol ou chuva, vento, frio ou calor, o crente acordava mais cedo.

Vestindo a melhor roupa e com a Bíblia na mão, a família inteira ia para a casa do Senhor. Todos queriam chegar cedo para aquele feliz encontro com Deus e com os irmãos. Chegar cedo para, durante o culto, não atrapalhar a reverência com o seu atraso. O dia era mesmo do Senhor. As refeições eram simples. A TV ficava desligada. Os enfermos e afastados eram visitados. Durante a tarde toda, os convites eram feitos. A amizade cristã era cultivada pela troca de experiência uns com os outros. A igreja toda saía para evangelizar os perdidos e convidá-los para os cultos. Ao final do dia, o salvo estava cansado, mas era um cansaço diferente, reconfortador e alegre.

Hoje, o dia do Senhor é dia de tudo MENOS DO SENHOR. É dia em que o crente vai dormir até mais tarde, vai pintar a casa, cuidar do carro, fazer um almoço requintado, torcer na final de um campeonato, trabalhar por um dinheirinho extra, ver TV etc. E, depois... caso ainda consiga, dá um pulinho até a Igreja e vê o que está acontecendo. Chega atrasado durante o culto, se não está dormindo, está conversando, não aprende nada e sai antes de terminar, pois tem pressa. Não tem tempo a perder. Pobre crente! Na segunda-feira, perde tudo que ganhou no domingo. Não tem alegria. Não consegue vencer as tentações. Não sabe onde encontrar alívio para sua dor e decepção espiritual.

Não pode testemunhar de Cristo. Deus vai se tornando cada vez mais desconhecido para ele, porque faltou o DIA DO SENHOR. O crente, a igreja e o mundo seriam diferentes se o dia do Senhor voltasse a ser exclusivamente do Senhor. Você tem observado o dia do Senhor?"

É urgente a necessidade de um posicionamento sério em relação ao assunto em tela.

Bibliografia

Comentário bíblico Broadman. v. 12, edição JUERP

Citações bíblicas da versão revisada da tradução de João Ferreira de Almeida, IBB, JUERP

CHAMPLIM, Russell Norman. *O Novo Testamento interpretado versículo por versículo*, v. VI

FERREIRA, Ebenézer Soares. *Manual da igreja e do obreiro.* 7. Ed. Rio de Janeiro: JUERP

FERREIRA, Júlio Andrade. *Notas de aulas de apologética.*

KASCHEL, Walter. *Lições de mordomia.* Rio de Janeiro: JUERP.

OLIVERIA, Moisés Marinho de. *Manancial de ilustrações.* Edição JUERP

PITROWSKY, Ricardo. *Sabatismo à luz da Palavra de Deus.* 5. Ed., Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1967.

*Nilson Dimárzio. Pastor, advogado. Pastoreou, por mais de vinte e cinco anos, a PIB de Petrópolis. Foi pastor da Igreja Batista Central de Volta Redonda e Diretor-presidente do Colégio Batista naquela cidade. Foi diretor de O Jornal Batista. Escritor. É membro da Academia Evangélica de Letras.

CAPÍTULO 11

MINISTÉRIO DA PALAVRA

• O que diz a Declaração Doutrinária da CBB

Todos os crentes foram chamados por Deus para a salvação, para o serviço cristão, para testemunhar de Jesus Cristo e promover o seu reino, na medida dos talentos e dos dons concedidos pelo Espírito Santo.[1] Entretanto, Deus escolhe, chama e separa certos homens, de maneira especial, para o serviço distinto, definido e singular do ministério da sua Palavra.[2] O pregador da Palavra é um porta-voz de Deus entre os homens.[3] Cabe-lhe missão semelhante àquela realizada pelos profetas do Velho Testamento e pelos apóstolos do Novo Testamento, tendo o próprio Jesus como exemplo e padrão supremo.[4] A obra do porta-voz de Deus tem uma finalidade dupla: a de proclamar as boas-novas aos perdidos e a de apascentar os salvos.[5] Quando um homem convertido dá evidências de ter sido chamado e separado por Deus para esse ministério, e de possuir as qualificações estipuladas nas Escrituras para o seu exercício, cabe à igreja local a responsabilidade de separá-lo, formal e publicamente, em reconhecimento da vocação divina já existente e verificada em sua experiência cristã.[6] Esse ato solene de consagração é consumado quando os membros de um presbitério ou concílio de pastores, convocados pela igreja, impõem as mãos sobre o vocacionado.[7] O ministro da Palavra deve dedicar-se totalmente à obra para a qual foi chamado, dependendo em tudo do próprio Deus.[8] O pregador do evangelho deve viver do evangelho.[9] Às igrejas cabe a responsabilidade de cuidar e sustentar adequada e dignamente seus pastores.[10]

1. Mt 28.19,20; At 1.8; Rm 1.6,7; 8.28-30; Ef 4.1,4; 2Tm 1.9; Hb 9.15; 1Pe 1.15; Ap 17.14
2. Mc 3.13,14; Lc 1.2; At 6.1-4; 13.2,3; 26.16-18; Rm 1.1; 1Co 12.28; 2Co 2.17; Gl 1.15-17; Ef 4.11,12; Cl 1.21-26
3. Êx 4.11,12; Is 6.5-9; Jr 1.5-10; At 20.24-28
4. At 26.19,20; Jo 13.12-15; Ef 4.11-17
5. Mt 28.19,20; Jo 21.15-17; At 20.24-28; 1Co 1.21; Ef 4.12-16
6. At 13.1-3; 1Tm 3.1-7
7. At 13.3; 1Tm 4.14

8. At 6.1-4; 1Tm 4.11-16; 2Tm 2.3,4; 4.2,5; 1Pe 5.1-3
9. Mt 10.9,10; Lc 10.7; 1Co 9.13,14; 1Tm 5.17,18
10. 2Co 8.1-7; Gl 6.6; Fp 4.14-18

• Comentários

*Júlio de Oliveira Sanches

Ao criar o homem Deus o fez com propósito definido. O universo e o homem nele colocado deveriam glorificar a Deus. Na há outro propósito no agir do Senhor. O homem como imagem e semelhança de Deus deveria executar o desiderato divino. Com alegria e dedicação exclusiva, a existência há que ser vivida para a glória de Deus. "*Este povo que formei para mim, para que me desse louvor*" (Is 43.2). Apesar da experiência com o pecado. Apesar da quebra da comunhão com o Criador. A verdade que prevalece é bem objetiva: Deus não desistiu do seu projeto. Não postergou para as gerações futuras o executar o seu plano de amor.

Ao contrário, em Jesus Cristo, somos redimidos, restaurados e desafiados a assumir o projeto inicial do Senhor. Isto é: glorificá-lo. O Senhor equipa cada salvo com talentos e dons específicos, frutos da sua graça, para servi-lo. O serviço cristão tem como base principal o testemunhar de Jesus Cristo como Salvador e Senhor. Serviço prestado com gratidão e com expressão de louvor. Para tal, o Espírito Santo equipa cada salvo para servir mediante a concessão de dons específicos. Os salvos com suas características próprias recebem os dons que são usados na ministração e expansão do reino. O ministério da palavra se desenvolve sob o impacto dessa convicção soberana do Espírito na vida de cada salvo.

Os textos que dão suporte a esta verdade são prenhes em seus significados, quanto ao servir cristão. Somos chamados e vocacionados a servir com amor. O Senhor prometeu que estaria presente na experiência dos seus servos enquanto a tarefa fosse executada. Ide e pregai. Estou convosco, diz Jesus aos seus discípulos. O verbo estar no presente, garante a certeza de que nenhuma adversidade servirá como empecilho à ação de Cristo em nosso ministério. Essa presença é reforçada com a promessa do Espírito Santo, com seu poder, a guiar os salvos no testemunhar. Impulsionadas por essa convicção, não há como deixar de executar as ordens do Senhor. O ministério da Palavra tem seu fundamento e certeza na ação amorosa do poder do Espírito a agir na vida dos salvos.

Persiste ainda a convicção de vocação para a execução do projeto divino. Deus chama homens, não anjos, para impulsionar o seu projeto de transmitir

às suas criaturas o que o próprio Senhor preparou para os seus. Dizer a cada criatura que existimos para glorificar a Deus. O alvo divino é elevado para a sua criação. O homem não foi criado por Deus para rastejar, mas para galgar os píncaros da glória divina. Impossível admitir que a obra prima do Senhor tenha sido feita para arrastar-se no pó imundo do pecado. Não! Fomos criados para uma herança eterna, que jamais se desfará.

Esta verdade exige santidade. O próprio Deus nos criou com vocação para um viver santo. O seu convite é feito firmado nesta finalidade inicial. Deus sabe que o homem tem potencial de santidade, que uma vez desenvolvido pode nos conduzir a um relacionamento perfeito com Senhor.

No dia final, confirmaremos essa verdade, convictos de que fomos eleitos e pela graça de Cristo permaneceremos fiéis ao seu chamado e projeto.

Claro está que entre todos os salvos chamados pela graça, capacitados com dons específicos para servir o desiderato divino, algumas pessoas recebem capacitação para compartilhar as verdades divinas a outros. Paulo os denomina cooperadores de Deus. Vale dizer cooperam, sob a direção do Espírito Santo, na exposição clara dos pensamentos de Deus aos homens. Em palavras simples exercem sob convicção de uma vocação especifica o ministério da Palavra. São inspirados e instados a compartilhar com clareza meridiana o desejo divino para os demais homens.

No Velho Testamento, havia a figura do profeta. Homens com missão específica. Convictos da sua missão repetiam: assim diz o Senhor. Em o Novo Testamento, o ministério dessas pessoas é mais claro e específico ao anunciar Jesus como único Salvador.

Os evangelhos nos revelam Jesus, escolhendo doze e depois setenta homens com este objetivo: ir à frente do Mestre anunciando a chegada do Messias. Preparavam o ambiente para receber Jesus com sua mensagem. Jesus os selecionou. Deu-lhes instruções especiais e os mandou pregar. Muitos dos subsídios colhidos por Lucas na elaboração do seu evangelho foram oferecidos por esses ministros da Palavra. (Mc 3.13-14 e Lc 1.2)

Quando a Igreja, ainda jovem, enfrentou dificuldades de relacionamentos, os apóstolos escolheram homens especiais para solucionar e dar direção à administração material. A base da decisão foi anunciada pelos apóstolos com clareza. Não vamos deixar o ministério da Palavra para nos envolver com assuntos outros. Não é razoável que nós deixemos a Palavra de Deus (At 6.1-4). A decisão revelou-se sábia e aprovada pelo Espírito Santo.

O início do empreendimento missionário foi firmado na convicção de que, na Igreja, o Espírito Santo havia separado e capacitado alguns dos seus membros para o ministério da Palavra. Ministério que não estaria mais restrito à igreja local, mas com vertentes de ação num mundo ainda não desbravado pelo evangelho. (At 13.2-3; 26.16-18). Apartai-me, diz o Espírito Santo, para a obra a que os tenho chamado. Tal convicção levou o apóstolo Paulo a afirmar mais tarde: "*Não fui desobediente à visão celestial*". Esta convicção de chamada é real na vida de todos os que labutam no ministério da Palavra.

As cartas paulinas buscam sua autenticação na convicção de que Deus separa alguns para o exercício do ministério da Palavra. "Separado por Deus para o evangelho" diz Paulo ao se dirigir aos crentes em Roma (Rm 1.1). Este comissionamento é obra exclusiva do Espírito Santo (1Co 12.28). Tal convicção dá ao ministro autoridade para transmitir a mensagem recebida (2Co 2.17). Tal chamado para o ministério da Palavra pode ocorrer e ocorre dentro da onisciência divina, antes mesmo de o ministro passar pela experiência da salvação (Gl 1.15-16). Impossível será alguém ministrar a Palavra sem real experiência com Cristo. Contudo, na soberania e onisciência divinas, o Espírito sabe quem será escolhido para tal mister (Ef 4.11-12). A finalidade é oferecer e propiciar aos demais salvos o aperfeiçoamento da vida cristã. Tornar compreensível o ministério da revelação de Deus em Cristo. Deus nos fala em linguagem inteligível, desejando apenas a compreensão do seu propósito de amor (Cl 1.21-26).

O ministério da Palavra pressupõe em sua dinâmica a verdade de que Deus tem uma mensagem para nos transmitir. Para conseguir isso, o Senhor usa sua criatura dotada e capacitada para tal empreendimento. A experiência comprova a resistência dos que são chamados. Persiste, no entanto, a soberania divina sobre a criação. A Moisés, Deus perguntou: "*Quem fez a boca do homem?*" (Êx 4.11-12). A pergunta não permite contestação. Deus fez a boca do seu mensageiro com objetivo definido. Não só glorificá-lo, como permitir que o Senhor a use para os seus propósitos. Não há como fugir do chamado. Não importa ser o comissionado surdo. Mudo. Cego. Ou gago. Era o caso de Moisés. O Senhor o capacita para o trabalho a ser realizado. "*Vai, e eu serei com a tua boca*". Os resultados comprovam o cumprimento do chamado divino.

Isaías contesta que só esse fator não era suficiente. Seus lábios eram impuros. Como pois usá-los para a transmissão de uma mensagem santa, proveniente do Deus Santo? Não há problema, diz o Senhor. Eu purifico os teus

lábios (Is 6.5-9). Portanto, vai e dize a este povo. Quer ouçam ou não, a mensagem será entregue. E ele foi.

Mesmo que a desculpa se fundamente na ausência de experiência, na falta de traquejo para enfrentar os receptores da mensagem, na irrisória falta de preparo para tão amplo e profundo mister, Deus não desiste do seu objetivo. A Jeremias, Ele diz: "*Antes que te formasse no ventre te conheci* [...] *às nações te dei por profeta*" (Jr 1. 5-10). Pouco importa a inexperiência. A pouca idade não conta. O confronto com algo, em termos humanos, mas poderoso, também não. Há uma mensagem a ser transmitida e Eu o escolhi para transmiti-la. Não há como fugir da vocação para o ministério da Palavra. Esta certeza é a fonte de convicção, consolo, ânimo, que mantém o mensageiro ereto ante os normais óbices do ministério. Chega-se ao final de uma jornada recompensado pela tarefa executada. Às vezes nada agradável para os ouvintes. Menos agradável ainda para o mensageiro, mas que inabalável, por saber-se no centro da vontade de Deus, ele pode repetir: "*Nunca deixei de vos anunciar todo o conselho de Deus*" (At 20.24-28).

Essa convicção gera segurança para o ministério da Palavra e para aqueles que o ouvem. Estes se sentem seguros quanto à mensagem. Sabem que jamais serão ludibriados com mensagem meramente humana ou que tem como alvo agradar os ouvintes. A convicção de que a mensagem tem a chancela divina proporciona crescimento e gratidão a Deus por continuar a nos falar, a apontar o caminho a palmilhar.

A missão que o ministério da Palavra desempenha em nada difere da missão dos profetas do Velho Testamento e da obra realizada pelos apóstolos de Jesus. Persiste na consciência do mensageiro fiel à visão que Deus tem a comunicar aos seus ouvintes. Esta visão divina é comunicada mediante os próprios atributos do Senhor. Uma análise da visão revelada por Deus a seu povo leva-nos a concluir que o Senhor almeja a formação de um povo especial, que viva a santidade divina em toda a sua essência. Feliz o mensageiro que pode com sinceridade repetir "*Não fui desobediente à visão celestial*" (At 26.19-20).

A base da execução desse ministério nos é oferecida pelo exemplo do próprio Senhor Jesus. Sua ação humilde revestida pela sinceridade do verdadeiro amor. Veio para servir e o fez com dignidade e singeleza. Seus atos revelavam a disposição em dar-se até que a mensagem fosse absorvida e vivenciada na prática por seus seguidores. "Eu vos dei o exemplo" (Jo 13.12-

15). Quando confirmado pelo agir do Mestre, o ministério da Palavra gera resultados que adentram a eternidade. Isto faz do ministro um servo que se compraz em servir sempre, cuja recompensa está no serviço prestado e nas bênçãos que proporciona aos outros.

Paulo, o apóstolo, oferece-nos, ao escrever aos Efésios 4.11-16, uma súmula do que o ministério da Palavra realiza na vida dos salvos. Trabalhados pelo Espírito Santo, que reparte como quer a capacitação para servi-lo, os receptores do ministério da Palavra são desafiados a alcançar o caráter do próprio Cristo. O alvo é inatingível às condições humanas, mas perfeitamente viável sob a administração do Espírito Santo. Este não se contenta com pouco. Sua ação e dinâmica é levar cada salvo a se igualar à estatura completa de Cristo. Aos olhos humanos, isto é impossível. O ministro da Palavra, porém, tem como aforismo permanente a convicção de que para Deus tudo é possível. Os impossíveis humanos servem como degraus não obstaculadores, mas como algo a ser galgado paulatinamente. Deus não tem pressa. Continua a persistir em fazer ouvir sua voz mediante o ministério da pregação. A assertiva de que a fé vem pelo ouvir e o ouvir da Palavra, justifica todos os esforços despendidos pelo ministério da Palavra. Não há como arrefecer o ânimo daqueles que desempenham tão sagrado mister. Haja vista o auxilio, dinâmica e ação progressiva do ministério do Espírito Santo. Essas verdades servem para equiparar os arautos de todos os tempos como pregoeiros das verdades divinas.

Soma-se a esta verdade bíblica a duplicidade da ação proclamadora do evangelho. Enquanto a Palavra, mediante a ação do Espírito Santo, alcança os não salvos, realiza concomitantemente seu ministério consolador aos já salvos. Jesus foi claro ao afirmar na grande comissão que todos deveriam ser alcançados com a mensagem. Entretanto, enquanto a pregação busca o perdido, Jesus prometeu estar presente com os mensageiros. Estou convosco. Esta certeza traz consolo e ânimo espiritual. (Mt 28.19-20).

A presença de Cristo com o pregador mediante a dinâmica ação do Espírito Santo fortalece a mensagem transmitida. Isso é realizado de modo dinâmico pelo Espírito de Cristo. O Consolador. Companheiro que conhece todas as carências do pecador e ministra a partir de ação sinérgica a conduzir o ouvinte a compreender que Cristo é o Salvador e Senhor (At 2.38).

Comprova-se esta verdade na experiência dos primeiros convertidos. Receberam alegremente a mensagem ministrada e a partir da filiação à Igreja, pelo batismo, passaram a interagir com os demais salvos em festivas reuniões

de oração e fraternidade doutrinária (At 2.41-42). É da essência do evangelho unir as pessoas sob mesmo propósito. Os convertidos na casa de Cornélio, após a mensagem pregada por Pedro, foram batizados. O texto acrescenta "[...] *rogaram-lhe que ficasse com eles*" (At 10.48). Impossível ouvir a mensagem, compreendê-la, experimentar a sua eficácia pessoal e não sentir o desejo de estar juntos para adorar. É esta a razão por que o ministério da Palavra não se restringe à pregação evangelística. Ele se amplia neste estar juntos e a busca de mútua edificação.

O ministério da Palavra está inserido no amor que modifica o pecador. Antes de encontrar-se com Cristo, como Salvador e Senhor, o pecador não tem consciência do seu estado de morto espiritual. Uma vez tocado pelo Espírito, ele passa a compartilhar a experiência de uma nova vida (Cl 1.21). Reconciliado, consegue amar na expressão máxima do amor. Desafiado por Cristo surge a necessidade de apascentar o rebanho do Senhor. É o fruto do amor que dá vida ao ministrar. Amor a Cristo como Senhor. Amor àqueles que são de Cristo e que nutrem a mesma experiência salvífica (Jo 21.15-17). Esse caminhar com Cristo modifica os valores do ministro. Sua vida passa a plano subalterno, até mesmo secundário, em que a mensagem a ser transmitida exige mais do que a vida.

Entrega total. "Em nada tenho a minha vida por preciosa", dizia Paulo (At 20.24-28). O mais importante é levar a bom termo o ministério recebido do Senhor. Essa execução objetiva o desenvolvimento dos ouvintes. Levá-los à maturidade espiritual até alcançar o caráter de Jesus, Senhor da mensagem (Ef 4.12-16). Persiste na consciência do ministro que, sozinho, não há como desenvolver e levar a bom termo tão importante objetivo.

O Espírito Santo faz a obra. Usa o pregador. Usa a mensagem e usa o propósito divino. O de fazer de cada salvo alguém com os padrões de Jesus Cristo. Desafiador o texto de Efésios 4.12-16, mais desafiadora ainda a obra sistêmica que é realizada, sem pressa, mas com persistência divina. O ministro sente-se realizado quando o seu mister atinge esse desiderato divino.

É a verdadeira alegria do ministro da Palavra. Filhos equilibrados, que crescem buscando a estatura de Cristo Jesus, Senhor nosso.

O ministério da Palavra pode e deve ser exercido em termos individuais mas não há como dissociá-lo da igreja. É da essência da pregação ter o apoio da igreja local. Cabe à igreja discernir e separar os vocacionados e dar-lhes

condições para exercer seu ministério em termos produtivos. O Espírito Santo oferece condições à igreja para descobrir quem está sendo chamado a ministrar a Palavra. O próprio Espírito Santo capacita a igreja a conhecer as pessoas que têm um ministério a desenvolver. Foi assim na Igreja em Antioquia. O Espírito Santo separou alguns dos seus membros para o início do trabalho missionário. A ordem foi específica. Os nomes individualizados com clareza. O Senhor revela interesse pela ampliação da sua mensagem. O relato é emocionante e desafiador. Os resultados, surpreendentes, que continuam a perdurar. Deus continua chamando pessoas salvas para servirem como fontes de bênçãos, visando a abençoar aqueles que já conhecem Jesus ou que ainda não tiveram o privilégio de experimentar o seu amor transformador. (At 13.1-3).

Ao escrever ao jovem Pastor Timóteo, o apóstolo Paulo oferece orientações práticas para a introdução de alguém no ministério da Palavra. São normas simples e objetivas que oferecem segurança quanto ao chamado e à execução desse mister. Seguindo-as, a igreja tem como identificar alguém que se diz vocacionado e pronto a executar o ministério da Palavra. A obra é excelente e como tal exige excelente preparo, acrescido de fundamental responsabilidade na sua execução. Até mesmo, na proposta paulina, os não salvos participam dessa escolha ao testemunhar o caráter do vocacionado. O bom testemunho dos que estão "de fora", às vezes não é levado em consideração. A igreja fica com o testemunho do vocacionado, sua capacidade em discernir o Espírito Santo, e não busca o testemunho dos que estão de fora. Muitos transtornos seriam evitados se todos os ingredientes de 1Timóteo 3.1-7, fossem levados em consideração. Assim como o Espírito fala ao coração do vocacionado, fala à Igreja. Em sua soberania também usa o estranho para confirmar o discernimento da Igreja. Trata-se da soberania divina, em seu misterioso e sábio agir, buscando o engrandecer do Senhor Jesus Cristo.

Somos desafiados, como ministros, a participar do ato consagratório. Não por obrigação, mas por convicção de que o candidato é realmente vocacionado pelo Senhor. Isto significa não ser afoito. Deixar-se levar pela força da amizade pessoal. Não compartilhar de ações entre amigos ou apenas para cumprir uma obrigação. A recomendação do apóstolo (1Tm 5.22), há que ser considerada neste momento solene, em que a Igreja separa alguém para o ministério da Palavra. Deus vocaciona, chama, comissiona, sustenta o ministério da Palavra, protege os seus escolhidos, mas concede à Igreja e aos que já foram ordenados, o privilégio de participar na inserção do novo ministro na sua causa. Privilégio eivado de responsabilidade. A imposição das mãos, por

si só não dá ao vocacionado a autoridade para o exercício do ministério. Há que ocorrer a convicção de chamada. O devido preparo e assentimento dado pelo Espírito à igreja de que aquela pessoa foi separada pelo Senhor.

Uma vez consagrado ao ministério, o novo ministro deve dedicar-se integralmente à sua vocação. O ministério da Palavra exige dedicação exclusiva. Não há como realizá-lo com tempo parcial. O que se exige do ministro para execução de sua tarefa, é mais do que algumas horas diárias de trabalho. O ministério requer dedicação total. Estudo sistemático da mensagem a ser transmitida. A busca incessante da mensagem. O conhecimento das necessidades daqueles que receberão a mensagem. Suas carências e anseios. O preparo do alimento sólido. A longa jornada de oração para certificar-se da mensagem. Os resultados que devem ser trabalhados. O cuidado com os lobos cruéis. Com o inimigo que semeia joio no meio do trigo. A própria estrutura física, emocional e espiritual do ministro exigem-lhe mais do que é capaz de oferecer. Trabalho árduo, que não pode ser realizado às pressas. Os exemplos bíblicos comprovam que Deus tem investido muito tempo na formação dos seus mensageiros. Este preparo capacita os ministros a buscar soluções sábias para as dificuldades que surgem (At 6.1-4)

A Timóteo, Paulo recomenda ações de tempo integral. Persistir em ler. Preparar-se para a docência. Meditar no significado e aplicabilidade da mensagem. Cuidar de si mesmo. Perseverar e firmar-se na verdade a ser transmitida, são elementos que transcendem o tempo diário. (1Tm 4.11-16). Por mais que se exercite na execução dessas tarefas santas, sempre estaremos em falta. Algo sempre fica para o amanhã. Sempre há terra a ser conquistada.

Não há como desprezar a orientação do apóstolo, em sábia retórica militar. Não há como pensar em campo de batalha com militares de tempo dividido. A trincheira, o inimigo, a verdade defendida requerem tempo exclusivo. (2Tm 2.3-4). Soma-se a esta necessidade o fato de que o ouvinte da Palavra precisa ser confrontado em seu modo de agir. (2Tm 4.2-3). Há um confronto que exige do ministro a busca de novas estratégias para continuar ministrando. As reações adversas, às vezes agressivas do ouvinte, servem como desafio a maior dedicação. A um preparo mais adequado, consentâneo ao ambiente em que vive.

Estas verdades geram maior compromisso quando o ministro tem consciência de estar laborando com algo que não lhe pertence. O rebanho é do Senhor. Cabe a Ele zelar pela integração das suas ovelhas. Isto Cristo

faz como sumo pastor (1Pe 5.1-3). Pastoreio comprovado que deu a vida pelas ovelhas (Jo 10.11). Neste aspecto, algumas verdades se destacam no exercício pastoral. O verdadeiro ministro conhece o seu campo de ação. Conhece as ovelhas que recebem sua ministração. Sabe que há lobos cruéis a espreitar o rebanho. Logo, a vigilância integra o seu labor diário. Neste confronto diário, não basta dar alimento ao rebanho; mister se faz levá-lo a discernir entre a voz do pastor e o uivo do lobo. Levado pela fome e sede espiritual, nem sempre o rebanho consegue estabelecer a diferença. Termina por ser vítima da ausência de acuidade espiritual. Ao confundir a voz do salteador com a voz do pastor, a ovelha revela ausência de conhecimento básico, necessário à sua sobrevivência. A dignidade do ministério da Palavra mensura-se, não apenas pela Palavra em si, mas pela saúde do rebanho no seu caminhar diário com o ministrante. Isto sem jamais esquecer que ministra como subordinado ao sumo Pastor. O rebanho não lhe pertence. A ovelha tem proprietário especifico. Como tal, jamais poderá ser objeto de comercialização pelos subalternos do grande Pastor das ovelhas.

Ao convocar seus discípulos para auxiliá-lo, no ministério da Palavra, Jesus ordenou-lhes que vivessem do ministério a ser desenvolvido. Nenhuma outra atividade deveria tomar-lhes tempo e atenção. A dedicação exclusiva, segundo proposta do Mestre, estava ligada à urgência da missão a ser desenvolvida, à necessidade de preparo para cumpri-la A exigência de tempo necessário para dar o melhor à causa abraçada (Mt 10.9-10). A não preocupação com o futuro seria elemento fundamental a confirmar o chamado divino. Os tempos são outros, mas o evangelho a ser pregado e o ministério a ser desenvolvido continuam requerendo dedicação total do ministério da Palavra. A responsabilidade do sustento recai, sobre aquele que recebe a mensagem (Lc 10.7). Orientado pela mensagem recebida, o receptor concluirá pela retribuição em forma de sustento. Ao orientar seus discípulos a permanecerem, na mesma casa, Jesus os ensina a se adaptarem às condições do ambiente alcançado pelo evangelho. Esta aculturação continua necessária nos dias atuais. O ministério da Palavra há que conviver e se adaptar a seu ambiente de ação. Os elementos distoantes não agregam resultados positivos ao ministério. Terminam por afastar o ouvinte do pregador.

Paulo, o apóstolo, enfatiza esta verdade, ilustrando-a com o procedimento sacerdotal no VT (1Co 9.13-14). Ao sacerdote era dado sustento com partes retiradas das ofertas sacrificadas no altar. Não lhe foi dado herança

entre o povo. Não possuía direitos sucessórios. Apenas do que era trazido ao templo, em forma de oferta e sacrifício, servia-lhe como sustento diário. Com seu jeito contundente de ser, Paulo afirma "*O Senhor ordenou aos que anunciam o evangelho, que vivam do evangelho*". Dedicação específica e exclusiva. Ao escrever aos salvos da Galácia, o apóstolo exorta os salvos a repartir dos seus bens materiais com os seus ministros (Gl 6.6). Esse repartir contínuo gera alegria e confiança no coração de quem executa a obra e no coração daqueles que são alcançados com a mensagem bíblica.

Escrevendo a Timóteo, o apóstolo reitera a mesma verdade. Novamente, ele se volta para um princípio estatuído no VT. O boi que debulha o grão não podia ter boca amordaçada (Dt 25.4) O princípio divino da participação, esquecido em algumas comunidades, prevalece válido hoje. A sua não aplicação responde por insatisfação do ministro e dos que recebem a *ministração.* Ao reafirmar esta convicção de fé as igrejas batistas posicionam-se como obedientes à Palavra de Deus. Desejosas de cumprir o desiderato do Senhor. Validar o ministério da Palavra significa crer na sua vocação divina. Aceitar os seus resultados como provenientes de ação cooperadora entre Deus e o homem vocacionado. Isto se constitui em fonte de crescente alegria para o ministro da Palavra. Para a igreja e também para o Senhor que se compraz em usar homens para compartilhar sua mensagem de amor. Ensinar esta verdade significa validar o ministério e fortalecer a causa do Senhor.

Ao afirmar que o ministro da Palavra há que viver do ministério, tal colocação nos remete ao responsável por seu sustento. Fica claro nas páginas sagradas caber às igreja essa obrigação. Como igreja, é claro. Instituição com organização própria. Aliás, é confiada à igreja uma série de responsabilidades com o ministério da Palavra. Cabe à igreja separar, mediante a ação do Espírito Santo, os que se dizem vocacionados para o ministério. Prover-lhes recursos para o devido preparo. Acompanhá-los neste preparo, inclusive buscando meios para confirmar. a vocação. Uma vez equipados para servir, é a igreja que deve aprovar a seu ingresso no ministério. Uma vez servindo, à igreja é concedido o privilégio de sustentá-lo com dignidade. Providenciar para que nada falte ao ministro. O fazer tendas é bíblico, mas não é o projeto inicial de Deus para os seus ministros. Viver do evangelho é o objetivo divino. Não há igreja tão pobre, que não tenha condições de sustentar com dignidade o seu ministro. Paulo toma como exemplo desta verdade as igrejas da Macedônia (2Co 8.1-7). Eram paupérrimas. Precisavam de ajuda. Da pobreza material que as envolvia, entretanto, conseguiram riquezas espirituais que abençoa-

ram a outros. O salvo nunca é tão pobre que não tenha algo a repartir para enriquecer o Reino de Deus. São as riquezas do amor e da graça de Deus que multiplicam o inexistente aos olhos humanos, mas existente na economia divina.

A recompensa oferecida à Igreja neste mister advém da alegria daquele que é contemplado com tais dádivas. As expressões de gratidão do apóstolo Paulo à Igreja em Filipos (Fp 4.14-18) continuam sendo realidade na vida e ministério de muitos pastores. Deus usou igrejas gratas para fornecer a seus ministros o pão de cada dia. Do azeite e farinha de uma pobre viúva, no VT, às ofertas contínuas da Igreja de Filipos ao apóstolo, em o NT, ao salário digno oferecido hoje ao pastor no desempenho do seu ministério, vemos a mão divina suprindo a própria causa. Deus mesmo sustenta o seu projeto salvífico. Compartilhar de esse agir divino é fonte de permanente alegria espiritual. Felizes os que dele são convocados a participar. São pés formosos a percorrer vales e montes com a mensagem de paz perfeita (Is 52.7).

Como batistas, reafirmamos nossa convicção de que o ministério da Palavra vem de Deus. É orientado pelo Senhor. Visa a glorificá-lo e há de ser exercido sob a soberania divina. Ninguém melhor do que o Senhor Jesus Cristo para vocacionar seus ministros. Ninguém melhor do que o Espírito Santo para equipá-los para execução de tão importante obra. Ninguém melhor do que a igreja, instituída pelo Senhor, para sustentar o ministério da Palavra e também julgar os seus resultados. Aprouve ao Senhor assim agir. A nós, cabe obedecer, sem questionar os mistérios divinos.

* Júlio de Oliveira Sanches. Bacharel em Teologia e em Direito. Pastor, há mais de quarenta anos. Foi professor e capelão no Colégio Batista de Belo Horizonte e no Seminário Teológico Batista Mineiro. Tem sido membro do Conselho da CBB. Foi membro da Junta Administrativa do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil.

CAPÍTULO 12
MORDOMIA

• O que diz a Declaração Doutrinária da CBB

Mordomia é a doutrina bíblica que reconhece Deus como Criador, Senhor e dono de todas as coisas.(1) Todas as bênçãos temporais e espirituais procedem de Deus e por isso devem os homens a ele o que são e possuem e, também, o sustento.(2) O crente pertence a Deus porque Deus o criou e o remiu em Jesus Cristo.(3) Pertencendo a Deus, o crente é mordomo ou administrador da vida, das aptidões, do tempo, dos bens, da influência, das oportunidades, da personalidade, dos recursos naturais e de tudo o que Deus lhe confia em seu infinito amor, providência e sabedoria.(4) Cabe ao crente o dever de viver e comunicar ao mundo o evangelho que recebeu de Deus.(5) As Escrituras Sagradas ensinam que o plano específico de Deus para o sustento financeiro de sua causa consiste na entrega pelos crentes de dízimos e ofertas alçadas.(6) Devem eles trazer à igreja contribuição sistemática e proporcional com alegria e liberalidade, para o sustento do ministério, das obras de evangelização, beneficência e outras.(7)

Gn 1.1; 14.17-20; Sl 24.1; Ec 11.9; 1Co 10.26
Gn 14.20; Dt 8.18; 1Cr 29.14-16; Tg 1.17; 2Co 8.5
Gn 1.27; At 17.28; 1Co 6.19,20; Tg 1.21; 1Pe 1.18-21
Mt 25.14-30; 31-46
Rm 1.14; 1Co 9.16; Fp 2.16
Gn 14.20; Lv 27.30; PV 3.9,10; Ml 3.8-12; Mt 23.26
At 11.27-30; 1Co 16.1-3; 2Co 8.1-15; Fp 4.10-18

• Comentário

*Salovi Bernardo

Introdução geral à doutrina da mordomia

Neste comentário que desenvolveremos sobre o capitulo XII da Declaração Doutrinária da Mordomia, preservaremos o seu conteúdo. Entretanto, faremos uma introdução mais ampla, para permitir ao leitor uma compreen-

são mais larga, mas não exaustiva, da abrangência da doutrina e do conceito da mordomia, extraídos das Escrituras.

Os estudos da doutrina da mordomia, em geral, estão baseados no princípio correto de que Deus é o Criador, senhor, dono, sustentador e governador de tudo que existe e, ao homem, também criado por ele, foi entregue, ou melhor, atribuída, a administração do que Deus criou, E ele a fará na qualidade de servo, de mordomo; com a responsabilidade de prestar contas da sua mordomia. Entretanto, logo em seguida, a maioria dos autores faz o assunto convergir para a doutrina do dízimo. Doutrina esta que, não obstante a sua relevância, para demonstrar o amor e a obediência do servo para com o seu Senhor e a sua obra no mundo, é, na realidade, um dos aspectos da mordomia, e não o seu todo.

O conceito básico da doutrina é exaltar a soberania de Deus, o Criador, que deu ao homem a vida, que é o seu bem maior, recurso e instrumento que ele recebeu para exercer a administração do que foi encarregado. O homem terá de administrar para Deus, a partir da sua vida, tudo o que foi criado e tudo o que vier a fazer, o fará como para Deus, inclusive viver para Ele.

Entendido que o homem foi criado por Deus, fica claro que a sua relação é inteiramente com Ele e fica fácil também compreender que tudo o que o homem recebe para administrar vem das mãos de Deus. Ao cumprir o propósito divino, o homem se tornará uma bênção para si mesmo, para o seu próximo, para toda a humanidade, para a natureza (meio ambiente, ecologia) e para toda a obra de Deus, se for um depositário fiel dos bens colocados sob sua administração, inclusive os bens dos quais devolverá uma parte, como dizimo e ofertas alçadas, para a realização e o sustento da obra salvífica de Deus.

Etimologia e conceito de mordomia bíblica

A palavra “mordomia”, substantivo feminino, define o ofício do mordomo que, segundo o Dicionário Aurélio, é o administrador dos bens ou da casa do dono. No Novo Testamento, a palavra grega usada para administração é “oikonomia”, de “oiko”, que significa casa, e “nomia”, que significa governo; economia, administração, como é usada em Lucas 16.2. No grego, “mordomo” é “oikonomo”. Entretanto, na língua portuguesa, “mordomia” vem do latim “mordomus”, “mor ou major, maior ou principal” e “domus”, “da casa”. Mordomo é o principal servo e quem exerce a mordomia, a administração da casa. É assim que Abrão define Eliézer (Gn 15.2, e 24.1-4). É também assim

que é definida a função de José, tanto na casa de Potifar (Gn 39.1-6), como na prisão (Gn 39.21-23) e no governo do Egito (Gn 41.37-44).

Como doutrina bíblica, a mordomia reconhece Deus como Criador e Senhor do universo, do ser humano e dono de todos os bens temporais e espirituais. Ao homem, Ele concede a administração de tudo que criou, sustenta e governa.

A palavra "mordomia", aplicada ao conceito teológico bíblico, consubstancia a doutrina do relacionamento entre Deus e o homem, e rege o comportamento deste, no tocante a tudo o que Deus lhe tem confiado para administrar. Tem como base o fato de reconhecer Deus como Senhor, e o homem como administrador, mantenedor e usuário de tudo o que Deus criou. Deus é o dono; e o ser humano, o permissionário. É isso que encontramos em Gênesis 1.1,26-30 e 2.7-17.

Tudo que Deus criou é qualificado como bom e muito bom, e entregue ao homem para sujeitar, dominar, lavrar e guardar (Gn 1.28; 2.15).

Deus é onipotente, onisciente, onipresente e criou toda a sua obra com perfeição, inclusive o homem, criado à sua imagem e semelhança; o ser humano, recém-criado, recebe a determinação para administrar toda a obra criada, inclusive, ele próprio, para cumprir com os objetivos e propósitos do Criador. Esta tarefa exigia do homem um aprendizado crescente, focado na orientação do Criador, e precisava de toda a sua potencialidade, de toda a sua obediência aos ensinos recebidos como resultantes da sua comunhão com o Criador, e ainda, daqueles ensinamentos que retiraria da riqueza do seu interior e das experiências obtidas na sua vivência com o Criador e com a obra criada.

O mesmo conceito de mordomia define Deus como Elohim (Deus Criador), Javé (Deus único), Adonai (Deus soberano, Senhor), El Shaddai (Deus todo-poderoso, o Criador e Senhor do universo e de tudo que nele há, inclusive, e de forma especial, do homem e da mulher (Sl 24.1-2). Como permissionário, ao homem cabe a administração de todas as coisas criadas (Gn 2.15).

Deus criou o homem para lhe prestar o serviço do culto e da adoração com sua vida e o seu serviço como mordomo dos bens terrenos e celestiais (1Co 4.1,2; Lc 16.11). Por isso, Deus o criou de forma única e o potencializou com dons e capacidades para cumprir o seu propósito.

O conceito teológico bíblico de mordomia aplica-se a todo ser humano, visto que Deus lhe entregou, antes da Queda, a administração do universo criado, e nunca a retirou dele; pelo contrário, aperfeiçoou e aprofundou essa responsabilidade, ao reafirmar e reforçar seu senhorio sobre tudo e sobre todos, e principalmente por meio do advento de Jesus Cristo e da obra redentiva realizada por ele.

Todo homem, individualmente, e toda a humanidade, independentemente de seu reconhecimento de Deus e do seu senhorio, está sujeita a uma prestação de contas da mordomia da qual foi incumbida. Cada um, e todos, prestarão contas da vida que receberam de Deus, do que fizeram com ela; da sua alma e como dela cuidaram; dos seus talentos e capacitações e como os aplicaram na administração do bem recebido. Cada um dará contas do que fez neste mundo e deste mundo, que lhe foi confiado como Jardim do Éden, para sua habitação; e do universo no qual o planeta terra está inserido.

O mesmo Deus que faz "nascer o sol sobre maus e bons, e faz chover sobre justos e injustos" (Mt 5.45) responsabiliza o ser humano pelo resultado da administração do que recebeu.

Deus é Senhor sobre todos os povos, ainda que não o conheçam (Is 45.5) e exerce sobre eles sua soberania, requerendo deles a prestação de contas, como ilustram os casos dos reis Ciro e Belsazar, reis da Pérsia. Deus chama o rei pagão Ciro, de "meu pastor", e diz: "[...] e cumprirá tudo o que me apraz" (Is 44.28), e o comissiona para libertar o povo do cativeiro babilônico (Is 45.1-5). O rei Belsazar teve um sonho, revelado por Daniel, por meio do qual Deus o julgava e o condenava por causa dos seus pecados de orgulho e do pecado de profanar, em suas festas e urgias, os vasos sagrados do templo de Jerusalém que foram levados para a Babilônia (Dn 5.18-30).

É baseado neste conceito que Deus exerce sobre todo o ser humano, homem ou mulher, seu domínio e o considera como base para exigir de cada pessoa a prestação de contas. Todas as pessoas têm recebido de Deus uma administração, uma mordomia para cumprir, da qual prestarão contas, inexoravelmente.

A doutrina da mordomia exposta pela declaração doutrinária da CBB, e aqui comentada, afirma no segundo item: "Todas as bênçãos temporais e espirituais procedem de Deus e por isso devem os homens a ele o que são e possuem e, também, o sustento".

A que se refere essa afirmativa? a) Bênçãos temporais, em linguagem jurídica significam bens ou coisas "de valor econômico que compõem o pa-

trimônio das pessoas", como afirma o Dr. José Franzem de Lima.[69] Há outros tipos de bens, como "a existência, a honra, a liberdade, a voz, o encanto, a beleza e quaisquer outros predicados humanos, insusceptíveis de apreciação em dinheiro. Não se transaciona com eles, mas os ataques e lesões que podem sofrer são suscetíveis de avaliação para reparação do dano causado", como afirma o mesmo autor.[70] São bens de natureza temporal, material, ou secular. Entre esses predicados humanos, referidos pelo autor, e outros, encontram-se os recursos que ornam a sua personalidade, tais como o caráter, a moral, a ética, a honra, totalmente insuscetíveis a qualquer transação, de qualquer natureza.

b) Bênçãos espirituais são dons de Deus e são bens espirituais ou da alma, não suscetíveis a valores econômicos. Eles, porém, integram o patrimônio de valores eternos, que começam aqui na terra e se projetam para toda a eternidade e que, agregados à existência do ser humano, o enriquecem, dando qualidade à sua vida eterna, mas começando a abençoá-lo, aqui na terra, como fruto da nova realidade alcançada por ter crido em Jesus Cristo como seu Salvador e Senhor pessoal. Tornando-se agora, duas vezes propriedade de Deus, pela criação e pela salvação. Ganhado, pela misericórdia de Deus, a maior oportunidade dada ao ser humano: a de poder se transformar em verdadeira imagem e semelhança de Deus, para exercer, de maneira plena, a função de seu mordomo, e granjear para o seu Criador, honra, gloria, louvor e adoração. E para abençoar com sua vida toda a humanidade, como expressamente Deus declarou a Abrão: "[...] e em ti serão benditas todas as famílias da terra"(Gn12.3b).

Deus acalentou os mais altos propósitos para o ser humano e o revestiu das mais nobres qualidades e potencialidades para enobrecer a mordomia que exerceria sobre tudo o que foi colocado em suas mãos para administrar.

O exercício da boa mordomia tem o poder de produzir bênçãos e progresso. Todavia, a má administração exercida pelo homem, tem trazido terríveis consequências sobre ele mesmo e sobre toda a humanidade, ameaçando a própria sobrevivência. E, como a sua administração, começa a ser exercida sobre o espaço sideral, ele também já está sendo ameaçado pela poluição e contaminação das sucatas de foguetes e satélites, perdidos ou abandonados.

69. Lima, José Franzen de, Curso de Direito Civil Brasileiro, p. 234.
70. Idem, p. 223

No seu notável livro *Teologia da Mordomia Cristã*, especialmente no capítulo 5 — Mordomia das fontes —, o pastor João Falcão Sobrinho oferece uma visão mais ampla do escopo da mordomia, no sentido do relacionamento do Deus Criador, Senhor de tudo e do homem, como ser criado para servi-lo com toda a capacitação que lhe foi dada, na administração de tudo o que Deus lhe confiou, exercendo assim, de modo a glorificar ao Criador, a mordomia do trabalho, do caráter, da prosperidade, da vida e dos dons, entre outras.[71]

A doutrina da mordomia nasce com a obra criadora de Deus

Depois de Deus criar o universo, a terra e tudo o que nela há, criou o ser humano, entregando-lhe, como missão da sua existência, a administração, sob o governo dele, do que foi criado, inclusive a administração da vida que lhe foi dada, quando soprou o fôlego em seu corpo, tornando-o um ser vivente.

Ao criar o homem, Deus iniciou um campo de relacionamento e comunhão com ele. Ao visitar o casal, no Jardim do Éden, na viração do dia (Gn 3.8-13), e falar com ele, iniciou um dialogo vocal, audível, por meio de perguntas: Onde estás? Quem te mostrou que estavas nu? Comeste da árvore de que te ordenei que não comesses? E, dirigindo-se a mulher: Que é isto que fizeste? Assim Deus dava sequência ao relacionamento estabelecido com o homem desde o momento da sua criação.

E foi desse relacionamento e comunhão que a mordomia nasceu. Ali começou o grande teste da obediência que o homem teria de prestar a Deus, quanto ao exercício da sua administração: poder comer do fruto de todas as árvores que estavam no Jardim, exceto, da que estava no meio dele (Gn 2.16-17).

Segundo Zacarias de Aguiar Severa,[72] em todas as culturas dos povos da terra, de todos os tempos, mesmo antes da revelação de Deus registrada no Gênesis, por Moisés e depois dela, os povos criam que o mundo foi criado por Deus. E, não conhecendo o Deus verdadeiro, construíram lendas, mitologias, por meio das quais criaram a figura de um ídolo, ao qual oferecem sacrifícios e oferendas, rendendo-lhe homenagem e buscando seu favor, para serem protegidos, bem sucedidos em sua vida, e em seus empreendimentos.

71. Sobrinho, João Falcão, Teologia da Mordomia Cristã, p. 95-118.
72. Severa, Zacarias Aguiar, Manual de Teologia Sistemática, p. 47.

Mesmo não elaborando uma doutrina de mordomia e de conceitos tão profundos como os existentes na Bíblia, todas as culturas, por mais rudes que fossem, percebiam a existência do Criador dos céus (firmamento e universo) e da terra.

Em seu livro *Está escrito*, Paul Frischauer mostra documentos que assinalam épocas, que relatam histórias dos Sumerianos, do Código de Amurabi, o livro dos Mortos dos Egípcios e tantos outros, que mostram as relações dos deuses e dos homens e da regência de sua vida, conforme a vontade dos deuses.[73]

A mordomia bíblica tem a sua sistematização na teologia bíblica

O estudo da mordomia bíblica sob o enfoque da teologia nos revela que "Deus é espírito pessoal, perfeitamente bom, que, em santo amor, cria, sustenta e dirige tudo".[74] Segundo o mesmo autor, os atributos naturais de Deus são: onipresença, onisciência, onipotência, unidade, infinidade e imutabilidade; e os atributos morais são: santidade, justiça e amor. Ao criar o universo, a terra e tudo que neles há, e o homem, Deus empenhou tudo o que ele é e faz, com santo amor para realizar a sua obra. Da mesma forma, ele continua empenhado para sustentar e dirigir, isto é, governar o que criou.

O estudo da Bíblia nos revela Jeová, o Eu Sou, o Deus que é, existente, de existência eterna; e Elohim, o Deus Criador e dono do Universo e da terra, que a circundou com a biosfera, camada que a protege, tornando-a o único planeta "onde pode existir a vida como a conhecemos", segundo Arnold Toynbee.[75] Colocando nela o ser humano, entregou-lhe um dever para cumprir, como afirma o Pr. Zacarias de Aguiar Severa: "Os seres humanos não foram colocados na terra simplesmente para existir ou gozar do seu ambiente agradável. Deus deu ao homem a incumbência de "sujeitar" e "dominar" a terra".[76]

Com já vimos na introdução deste trabalho, a obrigação de cuidar da terra, sujeitando-a e dominando-a, em obediência ao Criador, foi comunicada ao homem, logo em seguida ao momento magnífico quando, diante do Cria-

73 Frischause, Paul, Está Escrito.
74 Langston, A. B., Esboço de teologia sistemática, p.35.
75 Toynbee, Arnold, A humanidade e a mãe Terra, p.22.
76 Severa, Zacarias de Aguiar. Manual de Teologia Sistemática, p.191.

dor, tomava consciência de si mesmo como pessoa e, começava a entender sua realidade e o que o cercava (Gn 1.26-30). Deus cria para ele um lar — o Jardim do Éden —, e lhe diz para zelar dele, seguindo suas ordens. O homem foi colocado ali, não para ser o dono, mas o mordomo, aquele que dará conta de tudo ao seu Criador.

A mordomia bíblica cristã amplia o conceito da mordomia geral e do Velho Testamento

O conceito de mordomia geral e do Velho Testamento ganha amplitude ao ser tratado sob o enfoque do Novo Testamento, visto que, na visão cristã, entendemos que o ser humano, além de pertencer a Deus por ter sido criado por ele, agora lhe pertence também, pelo direito de redenção, ao tornar-se uma nova criatura, filho de Deus e membro da sua família (Jo 1.11-14), por ter crido em Jesus Cristo e, sendo remido, comprado, pelo seu sangue derramado na cruz do Calvário (1Co 6.19,20).

Essa nova realidade do novo homem em Cristo amplia e aprofunda o conhecimento de Deus, do seu senhorio; aclara e aperfeiçoa o sentido das suas responsabilidades para com ele, eleva a qualidade de seu relacionamento com seu Deus; porque agora, ele não é só o seu Criador mas, e especialmente, o seu Salvador.

Nessa nova realidade, a vida humana ganha novas dimensões. Sua responsabilidade administrativa amplia-se, pois, não é exercida só para a vida terrena, mas para a vida eterna, onde realmente o homem, como filho de Deus, passará a viver após cumprir a sua mordomia aqui na terra.

Se de um lado o homem, no cuidar das coisas eternas, conhecerá mais a Deus, de seu amor, da sua justiça, de seu perdão, da sua salvação, de seus propósitos eternos para ele, descobrirá também que Deus espera que ele seja muito mais imagem e semelhança dele, porque quer que ele o adore como ele é — Espírito e Verdade — e se deixe guiar pelo Espírito Santo, que agora está dentro dele.

A compreensão da mordomia ganha sua plenitude, na vida do homem salvo por Jesus Cristo, visto que nunca o seu valor ficou mais evidente do que, quando Deus enviou seu Filho Unigênito, Jesus Cristo, para salvá-lo, como diz Paulo: “Mas Deus mostra seu amor para conosco em que, quando éramos ainda pecadores, Cristo morreu por nós” (Rm 5.8), e o próprio Jesus

diz que há alegria no céu, na presença dos anjos, quando o homem pecador se arrepende (Lc 15.7,10), isto é, torna-se um crente em Jesus.

A mordomia bíblica e cristã exalta a Deus e enobrece o homem

O ser humano, criado por Deus do pó da terra e do sopro divino, que fez dele um ser vivente à sua imagem e semelhança, foi enobrecido com as bênçãos de Deus e a incumbência de administrar toda a obra da criação, a começar pela própria vida e sua relação com Deus (Gn 1.26-28; 2.15,16).

O teólogo Floreal Ureta desenvolve estudos sobre o homem e o homem, imagem e semelhança de Deus, nos capítulos 7 e 8, e no capítulo 9 — O homem, um ser em relação. Ele fornece as bases para a teologia da mordomia descrevendo a criação do homem e a sua importância aos olhos de Deus, definindo-o como um ser em relação: "não apenas em relação com o outro, como também em uma múltipla relação que abrange seu ser em relação a Deus, em relação aos outros homens, em relação com a natureza e em relação consigo mesmo".[77]

Capacitado assim para viver numa relação de obediência para com Deus, viver em relação com outros homens, amando-os e servindo-os, vivendo em uma comunidade de amor, que tem por base a família; em relação com a natureza, a terra, da qual ele foi formado; em relação consigo mesmo; relação na qual é capaz de se conhecer, como alguém em condições de fazer opções, de agir conscientemente conforme um pacto assumido, e de se ajustar a uma conduta, harmonizada ou não com a vontade do seu Criador, como Paulo declara em Romanos 14.22, e João declara em 1João 3.19-21.

Como homem e mulher, o crente recebe o comissionamento de viver e comunicar ao mundo o evangelho que recebeu de Deus, para exercer a incumbência, a mordomia, em relação ao projeto de Deus de salvar o homem pecador, contribuindo com sua vida, pessoa, influência e recursos para sustento da igreja, das missões e de toda a obra que busca expandir o reino de Deus no mundo, como criado por Deus, salvo por Jesus Cristo e guiado pela ação do Espírito Santo. Torna-se assim, como declara Paulo, embaixador de Deus por Cristo Jesus (2Co 5.20), para exaltar sua grandeza e o seu amor interessado na salvação do dos pecadores.

77 Ureta, Floreal, Elementos da teologia cristã, p.86.

Destacando a mordomia como é apresentada na Declaração Doutrinária da CBB

"Mordomia é a doutrina bíblica que reconhece Deus com Criador, Senhor e dono de todas as coisas."

Em Gênesis 1.1, a Bíblia afirma que, no princípio de todas as coisas, Deus criou os céus e a terra, no sentido de todo o universo, o cosmos, como encontramos em Salmos 24.1: "Do Senhor é a terra e a sua plenitude; o mundo e aqueles que nele habitam". Nesta criação de Deus, está incluído o homem, como principal obra das suas mãos (Gn 1.26,27; 2.15-18). Deus criou o homem — homem e mulher —, diferentemente de tudo o que antes criara e estabeleceu com ele relacionamentos de comunhão, de adoração e de serviço, tornando o homem seu mordomo, administrador de tudo que criou (Gn 14.18-24), como ficou claro no episódio do encontro de Melquisedeque, rei de Salém, prefigura de Cristo no Velho Testamento, com Abrão. Melquisedeque declara a Abrão que o Deus Altíssimo lhe "entregou os teus inimigos em tuas mãos". Então, Abrão, em reconhecimento de que tudo pertencia ao Deus Altíssimo, entregou o dizimo de tudo o que recolhera na guerra (v. 20).

O sábio Salomão diz ao moço: viva sua vida, "sabe, porém, que por todas estas coisas Deus te trará a juízo" (Ec 11.9). Escrevendo aos coríntios sobre a liberdade cristã, Paulo adverte-os para que se lembrem de que o Senhor tem o controle e poder sobre todas as coisas: "Pois do Senhor é a terra e a sua plenitude" (1Co 10.26).

Deus é o único ser autoexistente, o que sempre existiu, o "Eu sou", aquele que pode dizer haja, ajuntem-se, produza, façamos e tudo obedeceu a sua ordem.

Por mais que a ciência tente explicar a origem do universo, do qual a terra é parte integrante, ela tem de se contentar em formular teorias que partam de matéria já existente, como, por exemplo, a teoria da "grande explosão", ou Big Bang, segundo Kenneth N. Naylor. Essa teoria afirma "que, em determinado momento, num passado muito remoto, há 13 bilhões de anos, várias camadas de gás foram se condensando até se tornarem incandescentes. Então, talvez ocasionada pelo calor, deu-se uma grande explosão que projetou no espaço infinito as galáxias que hoje o transpõem a velocidades inconcebíveis".[78] A partir daí é que, em bilhões de anos, o universo foi se formado, e, entre os planetas formados, surgiu a terra.

78 Taylor, Kenneth N., Criação, a resposta bíblica para jovens estudantes, p.20-22.

Essa teoria exige, no mínimo, que pré-existam: a nuvem de gás, o calor, e o espaço. Entretanto, de onde eles vieram? Quem ou o que os produziu?

Deus é o único que é o *ex nihil*, o que do nada cria, o que no "principio" é o Deus que cria, como afirma Gênesis 1.1, complementado por João 1.3: "Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e sem ele nada do que foi feito se fez". Por isso, Davi o exaltou com o Salmo 19.

Quando Deus declarou: "Façamos o homem à nossa imagem e semelhança", estava criando um ser com todas as condições físicas, mentais, emocionais e espirituais para administrar, a partir da sua vida, tudo o que ele havia criado. Essa administração seria feita como serviço, culto e adoração a Deus, e para o louvor da sua glória (Ef 1.14b), sabendo que, na obediência ao seu Criador, a administração realizada contribuiria para o bem do homem, de toda a sua descendência e para o mundo criado.

"<u>Todas as bênçãos temporais e espirituais procedem de Deus e por isso devem os homens a ele o que são e possuem, também o sustento</u>."

Todas as bênçãos que o homem recebe procedem de Deus e são dádivas dele, sejam elas de natureza material ou espiritual. Foi isto que Melquisedeque fez Abrão saber em Gênesis 14.20. Abrão estava aprendendo, pela fé, a depender de Deus, enquanto realizava sua peregrinação para a terra prometida. Tudo o que Deus lhe havia prometido só se tornaria realidade se Abrão mantivesse sua fé nele. Tudo o que, no futuro, viesse a ser a riqueza e prosperidade do povo de Israel seria dádiva de Deus, como Moises disse em Deuteronômio 8.18: "Antes te lembrarás do Senhor teu Deus, porque ele é o que te dá forças para adquirires riquezas; a fim de confirmar o seu pacto, que jurou a teus pais, como se vê hoje".

Davi também expressou o seu reconhecimento a Deus em 1Crônicas 29.14-16, diante das grandes ofertas levantadas para a construção do templo de Jerusalém, dizendo que foi Deus quem proporcionou ao povo levantar tantos recursos, afirmando que ele e o povo não deram nada que não tivessem recebido de Deus: "Ó Senhor, Deus nosso, toda esta abundância, que preparamos para te edificar uma casa ao teu nome, vem da tua mão, e é toda tua". O apóstolo Tiago, em sua carta 1.17, declara: "Toda boa dádiva e todo dom perfeito vem do alto, descendo do Pai das luzes, em quem não há mudança nem sombra de variação".

Os homens, portanto, devem a Deus o que são e o que possuem. Deus os fez perfeitos e capazes e lhes proporcionou todos os bens de natureza material ou espiritual, com o fim de procederem como os macedônios, referidos

por Paulo em 2Coríntios 8.5, quando os crentes coríntios participaram da campanha de ajuda aos cristãos pobres da Judeia: "[...] e não somente fizeram como nós esperávamos, mas primeiramente a si mesmo se deram ao Senhor, a nós pela vontade de Deus".

Essa entrega do cristão a Deus é o gesto detonador de todo o sistema da prática da mordomia no seu sentido mais amplo. Quando os macedônios se deram primeiramente ao Senhor, romperam as contenções de toda a liberalidade e generosidade e não restava mais nada para ser retido como "minha ou meu". Pois no coração deles cresceu o raciocínio: visto que eu mesmo já não sou meu, o que eu pensava que era meu já não me pertence, pois eu mesmo me dei ao Senhor e pertenço a ele.

"<u>O crente pertence a Deus porque Deus o criou e o remiu em Jesus Cristo</u>."

O conceito de mordomia bíblica é uma decorrência direta do fato de o homem pertencer a Deus pelo direito de criação, como já vimos em Gênesis 1.27. Criou-os, sua imagem e semelhança (1.27), o homem, do pó da terra, soprando o fôlego da vida em suas narinas (Gn 2.7); a mulher, a partir da costela do homem (Gn 2.21-23). Fê-los de fato, sua imagem e semelhança, para serem suas criaturas especiais, diferentes de tudo o que fora criado anteriormente, e para receber uma tarefa maravilhosíssima: a incumbência de administrar a criação de Deus.

Este conceito de mordomia, poderia se chamar de mordomia geral, como já vimos, porque é dada a todo ser humano, independentemente do seu conhecimento de Deus, como assevera Paulo aos atenienses, em Atos 17. 28: "Pois dele somos também geração".

Exercer a administração do que Deus criou, é tarefa geral para toda a humanidade, e foi mantida, mesmo após o homem ter pecado e ter sido expulso do Éden. Deus interveio na realidade do homem decaído, para recuperá-lo espiritualmente e redimi-lo do pecado que o separou dele (Rm 3.23), e promoveu sua reconciliação pelo sacrifício de Jesus Cristo na cruz do Calvário. Oferecendo ao ser humano a oportunidade do arrependimento e da salvação, a fim de que se tornasse dele novamente, e, agora, de forma especial: não mais só como criatura, mas como filho de Deus, pela fé em Jesus. O corpo feito do barro, tornado ser vivente, possuidor de uma alma eterna, agora é templo do Espírito Santo que lhe foi dado por Deus, como marca de que não é mais de si mesmo, como diz Paulo: "Porque fostes comprados por preço; glorificai a Deus no vosso corpo" (At 6.19,20).

Pertencente a Deus pelo direito da redenção, o crente é chamado a viver uma vida mais profunda no seu relacionamento com seu Senhor e Salvador, dentro de padrões mais elevados, compatíveis com sua nova realidade de mordomo de Deus, como ensina Tiago 1.21, e também o apóstolo Pedro, ao declarar a importância dessa nova realidade: "vós sois a geração eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo adquirido, para que anuncieis as grandezas daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz" (1Pe 2.9,10).

"Pertencendo a Deus, o crente é mordomo ou administrador da vida, das aptidões, dos recursos naturais e de tudo o que Deus lhe confiou em seu infinito amor, providência e sabedoria."

Esta é a notável maravilha de o crente pertencer a Deus, pelo direito de criação e pelo direito da redenção. Ele se torna duplamente privilegiado e responsabilizado, visto que administra os bens materiais e espirituais, sabendo que o faz para o seu Senhor, a fim de que tudo o que foi criado honre e glorifique o Criador. A vida que lhe foi confiada por Deus há de ser o recurso principal da sua administração. Se ela for bem cuidada, utilizada de maneira sábia e dentro dos propósitos do Criador, o fará aplicar toda a sua capacidade no desenvolvimento das suas aptidões, para usar e preservar, apropriadamente, os recursos naturais da terra, dos rios, dos mares e dos ares, para a sustentação correta de todos os seres vivos, inclusive do ser humano. Ele administrará, com responsabilidade, tudo o que lhe foi confiado com o mesmo amor, com a mesma eficiência, com os quais Deus os criou, sabendo que dará conta de tudo ao seu dono.

Na parábola dos talentos, Jesus diz que todos os mordomos prestarão contas da administração dos talentos e aptidões recebidos. Os que a exercerem de maneira sábia e eficiente receberão do seu Senhor aprovação, e este lhes dirá: "Muito bem, servo bom e fiel...", e os recompensará: "[...] entra no gozo do teu Senhor" (Mt 25.14-23). Todavia, os que forem negligentes e preguiçosos receberão repreensões e castigos: "[...] lançai o servo inútil nas travas exteriores" (Mt 25.24-30).

Em Mateus 25.31-46, Jesus declara que, na eternidade, no julgamento final, Deus, o dono de tudo que foi criado, avaliará o grau do sentimento de exaltação e glorificação, que o ser humano usou no exercício do privilégio da sua mordomia. Deus, no exercício da sua jurisdição, assentado no seu trono, na sua glória, e tendo diante de si todas as nações, separará os justos

dos injustos e os julgará: os justos, ele os colocará à sua direita e lhes dirá "Vinde benditos de meu Pai. Possuí por herança o reino que vos está preparado desde a fundação do mundo", porque "[...] sempre que o fizestes a um destes meus irmãos, mesmo dos mais pequeninos, a mim o fizestes" (Mt 25.34-40).

Aos injustos, aos que estiverem à sua esquerda, ele dirá: "Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o Diabo e seus anjos, porque tive fome e não me destes de comer; tive sede e não me destes de beber [...] sempre que o deixastes de fazer a um destes mais pequeninos, deixastes também de o fazer a mim" (Mt 25.41-46). Os maus mordomos sofrerão o castigo da sua rebeldia ou negligência, como todo aquele que, ao prestar contas, é achado em falta: "Estes irão para o castigo eterno, mas os justos para a vida eterna" (v.46).

Deus espera que o homem aplique realmente as aptidões recebidas dele, para também administrar a vida, as capacidades, os recursos naturais e tudo o que ele criou, com o mesmo sentimento de amor, providência e sabedoria.

"Cabe ao crente o dever de viver comunicar ao mundo o evangelho que recebeu de Deus."

Se o homem natural é mordomo de Deus, administrador da sua criação, como já visto, muito mais o crente, salvo por Jesus Cristo, membro da família de Deus, nova criatura, reconciliado com Deus, resgatado pelo sangue de Jesus Cristo derramado na cruz, é mordomo de Deus.

Incumbido antes de uma tarefa material, secular, agora recebe a tarefa superior de comunicar ao mundo a chegada do Reino de Deus que busca implantar, no coração e mente do homem, verdades eternas, capazes de reconduzir o homem pecador, mortal, ao estado de súdito do Reino de Deus e participante da sua obra de redenção espiritual da humanidade.

Em sua carta aos Romanos, Paulo diz que é servo, mordomo, de Deus, e se considera devedor da comunicação do evangelho a todas as gentes, "tanto a gregos como a bárbaros, tanto a sábios como a ignorantes", por isso ele está pronto para obedecer e continuar sua marcha pelo mundo para proclamar a salvação de Deus a todas as pessoas, inclusive aos romanos (Rm1.14,15).

Paulo está comprometido com a incumbência dessa mordomia: anunciar o evangelho, e se impõe esta obrigação, por causa da sua convicção de chamada por Deus para este ministério.

Em 1Coríntios, ele declara: "Pois se anuncio o evangelho, não tenho de que me gloriar, porque me é imposta essa obrigação; e ai de mim, se não anunciar o evangelho!" (1Co 9.16). E na parte final do verso 17, ele completa: "[...] estou apenas incumbido de uma mordomia". Ele foi constrangido por Jesus Cristo, no seu encontro com ele na estrada de Damasco (At 9.5,6), a se render a ele e colocar sua vida a seu serviço, para se tornar sua testemunha perante todos os povos, como Jesus havia dito a Ananias: "Vai, porque este é para mim um vaso escolhido, para levar o meu nome perante os gentios, e os reis e os filhos de Israel" (At 9.15).

Em Filipenses 2.15, Paulo declara que os crentes, como filhos de Deus, devem ser sinceros, irrepreensíveis e sem mancha, tendo uma vida resplandecente como luminares no meio de uma geração corrupta e perversa. No verso 16, ele diz: "[...] retendo (epechontes no grego) a palavra da vida...", isto é, sustentando a palavra que dá vida, como testemunho do meu trabalho, do meu ministério, como prova "[...] de que não foi em vão, que corri, nem em vão que trabalhei", pois produziu resultados em sua vida, que testificam a eficácia do evangelho que anuncio em obediência ao chamamento de Deus.

Comunicar o evangelho ao mundo é cumprir o grande desejo de Deus, que não quer que nenhum pecador se perca, pois ele mesmo "veio buscar e salvar o que se havia perdido" (Lc19.10) e deu ordens claras aos crentes, seus discípulos, para que fossem por todo o mundo pregar o evangelho a todas as pessoas (Mt 28.19-20 e At 1.8).

"As Escrituras Sagradas ensinam que o plano específico de Deus para o sustento financeiro de sua causa consiste na entrega de dízimos e ofertas alçadas pelos crentes."

Vimos que mordomia é o serviço que o homem presta a Deus, administrando tudo o de que foi incumbido por ele, e que o cristão tem responsabilidades maiores ainda nesta administração, visto que pertence a Deus, pelo direito de criação e pelo direito de redenção. Ele recebeu também a responsabilidade do serviço do culto, da adoração e da expansão do Reino de Deus no mundo.

Ao criar o ser humano, Deus o fez também um ser espiritual, possuidor de uma natureza espiritual que exige comunhão com ele e adoração; e é nesta adoração que o homem desenvolve as suas características que o tornam mais semelhante ainda com o seu Criador.

Quando o homem pecou, ele rompeu a comunhão que existia entre ele e Deus, e a morte foi introduzida na sua experiência, pois Deus já havia dito que, se comesse do fruto da árvore que estava no meio do Jardim do Éden, o homem morreria: seu corpo voltaria ao pó de onde fora tirado e a sua alma voltaria a Deus que a deu (Gn 3.19; Ec 12.7).

Ao homem condenado à morte física e espiritual, Deus prometeu enviar, da descendência da mulher, alguém que esmagaria a cabeça da serpente, Satanás, não obstante este viesse a lhe ferir o calcanhar (Gn 3.15). Essa promessa cumpre-se com a vinda de Jesus ao mundo. Ele é o Deus encarnado, nascido fisicamente de Maria, mas gerado por obra e graça pelo Espírito Santo, Filho unigênito de Deus, que veio para derrotar Satanás e restabelecer a comunhão do homem com Deus (Rm 3.23; 6.23; Hb 9.14,15).

Tendo Deus aberto, por meio de Jesus, seu Filho unigênito, o caminho para a salvação dos perdidos, criou também o plano para a expansão sustentada do evangelho. Como recursos humanos, ele separou e treinou seus discípulos e os enviou a pregar as boas-novas de salvação por todo o mundo, até o final dos séculos. Como recursos financeiros — ensinam as Escrituras —, ele manteve o plano de sustentação financeira da sua causa por meio dos dízimos e das ofertas alçadas.

É interessante que, ao criar o universo, a terra e o homem, Deus tenha estabelecido também um plano de sustentação, leis criadas por ele, que sustentam este universo imenso, com suas inúmeras galáxias, planetas, estrelas, e asteroides. É ele quem sustenta a vida de todos os seres vivos, e plantou neles a semente da perpetuação das espécies, o que fez também com o homem, a quem deu recursos e ordens para crescer e se multiplicar, para lavrar a terra e produzir o seu alimento. Não seria diferente quando, ao homem criado, crente em Jesus Cristo, ele deu a ordem de cultuá-lo e levar o evangelho ao mundo inteiro.

Portanto, são os crentes, redimidos e salvos por Jesus Cristo que, no exercício fiel da sua mordomia pessoal, têm o privilégio e a responsabilidade de sustentar a causa de Deus no mundo. É interessante que o primeiro caso que temos na Bíblia de um servo de Deus entregando o dízimo, como vimos anteriormente, ele o fez para o fim de adorar a Deus pela vitória que lhe concedeu sobre seus adversários e pela libertação de Ló, seu sobrinho. Ele entregou o seu dízimo a Melquisedeque que, além de outras investiduras, era também sacerdote do Deus Altíssimo (Gn 14). Este Melquisedeque, segundo

relato da carta aos Hebreus, é a prefigura, a semelhança de Jesus Cristo, o Filho de Deus, que aparece como o Rei da Paz e Sacerdote do Deus Altíssimo, a cuja ordem Jesus pertence (Hb 7.1-4; 5.5-10), que recebe dízimo, significando que o dízimo precede à lei. Em Levítico, Moisés diz que o dízimo de tudo que o homem produzir será "santo ao Senhor" (Lv 27.30); e seria usado para o sustento dos levitas, (Nm 18.21) "pelo serviço que prestam na tenda da revelação", isto é, pelo serviço do culto a Deus, para o qual a tribo de Levi fora separada. O sábio Salomão ensina: "Honra ao Senhor com os teus bens, e com as primícias de toda a tua renda..." (PV 3.9-10). O Profeta Malaquias registra a advertência de Deus ao povo de Israel para que retornasse ao Senhor e deixasse de roubá-lo, ao não entregar os dízimos e as ofertas alçadas, dizendo: "Trazei todos os dízimos à casa do tesouro..." (Ml 3.8-12). É essa a ordem do Senhor para que "haja mantimento na minha casa", isto é, recurso para o sustento do culto e dos que cuidam do serviço de Deus e da expansão do seu reino no mundo inteiro.

Jesus declarou aos fariseus que davam o dízimo "da hortelã, do endro e do cominho", dizendo: "[...] e tendes omitido o mais importante da lei, a saber, a justiça, a misericórdia e a fé; estas coisas, porém, deveis fazer, sem omitir aquelas" (Mt 23.23, e não 23.26). O dízimo, há de ser o resultado da expressão de uma vida completa de obediência ao Senhor e de observância de seus ensinos. A expressão da verdadeira mordomia da vida de adoração e de culto prestados a Deus como Senhor e Salvador.

O dízimo e as ofertas alçadas, como já vimos, foram estabelecidos como atos de adoração a Deus, pelo reconhecimento da sua misericórdia e providência. A sua entrega deve atender à finalidade de sustentar o serviço do culto ao Senhor e de expandir o Reino de Deus em todos os seus aspectos e necessidades.

"Devem eles trazer à igreja sua contribuição sistemática e proporcional, com alegria e liberalidade, para o sustento do ministério, das obras da evangelização, beneficência e outras."

O dízimo foi estabelecido como base inicial de contribuição, devido à sua proporcionalidade. Ele é igual para todos, na proporção do ganho de cada um. Uma décima parte do que cada um recebe como salário, paga por seu trabalho, ou renda, ou rendimento, que obtém do seu negócio.

O sustento do culto a Deus e de todas as relações nele envolvidas sempre foram custeadas pelo reconhecimento do homem de que ele é mordomo de

Deus na promoção da sua honra, glória, e do seu conhecimento, para todos os povos do mundo e em todos os tempos.

Este sentimento de responsabilidade pela glorificação de Deus tem levado pessoas a consagrar sua vida, seus talentos, sua criatividade, seus dons, seu tempo e seus recursos financeiros e, muitas vezes, de forma sacrificial, para levar o amor de Deus, sua misericórdia, sua compaixão e a sua salvação a muitas pessoas pelas gerações a fora. O sustento da igreja, do ministério, das obras da evangelização e missões, da beneficência, como obra de amor ao próximo e da ação social, da educação religiosa e teológica, e da literatura cristã, tem acontecido devido à liberalidade daqueles mordomos que se sentem comprometidos com todas as formas de serviço a Deus. Seja o culto, sejam as ações que expressem e levem seu amor a todas as pessoas e às suas necessidades, inclusive a maior delas: a de conhecer e receber a salvação da sua alma.

Encontramos em Atos dos Apóstolos o relato do acontecido na Igreja de Antioquia da Síria, como, ao receber a notícia de que haveria uma grande fome no mundo, imediatamente, os irmãos decidem mandar um socorro aos irmãos da Judeia, o que eles efetivamente fizeram (At 11.27-30), e criaram escola para todas as igrejas cristãs que se formaram nas regiões da Macedônia, Acaia e Galácia (Rm 15.26; 1Co 16.1).

As igrejas da Macedônia, por terem agido com expressiva liberalidade, tornaram-se exemplo para todos os cristãos de todos os tempos (2Co 8.1-3). A graça de Deus e o seu amor deram aos macedônios uma compreensão cristã tão maravilhosa, que nem a sua profunda pobreza os impediu de agir de forma generosa e liberal, contribuindo muito além das suas posses; e eles o fizeram voluntariamente. Paulo diz, em 2Co 8.1-15, que eles o surpreenderam, superando toda a sua expectativa, visto que: "[...] pedindo-nos com muito encarecimento, o privilégio de participarem deste serviço a favor dos santos" (v. 4). O segredo da atitude dos macedônios estava no fato de: "[...] primeiramente a si mesmo se [darem] ao Senhor, e a nós pela vontade de Deus" (v. 5). Este é o segredo da mordomia cristã: a liberalidade que começa com a doação de si mesmo, por parte do mordomo.

Paulo envia Tito para que ele motive os crentes de Corinto, usando o exemplo dos macedônios, para que completassem entre eles a graça da participação neste esforço de socorrer os necessitados, como eles próprios já haviam decidido fazer (v. 11).

Paulo continua tratando do mesmo assunto no capitulo 9 de 2Coríntios, e desenvolve alguns princípios que estimulam a prática da fidelidade da contribuição:

> 1. Quem semeia pouco pouco também ceifará; aquele que semeia em abundância em abundância também ceifará (v. 6).
>
> 2 Contribua segundo propôs no seu coração; não com tristeza e constrangimento; Deus ama ao que dá com alegria (v. 7).
>
> 3 Deus é poderoso para aumentar a graça que há no contribuinte fiel, a fim de que ele amplie sua liberalidade para com toda a boa obra (v. 8).
>
> 4. Deus aumentará os atos de justiça do crente liberal (v. 10).
>
> 5. A liberalidade do crente reverte em ações de graças a Deus (v. 11).
>
> 6. O Senhor supre as necessidades dos santos (v. 12).
>
> 7. Como prova dessa ministração, as pessoas ajudadas glorificam a Deus pela submissão que os crentes confessam quanto ao evangelho de Cristo (v. 13).
>
> 8. Os ajudados oram pelos crentes, em gratidão pela graça de Deus que há neles (v. 14).

Em sua carta aos Filipenses, Paulo manifesta sua gratidão pela fidelidade que denotaram em cuidar dele em suas necessidades, enviando-lhe contribuições liberais para o seu sustento, dizendo-lhes que o que recebeu deles foi como "cheiro suave, como sacrifício aceitável e aprazível a Deus" (Fp 4.10-18).

O Exercício da mordomia cristã abençoa o mordomo, glorifica a Deus e abençoa aos que são beneficiados pela fidelidade do mordomo em cumprir a vontade e o propósito do seu Senhor. Certamente, haverá maior felicidade neste mundo se os homens se reconhecerem como mordomos de Deus na administração de sua vida, das capacidades e responsabilidades que lhe foram cofiadas por Deus. Certamente, haverá também maiores recursos disponibilizados para o sustento da obra de Deus, no mundo, nas igrejas e no atendimento das necessidades dos milhões de carentes, privados dos recursos, o que lhes permitiria desenvolver uma vida com dignidade. Sim, haverá maiores recursos, se houver liberalidade e generosidade por parte dos mordomos que se dão a si mesmos ao Senhor e se empenham em exer-

cer uma administração focada em agradar a Deus e servi-lo com alegria para que o propósito da sua glorificação seja alcançado.

Deus é engrandecido pela fidelidade dos seus servos que exercem bem a sua mordomia, devolvendo parte dos seus ganhos, em forma de dízimos e ofertas, e empregando sua vida e talentos no serviço do seu Senhor.

Obras consultadas:

1.*Comentário Bíblico Broadman*, v. I.

2 Bancroft, Emery H., *Teologia Elementar.*

3 Kaschel, Walter, *Não sou meu*.

4 Martin, Oscar, Jr. e Sobrinho, João Falcão, *Crescimento na graça de dar – Estudo de Mordomia*.

5 Schettini, Luís, *A bênção da fidelidade*.

6 Monte, José Belarmino do, *A bênção da mordomia*.

7 Mota, Waldomiro, *A doutrina bíblica da mordomia*.

8 Werning, Waldo J., *O chamado à mordomia*.

9 Smith, G. Abbott, *A Manual Greek Lexicon of the New Testament*.

Versão bíblica usada: Almeida Revisada, de acordo com os melhores textos em hebraico e grego.

* Salovi Bernardo. Bacharel em Teologia e em Direito. Foi pastor de várias igrejas no Estado de São Paulo. Foi secretário-executivo da Convenção Batista do Estado de São Paulo. Foi o criador do Projeto de Adensamento, que muito concorreu para o desenvolvimento evangelístico e de organização de centenas de igrejas. Foi secretário-geral da Convenção Batista Brasileira, cargo em que se houve com brilhantismo. É membro da Academia Evangélica Paulistana de Letras.

CAPÍTULO 13

EVANGELIZAÇÃO E MISSÕES

•O que diz a Declaração Doutrinária da CBB

A missão primordial do povo de Deus é a evangelização do mundo, visando à reconciliação do homem com Deus.[1] É dever de todo discípulo de Jesus Cristo e de todas as igrejas proclamar, pelo exemplo e pelas palavras, a realidade do evangelho, procurando fazer novos discípulos de Jesus Cristo em todas as nações, cabendo às igrejas batizá-los e ensiná-los a observar todas as coisas que Jesus ordenou.[2] A responsabilidade da evangelização estende-se até os confins da terra e por isso as igrejas devem promover a obra de missões, rogando sempre ao Senhor que envie obreiros para a sua seara.[3]

1. Mt 28.19,20; Jo 17.20; 20.21; At 1.8; 13 2,3; Rm 1.16; 10.13-15; 2Co 5:18-20; 1Ts 1.8; 1Pe 2.9,10
2. Mt 28.18-20; Lc 24.46-49; Jo 17.20; At 1.8
3. Mt 28.19; At 1.8; Rm 10.13-15

• Comentário

*David Gomes

Visão panorâmica dos caminhos da redenção

O plano do Criador, ao formar o homem, era alcançar todas as nações a serem formadas, com a mensagem da redenção. Deus sabia da queda de Adão e da raça, pelo que arquitetou desde a eternidade do plano da redenção (Ef. 1.3,4).

Ao formar o homem, Deus incluiu em sua missão original: "sede *fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e dominai-a*" (Gn 1.28). Aconteceu que o homem caído no pecado e dominado por seus instintos, tomou direção oposta ao plano original de Deus. E temos, nos primeiros onze capítulos de Gênesis, algo impressionante:

a) Queda e expulsão de Adão e Eva do paraíso;

b) Disseminação do pecado, atingindo a violência, imoralidade, incredulidade total e forçando Deus à realização do dilúvio;

c) Novo concerto com Noé e o surgimento de Babel;

d) Abraão e o novo começo do Senhor, tendo em vista a realização do plano e propósito eternos.

Onze capítulos de Gênesis resumem a história do mundo

Nos onze capítulos aprendemos do propósito de Deus de se tomar conhecido por meio do homem em toda a terra. Depois do dilúvio, Deus repete diante de Noé o plano original estabelecido em Gênesis 1.23 e 9.1.

O capítulo 10 abre espaço para a dispersão dos filhos de Noé. E surge, imediatamente, Ninrod, a figura de um homem que se tornou poderoso. Ele começou como caçador, mas logo em seguida passou a construir, a edificar cidades (Gn 10.8-31). No apogeu de sua vida espalhou entre todos o desejo de se evitar a distância dos homens na terra. Eles resolveram construir uma torre que se elevaria até o céu e que chamaria todos os homens para aquele lugar.

Deus percebeu que a rebelião se instalaria de modo completo e colocaria por terra o plano inicial do Senhor ao criar o homem.

Existe ainda hoje a mística da grande cidade. Nos maiores ajuntamentos do mundo situam-se as mais bem armadas fortalezas contra a lei. Entretanto, Deus decidiu avançar no seu propósito de alcançar a terra. O Senhor confundiu as línguas e os homens deixaram de se manter inúteis, vivendo os seus problemas e avançaram no cumprimento do plano de Deus. Pela confusão das línguas a ideia da torre que tornava o homem o seu deus todo-poderoso caiu por terra. Houve nova paralisação no plano original do Senhor. Contudo, o Senhor Deus Jeová decidiu dar início a um novo trato com os homens. Ele chamou Abrão, cujo nome foi mais tarde mudado para Abraão.

Não temos diante de nós um homem perfeito. Abraão começou a mentir, orientando Sara a dizer que era sua irmã. Abraão aceitou a sugestão de Sara de apressar o plano de Deus e adulterou com Agar. O resultado está nas páginas dos jornais desse tempo. Entretanto, no meio de tudo isto, Abraão teve a capacidade de crer e viver sua caminhada com o Senhor Deus (Gn 15.8).

No auge de sua experiência com Deus, Abraão foi chamado ao sacrifício pelo oferecimento do seu único filho e da promessa no altar de Moriá. Ob-

serve-se que Deus havia dito a Abraão: *"em ti serão benditas todas as nações da terra".* Ele retornou ao plano inicial, de atingir todas as nações do mundo, como dito a Adão.

Abraão ocupou Canaã. Deus o queria ali. A terra de Canaã é tão pequena, mas ali o mundo tem o seu centro físico. Dehart Davies descreve com beleza algo sobre o poder de coisas pequenas. O Canal do Panamá declara, tem 50 milhas de comprimento, mas representa indiscutível riqueza. O istmo partido trouxe novos rumos para o comércio e a união dos povos. Israel, porém, representa algo muito mais importante. Babel revelou a marca da frustração e Canaã, a esperança imperecível. Hoje, de novo, Israel se projeta no cenário do mundo, pelo poder de sua representação.

Acontece que o caminho da redenção não terminou com Abraão. Houve longa estrada, incluindo-se os 430 anos de escravidão no Egito e o maravilhoso livramento na travessia do Mar Vermelho.

As profecias cumpriram-se em Jesus

Vieram os profetas que falaram em nome de Deus, anunciando a chegada do Messias, Jesus Cristo, que nasceu em Belém, no sul de Israel. Jesus viveu entre nós. Deus conosco, Emanuel. No entanto, nos caminhos do seu ministério terreno, Jesus enfatizou sua missão aos judeus. Ele insistiu que sua missão tinha em vista os filhos de Israel, as suas ovelhas perdidas (Mt 10.26; 15.4).

Suas mensagens alegraram alguns, mas a grande maioria desprezou os seus ensinos e Jesus foi morto. Deus, no entanto, o ressuscitou dentre os mortos e Jesus, feito Senhor do mundo, com total autoridade, convocou os onze discípulos após a sua ressurreição. No encontro do Monte, ele os surpreendeu, de novo, a todos. Suas palavras abriram os cofres do amor de Deus ao mundo inteiro. Agora, Jesus confiava a seus discípulos a ordem de anunciarem o evangelho a todas as nações do mundo, melhor se diria, a todas as etnias do mundo.

Vale observar que Jesus predisse o alcance de todo o mundo pela pregação do evangelho. Este acontecimento havia de marcar o tempo do retorno do Senhor (Mt 2.14). Vivemos neste momento a hora das coisas rápidas, o momento da finalização do tempo da igreja. Uma pessoa fala diante de um microfone e sua voz alcança o outro lado do mundo. Um foguete sobe até à

lua. Os laboratórios se agitam, procurando criar nos tubos o genes da vida. Já existem crianças geradas em tubos de laboratório e existem pessoas estéreis que conseguem a fecundação artificial. De certa forma, podem parecer desafios do homem ao Senhor Deus todo-poderoso. Pode, entretanto, ser também a parte de Deus na preparação para que sua vinda se apresse.

A evangelização do mundo, ou seja, o cumprimento da derradeira ordem do Senhor teria sido impossível sem a realidade do rádio e sem os avanços das comunicações. Vemos então como a invenção da imprensa possibilitou a adição de Bíblias em todos os idiomas e o rádio, que apareceu em 1919, trouxe nova fase de desenvolvimento, na propagação da mensagem. Seria impossível ignorarmos a força da televisão, que pode edificar ou destruir, com enorme facilidade. Deus está usando também este veículo e cruzadas via satélite já começam a oferecer bons resultados.

Evangelização e missões

A Declaração Doutrinária, adotada pelos batistas e enunciada abaixo, aponta trinta textos bíblicos como fundamento desta conclusão. O termo usado — evangelização — foi bem escolhido. Temos usado no curso da obra entre nós o vocábulo evangelismo. Este inclui a ideia de doutrina política e religiosa, que se baseia no evangelho. Evangelização é o retrato da ação comunicadora do evangelho. O termo descreve a ação realizada pelo defensor do sistema ou doutrina. A diferença marca, por assim dizer, o curso pretendido pela Convenção Batista Brasileira, na obra dos seguidores de Jesus na igreja local, como verdadeiros "soldados de Jesus Cristo" (2Tm 2.3).

O termo missões é ausente da terminologia bíblica. O conjunto de citações bíblicas na Declaração Doutrinária faz compreender que o pretendido é retratar o quadro desta proclamação das boas notícias no meio de todas as etnias pela compreensão literal do ensino do Senhor no texto de Mateus 28 que, destarte, abre as janelas do mundo ao horizonte do cristão como indivíduo, como membro de igreja, de associação de igrejas e como Convenção Batista Brasileira. Aqui está o elaborado e aceito pela Convenção:

> A missão primordial do povo de Deus é a evangelização do mundo, visando à reconciliação do homem com Deus. É dever de todo discípulo de Jesus Cristo e de todas as igrejas proclamar, pelo exemplo e pelas palavras, a realidade do evangelho, procurando fazer novos discípulos de Jesus Cristo em todas as nações, cabendo às igrejas batizá-los e

ensiná-los a observar todas as coisas que Jesus ordenou. A responsabilidade da evangelização estende-se até os confins da terra e por isso as igrejas devem promover a obra de missões, rogando sempre ao Senhor que envie obreiros para a sua seara.

(Mt 28.19,20; Jo 17.20; 20.21; At 1.8; 13.2,3; Rm 1.16; 10.13-15; 2Co 5.18-20; 1Ts 1.8; 1Pe 2.9,10; Lc 24.46-49).

Os ensinamentos dos Evangelhos

Em número de quatro, cada um deles tem seu método próprio e estilo pessoal. Mateus, com capítulos mais longos interpreta os fatos da vida de Jesus, procurando focalizar o cumprimento das profecias de Deus como pregação aos judeus. O autor era ele mesmo judeu e servia como cobrador de impostos para o governo romano. Mateus significa "o homem fiel".

Marcos escreveu cronologicamente o primeiro dos relatos, sendo que sua comunicação visava, de modo especial, ao mundo romano. Ele era filho de uma senhora chamada Maria, possivelmente rica, que residia em Jerusalém e emprestava a sala principal de sua moradia para ajudar ao Senhor Jesus e a seus discípulos em reuniões do grupo. Marcos acompanhou Paulo na primeira viagem missionária e visitou o apóstolo em seu primeiro encarceramento em Roma (At 15.5; Gl 4.10). Pedro refere-se de modo carinhoso a Marcos. Seu estudo é conciso, mas eminentemente dinâmico. É como se Jesus estivesse sempre a fazer alguma coisa.

Lucas é o terceiro dos Evangelhos. Temos aqui o médico que se tornou historiador. Ele escreveu, visando de certa forma, ao mundo grego e se esmera em fatos originais, num estilo bem marcante. Em sendo médico e gentio, Lucas demonstra conhecer perfeitamente a região do Mar Mediterrâneo. Possivelmente teria sido ele o "varão macedônio" a que se incorporou a caravana de Paulo na entrada para a evangelização do continente da Europa (At 16.9).

Finalmente, temos João, autor do quarto Evangelho, o teólogo que escreveu para testificar sobre a divindade perfeita de Jesus. João escreveu, por assim dizer, o evangelho para todos os homens e o registro universalmente aceito de que "Deus *amou o mundo de tal maneira, que deu seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna*" (Jo 3.16).

Evangelho significa "boas-novas". Mateus informa que Jesus saiu a pregar o evangelho (9.35) enquanto Marcos faz deste tema a própria plataforma de Je-

sus (Mc 1.15). Lemos em Romanos a afirmação de Paulo: *"não me envergonho do evangelho de Cristo"* (1.16 - *Textus Receptus*). Esta qualificação de evangelho parece-me oportuna e maravilhosamente necessária. Estivemos num grande encontro, na Universidade do Rio de Janeiro, para se discutir em seminário, o tema das religiões e sua influência na formação da cidadania. Maravilhei-me ao encontrar tantos "evangelhos" ali representados. Tivemos "o evangelho segundo o espiritismo" e mais uma dezena de outros chamados "evangelhos", sem doutrina e sem salvação. Para Paulo, entretanto, a causa do seu destemor era o "evangelho de Jesus Cristo". Em Gálatas, ele volta a se referir ao que acontecia naquela região, pela pregação de "outro evangelho".

O "outro evangelho" tenta encontrar entrada até nas igrejas estruturadas. Aqui ele enfatiza "línguas estranhas ou ininteligíveis", como condição de salvação. Ali, "curas e sinais", nem sempre resultantes da fé (Mt 7.21,22). O "outro evangelho" troca a doutrina da salvação pela graça, mediante a fé, pelos níqueis e notas de real, moeda do Brasil, ou dólares e outros símbolos materiais.

O evangelho de Cristo segundo Paulo

Encontramos, em 1Coríntios 15, uma apresentação resumida do verdadeiro evangelho pregado por Paulo e aceito por muitos: Cristo veio, viveu entre nós e morreu por nós. Cristo foi sepultado, como qualquer mortal. Cristo ressuscitou dentre os mortos, ao terceiro dia, segundo as Escrituras. O que aconteceu foi, portanto, cumprimento do plano e programa de Deus.

Cristo apareceu e foi visto por diferentes pessoas e em diferentes situações, antes de sua ascensão aos céus. Pedro complementa, ensinando que Jesus Cristo ressuscitado somente apareceu a crentes (At 10.40,41). "Cristo apareceu a mim mesmo", acrescentou Paulo. Esta aparição lhe aconteceu de tal forma, que fez dele o proclamador desta graça e mistério do evangelho. Certamente os demais apóstolos subscrevem esta conceituação e missão.

O evangelho segundo Jesus

Tomo como altamente significativos os gestos e as palavras de Jesus quando, no início de seu ministério, atendeu ao convite para servir de mensageiro na sinagoga de Cafarnaum, onde assistia sempre e com alegria. Naquele sábado especial, Jesus recebeu do dirigente o rolo com os escritos do profeta Isaías. Jesus tomou o rolo nas mãos e encontrou o texto de sua dissertação. Tratava-se do escrito em Isaías 61: "O *Espírito do Senhor Deus está sobre mim,*

porque o Senhor me ungiu para pregar boas novas aos mansos; enviou-me a restaurar os contritos de coração, a proclamar liberdade aos cativos, e a abertura de prisão aos presos".

Encontramos pelo menos seis marcas que distinguem a sua missão:

1) Sob a égide do Espírito Santo — O mesmo rolo de Isaías fala inúmeras vezes a respeito do Messias. E vale lembrar as sete perfeições do Espírito Santo, conforme o ensino de Isaías 11, na interpretação dos rabinos: Perfeição da permanência do Espírito Santo sobre ele na sabedoria (1Co 1.30); no entendimento (Jo 2.25); no conselho e capacidade de aconselhar (Is 9.6); no conhecimento (Mt 11.27); no temor do Senhor (Sl 111.10; Jó 28.28).

2) Ungido pelo Senhor para proclamar o evangelho — Lucas declara a realidade desta unção desde o ventre da virgem (1.25) e registra a mesma unção ao tempo do batismo de Jesus, em voz audível (3.22). Vale conferir o mesmo ensino nas profecias e nos evangelhos (Jo 1.32; 3.34; Sl 45.7).

3) Interessante menção dos pobres como receptáculos da mensagem — Certamente que pobres à luz das circunstâncias, pobres nas calamidades, pobres na avaliação das coisas eternas.

4) Proclamação da liberdade aos cativos foi tema inclusive discutido pelo Senhor (Lc 8.31-36) e muito ampliado em seu sentido, na compreensão do autor da carta aos Hebreus (2.15). A liberdade oferecida pelo Messias incluía vitória sobre o pecado e o corpo pecaminoso (Rm 6.18; 7.2-25).

5) A mesma operação havia de atingir cegos espirituais e os corações oprimidos.

O ano aceitável do Senhor era referência direta ao livramento oferecido ao tempo do Jubileu (Lv 25.10) que seria parte do ministério do Messias.

Ao concluir a leitura, Jesus deixou fora um dos pensamentos presentes na mesma profecia de Isaías, quando se referia ao fato da vingança de Jeová. O mesmo "dia da vingança" é referido por Malaquias 3.1. Jesus queria deixar de fora a vingança, para que eles pudessem aproveitar a sua misericórdia.

Ao fechar o livro e declarar que a profecia estava a se cumprir naquele momento, Jesus foi expulso. Seu evangelho, no entanto, permaneceu em seus ouvidos.

A evangelização bíblica firmada nos modelos apresentados

A Grande Comissão não parte de um mandamento, mas de um caminhar especial, que torna efetivo o testemunho e a pregação do evangelho. Partindo daqui, Jesus declarou: "Faze/ *discípulos de todas as nações*". A proclamação é tão normal e natural quanto é normal comer ou dormir.

Num estudo sério sobre a dinâmica da evangelização, McGravan lembra daqueles muitos que julgam estar cumprindo a sua missão por mera ação de presença. Este princípio pode operar na transparência de um gesto ou no brilho de um rosto revestido pelo Espírito Santo. Swindoll ilustra de forma bela este lado do testemunho.

Jesus proibiu que o gadareno curado o seguisse. Ordenou-lhe, em troca, que fosse para casa contar a parentes o que Deus lhe fizera! (Mc 5.19,20). Jesus seguiu os passos do homem que curara (Jo 5.8-15). Ele seguiu o cego de nascença curado até receber dele a perfeita confissão de fé (Jo 9.1-3; 35-39). Como se torna necessário imitarmos o Mestre em tamanho cuidado!

A Bíblia refere-se a evangelistas como parte do ministério especial e específico do Espírito Santo (At 21.8; Ef 4.11; 2Tm 4.5). Certamente que aqueles assim chamados deveriam preparar-se de modo adequado, visando ao próprio magistério da Palavra.

Mas o mesmo Novo Testamento declara: "[...] os *que foram perseguidos* [...] *iam por toda a parte, anunciando a Palavra*". Na realidade, o ato de evangelizar firma-se simplesmente na narrativa de uma experiência com Cristo. Foi desta maneira que a samaritana transformou-se em pregadora, e o cego curado de João 9 testificou. O evangelista é aquele que sai a contar a famintos, onde foi que ele encontrou o pão. Os interessados podem encontrar farto material para seu uso, compulsando meu livro *Evangelismo 2000* Verdadeira obra para este tempo.

O mandamento de missões

Existem inúmeras missões no cenário do mundo. Quando alguém recebe poder para estudar e analisar determinado assunto, esse tal, ou sua comissão,

se tornam missionários para a determinada missão. No campo do cristianismo, entende-se como missionário aquele que sente de Deus mesmo a ordem de sair para algum tipo de lugar, tendo em vista comunicar a mensagem de Deus.

A EBAR editou duas biografias de missionários à disposição dos interessados: *David Livingston* e *Hudson Taylor.* A tônica é sempre uma experiência especial com Deus, que se revela por meio de acontecimentos que exibem a soberania de Deus e seu propósito específico para determinada vida.

McGravan observa com sabedoria o fato de a igreja se ter desenvolvido enormemente na Judeia, sem que tivesse decolado na Fenícia à pequena distância. Paulo, dizia ele, testemunhou entre os gentios da Síria e da Cicília, mas quase sem resultados. Quando Paulo chegou a Antioquia, entretanto, viu resultados grandes e imediatos. O mesmo se observa no mundo de hoje. Enquanto na África e América Latina as missões se desenvolvem de modo compensador, o trabalho na Europa segue em ritmo lento, com poucas exceções.

Narro uma experiência vivida em Minas Gerais, tendo em vista ilustrar algo da tarefa vivida pelo ministério. Pedro Fernandes da Fonseca era próspero fazendeiro residente ao norte do Estado. Quando de passagem por Belo Horizonte, ouviu a nova do evangelho que lhe pareceu luz nas trevas de sua alma. Filho de família ilustre, Pedro ouviu do missionário Croesland algo sobre a beleza do evangelho. Pouco depois, Pedro voltou à sua fazenda e o missionário Croesland decidiu visitá-lo. Mostrou-lhe Croesland o amor de Deus revelado em sua vida, pois deixara sua pátria para anunciar Jesus. Pedro Fonseca compreendeu e decidiu aceitar a Cristo. Croesland levou-o a entoar o hino "Crer e Observar". Ao sentir que Pedro desejava ser logo balizado, ponderou o missionário:

— Meu irmão, não basta uma crença que domine o seu coração e aflore aos lábios; necessário se faz a disposição de carregar a cruz.

— Contrariei parentes e amigos; pus-me de encontro aos costumes do meu povo; expus a minha vida por amor de Cristo — retrucou o sertanejo em lágrimas a correr-lhe dos olhos claros.

Croesland colocou seus braços sobre os ombros do fazendeiro e declarou com firmeza:

— Irmão, o que lhe dá lucro e importância no meio social é uma ofensa ao evangelho.

— Sou eu, porventura, um criminoso? — replicou o fazendeiro.

— O seu negócio é lícito aos olhos dos homens, mas não é aos olhos de Deus. Como pode anunciar sua fé no Salvador do corpo e do espírito, se negocia com bebida, cachaça?

O sertanejo tornou-se lívido, como ferido por um raio. Nunca ouvira tal coisa. Sua alma sincera comovia-se diante do imperativo da verdade. O missionário Croesland viveu rápidos momentos de agonia. Supôs lhe fosse fugir alma tão simpática, como o moço rico diante de Jesus. No entanto, Pedro ficou firme como uma rocha. O evangelho não poderia entrar no norte de Minas pela porta da condescendência.

Pedro pediu-lhe um prazo. O missionário cedeu e retornou ao lar. Contudo, não o deixou e regressou ao seu encontro. Foi desmantelada a fábrica de aguardente. Por terra a sua fortuna pessoal. Pedro decidiu seguir a Jesus de mãos limpas.

A subida do Calvário não se consegue com o pecado, fardo da ambição. Percebe-se claramente algo das marcas do verdadeiro missionário. Mais que preparo intelectual e formação espiritual, ele precisa exibir amor e coragem de modo muito especial. O missionário é milagre no mundo de hoje. Os missionários lutaram no combate à escravidão em muitas terras. Os missionários levaram instrução e condições de vida a milhões no mundo por amor de Cristo.

Temos hoje missionários entre os índios. Temos missionários médicos e enfermeiras a serviço e Jesus.

Observemos o momento de transição na igreja, quando surgiu no coração de todos uma chamada à oração. A intensidade era tão grande, que muitos jejuaram diante de Deus, deixando que o Espírito Santo agisse com liberdade no meio deles. Com efeito, os nove primeiros capítulos de Atos exibem a Igreja em Jerusalém e adiante em Samaria, culminando com a conversão e comissionamento de Paulo para o trabalho de Deus. Em Atos, capítulo 10, a igreja chega a Cesareia, ao meio gentio por intermédio de Pedro, que foi chamado a explicar a razão de sua ida até Cornélio. Pedro simplificou tudo, dizendo que ele orou e Cornélio orou e Deus fez acontecer maravilhas!

Agora, a igreja ora e jejua e o Espírito Santo determina o curso do trabalho. Dois dos escolhidos pelo Espírito Santo conheciam o meio pagão por experiência. Manaém era colaço de Herodes. Niger, pouco conhecido, parece estar ligado à raça negra, e Lúcio, o cirineu, parece ter tido algum parentesco com o próprio Paulo, ou um dos seus amigos (Rm 16.21). Observe-se que o

Espírito Santo estava trabalhando no meio da liderança, entre os mais preparados da igreja e revelou- lhes que Paulo e Barnabé eram os qualificados para a grande jornada de anunciação do evangelho aos gentios. Não foi algo humanamente feito, mas a voz e a pronta ação do Espírito Santo, gerente e comandante da obra de evangelização no mundo (At 2.32,33).

Evangelização e missões neste final de século

Chamei atenção acima à intervenção de Deus no campo da ciência, tecnologia e educação, visando a preparar o mundo para a realização do ideal proposto ao tempo da criação do homem de informar sobre seu poder e graça em todos os lugares.

Não existe afirmação ou sequer insinuação de que todos chegarão a crer. No entanto, existe a afirmação de Deus de que "todos os *que sob a lei pecaram, pelo preceito da lei serão julgados; todos os que sem lei pecaram, sem lei perecerão",* ou seja, serão julgados mediante a decisão pessoal de aceitar ou rejeitar o evangelho.

Este é o mandamento que pesa sobre todos, o de permitir que todos tenham oportunidade de decidir ou não pelo evangelho. Isto não derruba por terra o ato soberano de Deus, a chamada doutrina da eleição. Coloca às claras o plano e o propósito de Deus, que deseja ver realizado o ideal da salvação pela graça, mediante a fé. Sem esta graça e misericórdia da parte de Deus, ninguém chegaria a crer. O plano de Deus é que todos "*fiquem inescusáveis, pelo ouvir da Palavra".* Que santa responsabilidade temos nós outros. Afinal, mais que responsabilidade, o cristão goza de imenso privilégio.

Sir James Young Simpson foi o celebrado descobridor do clorofórmio. Estava descoberta a grande arma contra a dor física, que pode atormentar o ser humano. Natural que o grande cientista se tornasse figura conhecida e apreciada no mundo. E foi num encontro com repórteres de várias partes do mundo que Simpson maravilhou a todos. Foi este o diálogo:

— Qual a maior de todas as descobertas de sua pessoa como cientista? Sua resposta tranquila e firme marcada de profunda humildade foi:

— A maior descoberta de toda a minha vida, dentro do quadro da ciência ou no geral da minha formação e cultura, sim, a maior descoberta da minha vida foi ter encontrado Jesus Cristo como Salvador de minha alma!

Aqui o tributo maior do evangelista, tributo maior que as conquistas dos enviados de Deus, na caminhada de missões.

Bibliografia

HART, D. E. The Gênesis of Gênesis. London: Davies James Clarke and C. Ltda., 1932.

Commentary on the Whole Bible. USA: Jamisson Fausset and Brown Zonderman P. House, Grand Rapids.

MCGRAVAN, D.A How churches grow. London: World Dominio Press, 1959.

BARBOSA, Achiles. O homem feito de pó. Belo Horizonte, Caixa Postal 2943.

SWOR, Chester E. Very Truly Yours. Nashville, USA: Broadman Press, 1954.

TAWES, Roy Lawson. The Global. New York: Abingdon Cokesbury Press, 1945.

Além das sugestões que podem ser encontradas nos livros citados, sugiro para uso alguns livros da Escola Bíblica do Ar:

David Livingstone e Hudson Taylor — dois estudos biográficos

O Espírito Santo - Executivo de Deus

O Judeu Chamado Abraão

Evangelismo 2000

Estes e outros livros da EBAR podem ser encontrados nas Livrarias JUERP ou na Escola Bíblica do Ar.

* David Gomes. Foi pastor da Igreja Batista da Tijuca e da Igreja Batista da Esperança, no Rio de Janeiro. Foi secretário-executivo da Junta de Missões Nacionais. Foi professor do Seminário do Sul e do Seminário Betel, também no Rio de Janeiro. Autor de mais de dez obras. Tradutor de várias obras. Fez parte do General Council da Aliança Batista Mundial. Fundador e diretor, até sua morte, da Escola Bíblica do Ar. Orador da Convenção Batista Brasileira. Mestre e doutor em Teologia. Membro da Academia Evangélica de Letras do Brasil.

CAPÍTULO 14

EDUCAÇÃO RELIGIOSA

•O que diz a Declaração Doutrinária da CBB

O ministério docente da igreja, sob a égide do Espírito Santo, compreende o relacionamento de Mestre e discípulo, entre Jesus Cristo e o crente.[1] A Palavra de Deus é o conteúdo essencial e fundamental nesse processo e o programa de aprendizagem cristã.[2] O programa de educação religiosa nas igrejas é necessário para instrução e o desenvolvimento de seus membros, a fim de "crescerem em tudo naquele que é a cabeça, Cristo". Às igreja cabe cuidar do doutrinamento adequado dos crentes, visando à sua formação e desenvolvimento espiritual, moral e eclesiástico, bem como motivação e capacitação sua para o serviço cristão e o desempenho de suas tarefas no cumprimento da missão da igreja no mundo.[3]

1. MT 11.29,30; 23.10; Jo 13.14-17
2. Jo 14.26; 1Co 3.1,2; 2Tm 2.15; 1Pe 2.2,3; 3.15; 2Pe 3.18
3. Sl 119; 2Tm 3.16,17; 4.2-5; Cl 1.28; Mt 28.19,20; At 2.42; Ef 4.11-16; 6.10-20; Fp 4.8,9; 2Tm 2.2

•Comentário

*Silvino Carlos Figueira Neto

O homem — sujeito da educação

O ser humano foi criado por Deus (Gn 1.22). Criado à sua imagem e semelhança (Gn 1.26). Abençoado por Deus, foi-lhe dado o potencial de frutificar, multiplicar, encher a terra, sujeitá-la e dominá-la (Gn 1.28). Criado alma vivente, ser biológico, psicológico, sociológico, com capacidades de pensar, sentir e agir (Gn 1.28,29; 3.6).

O ser humano não nasce pronto. É educável (Lc 1.11-17). Cresce e desenvolve-se na busca de sua maturidade biológica, psicológica, social e espiritual. Adquire conhecimento no processo de autoformação e na interação com o meio-ambiente. É, portanto, um ser social responsável e "guardador de seu irmão" (Gn 4.9-12). Busca a sua plena maturidade de vida na relação de amor

— a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo (Mt 2.37-39). É um ser histórico, relacionando-se com o presente, passado e futuro (Gn 28.13,14). Ser de dupla cidadania (Mt 22.21); partícipe na construção do Reino de Deus na terra (1Pe 2.9). Criado para ser livre e responsável pelas suas decisões e escolhas (Gn 3.8-19). Um ser que se interroga e responde (Sl 8.3-5); que procura e acha (Jr 29.13); singular, uno e irrepetível (1Co 12.17). É um ser criativo, transformável e transformador, crítico na sua essência (Rm 12.1,2). Ser imanente que busca a sua completude na transcendência (Sl 42.2). Um ser cultural e, como tal, deve ser considerado no seu habitat (At 15.19,20). Um ser religioso, espiritual, marcado pelo pecado e mal, de natureza pecaminosa, mas responsável pelos seus atos conscientes (Rm 5.17-19).

Ser amado por Deus e com possibilidades de ser resgatado e salvo, pelo arrependimento e pela sua relação pessoal de fé em Jesus Cristo, o Verbo encarnado (Jo 3.16). Ser discípulo e servo que aprende a ser com e como seu Mestre na busca da estatura de varão perfeito (Mt 11.28,29; Mt 10.24,25; Lc 14.27; Ef 4.12,13).

Processo ensino-aprendizagem na educação do ser sujeito

A educação é um processo de ensino e aprendizagem (Pv 22.6). A educação é um fator preponderante para o crescimento e desenvolvimento do indivíduo e se processa de forma assistemática e sistemática, formal e informal (Mt 28.19,20).

O processo ensino-aprendizagem deve considerar o homem nas suas capacidades, habilidades, sentimentos e múltiplas inteligências, como um ser integral.

Deus é o educador e o modelo de perfeição a ser seguido expresso em Cristo, o Verbo encarnado (Mt 5.48). O Espírito Santo atua na aprendizagem do ser humano, dotando-o de dons e talentos, levando-o à reflexão, à memória e à guarda do conhecimento, associando e correlacionando-o na construção do reino, convencendo-o de seus pecados; estimulando-o a expressar a revelação, os conhecimentos e sentimentos adquiridos, na subjetividade do ser, aplicando-os na transformação da história, segundo a interpretação da vontade de Deus (Jo 14.26; At 11.15; 1Co 2.13).

Na cultura brasileira, a educação divide-se formalmente em dois polos distintos: a educação secular e a educação religiosa. A educação religiosa, ba-

sicamente, sob a responsabilidade do sistema de ensino eclesiástico, e a educação secular, sob a responsabilidade do sistema regular do ensino, privado ou público. Nas formas citadas, predomina a educação formal ou sistemática.

Ao Estado, com a participação da família, à escola e à igreja delega-se a responsabilidade maior pela educação. À família, tem-se atribuído, com predominância, a educação informal ou assistemática. Entretanto, recentemente os meios de comunicação de massa (imprensa, rádio, tv) participam do processo de educação formal e de educação informal, exercendo forte influência de princípios, valores e paradigmas.

A educação religiosa tende, mas não deve, na prática eclesiástica a ser templocêntrica. Caracteriza-se, por desvio, a ser também programocêntrica, em função de organizações. No entanto, A FAMÍLIA é a base da sociedade e, segundo os ensinamentos bíblicos, a agência maior e responsável pela educação na sua essência religiosa. Aos pais cabe, primordialmente, a responsabilidade de gerenciar a educação dos filhos (Dt 6.4-9; Js 4.21-24). Fortalecendo as famílias, fortalece-se a sociedade.

À igreja cabe a missão de estimular, apoiar, ministrar às famílias, para que adquiram e transmitam, pela vivência, uma educação sólida e eficaz (Cl 3.18-24).

A igreja, como agência básica de educação formal, deve prover por meio de seus canais e estrutura, a seleção e organização dos conteúdos, sistematizando-os; elaborar grades-curriculares adequadas às realidades e às necessidades de ensino; executar a sua proposta educacional, e submetê-la a um processo constante e contínuo de avaliação (Mt 28.19,20; Mt 7.16). Deve prover estrutura organizacional como um meio, nunca como um fim em si mesmo, para alcançar os seus objetivos de ensino; prover recursos financeiros, materiais e humanos. Estimular, descobrir e capacitar agentes humanos para os diversos ministérios (Rm 12.48). Deve sinalizar os princípios que norteiem as demais agências de ensino que participam da formação do ser pessoa, de dupla cidadania.

A Bíblia é o livro-texto para a educação religiosa ou cristã, de onde se extrai o conteúdo básico, os princípios e valores do viver cristão e a matriz para a investigação dialética: ciência e fé (2Tm 3.16). A Palavra de Deus aponta o modelo de vida do educando-discípulo (Sl 119.11).

Para atingir os objetivos da educação cristã, a implantação do Reino de Deus, o conteúdo a ser apropriado e vivenciado, deve ser transmitido por meio de uma metodologia inspirada na pedagogia de Jesus, que estimule a reflexão, a sensibilidade e a ação, a fim de que o pensar, sentir e agir do discípulo se expressem de forma equilibrada e madura (Fp 4.8,9).

O educando-discípulo deve ser alvo do processo de avaliação, a fim de que seja conhecido pelos seus frutos, alcançando, desta forma, os objetivos propostos. O processo de avaliação, que inclui autoavaliação e heteroavaliação é importante na correção dos possíveis desvios do alvo a ser alcançado (Mt 7.16; Lc 19.11-24).

As técnicas utilizadas devem oportunizar a formação do sujeito-indivíduo, mas, também, do ser social que aprende e ensina na relação com o outro, promovendo a socialização de experiências e conhecimentos.

Os recursos tecnológicos orais, visuais, audiovisuais, são importantes quando adequadamente utilizados para alcançar os fins propostos da educação cristã. Deve ser utilizada, também, a tecnologia moderna no processo ensino-aprendizagem, sem contudo desqualificar aqueles mais convencionais que se ajustam à situação ou ao evento da prática pedagógica. Nunca os recursos tecnológicos devem ser usados como um fim em si mesmos. Devem integrar as ações de uma prática pedagógica coerente com a sua base teórica. No caso da educação religiosa, deve basear-se na pedagogia de Jesus, que se utilizava dos recursos de sua realidade cultural para promover a aprendizagem (Mt 6.25-31 e as parábolas de Jesus registradas nos Evangelhos).

A educação cristã é permanente e continuada. Começa na educação dos pais, ainda que a criança seja apenas um projeto de vida (Jz 13.2-8). Continua por toda a vida, visto que o alvo é a estatura de varão perfeito, a estatura de Cristo. Portanto, um processo inacabável (Ef4.13).

Em síntese, Mateus 28.19,20, pode ser tomado como o texto-chave do processo da educação cristã. O texto aponta para a concepção do Mestre dos mestres, por ele mesmo expressa, indicando quem e a quem educar, o que, para que, como, com que e onde ensinar.

* Silvino Carlos Figueira Neto. Doutor em Educação. Foi diretor do Departamento de Educação Religiosa da JUERP. Foi professor, por trinta anos, do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil. Diretor da ONG Prof. José Luciano Lopes. Foi diretor da Faculdade de Pedagogia do Seminário do Sul.

CAPÍTULO 15

LIBERDADE RELIGIOSA

• O que diz a Declaração Doutrinária da CBB

Deus e somente Deus é o Senhor da consciência.[1] A liberdade religiosa é um dos direitos fundamentais do homem, inerente à sua natureza moral e espiritual.[2] Por força dessa natureza, a liberdade religiosa não deve sofrer ingerência de nenhum poder humano.[3] Cada pessoa tem o direito de cultuar a Deus, segundo os ditames de sua consciência, livre de coações de qualquer espécie.[4] A Igreja e o Estado devem estar separados por serem diferentes em sua natureza, objetivos e funções.[5] É dever do Estado garantir o pleno gozo e exercício da liberdade religiosa, sem favorecimento a qualquer grupo ou credo.[6] O Estado deve ser leigo e a Igreja, livre. Reconhecendo que o governo do Estado é de ordenação divina para o bem-estar dos cidadãos e a ordem justa da sociedade, é dever dos crentes orar pelas autoridades, bem como respeitar e obedecer às leis e honrar os poderes constituídos, exceto naquilo que se oponha à vontade e à lei de Deus.[7]

1. Gn 1.27; 2.7; Sl 9.7,8; Mt 10.28; 23.10; Rm 14.4,9,13; Tg 4.12; 1Pe 2.26; 3.11-17
2. Js 24.15; 1Pe 2.15,16; Lc 20.25
3. Dn 3.15-18; Lc 20.25; At 4.9-20; 5.29
4. Dn 3.16-18; 6; At 19.35-41
5. Mt 22.21; Rm 13.1-7
6. At 19.34-41
7. Dn 3.16-18; 6.7-10; Mt 17.27; At 4.18-20; 5.29; Rm 13.1-7; 1Tm 2.1-3; Tt 3.1; 1Pe 2.13-17

• Comentário

*João Emílio Cutis Pereira

Fundo Histórico

O princípio da liberdade religiosa é um dos basilares de ouro do movimento batista desde os seus primórdios. Esse princípio tem acompanhado a marcha batista dos idos de 1612 até os dias atuais.

Para melhor compreensão da importância da temática que ocupa este capítulo, faz-se necessário um breve retorno à história.

Até o século XVII, não havia documento em defesa da liberdade religiosa, pois tratava-se de tema alheio aos interesses dos governos e dos religiosos amparados pelos Estados. Católicos, anglicanos e luteranos, todos, em menor ou maior grau, contavam com o apoio oficial.

A partir do quarto século, a relação entre Igreja e Estado tornou-se conveniente. Tratava-se das duas faces de uma moeda que convinha a ambos os lados; como no dito popular, "uma mão lavava a outra". A existência de uma igreja estatal permitia aos governos torná-la ferramenta na difusão de ideias e evitava conflitos religiosos. Na outra face da moeda, estavam os benefícios angariados pela igreja oficializada. Os mimos estatais iam de títulos honorários aos líderes religiosos a suntuosos prédios para a realização de cultos. Uma igreja oficial era a garantia plena de que nela haveria crescimento numérico, uma vez que a totalidade dos cidadãos seria de membros da mesma confissão religiosa. Daí o batismo infantil. Ao nascer, a criança era automaticamente acolhida como o mais novo cristão. O Estado via nesta prática uma forma eficaz de evitar futuros conflitos sociais provocados pela pluralidade religiosa.

Convém observar que, no ano de 1612, surgem dois importantes escritos em defesa da liberdade religiosa. O primeiro deles vem da pena do inglês John Smyth, um sacerdote anglicano, separatista, que fora ordenado em 1594. Junto com Thomas Helwys, Smyth é considerado por muitos historiadores um dos fundadores da Igreja Batista. Smyth fez menção ao tema em suas *Proposições e conclusões*, texto enviado por seus seguidores aos menonitas. O segundo foi escrito por Thomas Helwys, advogado e estudioso da Bíblia, em seu livro *Breve declaração do mistério da iniquidade*". Portanto, o ineditismo quanto ao tema surgiu no nascedouro do movimento batista.

Na *Breve declaração do mistério da iniquidade*, Thomas Helwys defende que as ofensas de caráter espiritual devem ser punidas com espada espiritual, não estatal, não cabendo ao rei punir seus súditos quando o assunto estiver na esfera da espiritualidade. A compreensão da conquista pela liberdade religiosa, porém, passa, necessariamente, por outro ponto da história: a formação da nação norte-americana, que já nasceu lutando pela liberdade religiosa. Se voltarmos os olhares para as jovens colônias norte-americanas, descobriremos que as mesmas surgiram como resultado do movimento migratório

ocorrido em face das perseguições religiosas inglesas. Dentre os emigrantes, estavam puritanos, presbiterianos, congregacionais e batistas.

Apesar das perseguições enfrentadas por esses grupos, em seus países de origem, uma contradição ocorreu. Agora, em solo americano, livres das perseguições sofridas, muitos deles desejavam ter uma igreja nacional. Assim, colônias foram fundadas com leis que desrespeitavam a liberdade religiosa.

Foi em 1663 que a colônia de Rhode Island, ao escrever a própria constituição, elencou como garantia a liberdade religiosa. Isso só ocorreu em face da liderança de Roger Williams e John Clarck, ambos batistas.

Cabe esclarecer que os louros da conquista da liberdade religiosa não podem ser oferecidos apenas aos batistas. Trata-se do resultado de um processo lento, que remonta aos tempos de movimentos históricos como o iluminismo, o liberalismo inglês e a revolução francesa. Em cada um dos referidos momentos, estavam em tela a valorização do homem e sua capacidade como ser autônomo, de tomar decisões e escolher seus caminhos. Portanto, ao regressar ao passado, é forçoso reconhecer a inexorável contribuição batista na modelagem dos tempos modernos, onde a liberdade religiosa é elemento essencial. Exemplo disso é que a primeira emenda à Constituição Americana deu-se em função do tema da liberdade religiosa e por meio de batistas.

O papel do Estado

Para os batistas, cabe ao Estado primar pela liberdade religiosa e zelar por ela, evitando qualquer tipo de abuso e desrespeito. A Constituição Brasileira, em seu artigo 5, VI, diz: *É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção dos locais de culto e suas liturgias.*

Foi extremamente feliz o constituinte brasileiro, de 1988, quando conferiu à liberdade religiosa o status de princípio fundamental. Quando o Estado não respeita esse princípio, corre-se o risco de estabelecer uma ditadura religiosa.

Igualmente feliz foi a Assembleia das Nações Unidas quando, em 1948, cravou o direito à liberdade de consciência e religião como direito universal.

É importante frisar que os batistas defendem não apenas a sua liberdade de cultos nos moldes por eles praticados, mas a liberdade de qualquer pessoa ou religião para professar sua fé, mesmo que esta seja absolutamente oposta aos princípios e práticas batistas, desde que não se exceda em nome da fé e chegue aos limites da criminalidade, como é o caso de práticas que incluem o sacrifício de crianças.

Não se coaduna com a *Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira*, nem com os Princípios Batistas, a invasão e destruição de templos e centros de cultos de outras religiões. Nem mesmo a agressão física ou verbal a quem pensa diferentemente. O debate de ideias é salutar, mas o desrespeito ao diferente e às minorias é danoso. O evangelho deve ser pregado, não imposto.

É perigoso o movimento de judicialização dos conflitos internos da igreja. Quem os provoca é desavisado ou mal intencionado. A busca por soluções judiciais para assuntos internos da vida da igreja desrespeita a orientação bíblica e pode produzir interferência na liberdade religiosa. Imagine se uma autoridade judicial determinar a uma igreja a adoção de conduta antibíblica. Para os batistas, essa prática provoca a intervenção do Estado em assuntos religiosos. Além disso, a igreja torna-se vulnerável às críticas do mundo quando revela não conseguir solucionar seus conflitos internos. O perigo é a quebra de outro princípio que está intimamente ligado ao da liberdade religiosa; trata-se da separação entre igreja e Estado.

O princípio da liberdade religiosa está entrelaçado com o princípio da separação entre a igreja e o Estado. São irmãos interdependentes, mas que não sobrevivem um sem o outro. O Estado deve ser laico e o indivíduo, livre.

Importância para a atualidade

A temática da liberdade religiosa é de suma importância para a atualidade. Hoje vivemos numa verdadeira aldeia global, onde o mundo mora na sala de cada casa. Cristãos, muçulmanos, islâmicos, budistas, espiritualistas e ateus estão muito próximos uns dos outros. As novas tecnologias, o avanço nos meios de transporte, a facilitação de trânsito nos países pertencentes a blocos econômicos fazem com que indivíduos e nações, com diferentes práticas e crenças, tenham de conviver com respeito e civilidade. O respeito à liberdade religiosa é assunto prioritário para a paz mundial. Os líderes mundiais precisam manter clara a necessidade do respeito aos indivíduos e povos com suas crenças e práticas religiosas.

Aplicação prática para a igreja

Quanto ao culto

A liberdade religiosa está intimamente relacionada a algo sublime na vida do ser humano: o culto que deseja prestar a Deus. Do que valeria um culto prestado a um Deus no qual o adorador não crê, mas é obrigado a realizá-lo?

O contrário também pode acontecer. Caso o Estado proíba a prática de determinado culto, não há quem possa impedir o homem de adorar em seu íntimo; é impossível trancafiar uma oração ou encarcerar um louvor.

Jesus definiu a adoração verdadeira como a que é feita em espírito e em verdade (Jo 4.24). Não há culto genuíno prestado por imposição. O culto surge como ato espontâneo e reconhecimento à grandeza e majestade de Deus. Não há lugar para obrigatoriedade. Ninguém cultua porque há uma lei que assim determine. Isso seria apenas um ato religioso, mas não um culto verdadeiro.

Quanto à evangelização e missões

Os batistas creem que em todas as religiões é legítimo o anseio de propagar-se, divulgando suas crenças. Portanto, os batistas não concordam com a prática de alguns governos de impedirem o livre trânsito de missionários e cercear-lhes a liberdade de testemunhar o que creem.

Com base no princípio neste capítulo estudado, os batistas compreendem que a conquista de seguidores para as fileiras do cristianismo bíblico se dará por meio da evangelização e expansão da obra missionária, não através da amputação da liberdade do indivíduo, obrigando-o a seguir a Cristo.

Os batistas dependem da obra soberana do Espírito Santo com o fim de convencer o homem do pecado, da justiça e do juízo. É o Espírito Santo quem pode realizar o que aos homens e ao Estado é impossível produzir: a conversão.

Conclusão

A bandeira da liberdade religiosa precisa manter-se hasteada. Caso contrário, corre-se o gravíssimo perigo de um retrocesso na história. Seria o retorno aos tempos sombrios da Idade Média e um golpe na modernidade.

Os tempos modernos são marcados pela valorização da liberdade de pensamento e expressão.

O movimento protestante desencadeou-se na crista da onda dos ideais do liberalismo inglês e do iluminismo. A conquista da liberdade religiosa foi colhida no seio deste terreno. Qualquer retrocesso seria negar a própria modernidade.

Desejam os batistas que, aos milhares, homens e mulheres abracem a Cristo, mas livres, conscientes e espontaneamente.

*João Emílio Cutis Pereira. Bacharel em Teologia e em Direito. Foi pastor da Igreja Batista de Heliópolis, RJ. É pastor da Igreja Batista de Irajá, no Rio de Janeiro, RJ. Professor do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil. Tem sido muito requisitado para conferências.

CAPÍTULO 16
ORDEM SOCIAL

• O que diz a Declaração Doutrinária da CBB

Como o sal da terra e a luz do mundo, o cristão tem o dever de participar em todo esforço que tende ao bem comum da sociedade em que vive.(1) Entretanto, o maior benefício que pode prestar é anunciar a mensagem do evangelho; o bem-estar social e o estabelecimento da justiça entre os homens dependem basicamente da regeneração de cada pessoa e da prática dos princípios do evangelho na vida individual e coletiva.(2) Todavia, como cristãos, devemos estender a mão de ajuda aos órfãos, às viúvas, aos anciãos, aos enfermos e a outros necessitados, bem como a todos aqueles que forem vítimas de quaisquer injustiça e opressões.(3) Isso faremos no espírito de amor, jamais apelando para quaisquer meios de violência ou discordantes das normas de vida expostas no Novo Testamento.(4)

1. Mt 5.13-16; Jo 12.35,36; Fp 2.15
2. Mt 6.33; 25.31-46; Mc 6.37; Lc 10.29-37; 19.8,9; Jo 6.26-29; At 16.31-35; Mt 28.19
3. Êx 22.21,22; Sl 82.3,4; Ec 11.1,2; Mq 6.8; Zc 7.10
4. Is 1.16-20; Mq 6.8; Mt 5.9; Lc 3.10-14; At 4.32-35; 2Tm 2.24; Fm; Tg 1.27

• Comentário

*José Carlos Torres

Introdução

O tema que passamos a considerar é um dos mais importantes entre os que possam constituir a agenda de reflexão da igreja neste novo tempo que estamos vivendo. Desconsiderar a sua relevância e, assim, fugir da sua abordagem, nenhum bem tem feito, mas apenas tem trazido consequências desagradáveis, com reflexos diretos na vida dos crentes, no posicionamento das instituições eclesiásticas em relação às sociedades em que estão radicadas e no processo continuado de descaracterização, crise de identidade e de crescente irrelevância que as alcança.

O caminho para a superação dos problemas acima referidos não passa pelo descaso para com esta necessária e inevitável relação *igreja e sociedade*,

mas por uma reflexão permanente e coletiva sobre este tema, para compreendermos suas reais e inevitáveis implicações e, assim, podermos atuar no mundo de forma consciente, indo ao encontro dos desafios de Cristo aos seus discípulos, quando nos diz: "[...] vós sois o sal da terra [...] vós sois a luz do mundo [...] Assim brilhe a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai que está nos céus." (Mt 5.13-16)

A igreja e os problemas sociais, ou igreja e sociedade?

Nas ocasiões, e são poucas, em que a igreja tem refletido sobre sua relação com a sociedade em que está radicada, quase sempre o tem feito realçando o tema *A igreja e os problemas sociais.* Penso que isso denota um grave equívoco e, quem sabe, uma inconsciente fuga do enfrentamento real do desafio de ser cristão no mundo. Passo a explicar o que digo.

Quando este tema é enunciado na forma acima referida, acontecem pelo menos os seguintes resultados:

a. A relação igreja e sociedade, deixa de ser analisada, e o foco é posto em problemas sociais pontuais sobre os quais a igreja acha que pode atuar.

b. Esses problemas sociais, por sua vez, passam a ser vistos como se tivessem geração espontânea e vida própria, à parte da sociedade em que eles ocorrem.

c. Deste modo, esses problemas são "dessocializados", isto é, não são vistos como causados pela sociedade em que vivemos e estamos radicados, com suas estruturas iníquas, injustas e inaceitáveis.

Problemas sociais — é bom ter isso sempre em mente — não são entidades autônomas, com vida própria. São problemas da sociedade, são sintomas de suas doenças, nascidas nas e das suas raízes estruturais e culturais.

d. A análise desses problemas, por mais profunda que seja, abre uma imensa porta para que sejam tratados de forma assistencialista ou, quando muito, na forma do serviço social, além de erguer uma grande barreira para que sejam tratados por meio de uma ação social integrada, única forma de se operar sobre suas verdadeiras causas.

Daí porque escolhemos tratar desta questão da forma abrangente e sistêmica, como a nosso ver ela deve ser tratada, tendo como tema a relação igreja e sociedade, com o amplo leque de questões que coloca diante de nós.

Uma pergunta que teima em não se calar

Neste momento em que elaboramos este texto, toda a sociedade brasileira tem em mente o interminável festival de denúncias da corrupção que alcança os três poderes da República e se espalha por setores os mais diversificados dos mesmos.

Infelizmente, neste triste espetáculo têm aparecido com frequência alguns nomes de pessoas e instituições evangélicas e, pior ainda, enquanto tudo isso ocorre, um ensurdecedor silêncio denuncia o quanto amordaçamos a profecia (apesar de manifestações isoladas e espasmódicas) e o quanto nos tornamos sal que não salga, luz que não resplandece e fermento incapaz de levedar.

E ainda há o outro festival de "escândalos" que têm acontecido dentro das próprias instituições religiosas, quase todos eles, pelo corporativismo que as caracteriza, terminando em grandes pizzas, o que as leva a perderem credibilidade interna e externa. Logo elas, cuja força moral e espiritual reside na credibilidade que tenham junto àqueles com que se relacionam.

Por isso mesmo, neste crucial momento da vida brasileira, há uma pergunta que teima em não se calar: Onde estão as igrejas evangélicas — não cresceram tanto? Onde estão os evangélicos (e maximamente os políticos evangélicos!) nesta hora quando os cânceres do vazio espiritual e ético e da corrupção desenfreada que nos vitimam como povo estão colocados à vista de todos nós e do mundo inteiro?

Apenas três referências bíblicas

Mateus 5.13-16

Vós sois o sal da terra; ora, se o sal vier a ser insípido, como lhe restaurar o sabor? Para nada mais presta senão para, lançado fora, ser pisado pelos homens.Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder a cidade edificada sobre um monte; nem se acende uma candeia para colocá-la debaixo do alqueire, mas no velador, e alumia a todos os que se encontram na casa.Assim brilhe também a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai que está nos céus.

Romanos 12.1,2

Rogo-vos, pois, irmãos, pelas misericórdias de Deus, que apresenteis o vosso corpo por sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, que é o vosso culto racional.E não vos conformeis com este século, mas transformai-vos pela renovação da vossa

mente, para que possais discernir e experimentar toda a boa, agradável e perfeita vontade de Deus.

Miqueias 6.8

Ele te declarou, ó homem, o que é bom; e que é o que o SENHOR pede de ti, senão que pratiques a justiça, e ames a misericórdia e andes humildemente na presença do teu Deus.

Três posicionamentos da igreja diante da sociedade

Tradicionalmente, quanto a este tema, podemos destacar três vertentes básicas da Reforma Protestante, conforme realçados por Manfred Grellert em artigo sobre o avivamento no Brasil:

A luterana, que se acomoda politicamente aos interesses dos príncipes alemães, os poderosos da época da Reforma;

A calvinista, ou reformada, que intentou construir o Reino de Deus na terra e fazer de Genebra um espaço exemplar do reino de Deus;

A anabatista, de viés escapista, como consequência da perseguição e do martírio infligidos aos anabatistas por seus irmãos.

Grellert salienta que, nos diversos grupos evangélicos, entretanto, nenhuma dessas correntes prevaleceu com exclusividade. E ainda houve trigo e joio em cada uma delas. Destacam-se, por exemplo, por seu engajamento social, fundamentado em princípios cristãos, nomes como:

> Wilberforce, que lutou contra o tráfico negreiro, foi anglicano (episcopal);
>
> Bonhoeffer, que resistiu a Hitler até a morte, e até participou de um complô para assassiná-lo; foi luterano;
>
> Martin Luther King Jr., líder do movimento por direitos civis nos EUA, negados muitas vezes por seus irmãos brancos; foi batista, herdeiro da reforma anabatista.

E os reformados também produziram o cristianismo do *apartheid* na África do Sul, além de uma ilustre história transformadora. Mas uma verdade sobressai: quando o cristianismo se torna uma fonte poderosa de renovação pessoal, segue-se a transformação social.

Três opções fundamentais se destacam na relação da igreja com o mundo ou com a sociedade em que está inserida, enquanto parte da sua missão:

a acomodadora ou conformista,

a escapista ou absenteísta,

a transformadora ou encarnacional.

A conversão a Jesus Cristo e a transformação pessoal pelo poder do Espírito Santo podem ter como resultantes a acomodação ou a indiferença escapista frente a uma realidade tão grávida de pecados sociais e estruturais como a que assola o nosso povo?

Pode ser coerente, como tem acontecido no Brasil, que as igrejas evangélicas e a miséria, a má distribuição de renda e a desigualdade cresçam, lado a lado, por todo o tempo? O evangelho em que cremos tem algo a ver com isso?

Transformação espiritual e transformação social devem ou não andar juntas, como já ocorreu em muitos momentos da história?

A fidelidade aos ensinos do Senhor Jesus chama-nos a viver a missão de forma integral e, assim, segunda a opção transformadora ou encarnacional.

A voz do profeta Isaías ante a crise de sua nação

1.1 *Visão de Isaías, filho de Amoz, que ele teve a respeito de Judá e Jerusalém, nos dias de Uzias, Jotão, Acaz e Ezequias, reis de Judá.*

1.2 *Ouvi, ó céus, e dá ouvidos, ó terra, porque o SENHOR é quem fala: Criei filhos e os engrandeci, mas eles estão revoltados contra mim.*

1.3 *O boi conhece o seu possuidor, e o jumento, o dono da sua manjedoura; mas Israel não tem conhecimento, o meu povo não entende.*

1.4 *Ai desta nação pecaminosa, povo carregado de iniquidade, raça de malignos, filhos corruptores; abandonaram o SENHOR, blasfemaram do Santo de Israel, voltaram para trás.*

1.5.Toda a vossa cabeça está doente, e todo o coração, enfermo.

1.7 A vossa terra está assolada, as vossas cidades, consumidas pelo fogo; a vossa lavoura os estranhos devoram em vossa presença; e a terra se acha devastada como numa subversão de estranhos.

1.8 A filha de Sião é deixada como choça na vinha, como palhoça no pepinal, como cidade sitiada.

1.9 Se o SENHOR dos Exércitos não nos tivesse deixado alguns sobreviventes, já nos teríamos tornado como Sodoma e semelhantes a Gomorra.

1.10 Ouvi a palavra do SENHOR, vós, príncipes de Sodoma; prestai ouvidos à lei do nosso Deus, vós, povo de Gomorra.

1.11 De que me serve a mim a multidão de vossos sacrifícios? - diz o SENHOR. Estou farto dos holocaustos de carneiros e da gordura de animais cevados e não me agrado do sangue de novilhos, nem de cordeiros, nem de bodes.

1.12 Quando vindes para comparecer perante mim, quem vos requereu o só pisardes os meus átrios?

1.13 Não continueis a trazer ofertas vãs; o incenso é para mim abominação, e também as Festas da Lua Nova, os sábados, e a convocação das congregações; não posso suportar iniquidade associada ao ajuntamento solene.

1.14 As vossas Festas da Lua Nova e as vossas solenidades, a minha alma as aborrece; já me são pesadas; estou cansado de as sofrer.

1.15 Pelo que, quando estendeis as mãos, escondo de vós os olhos; sim, quando multiplicais as vossas orações, não as ouço, porque as vossas mãos estão cheias de sangue.

1.16 Lavai-vos, purificai-vos, tirai a maldade de vossos atos de diante dos meus olhos; cessai de fazer o mal.

1.17 Aprendei a fazer o bem; atendei à justiça, repreendei ao opressor; defendei o direito do órfão, pleiteai a causa das viúvas.

1.21 Como se fez prostituta a cidade fiel! Ela, que estava cheia de justiça! Nela, habitava a retidão, mas, agora, homicidas.

1.22 A tua prata se tornou em escórias, o teu licor se misturou com água.

1.23 Os teus príncipes são rebeldes e companheiros de ladrões; cada um deles ama o suborno e corre atrás de recompensas. Não defendem o direito do órfão, e não chega perante eles a causa das viúvas.

1.26 Restituir-te-ei os teus juízes, como eram antigamente, os teus conselheiros, como no princípio; depois, te chamarão cidade de justiça, cidade fiel.

3.11 Ai do perverso! Mal lhe irá; porque a sua paga será o que as suas próprias mãos fizeram.

3.12 Oh! Povo meu! Os que te guiam te enganam e destroem o caminho por onde deves seguir.

3.14 O SENHOR entra em juízo contra os anciãos do seu povo e contra os seus príncipes. Vós sois os que consumistes esta vinha; o que roubastes do pobre está em vossa casa.

3.15 Que há convosco que esmagais o meu povo e moeis a face dos pobres? - diz o Senhor, o SENHOR dos Exércitos.

5.7 Porque a vinha do SENHOR dos Exércitos é a casa de Israel, e os homens de Judá são a planta dileta do SENHOR; este desejou que exercessem juízo, e eis aí quebrantamento da lei; justiça, e eis aí clamor.

5.8 Ai dos que ajuntam casa a casa, reúnem campo a campo, até que não haja mais lugar, e ficam como únicos moradores no meio da terra!

5.20 Ai dos que ao mal chamam bem e ao bem, mal; que fazem da escuridão luz e da luz, escuridão; põem o amargo por doce e o doce, por amargo!

5.22 Ai dos que são heróis para beber vinho e valentes para misturar bebida forte,

5.23 os quais por suborno justificam o perverso e ao justo negam justiça!

8.11 Porque assim o SENHOR me disse, tendo forte a mão sobre mim, e me advertiu que não andasse pelo caminho deste povo, dizendo:

8.12 Não chameis conjuração a tudo quanto este povo chama conjuração; não temais o que ele teme, nem tomeis isso por temível.

9.16 Porque os guias deste povo são enganadores, e os que por eles são dirigidos são devorados.

10.1 Ai dos que decretam leis injustas, e dos que escrevem leis de opressão,

10.2 para negarem justiça aos pobres, para arrebatarem o direito aos aflitos do meu povo, a fim de despojarem as viúvas e roubarem os órfãos!

11.1 Mas do tronco de Jessé sairá um rebento, e das suas raízes, um renovo.

11.2 E repousará sobre ele o Espírito do SENHOR, o Espírito de sabedoria e de entendimento, o Espírito de conselho e de fortaleza, o Espírito de conhecimento e de temor do SENHOR.

11.3 Deleitar-se-á no temor do SENHOR; não julgará segundo a vista dos seus olhos, nem repreenderá segundo o ouvir dos seus ouvidos;

11.4 mas julgará com justiça os pobres e decidirá com equidade a favor dos mansos da terra; ferirá a terra com a vara de sua boca e com o sopro dos seus lábios matará o perverso.

11.5 A justiça será o cinto dos seus lombos, e a fidelidade, o cinto dos seus rins.

11.6 E então o lobo habitará com o cordeiro, e o leopardo se deitará junto ao cabrito; o bezerro, o leão novo e o animal cevado andarão juntos, e um pequenino os guiará.

11.7 A vaca e a ursa pastarão juntas, e as suas crias juntas se deitarão; o leão comerá palha como o boi.

11.9 Não se fará mal nem dano algum em todo o meu santo monte, porque a terra se encherá do conhecimento do SENHOR, como as águas cobrem o mar.

Três opções a considerar e suas consequências

Opção 1

A igreja pode escolher continuar fugindo da missão e, assim, continuar acomodada, conformada, alheia aos problemas sociais, desfigurando-se pelas forças da cultura da sociedade de que é parte, sem realçar os diferenciais próprios de sua espiritualidade e, assim, construindo e reforçando a sua crescente irrelevância.

Opção 2

A igreja pode decidir atacar os problemas sociais, de forma ingênua, apenas no plano individual e até mesmo no conjuntural, combatendo assim os seus sintomas, mas sem o enfrentamento das suas causas estruturais e superestruturais, isto é, das suas fontes geradoras, onde residem os grandes pecados seminais.

É isso que ocorre quando a igreja se contenta em fazer apenas

Assistência social — Em dar o peixe a quem tem fome.

Ou quando vai apenas até o nível do

Serviço social — Ensinar o necessitado a pescar, para que ele mesmo conquiste aquilo de que necessita.

Opção 3

Esta opção incorpora as opções 1 e 2, corrigindo suas limitações práticas.

Segundo esta terceira opção, a igreja pode acolher e viver a missão cristã de forma plena e encarnacional, enfrentando conscientemente a problemáti-

ca envolvida em sua relação com a sociedade de que é parte e com a cultura desta sociedade.

Neste enfrentamento, a igreja precisará transcender a sua realidade organizacional e institucional, sempre fortemente tendente ao sacerdotalismo conformado, e assumir também sua dimensão profética e inconformada, segundo a qual, deixando-se guiar pelo Espírito e olhando o mundo "com os olhos de Deus" (visão espiritual), possa tornar-se uma voz referencial na denúncia dos descaminhos e imoralidades (pecados) de toda a sociedade, e no anúncio das boas-novas do evangelho e do Reino de Deus, num tempo de perplexidade e desesperança.

Ação social

Assumindo esta terceira opção, aí a igreja vai realizar verdadeira ação social cristã, o que implica em não apenas dar o peixe a quem tem fome ou ensinar-lhe a pescar, mas na luta para garantir o acesso aos rios, lagoas, açudes e mares, isto é, aos espaços onde podem ser pescados os peixes, onde os homens podem levantar o seu sustento com dignidade e qualidade de vida.

Isso significa atuar nas dimensões superestrutural e estrutural, onde se localizam as fontes e as verdadeiras causas dos problemas sociais. Implica na coragem de ser cristão até as últimas consequências e na coerente rebeldia contra o pecado, em suas múltiplas dimensões e formas.

Conclusão: exigências que se impõem

Assumida esta terceira opção, algumas exigências se colocam diante da igreja, dentre as quais destacamos as seguintes:

Evangelização da cultura

Consciente de que foi, por vontade do Senhor, deixada no mundo como agente de sua transformação (sal, luz, fermento etc.), a igreja deve caminhar sempre consciente das sérias implicações decorrentes da sua relação com a sociedade da qual é parte e da cultura desta, a partir do que, e sempre baseada na Palavra de Deus, deve construir um projeto evangelizador do qual faça parte, necessariamente e com destaque, a evangelização dessa cultura.

Não há outra escolha, outro caminho alternativo para a igreja: ou ela, vencendo o equívoco de que "não somos deste mundo e nada temos a ver com ele", opera na plena consciência desta tensão entre evangelho e cultura, e

procura semear os valores e princípios do evangelho na cultura da sociedade de que é parte, ou ela é engolida e descaracterizada pela "carne", por esta mesma cultura.

Uma nova teologia e uma nova igreja

Uma época nova, como esta que estamos começando a viver, levanta novas e diferentes questões, às quais a igreja tem de oferecer as suas respostas, se é que pretende ser relevante para os homens e mulheres deste novo tempo.

Assim, uma nova teologia faz-se necessária, com a inevitável consideração do "novo mundo" (a sociedade do conhecimento, do acesso, da interatividade e do audiovisual) que os avanços tecnológicos geraram e de uma nova linguagem que se vai impondo como consequência, mas sempre lembrada de que a sua função é a de servir de taça, de odre, ao vinho sempre novo do evangelho a ser servido aos homens e mulheres deste início do século XXI, destes tempos chamados de pós-modernos.

Desta feita, haverá de ser uma teologia construída por toda a igreja, com a participação de todo o povo de Deus, ou não haverá uma nova teologia cristã, isto é, não poderá ser uma construção teológica de poucos para todos.

Os odres velhos e clericalistas que ainda continham e represavam a força do princípio do "sacerdócio universal dos crentes" já se romperam. E não há mais retorno. A força dos chamados "leigos" haverá de mostrar-se, ou não teremos futuro. Que ela se mostre de mãos dadas com os pastores e outros ministros religiosos, para que também nisto o mundo possa ver que somos um, em Cristo.

Hoje, ou todos juntamos as mãos para construir a nossa comunhão e as nossas verdades comuns, ou de confusão em confusão, de divisão em divisão, de desencontro em desencontro, de intransigência em intransigência, terminaremos percebendo que inviabilizamos a nossa vida como igreja e o nosso testemunho diante de um mundo que somente poderia nos reconhecer como cristãos se vivêssemos em amor, uns com os outros.

Uma nova proposta educacional

Uma proposta construída na consciência de que não mais podemos operar dentro de paradigmas de uma educação heterônoma, mas necessaria-

mente dentro de novos paradigmas de uma educação que privilegia a autonomia no processo ensino-aprendizagem o no fim a que se propõe. E que esteja também consciente de:

Onde tudo começa: os conceitos

Por onde tudo passa: as atitudes

Onde tudo termina: o comportamento

Uma educação fundamentada na Palavra de Deus, na realidade do novo nascimento da vida do crente como templo do Espírito Santo, seja operada debaixo de um compromisso radical com a vontade de Deus para os seus filhos — a santificação.

Santificação — Esta é a vocação vital e é o desafio-síntese de Deus para a igreja, para todos os salvos e para cada crente.

Um agir pedagógico permanentemente lembrado de que uma educação cristã que, sob a direção e o poder do Espírito Santo, não busque e não resulte em vidas crescentemente santificadas, é equivocada, falha, deficiente e não realiza os fins para os quais existe e é praticada.

Sem santificação crescente, a igreja não se diferencia do mundo, nem se mostra diferente nele. Assim, por não poder demonstrar vivencialmente e de forma prática o poder transformador do evangelho que prega, não tem condições de influenciá-lo espiritual e eticamente.

Este mundo pragmático e que privilegia o audiovisual está a nos dizer, a cada momento: "falem pouco e vivam muito (sejam santos) e nós os escutaremos". Daqui para a frente e cada vez mais, a relação efetiva e frutífera da igreja com a sociedade passa por um compromisso radical com a santificação.

Santificação ou crescente irrelevância: este é o dilema da igreja neste início de um novo milênio.

*José Carlos Torres. Pastor. Educador. Trabalhou na JUERP, como superintendente de Educação Religiosa. Foi pastor da Igreja Batista do Méier, no Rio de Janeiro. Foi professor do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil. É o diretor-geral do Conselho Batista Carioca. Muito estudioso dos problemas sociais relacionados com a Igreja de Cristo.

CAPÍTULO 17
FAMÍLIA

• O que diz a Declaração Doutrinária da CBB

A família, criada por Deus para o bem do homem, é a primeira instituição da sociedade. Sua base é o casamento monogâmico e duradouro, por toda a vida, só podendo ser desfeito pela morte ou pela infidelidade conjugal.(1) O propósito imediato da família é glorificar a Deus e prover a satisfação das necessidades humanas de comunhão, educação, companheirismo, segurança, preservação da espécie e bem assim o perfeito ajustamento da pessoa humana em todas as suas dimensões.(2) Caída em virtude do pecado, Deus provê para ela, mediante a fé em Cristo, a bênção da salvação temporal e eterna, e quando salva poderá cumprir seus fins temporais e promover a glória de Deus.(3)

1. Gn 1.27; 2.18-25; Js 24.15; 1Rs 2.1-3; Ml 2.15; Mc 10.7-9,13-16; Ef 5.22-33; 6.1-4; Cl 3.18-25; 1Tm 3.4-8; Hb 13.4; 1Pe 3.1-7
2. Gn 1.28; 2.18-25; Sl 127.1-5; Ec 4.9-13
3. At 16.31,34

•Comentário

*Vanderlei Marins

A família é a célula *mater* da sociedade, sua primeira instituição, e foi criada por Deus para o bem do homem e, consequentemente, de toda a humanidade. Sua base é o casamento monogâmico, que se deve sustentar no tempo, sendo desfeito somente pela morte ou pela infidelidade conjugal.

O princípio da família é "deixar para formar": "[...] deixará o varão o seu pai e a sua mãe". Esta é a regra máxima ditada à sociedade para que possa estabelecer e durar.

A família propicia a integração do gênero humano, promove comunhão, cooperação e harmonia entre cônjuges e filhos. Dentro do ideal bíblico, a família é um núcleo por onde haveriam de fluir as bênçãos divinas para

alcançar os moradores da terra (Gn 1.28). Deus não queria que o homem vivesse só; sendo assim, a constituição da família soluciona o primeiro problema da raça humana: a solidão.

Viver acompanhado ou tendo alguém inserido em seu contexto é corresponder aos intentos do Pai, que não estava solitário na eternidade, pois participava de íntima comunhão com o Filho e o Espírito Santo.

Como é desafiador o ideal da convivência! Deus quer que haja relacionamento entre seus filhos, entre famílias, pois Ele é um ser pessoal e sociável às suas criaturas morais.

O viver isolado é uma anomalia, uma agressão à Palavra de Deus, que apregoa que não é bom que o homem esteja só. A família dá respaldo nas ações do cotidiano, abriga nas aflições, entusiasma na construção dos ideais da vida e favorece a inteiração entre os seres.

Propósito

O propósito da família deve ser providenciar o bem-estar das pessoas, a satisfação das necessidades de relacionamentos saudáveis, educação, companheirismo, amizade, preservação da espécie, proteção mútua e glorificação do nome do Senhor Deus. Faz parte dos propósitos do Pai harmonizar as pessoas em seu cotidiano, permitindo que elas se ajuntem para alcançar os alvos e projetos da vida.

A família deve pautar-se pela Palavra de Deus. Nela, a família há de encontrar os princípios balizadores da conduta, da prática e dos relacionamentos, sempre pautados pelo respeito, pela valorização da pessoa humana e pela observação dos limites, como instrumento de proteção nas relações sociais.

Constituição

A Bíblia previne que família é preciosidade do coração de Deus. Para constituí-la é mister que haja uma primorosa preparação: buscar a aprovação de Deus, conhecer os ideais cristãos da pessoa, saber a respeito do compromisso com Cristo, investir no namoro e abolir a ideia do "ficar", chegar ao noivado, como viabilizador do conhecimento, que se constitui numa porta aberta para os ajustes no temperamento, nos ideais, trabalhar as diferenças e ajustar-se para abraçar o desafio de constituir-se em família, casando no

Senhor, sendo por Ele trabalhados e despertados para os desafios futuros: chegada e criação dos filhos, estudos, casamentos e chegada dos netos. A família vai se aprimorando para abençoar as pessoas e honrar a Jesus. O laço do amor dá consistência, edifica, constrói e alegra.

Os princípios divinos, exarados na Palavra de Deus, estabelecem que o casamento é entre um homem e uma mulher, que devem se guardar para este momento.

Quando a família experimenta alguma queda em decorrência do pecado, Deus estende sua mão, providenciando para ela, mediante a fé em Cristo, a bênção da salvação temporal e eterna. Sendo assim, nenhuma dádiva vem por mérito humano, mas por atuação divina.

Quando olhamos para as páginas da Bíblia, percebemos que a família foi invenção de Deus e que dela devemos cuidar, porque os que procedem de outra forma são rotulados pela Palavra como os que têm negado a fé e é pior que um infiel (1Tm 5.8). As inovações de alguns segmentos da sociedade tentam desmoralizar os preceitos eternos, criando uma nova moralidade, que não passa da antiga imoralidade. Não podemos nos conformar com esta deturpação. Devemos manter ilibada a nossa postura, para que vejam compromisso com o Senhor e seriedade quanto à vida em família.

A família deve ser construída sob bases sólidas: oração, santidade, renúncia, cruz, respeito, amor, solidariedade, liderança amável e segura e Palavra de Deus.

A família foi criada por Deus para abençoar a jornada do gênero humano no contexto social e para bendizer e glorificar o nome do Senhor.

Convivência

O ambiente familiar é uma escola para a arte de relacionar-se. É na família que somos nós mesmos. Dentro de casa, os hábitos não são vigiados, nem mecânicos. Agimos com a naturalidade que nos falta quando estamos numa reunião, por exemplo.

Essa naturalidade nas ações pode gerar conflitos, que serão sinceros, pois na família somos mais nós mesmos, ou seja, há mais verdade, transparência.

Os padrões socialmente aceitos, via de regra, são suplantados na família pelos próprios padrões de convivência naturalmente estabelecidos pelos seus

membros. Em outras palavras, em cada família temos um jeito único de ser família. Essa é a beleza da criação, que continua crescendo e identificando-se com o seu Criador, quando se lembra dele.

A Bíblia mostra os princípios gerais que devem ser normas para estabelecer nossos princípios específicos na família.

Paulo fala sobre a sujeição da mulher e o amor do marido (Ef 5.22-33). Um texto controvertido para alguns, mas basilar. O problema está na interpretação tão restrita e nos valores que carregam as palavras atualmente, principalmente a expressão "sujeitar-se".

Os judeus tinham um conceito rebaixado da mulher. Havia uma oração matutina costumeira entre os judeus, que agradeciam diariamente por não ter nascido um pagão, um gentio ou uma mulher. Esse erro foi corrigido por Jesus.

Entre os gregos a situação da mulher também não era tão favorável. Era defendida a busca do prazer e da amizade fora do matrimônio.

Na carta aos Efésios, Paulo trata de disciplinar a questão, erguendo a defesa da boa convivência.

Por vezes chega-se a desprezar por completo a ênfase dessa passagem bíblica, que está no fundamento do amor. A mesma é lida como se a essência estivesse na subordinação da mulher ao marido. A frase "o marido é o cabeça da mulher" é citada isoladamente. Todavia, há muito mais. O fundamento de toda essa passagem não é o controle, e sim o amor. Paulo se refere ao amor que o marido deve ter por sua esposa.

Esse amor deve ser sacrificial. O marido deve amar sua esposa como Cristo amou a igreja e se entregou por ela. Nunca deve ser um amor egoísta. Cristo não amou a igreja para que esta fizesse algo por Ele, e sim para que Ele fizesse tudo pela igreja.

Esse amor deve ser purificador. Cristo purificou e consagrou a igreja pelo lavamento com água, no dia em que cada membro fez a sua pública profissão de fé — batismo. Talvez Paulo esteja com o costume grego em sua mente. Quando uma jovem grega estava para se casar, antes da celebração matrimonial, ela se banhava num rio consagrado a uma divindade. A verdade, portanto, é que o amor é o grande purificador da vida como um todo.

Esse amor deve ser solícito. Um homem deve amar sua esposa como ama o próprio corpo. O amor serve, zela pela pessoa amada. Não se ama

para encontrar comodidade física. Não se ama por conveniência, e sim para zelar pela pessoa amada. A mulher não deve ser encarada como uma serviçal, mas como uma pessoa com a qual o marido tem o dever de mutualidade no zelo.

Esse amor deve ser inseparável. Por esse amor, o homem deixa o seu pai e a sua mãe e se une à sua mulher, e se fazem uma só carne. Une-se a ela como os membros do corpo estão unidos entre si. Não se pensa em separação. Ninguém se casa pensando em separar-se. Se assim o fosse, para que se casar, então? No percalço da caminhada matrimonial a possibilidade da separação deve passar longe.

O relacionamento entre marido e esposa deve ser no Senhor. O casal vive na presença do Senhor. Cada iniciativa deve ser dirigida pelo Senhor. Cada decisão tomada no Senhor. No matrimônio cristão não são participantes duas pessoas, mas, sim, três. E o terceiro é Cristo Jesus.

Essa mesma visão de amor deve nutrir o relacionamento com os filhos. Os filhos devem obedecer aos seus pais no Senhor e os pais não devem irritar os filhos, antes, devem instruí-los de acordo com o conselho do Senhor (Ef 6.1-4).

Paulo adverte sobre o não irritar. Podemos pensar também sobre a não-justiça na criação dos filhos. Para não incorrermos na injustiça com os nossos filhos, precisamos aceitar que os tempos mudam.

A geração dos pais não é a mesma geração dos filhos. Uma mãe, certa vez, foi corrigir sua filha dizendo que, quando tinha a idade dela, não desejava fazer aquilo. A filha respondeu: "É porque a senhora viveu noutra época e eu vivo agora". Os pais podem causar um dano imenso não crendo que os tempos mudam e os costumes se transformam.

Os pais podem exercer um controle tão estreito dos filhos, que se torne um descrédito para a educação deles. Manter uma criança tempo demasiado num andador é dizer que não se confia nela. É melhor correr o risco confiando demasiadamente do que controlando demasiadamente.

Os pais precisam sempre estimular os filhos. Uma palavra de ânimo. Um olhar carinhoso. Um empurrão ao novo. Quando os pais de hoje eram crianças, precisaram do apoio dos seus pais. Os que não tiveram esse apoio sabem o quanto poderiam ter ido mais longe e com mais rapidez se fossem apoiados.

Segundo Paulo, os filhos devem honrar os pais, pelo que os pais nunca devem desanimar os filhos.

Conviver é uma arte que deve ser aprendida. Maridos e esposas, pais e filhos, todos, indistintamente, serão eternos alunos nesse mister.

Alvo

A motivação de buscar a excelência na família é a glória de Jesus. Nada fazemos sem o seu auxílio. Dependemos dele para tudo. Ele, Jesus, é o alvo primeiro.

Além da motivação primeira, devemos investir e atentar para o crescimento em amor, para o cuidado entre as pessoas, o respeito na construção da história, as oportunidades para desenvolver as potencialidades, o incentivo para que os filhos acreditem que são capazes e sintam-se impulsionados a correr atrás da vida e os limites nas amizades, nas realizações do cotidiano e nas escolhas da vida.

Trabalhemos de tal forma que nossas famílias, do jeitinho que são, glorifiquem a Jesus. Talvez a sua família não seja do jeito que você sonhou, mas é do jeito que Deus concedeu a você.

A sua família pode ser uma pedra bruta. Peça auxílio a Jesus, que já nos deu as ferramentas, e comece a lapidá-la, mesmo que seja uma ação para a vida toda.

* Vanderlei Batista Marins. Pastor da PIB de Alcântara, RJ. Bacharel em Teologia e em Ciências Jurídicas. Doutor em Teologia. Tem ocupado, por várias vezes, a presidência da Convenção Batista Fluminense. Foi reitor-interino do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil. É membro do Conselho da CBB. É presidente da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil, seção fluminense.

CAPÍTULO 18
MORTE

•O que diz a Declaração Doutrinária da CBB

Todos os homens são marcados pela finitude, de vez que, em consequência do pecado, a morte se estende a todos.[1] A Palavra de Deus assegura a continuidade da consciência e da identidade pessoais após a morte, bem como a necessidade de todos os homens aceitarem a graça de Deus em Cristo enquanto estão neste mundo.[2] Com a morte, está definido o destino eterno de cada homem.[3] Pela fé nos méritos do sacrifício substitutivo de Cristo na cruz, a morte do crente deixa de ser tragédia, pois ela o transporta para o estado de completa e constante felicidade na presença de Deus. A esse estado de felicidade, as Escrituras chamam "dormir no Senhor".[4] Os incrédulos e impenitentes entram a partir da morte, num estado de separação definitiva de Deus.[5] Na Palavra de Deus, encontramos claramente expressa a proibição divina da busca de contato com os mortos, bem como a negação da eficácia de atos religiosos com relação aos que já morreram.[6]

1. Rm 5.12; 6; 1Co 15.21,26; Hb 9.27; Tg 4.14
2. Lc 16.19-31; Hb 9.27
3. Lc 16.19-31; 23.39-46; Hb 9.27
4. Rm 5.6-11; 14.7-9; 1Co 15.18-20; 2Co 5.14,15; Fp 1.21-23; 1Ts 4.13-17; 5.10; 2Tm
5. 2.11; 2Pe 3.18; Ap 14.13
6. Lc 16.19-31; Jo 5.28,29
7. Ex 22.18; Lv 19.31; 20.6,27; Dt 18.10; 1Cr 10.13; Is 8.19; 38.18; Jo 3.18; 3.36; Hb 3.13

•Comentário

*Sebastião Ferreira

Por um homem entrou o pecado. O pecado gerou a morte. — *Visto que a morte veio por meio de um só homem, também a ressurreição dos mortos veio por meio de um só homem.* (1Co 15.21)

Sob condições normais, a morte é universalmente um evento lamentado na experiência humana. É um fenômeno no qual não pode ser observada

como por tudo natural, mas é um mistério que merece explicações. Se o homem é verdadeiramente a coroa da criação, por que ele vive tão curta existência do que da vida das plantas e animais? Alguém pode ir mais além e perguntar: por que, se o homem é feito à imagem e semelhança do eterno Deus, ele pode perecer logo? A resposta que a Escritura provê, a resposta bíblica é: porque o homem se envolveu com a transgressão da lei de Deus e trouxe a morte como penalidade — "[...] *mas não coma da árvore do conhecimento do bem e do mal, porque no dia em que dela comer, certamente você morrerá*" (Gn 2.17).

Isto significa que morte, tal como ela é, sempre é adaptada ao pecado pessoal. — *"Naquela ocasião, alguns dos que estavam presentes contaram a Jesus que Pilatos misturara o sangue de alguns galileus com os sacrifícios deles. Jesus respondeu: 'Vocês pensam que esses galileus eram mais pecadores que todos os outros, por terem sofrido dessa maneira? Eu lhes digo que não! Mas se não se arrependerem, todos vocês também perecerão. Ou vocês pensam que aqueles dezoito que morreram, quando caiu sobre eles a torre de Siloé, eram mais culpados do que todos os outros habitantes de Jerusalém?' "* (Lc 13.1-4). Isto significa que, por razões de universalidade do pecado, a morte está presente como uma consequência necessária. — *"Portanto, da mesma forma como o pecado entrou no mundo por um homem, e pelo pecado a morte, assim também a morte veio a todos os homens, porque todos pecaram; pois antes de ser dada a Lei, o pecado já estava no mundo. Mas o pecado não é levado em conta quando não existe lei. Todavia, a morte reinou desde o tempo de Adão até o de Moisés, mesmo sobre aqueles que não cometeram pecado semelhante à transgressão de Adão, o qual era um tipo daquele que haveria de vir"* (Rm 5.12-14).

No Velho Testamento, a morte é colocada de várias maneiras. Algumas vezes discreta "como ajuntados a alguns dos antepassados". — *"Portanto, eu o reunirei aos seus antepassados, e você será sepultado em paz. Seus olhos não verão toda a desgraça que vou trazer sobre este lugar. Então eles levaram a resposta ao rei"* (2Rs 22.20). Frequentemente, porém, é afirmada como descendo ao Sheol — *"O que as suas mãos tiverem que fazer, que o façam com toda a sua força, pois na sepultura, para onde você vai, não há atividade nem planejamento, não há conhecimento nem sabedoria"* (Ec 9.10) e *"Quem morreu não se lembra de ti. Entre os mortos, quem te louvará"?* (Sl 6.5). Claras expressões aparecem aqui e acolá como uma expectação de uma continuidade na comunhão com Deus *"São como um sonho que se vai quando acordamos; quando te levantares, Senhor, tu os farás desaparecer"* (Sl 73.20).

Uma influência nesta direção pode bem ter sido uma diferença na nossa existência na terra onde o justo sofre e o injusto prospera. A justiça será feita após a morte segundo a parábola do rico e lázaro.

Por causa da conexão entre pecado e morte, a mensagem redentora de Cristo vincula a própria morte — *"Pois o que primeiramente lhes transmiti foi o que recebi: que Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras"* (1Co 15.3); *"Ele foi entregue à morte por nossos pecados e ressuscitado para nossa justificação"* (Rm 4.25); *"Pois também Cristo sofreu pelos pecados uma vez por todas, o justo pelos injustos, para conduzir-nos a Deus. Ele foi morto no corpo, mas vivificado pelo Espírito"* (1Pe 3.18). Por se submeter a morte, Jesus triunfou sobre ela e abolindo trazendo vida e imortalidade para a luz — *"Sendo agora revelada pela manifestação de nosso Salvador, Cristo Jesus. Ele tornou inoperante a morte e trouxe à luz a vida e a imortalidade por meio do evangelho"* (2Tm 1.10). Os crentes em Cristo, a despeito da imputação do pecado sobre ele a vida espiritual está sujeita a morte física; por isso, esta é o último inimigo a ser vencido — *"O último inimigo a ser destruído é a morte"* (1Co 15.26). Ela será banida na volta de Cristo, quando os crentes mortos ressuscitarão incorruptíveis — *"Num momento, num abrir e fechar de olhos, ao som da última trombeta. Pois a trombeta soará, os mortos ressuscitarão incorruptíveis e nós seremos transformados"* (1Co 15.52); *"A nossa cidadania, porém, está nos céus, de onde esperamos ansiosamente o Salvador, o Senhor Jesus Cristo. Pelo poder que o capacita a colocar todas as coisas debaixo do seu domínio, ele transformará os nossos corpos humilhados, tornando-os semelhantes ao seu corpo glorioso"* (Fp 3.20-21).

Em vista da futura ressurreição do corpo dos santos, a morte pode ser descrita como um sono — *"Dizemos a vocês, pela palavra do Senhor, que nós, os que estivermos vivos, os que ficarmos até a vinda do Senhor, certamente não precederemos os que dormem"* (1Ts 4.15). A animação do corpo a seu perfeito estado, seguindo sobre uma condição parada pela morte, encontra a analogia da agitação da inativa chama após uma noite de sonolência. O temor da morte é vencido pelo crente porque em breve ele estará em pé defronte a presença de Deus. O pecado que é o aguilhão da morte — *"O aguilhão da morte é o pecado, e a força do pecado é a Lei"* (1Co 15.56). Isto traz vitória para os crentes, pois Cristo removeu o aguilhão da morte pela sua morte vicária. *"O morrer para mim é ganho"* o morrer para mim é CRISTO (Fp 1.23).

Isto traz melhoria da condição do crente (Fp 1.21). Comparado a forma da glorificada presença de Deus. *"Estou pressionado dos dois lados: desejo partir e estar com Cristo, o que é muito melhor"* (Fp 1.23) e *"Temos, pois, confiança e preferimos estar ausentes do corpo e habitar com o Senhor"* (2Co 5.8). A morte não tem poder de nos separar de Cristo *"Pois estou convencido de que nem morte nem vida, nem anjos nem demônios, nem o presente nem o futuro, nem quaisquer poderes"* (Rm 8.38).

Nos ensinos de Paulo, tão seguros e efetivos, está o relacionamento entre Cristo e os seus. É o crente como tendo morrido para o pecado e ressuscitado com Cristo. Sendo assim ele não está subjugado a servir o pecado nunca mais. *"Que diremos então? Continuaremos pecando para que a graça aumente? De maneira nenhuma! Nós, os que morremos para o pecado, como podemos continuar vivendo nele? Ou vocês não sabem que todos nós, que fomos batizados em Cristo Jesus, fomos batizados em sua morte? Portanto, fomos sepultados com ele na morte por meio do batismo, a fim de que, assim como Cristo foi ressuscitado dos mortos mediante a glória do Pai, também nós vivamos uma vida nova"* (Rm 6.1-4) e *"Portanto, já que vocês ressuscitaram com Cristo, procurem as coisas que são do alto, onde Cristo está assentado à direita de Deus. Mantenham o pensamento nas coisas do alto, e não nas coisas terrenas. Pois vocês morreram, e agora a sua vida está escondida com Cristo em Deus"* (Cl 3.1-3). A morte também denota a moral inabilidade da natureza humana.

O não crente está morto pelos seus pecados cometidos perante Deus. *"Vocês estavam mortos em suas transgressões e pecados"* (Ef 2.1) e *"E, tendo despojado os poderes e as autoridades, fez deles um espetáculo público, triunfando sobre eles na cruz"* (Cl 2.15). Sua intenção de ensinar é encontrada também em João 5.24: *"Eu lhes asseguro: Quem ouve a minha palavra* e *crê naquele que me enviou, tem a vida eterna e não será condenado, mas já passou da morte para a vida".* Judas descreve apostasia como segunda morte: *"Esses homens são rochas submersas nas festas de fraternidade que vocês fazem, comendo com vocês de maneira desonrosa. São pastores que só cuidam de si mesmos. São nuvens sem água, impelidas pelo vento; árvores de outono, sem frutos, duas vezes mortas, arrancadas pela raiz"* (Jd 12).

Há três tipos de morte: morte física, morte espiritual e segunda morte *"Mas os covardes, os incrédulos, os depravados, os assassinos, os que cometem imoralidade sexual, os que praticam feitiçaria, os idólatras* e *todos os mentirosos*

— *o lugar deles será no lago de fogo que arde com enxofre. Esta é a segunda morte*" (Ap 21.8) — separação total, para sempre de Deus.

Conclusão

Biologicamente, morte é o cessar da vida; refere-se à separação do corpo da alma. Espiritualmente, é separação de Deus.

* Sebastião Ferreira. Pastor, há muitos anos, da grande Igreja Batista de Vila da Penha, Rio de Janeiro. Foi presidente da Convenção Batista Carioca. Foi membro de várias juntas da CBB. Mestre e Doutor em Teologia. Foi professor do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil.

CAPÍTULO 19

JUSTOS E ÍMPIOS

• O que diz a Declaração Doutrinária da CBB

Deus, no exercício de sua soberania, está conduzindo o mundo e a história a seu termo final.[1] Em cumprimento à sua promessa, Jesus Cristo voltará a este mundo, pessoal e visivelmente, em grande poder e glória.[2] Os mortos em Cristo serão ressuscitados e os crentes ainda vivos, juntamente com eles, serão transformados, arrebatados e se unirão ao Senhor.[3] Os mortos sem Cristo também serão ressuscitados.[4] Conquanto os crentes já estejam justificados pela fé, todos os homens comparecerão perante o tribunal de Jesus Cristo para serem julgados, cada um segundo suas obras, pois através destas é que se manifestam os frutos da fé ou os da incredulidade.[5] Os ímpios condenados e destinados ao inferno lá sofrerão o castigo eterno, separados de Deus.[6] Os justos, com o corpo glorificado, receberão seus galardões e habitarão para sempre no céu, com o Senhor.[7]

1. Mt 13.39,40; 28.20; At 3.21; 1Co 15.24-28; Ef 1.10; 2Pe 3.10
2. Mt 16.27; 24.27-31; 26.64; Mc 8.38; Lc 17.24; 21.27; At 1.11; 1Ts 4.16; 1Tm 6.14,15; 2Tm 4.1,8; Tt 2.13; Hb 9.28; Ap 1.7
3. Dn 12.2; Jo 5.28,29; 6.39,40,44; 11.25,26; Rm 8.23; 1Co 15.12-24; Fp 3.20,21; Cl 3.4; 1Ts 4.14-17
4. Dn 12.2; Jo 5.28,29; At 24.15; 1Co 15.12-24

• Comentário

*Karl Roland Jansen

O presente estado dos justos e dos ímpios

Apesar das muitas categorias em que os homens se classificam neste mundo — grupos étnicos, linguísticos, culturais, geográficos, educacionais, sociais, religiosos, políticos, ideológicos, e assim por diante —, a Bíblia reconhece apenas duas classes de pessoas: os justos e os ímpios. O contraste entre essas duas classes é frisado nitidamente no salmo primeiro, onde a bem-aventurança do justo, que prospera em tudo que faz e cujo caminho é

conhecido pelo Senhor, é colocada em oposição ao castigo do ímpio, que não subsistirá no juízo e cujo caminho conduz à ruína.

Surgem nisto as inquietantes indagações do livro de Jó: "Pode o homem mortal ser justo diante de Deus?" (Jó 4.17). "Eis que Deus não confia nos seus santos, e nem o céu é puro aos seus olhos; quanto menos o homem abominável e corrupto, que bebe a iniquidade como a água?" (Jó 15.15,16). "Como, pois, pode o homem ser justo diante de Deus?" (Jó 25.4). Citando vários Salmos, o apóstolo Paulo afirma que "Não há justo, nem sequer um. Não há quem entenda; não há quem busque a Deus. Todos se extraviaram; juntamente se fizeram inúteis. Não há quem faça o bem, não há nem um só" (Rm 3.10-12).

Sendo que o homem estava completamente desprovido da justiça necessária para ter comunhão com Ele, Deus tomou a iniciativa no resgate e justificação do homem — "pois que Deus estava em Cristo, reconciliando consigo o mundo, não imputando aos homens as suas transgressões; [...] Àquele que não conheceu pecado, Deus o fez pecado por nós, para que nele fôssemos feitos justiça de Deus" (2Co 5.19,21). "Portanto, assim como por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também por um só ato de justiça veio a graça sobre todos os homens para justificação e vida" (Rm 5.18).

Deus assim, exclusivamente pela graça e sem nenhuma base de mérito pessoal do indivíduo, ou de qualquer expiação e reparação mediante sofrimento e boas obras, declara e regenera o ímpio em justo. Esta verdade básica, porém profunda, das Escrituras Sagradas, fere o orgulho e a autossuficiência do homem, que luta para, de alguma forma, merecer ou ganhar a aprovação de Deus. As religiões predominantes no Brasil — o catolicismo apostólico romano, o espiritismo kardecista, e os cultos afro-brasileiros com suas multiformas manifestações — todas ensinam que o homem tem de **fazer** algo ou **ser** algo a fim de conseguir aceitação perante Deus. Mas Romanos 3.23,24 ensina claramente que "todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus; sendo justificados gratuitamente pela sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus."

Essa graça, porém, é eficaz e pode ser aproveitada somente mediante o exercício da fé. Efésios 2.8 assevera que "pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus...". Argumentando com os gálatas, que estavam prestes a desviar-se do evangelho da graça, o apóstolo Paulo

protestou: "[...] sabendo, contudo, que o homem não é justificado por obras da lei, mas sim, pela fé em Cristo Jesus, temos também crido em Cristo Jesus para sermos justificados pela fé em Cristo,e não por obras da lei; pois por obras da lei nenhuma carne será justificada" (Gl 2.16). Assim, o homem torna-se justo perante Deus, torna-se filho de Deus, mediante o humilde reconhecimento da sua impotência de agradar a Deus, mediante o arrependimento dos seus pecados e mediante o recebimento pela fé da dádiva de salvação e regeneração oferecida por meio do Senhor Jesus Cristo. O evangelho de João (1.12,13) afirma: "Mas, a todos quantos o receberam, aos que creem no seu nome, deu-lhes o poder de se tornarem filhos de Deus; os quais não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do varão, mas de Deus".

E os ímpios, como ficam? Se os homens são transformados em justos pela graça de Deus, mediante o exercício da sua fé, o que os ímpios têm de fazer para merecer seu castigo? A resposta: NADA. A Bíblia deixa bem claro que "Quem crê no Filho tem a vida eterna; o que, porém, desobedece ao Filho não verá a vida, mas sobre ele permanece a ira de Deus" (Jo 3.36). Os homens, por natureza, são inclinados para o mal, têm a tendência, a propensão de pecar, de rebelar-se contra a vontade de Deus. Eles nascem "*em* iniquidade" (Sl 51.5), alienando-se "desde a madre", andando "errados desde que nasceram, proferindo mentiras" (Sl 58.3). Portanto, eles já estão sob a condenação de Deus, separados e alienados de Deus. O apóstolo Paulo expressou isso muito bem aos efésios quando escreveu: "[...] estando vós mortos nos vossos delitos e pecados, nos quais outrora andastes, segundo o curso deste mundo, segundo o príncipe das potestades do ar, do espírito que agora opera nos filhos de desobediência, entre os quais todos nós também antes andávamos nos desejos da nossa carne, fazendo a vontade da carne e dos pensamentos; e éramos por natureza filhos da ira, como também os demais" (Ef 2.1-3).

O futuro destino dos justos e dos ímpios

Há vários assuntos que temos que considerar ao tratar do futuro destino dos justos e dos ímpios. Biblicamente, isso se concretizará no fim dos tempos, que se iniciará com a volta pessoal de Jesus Cristo. Haverá com certeza uma ressurreição corporal dos mortos, tanto dos ímpios quanto dos justos, do seu estado intermediário, no qual se encontram desde a sua morte. Os

justos serão julgados perante o tribunal de Cristo e os ímpios comparecerão diante do grande trono branco. Tudo terminará com a condenação dos ímpios para o castigo eterno, enquanto os justos receberão seu galardão e a recompensa da vida eterna. Vamos examinar cada aspecto separadamente.

O fim dos tempos

Os judeus comumente conceituavam a história humana em termos de duas épocas — a época "deste mundo (século)" e a época do "mundo vindouro" (veja Mt 12.32; Lc 20.34,35; Ef 1.21). A presente época está sob o domínio de Satanás, "o príncipe deste mundo" (Jo 12.31), "o deus deste século" (2Co 4.4), e Jesus Cristo veio justamente "para nos livrar do presente século mau" (Gl 1.4). O imundo vindouro, porém, é de outra ordem, com características e essência "eterna", pois o substantivo grego "aiõn (αιων), traduzido muitas vezes na Bíblia pela palavra "mundo", além de significar "século" ou "ordem mundual", também tem o significado de "eterno"; isto é, de duração indeterminada. O adjetivo "aiõnios" (αιωνιοζ), que surge dessa raiz, ocorre 70 vezes no Novo Testamento, e sempre significa "eterno", tanto em termos de qualidade quanto de quantidade de tempo; a saber, de duração perpétua, incessante, perdurável, interminável, contínua. Assim "aiõnios" descreve o "Deus, eterno" (Rm 16.26), o "Espírito eterno" (Hb 9.14), os "tempos eternos" (2Tm 1.9; Tt 1.2), a "vida eterna" (Mt 25.26; Tt 1.2), a "eterna redenção" (Hb 9.12), o "juízo eterno" (Hb 6.2), a "perdição eterna" (2Ts 1.9), o "fogo eterno" (Mt 25.41) e o "castigo eterno" (Mt 25.46). Aliás, cinquenta e uma vezes no Novo Testamento o adjetivo "aionios" aplica-se à felicidade eterna dos redimidos. É para este mundo vindouro e eterno, que Deus, que vive "pelos séculos dos séculos" (ειζ τουζ αιωναζ των αιωϖων) e Jesus Cristo, que reinará "pelos séculos dos séculos" (Ap 4.10; 11.15), estão conduzindo a história.

Os profetas do Velho Testamento predisseram e descreveram o início desse mundo vindouro, usando a expressão "o dia do Senhor", retratando-o como um "dia de trevas e de escuridão" (Jl 2.1,2), um dia "grande e muito terrível" (Jl 2.11), um "dia de indignação, dia de tribulação e de angústia, dia de alvoroço e de assolação" para os homens da terra, "porque pecaram contra o Senhor" de forma em que "nem a sua prata nem o seu ouro os poderá livrar no dia da indignação do Senhor" (Sf 1.15-18). O Novo Testamento indica que este dia "virá como vem o ladrão de noite" (1Ts 5.2) e que não somente os homens serão julgados, mas que "os céus passarão com grande estrondo e os

elementos, ardendo, se dissolverão, e a terra, e as obras que nela há, serão descobertas", seguidos por "novos céus e uma nova terra, nos quais habita a justiça" (2Pe 3.10-13). É importante notar que quando a Bíblia usa as expressões; "dia do Senhor" (Is 13.9,10; Ml 4.5), ou "naquele dia" (Zc 14.3,9,13,20), ou "no último dia" (Jo 6.39,40,44,54; 11.24), ou "vem a hora" (Jo 5.28), ela se refere a um período de tempo, e não apenas a um dia ou uma hora literalmente, conforme demonstra o uso deste termos em outros textos bíblicos como Jo 8.56, Hb 3.8 etc. O apóstolo Pedro reconheceu que "um dia para o Senhor é como mil anos, e mil anos como um dia" (2Pe 3.8).

A história não se desenvolve por acaso e sem rumo aqui na terra. Apesar dos avanços tecnológicos do homem, apesar do orgulho do homem em conquistar e dominar cada vez mais o seu universo, Deus está no controle da história humana, fazendo com passos firmes na "plenitude dos tempos... convergir em Cristo todas as coisas, tanto as que estão nos céus como as que estão na terra" (Ef 1.10). Setecentos anos antes de Cristo, o profeta Isaías escreveu: "Lembrai-vos das coisas passadas desde a antiguidade; que eu sou Deus, e não há outro; eu sou Deus, e não há outro semelhante a mim; que anuncio o fim desde o princípio, e desde a antiguidade as coisas que ainda não sucederam; que digo: O meu conselho subsistirá, e farei toda a minha vontade" (Is 46.9,10). O antigo Jó também reconheceu a soberania de Deus quando declarou: "Bem sei eu que tudo podes, e que nenhum dos teus propósitos pode ser impedido" (Jó 42.2). De igual modo, o profeta Daniel discerniu que Deus "muda os tempos e as estações; ele remove os reis e estabelece os reis" (Dn 2.21), "porque ele é o Deus vivo, e permanece para sempre; e o seu reino nunca será destruído; o seu domínio durará até o fim" (Dn 6.26). Ele profetizou que "todos os moradores da terra são reputados em nada; e segundo a sua vontade ele opera no exército do céu e entre os moradores da terra; não há quem lhe possa deter a mão, nem lhe dizer: Que fazes?" (Dn 4.35). A este Daniel, o profeta dos tempos gentílicos, foi revelado até a ordem em que as coisas vão acontecer, e que nos dias dos últimos reis "o Deus do céu suscitará um reino que não será jamais destruído; nem passará a soberania deste reino a outro povo; mas esmiuçará e consumirá todos esses reinos, e subsistirá para sempre" (Dn 2.44; v.t. Dn 7.14). Assim Deus está conduzindo a história do homem para "os tempos da restauração de todas as coisas" (At 3.21), e "o fim do mundo" (Mt 13.39,40) acontecerá quando Jesus "entregar o reino a Deus o Pai, quando houver destruído todo domínio, e toda autoridade e todo poder. Pois é necessário que ele reine até que haja posto todos os inimigos debaixo de seus pés. E, quando todas

as coisas lhe estiverem sujeitas, então também o próprio Filho se sujeitará àquele que todas as coisas lhe sujeitou, para que Deus seja tudo em todos" (1Co 15.24-28).

A volta de Jesus Cristo

O início do "fim do tempo", deste "dia do Senhor", será a volta pessoal e visível de Jesus Cristo do céu para a terra (At 1.11). Este "aparecimento da glória do nosso grande Deus e Salvador Cristo Jesus" é a "bem-aventurada esperança" da igreja (Tt 2.13), que inspira o crente à vigilância (Mt 24.42-44), e o induz a santificar-se, porque "todo o que nele tem esperança, purifica-se a si mesmo, assim como ele é puro" (1Jo 3.2,3; v.t. 2Pe 3.11,14).

Jesus mesmo ensinou que ele voltaria. A seus discípulos ele declarou: "virei outra vez, e vos tomarei para mim mesmo" (Jo 14.3). Jesus também afirmou que viria "na glória de seu Pai, com os seus anjos" (Mt 16.27; v.t. Mt 25.31; Mc 8.38; Lc 21.27; 2Ts 1.7). Julgado perante o sinédrio, na noite antes de sua crucificação, Jesus respondeu à ordem de conjuração mandada pelo sumo sacerdote Caifás: "[...] contudo vos digo que vereis em breve o Filho do homem assentado à direita do Poder, e vindo sobre as nuvens do céu" (Mt 26.64; v.t. At 1.9,11; Ap 1.7).

Assim também, todo o Novo Testamento afirma que a volta de Jesus será pessoal, corporal e visível, de forma em que "todas as tribos da terra se lamentarão, e verão vir o Filho do homem sobre as nuvens do céu, com poder e grande glória. Ele enviará os seus anjos com grande clangor de trombeta, os quais lhe ajuntarão os escolhidos desde os quatro ventos, de uma à outra extremidade dos céus" (Mt 24.30,31). Seu regresso será como "relâmpago, fuzilando em uma extremidade do céu", mas iluminando "até a outra extremidade" (Lc 17.24; v.t. Mt 24.27). Até alguns dos mais minuciosos detalhes da volta de Jesus são expostos em 1Tessalonicenses 4.16, onde está escrito: "Porque o Senhor mesmo descerá do céu com grande brado, à voz do arcanjo, ao som da trombeta de Deus, e os que morreram em Cristo ressuscitarão primeiro". Do ponto de vista de Deus, tudo acontecerá "num momento, num abrir e fechar de olhos, ao som da última trombeta; porque a trombeta soará, e os mortos serão ressuscitados incorruptíveis, e nós seremos transformados" (1Co 15.52).

Entretanto, exatamente quando acontecerá tudo isso — hoje, amanhã, daqui a uns cem anos? Jesus afirmou: "Daquele dia e hora, porém, ninguém

sabe, nem os anjos do céu, nem o Filho, senão só o Pai. Vigiai, pois, porque não sabeis em que dia vem o vosso Senhor. Porque numa hora em que não penseis, virá o Filho do homem" (Mt 24.36,42,44). Por outro lado, ainda que "o dia do Senhor virá como vem o ladrão de noite", como filhos de Deus, nós não estamos "em trevas, para que aquele dia, como ladrão nos surpreenda" (1Ts 5.2,4). "[...] a vinda de nosso Senhor Jesus Cristo; a qual, no tempo próprio, manifestará o bem-aventurado e único soberano. Rei dos reis e Senhor dos senhores" (1Tm 6.14,15), será precedida e acompanhada de vários sinais e manifestações. Na última semana de sua vida na terra, Jesus mesmo se referiu a estes quando foi indagado por seus discípulos que pediram: "Declara-nos quando serão essas coisas, e que sinal haverá da tua vinda e do fim do mundo" (Mt 24.3). Assim ele acautelou-os sobre falsos profetas, guerras e rumores de guerras, crises internacionais em que grupos étnicos se levantariam uns contra outros (a palavra "nação" usada aqui em grego é "ethnos" — εθνοζ — e significa "grupo étnico"), fome, terremotos, ódio, traições, enganos, e apostasia em que "o amor de muitos esfriará" (Mt 24.4-12). O "evangelho do reino será pregado no mundo inteiro, em testemunho a todas as nações, e então virá o fim" (Mt 24.14). A expressão "todas as nações" no grego é "pasin tois ethnesin" (πασιν τοιζ ενεσιν), que mais uma vez se refere a todos os grupos étnicos, que, segundo os missiólogos, são numerados em 11.874 no mundo, entre os quais existem ainda pelo menos 1.000 sem nenhum contato sequer com o evangelho de Jesus Cristo. Haverá "uma tribulação tão grande, como nunca houve desde o princípio do mundo até agora, nem jamais haverá" (Mt 24.21). "Logo depois da tribulação daqueles dias, escurecerá o sol, e a lua não dará a sua luz; as estrelas cairão do céu e os poderes dos céus serão abalados. Então aparecerá no céu o sinal do Filho do homem, e todas as tribos da terra se lamentarão, e verão vir o Filho do homem sobre as nuvens do céu, com poder e grande glória. E ele enviará os seus anjos com grande clangor de trombeta, os quais lhe ajuntarão os escolhidos desde os quatro ventos, de uma à outra extremidade dos céus" (Mt 24.29-31).

A ressurreição dos mortos

Desde os tempos antigos o homem tem perguntado: "Morrendo o homem, acaso tomará a viver?" (Jó 14.14). Todas as grandes religiões do mundo — o cristianismo, o islamismo, o hinduísmo, o budismo, o confucionismo, o animismo etc. — afirmam uma existência depois da morte. Contudo, que tipo de existência será essa? Neste ponto, os ensinamentos das religiões di-

vergem radicalmente entre si, alguns sendo bem vagos nas suas concepções. A Bíblia, porém, é muito específica quanto à certeza, à natureza e ao tempo da ressurreição do homem, incluindo a ressurreição do seu corpo material e sua transformação em corpo celestial.

O estado intermediário dos mortos

A Bíblia, enquanto não elabora nos detalhes, indica que existe um "estado intermediário" do homem entre a morte física do seu corpo e a ressurreição e transformação dele, que ocorrerão nos fins dos tempos. Em hebraico, no Velho Testamento, esse "estado" ou "lugar" de vida após a morte é designado "sheol"; em grego, no Novo Testamento, denomina-se "hades" (usado 10 vezes). Ao morrerem, os ímpios vão para lá (Sl 9.17; 31.17; 49.14). Os justos, porém, também vão para lá (Sl 6.5; 16.10; 88.3). O próprio Jesus desceu ao hades (At 2.27,31; v.t. 1Pe 3.18-20), recebendo depois de sua ressurreição e glorificação "as chaves da morte e do hades" (Ap 1.18).

Enquanto certos versículos do Velho Testamento indicam uma existência inconsciente em sheol (veja Sl 6.5; 146.4; Ec 9.5,6,10 — estes últimos expressam o ponto de vista filosófico do homem natural em Eclesiastes), outros indicam plena função das faculdades humanas (veja Is 14.9-11,15-17). Jesus confirmou isso claramente no Novo Testamento quando, falando sobre a "ressurreição dos mortos", ensinou que Deus "não é Deus de mortos, mas de vivos" (Mt 22.31,32; v.t. Lc 20.35-38). Seu ensino registrado no evangelho de Lucas (16.19-31) é mais explícito ainda, mostrando que no hades os homens pensam, conversam, lembram e sentem, e que lá há dois compartimentos distintos e intransponíveis — o paraíso de felicidade para os justos (veja Lc 23.43) e o setor de tormento para os ímpios. Na Bíblia, o conceito "dormir" aplicado à morte, refere-se somente ao corpo (1Co 15.18,20,51; 1Ts 4.13,14,15); não existe o "sono da alma". No Novo Testamento, há certos indícios de que, depois da ressurreição e ascensão de Jesus, o estado de paraíso fundiu-se com a presença de Jesus no céu (Ef 4.8; 2Co 5.8; Fp 1.23; 2Co 12.2-4).

A crteza da ressurreição

A volta de Jesus Cristo na glória assinalará o fim desse estado intermediário e o início da ressurreição dos mortos. No Velho Testamento, Daniel (12.2) resumiu bem o ensinamento bíblico quando escreveu: "E muitos dos que

dormem no pó da terra ressuscitarão, uns para a vida eterna, e outros para vergonha e desprezo eterno". No Novo Testamento, o evangelho de João (8.28,29), citando Jesus, sintetizou: "Não vos admireis disso, porque vem a hora em que todos os que estão nos sepulcros ouvirão a sua voz e sairão: os que tiverem feito o bem, para a ressurreição da vida, e os que tiverem praticado o mal, para a ressurreição do juízo". Testificando perante o procurador romano, Antônio Félix, o apóstolo Paulo falou da sua "esperança em Deus de que há de haver ressurreição tanto dos justos como dos injustos" (At 24.15).

A certeza da ressurreição do corpo do homem, que desde Jó (Jó 19.25-27) e Abraão (Hb 11.17-19) se esperava, baseia-se no fato incontestável da ressurreição corporal de Jesus Cristo. O apóstolo Paulo dedica muitos versículos do capítulo 15 de sua primeira carta aos Coríntios para afirmar esta verdade fundamental, chegando à conclusão de que "se Cristo não foi ressuscitado, logo é vã a nossa pregação, e também é vã a vossa fé. Se Cristo não foi ressuscitado, é vã a vossa fé, e ainda estais nos vossos pecados. Logo, também os que dormiram em Cristo estão perdidos" (1Co15.14,17,18). Declarou o anjo no sepulcro vazio de Jesus: "[...] eu sei que buscais a Jesus que foi crucificado. Não está aqui, porque ressurgiu, como ele disse" (Mt 28.5,6). "Ora, Deus não somente ressuscitou ao Senhor, mas também nos ressuscitará a nós pelo seu poder" (1Co 6.14).

A ressurreição dos justos (os mortos em Cristo)

Baseada na ressurreição de Jesus, a Bíblia afirma explicitamente a ressurreição dos justos que morreram em Cristo. Na realidade, as Escrituras falam de três tipos de ressurreição do justo. Uma é a ressurreição judicial, na qual o justo já foi ressuscitado posicionalmente com Cristo (Rm 6.4,5; Ef 2.5,6; Cl 2.12,13); uma é a ressurreição espiritual, equivalente à regeneração, em que o justo "já passou da morte para a vida" (Jo 5.24), e a terceira é a futura ressurreição corporal. Jesus mesmo afirmou para as multidões em Cafarnaum: "Porquanto esta é a vontade de meu Pai: que todo aquele que vê o Filho e crê nele, tenha a vida eterna; e eu o ressuscitarei no último dia" (Jo 6.40 — a última frase repete-se nos v. 44 e 54). Para sua amiga Marta, Jesus declarou: "Eu sou a ressurreição e a vida; quem crê em mim, ainda que morra, viverá; e todo aquele que vive, e crê em mim, jamais morrerá" (Jo 11.25,26). Aliás, a obra redentora que Jesus providenciou, que incluiu até a restauração e libertação "do cativeiro da

corrupção" da própria natureza, não estará completa até "a redenção do nosso corpo" (Rm 8.19-23).

Todavia, quando e como acontecerá tudo isso? Primeira Tessalonicenses 4.14-17 garante: "Porque, se cremos que Jesus morreu e ressurgiu, assim também aos que dormem, Deus, mediante Jesus, os tornará a trazer juntamente com ele. Dizemo-nos, pois, isto pela palavra do Senhor: que nós, os que ficarmos vivos para a vinda do Senhor, de modo algum precederemos os que já dormem. Porque o Senhor mesmo descerá do céu com grande brado, à voz do arcanjo, ao som da trombeta de Deus, e os que morreram em Cristo ressuscitarão primeiro. Depois nós, os que ficarmos vivos, seremos arrebatados juntamente com eles, nas nuvens, ao encontro do Senhor nos ares, e assim estaremos para sempre com o Senhor". Primeira Coríntios 15.52,53 confirma: "Nem todos dormiremos, mas todos seremos transformados, num momento, num abrir e fechar de olhos, ao som da última trombeta; porque a trombeta soará, e os mortos serão ressuscitados incorruptíveis, e nós seremos transformados. Porque é necessário que isto que é corruptível se revista da incorruptibilidade e que isto que é mortal se revista da imortalidade". Apocalipse 20.4 indica que os que foram martirizados durante a grande tribulação serão ressuscitados no momento da vinda de Cristo à terra.

No entanto, "Como ressuscitam os mortos? e com que qualidade de corpo vêm?" (1Co 15.35), perguntou o apóstolo Paulo. Ele mesmo respondeu, afirmando "que carne e sangue não podem herdar o reino de Deus; nem a corrupção herdar a incorrupção" (1Co 15.50). O corpo ressurreto do justo será: a) semelhante ao corpo glorificado de Cristo (Fp 3.21; 1Jo 3.2); b) não será composto de "carne e sangue" (1Co 15.50); c) será incorruptível, isto é, não sujeito à doença ou à morte (1Co 15.42,53,54; Ap 21.4); d) será glorioso e poderoso (1Co 15.43); e) será espiritual, isto é, para uso do espírito, não da alma, como o é o presente corpo (1Co 15.44); f) será celestial (1Co 15.48,49), "um edifício, uma casa não feita por mãos, eterna, nos céus" (2Co 5.1).

A ressurreição dos ímpios (os mortos sem Cristo).

Apesar de a Bíblia ter bem menos a dizer sobre a natureza de sua ressurreição, os ímpios também reviverão, com corpo transformado, a fim de prestar contas de sua vida na terra. Enquanto alguns textos bíblicos indicam que haverá uma só ressurreição geral e simultânea dos justos e dos ímpios (veja Dn 12.2; Mt 13.49; 25.31-33; Jo 5.28,29; 2Tm 4.1), outros indicam que haverá certa sequência de ressurreições na época conhecida como "o dia do

Senhor”. Primeira Coríntios 15.22-24 indica que “em Cristo todos serão vivificados. Cada um, porém, na sua ordem: Cristo, as primícias, depois os que são de Cristo, na sua vinda. Então virá o fim”. Hebreus 11.35 também ressalta que haverá mais do que um tipo de ressurreição quando fala de uma “melhor ressurreição”. Apocalipse 20.4-6 trata da “primeira ressurreição”, indicando que “os outros mortos não reviveram, até que os mil anos se completassem”. Assim, deduzimos que, enquanto os justos ressuscitarão imediatamente na volta de Cristo, os mortos ímpios não ressuscitarão até a ocasião do seu julgamento perante o grande trono branco de Deus (Ap 20.11,12).

O julgamento dos homens

Sobre um julgamento final de cada homem, a Bíblia não deixa nenhuma dúvida. Hebreus 9.27 assevera: “[...] aos homens está ordenado morrerem uma só vez, vindo depois disso o juízo”. Já no Velho Testamento foi reconhecido que todo o dever do homem é de temer a Deus e guardar os seus mandamentos, porque “Deus há de trazer a juízo toda obra, e até tudo que está encoberto, quer seja bom, quer seja mau” (Ec 12.13,14). Os salmos confirmam que o Senhor vai julgar “o mundo com justiça” e “os povos com equidade” e “com sua fidelidade” (Sl 9.7,8; 96.13; 98.9; v.t. Is 11.3-5; Ap 19.11). Enquanto Hebreus 12.23 ensina que “Deus” é “o juiz de todos”, muitos outro textos bíblicos mostram que o direito do julgamento foi aferido a Jesus Cristo, pois “o Pai a ninguém julga, mas deu ao Filho todo o julgamento” (Jo 5.22). “Ele é o que por Deus foi constituído juiz dos vivos e dos mortos” (At 10.42; v.t. At 17.31; Rm 2.16; 2Tm 4.1).

O julgamento será feito na base das obras de cada um (Jó 34.10-12; Pv 24.12; Jr. 17.10; Mt 16.27; 25.31-46; Rm 2.6; 1Co 3.8; 2Co 5.10; 1Pe 1.17; Ap 2.23; 20.12; 22.12), e segundo os princípios de: a) justiça (Gn 18.25; Jó 34.12; Sl 11.7; Rm2.5); b) verdade (Rm 2.2; Ap 19.1,2); c) equidade — sem acepção de pessoas, sem favoritismo, parcialidade — (Dt 10.17; At 10.34; Rm 2.11; Ef 6.9; 1Pe 1.17). Jesus indicou que haverá até graus de julgamento no juízo final, dependendo dos privilégios tidos e desprezados aqui na terra (veja Mt 10.15; 11.20-24; Lc 10.12-15; 12.47,48).

Os justos perante o tribunal de Cristo

Referindo-se ao justo, o apóstolo Paulo assegurou categoricamente: “Pois todos havemos de comparecer ante o tribunal de Deus. Porque está escrito:

Por minha vida, diz o Senhor, diante de mim se dobrará todo joelho, e toda língua louvará a Deus. Assim, pois, cada um de nós dará conta de si mesmo a Deus" (Rm 14.10-12). Ao mesmo tempo, porém, a Bíblia deixa claro que os pecados do justo já foram julgados em Cristo (Is 53.5,6; Rm 5.8,9; 2Co 5.21; Gl 3.13; Hb 9.26-28; 1Pe 2.24). Ele já "tem a vida eterna e não entra em juízo, mas já passou da morte para a vida" (Jo 5.24). Por que, então, mais um julgamento para o justo? "Porque é necessário que todos nós sejamos manifestos diante do tribunal de Cristo, para que cada um receba o que fez por meio do corpo, segundo o que praticou, o bem ou o mal" (2Co 5.10). Assim o justo terá "confiança" no dia do seu juízo (1Jo 4.17), porque não se tratará do seu destino final, mas, sim, do seu galardão, conforme as suas obras. O julgamento de Cristo trará não somente "à luz as coisas ocultas das trevas, mas também manifestará os desígnios dos corações" (1Co 4.5), porque "a obra de cada um se manifestará; pois aquele dia a demonstrará, porque será revelada no fogo; e o fogo provará qual seja a obra de cada um" (1Co 3.13). O juízo do justo, então, será um julgamento da qualidade de obras que ele tem feito na sua vida terrena após a sua salvação, pois os crentes foram "criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus antes preparou para que andássemos nelas" (Ef 2.10). Será também um julgamento da negligência do crente em aproveitar as oportunidades dadas a ele de fazer o bem (Tg 4.17), de acordo com as capacidades, os dons e os talentos confiados a ele (Mt 25.14-30).

Os impios perante o grande trono branco

Os ímpios também serão julgados, principalmente na base de suas obras, mas em outra ocasião e perante outra corte; a saber, o grande trono branco (Ap 20.11-13). Este julgamento de forma nenhuma tratará da possibilidade da justificação dos ímpios na base de suas obras, mas apenas manifestará a eles o "justo juízo de Deus" (Rm 2.5) em condená-los por causa de suas obras ímpias. Eles darão conta de "toda palavra fútil" proferida, que mostrará seus verdadeiros caracteres, "pois do que há em abundância no coração, disso fala a boca" (Mt 12.34,36). Eles serão julgados por terem sido "desobedientes à verdade e obedientes à iniquidade" e pelo mal que praticaram (Rm 2.8,9). Serão julgados também pelas coisas boas que deixaram de fazer (Mt 25.42-45; Tg 4.17), e porque "não conheceram a Deus" nem "obedeceram ao evangelho de nosso Senhor Jesus" (2Ts 1.8).

Segundo Apocalipse 20.11,12, eles ficarão em pé diante do grande trono branco para serem "julgados pelas coisas que estavam escritas nos livros" Esss livros parecem ser os livros da Bíblia, especialmente os que recordam as palavras proferidas por Jesus Cristo, porque "a palavra que tenho pregado", disse Jesus, "essa o julgará no último dia" (Jo 12.48). Paulo também afirmou que Deus julgará "os segredos dos homens, por Cristo Jesus, segundo o meu evangelho" (Rm 2.16). Eles serão julgados desses livros "cada um segundo as suas obras" (Ap 20.12,13). Além desses "livros", porém, será aberto "outro livro, que é o da vida" (Ap 20.12; v.t. Êx 32.32; Dn 2.1; Lc 10.20; Fp 4.3; Hb 12.23; Ap 3.5). Esse é o "livro da vida do Cordeiro" (Ap 21.27). Os ímpios, cujos nomes não foram inscritos nesse livro da vida do Cordeiro (Ap 13.8; 17.8), serão lançados no "lago ardente de fogo e enxofre, que é a segunda morte" (Ap 20.15; 21.8).

O destino final dos homens — a condenação dos ímpios

Ninguém tem prazer em refletir sobre a punição e o castigo eterno dos ímpios. Talvez este sentimento advenha em parte da nossa compreensão distorcida da santidade e justiça de Deus, especialmente em relação à sua bondade, sua compaixão e seu amor. Para sermos fiéis às Escrituras Sagradas, não podemos negar esta realidade expressa nas suas páginas. Aliás, dos lábios do meigo, amoroso Jesus saíram as mais duras revelações do destino final dos ímpios. Foi Jesus que pintou os tormentos dos ímpios no hades, o estado intermediário (Lc 16.19-31), e, se alguém insistir em que esse texto tem de ser considerado somente como parábola, o argumento sobre o sofrimento do ímpio se reforça ainda mais, e a realidade é ainda mais horrível do que está escrito, pois uma parábola é apenas uma tentativa, mediante palavras e conceitos humanos, de revelar e explicar realidades e verdades espirituais e celestiais. Foi Jesus que disse "[...] assim será no fim do mundo. Mandarão o Filho do homem os seus anjos, e eles ajuntarão do seu reino todos os que servem de tropeço, e os que praticam a iniquidade, e lançá-los-ão na fornalha de fogo; ali haverá choro e ranger de dentes" (Mt 13.40-42, 49-50). Foi Jesus quem ensinou que "se a tua mão te fizer tropeçar, corta-a; melhor é entrares na vida aleijado, do que, tendo duas mãos, ires para o inferno ("géenna", no grego), para o fogo que nunca se apaga [...] onde o seu verme não morre, e o fogo não se apaga" (Mc 9.43,48; v.t. Mt 18.8,9). Foi Jesus quem ensinou

que não precisamos ter medo dos que "matam o corpo e não podem matar a alma" mas que devemos temer aquele (Deus) "que pode fazer perecer no inferno (géenna) tanto a alma como o corpo" (Mt 10.28).

Das doze vezes em que a palavra grega "géenna" (γεενα) ocorre no Novo Testamento (Mt 5.22,29,30; 10.28; 18.9; 23.15,33; Mc 9.43,45,47; Lc 12.5; Tg 3.6), onze vezes ela foi empregada por Jesus. Sua etimologia baseia-se no Vale de Hinom, uma depressão funda e estreita ao lado sul da cidade de Jerusalém, onde os judeus, antes da época do piedoso Rei Josias, sacrificaram em holocausto seus filhos a Moleque (2Rs 23.10; Jr 7.31; 19.2-6). Esse vale depois tomou-se em lixeira, num monturo das coisas pútridas onde o fogo foi mantido aceso continuamente a fim de evitar a entrada de pestilência na cidade. Daí "géenna" tomou o significado do lugar do tormento eterno, sinônimo com "o lago de fogo e enxofre" que é a "segunda morte" (Ap 19.20; 20.10,14,15; 21.8). Esse lugar foi "preparado para o Diabo e seus anjos" (Mt 25.41), alguns dos quais já se encontram em "prisões eternas", "abismos de escuridão", ("tartaroõ" — ταρταροω, em grego), reservados "para o juízo do grande dia" (2Pe 2.4; Jd 6). O ímpio que escolha afiliar-se ao lado do Diabo ouvirá algum dia da boca do Filho do homem: "Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o Diabo e seus anjos [...] E irão estes para o castigo eterno, mas os justos para a vida eterna" (Mt 25.41,46). Assim, "os injustos não herdarão o reino de Deus" (1Co 6.9,10), mas "sofrerão, como castigo, a perdição eterna, banidos da face do Senhor e da glória do seu poder" (2Ts 1.9). Há alguns, classificados como "condicionalistas", que creem que os ímpios sofrerão punição cônscia apenas durante determinado tempo, de acordo com suas obras ímpias e a justiça divina, para depois sofrerem "a perdição (no grego, a palavra é ολεθηρον — oíe9pov —, que significa "destruição eterna" (2Ts 1.9), interpretada por eles como aniquilação, extinção. A posição evangélica "tradicionalista", porém, entende que o castigo, o tormento dos ímpios, será sem fim, quer seja espiritual ou fisicamente, ou ambos, sendo que o corpo ressuscitado é imortal. O argumento mais forte encontra-se em Mateus 25.46, que indica que, se cremos em "vida eterna", temos de crer em "castigo eterno" também, pois o adjetivo "eterno (aionion — αιονιον) é o mesmo para ambos — "vida" e "castigo". Se este adjetivo não declara a infinidade de tempo desta vida e deste castigo, não existem palavras na língua grega que possam expressar este conceito. Sem dúvida, "Horrenda coisa é cair nas mãos do Deus vivo" (Hb 10.31); "pois o nosso Deus é um fogo consumidor" (Hb 12.29).

O destino final dos homens — o galardão dos justos

Enquanto o destino do ímpio é a segunda morte, a eterna separação da vida em Deus (Rm 6.23), o futuro do justo é resplandecente de alegrias, recompensas e bênçãos na eterna presença de Deus e em comunhão com Ele (Pv 11.18; Dn 12.3; Mt 13.41-43). No último capítulo da Bíblia, está registrada a fiel promessa de Jesus: "Eis que cedo venho e está comigo a minha recompensa, para retribuir a cada um segundo a sua obra" (Ap 22.12). Muitos outros textos bíblicos repercutem este mesmo ensinamento sobre as recompensas e os galardões no fim dos tempos segundo as obras dos justos (veja Mt 5.12; 6.1,4,6,18; 10.41,42; 16.27; Lc 6.35; 14.14; Ef 6.8; Cl 3.23,24). O evangelho de Mateus (25.21,23) registra as palavras que serão ditas algum dia: "Muito bem, servo bom e fiel; sobre o pouco foste fiel, sobre muito te colocarei; entra no gozo do teu senhor". No mesmo sermão, Jesus indicou que, quando Ele vier com seus anjos e "se assentará no trono da sua glória", Ele dirá aos justos: "Vinde, benditos de meu Pai, Possuí por herança o reino que vos está preparado desde a fundação do mundo" (Mt 25.34).

Com certeza, o apóstolo Paulo esperava recompensas e retribuições. Em 1Coríntios 3.13-15, ele escreveu que "a obra de cada um se manifestará; pois aquele dia a demonstrará, porque será revelada no fogo; e o fogo provará qual seja a obra de cada um. Se permanecer a obra que alguém sobre ele edificou, esse receberá galardão. Se a obra de alguém se queimar, sofrerá ele prejuízo; mas o tal será salvo, todavia como que pelo fogo". Ele esperava "a coroa da justiça. A qual o Senhor, justo juiz", lhe daria "naquele dia" e "também a todos os que amarem a sua vinda" (2Tm 4.8). Ele também escreveu sobre uma coroa "incorruptível", garantida aos lutadores que vencem (1Co 9.25). Além destas duas coroas, a Bíblia fala da "coroa da vida" para aquele que "suporta a provação", é "aprovado" e ama o Senhor (Tg 1.12), da "imarcescível coroa da glória" dos pastores fiéis (1Pe 5.4), e da "coroa da vida" para aquele que permanece "fiel até a morte" (Ap 2.10). Estas coroas ganhas, porém, não serão objetos de vanglória e orgulho dos justos, pois a visão profética do apóstolo João mostra que os justos lançarão "[...] as suas coroas diante do trono, dizendo: Digno és, Senhor nosso e Deus nosso, de receber a glória e a honra e o poder; porque tu criaste todas as coisas e por tua vontade existiram e foram criadas" (Ap 4.10,11).

Como será o estado final dos justos? Ficaremos apenas flutuando nas nuvens, tocando harpas, conforme alguns conceitos populares? De forma nenhuma, pois o apóstolo Paulo, em 1Coríntios 2.9, citando Isaías 64.4, ensina:

“As coisas que os olhos não viram, nem ouvidos ouviram, nem penetraram o coração do homem, são as que Deus preparou para os que o amam”. Devido às limitações do nosso corpo terrestre, não podemos entender nem experimentar hoje todas as maravilhas relacionadas ao nosso Deus (1Co 13.12). No entanto, com o corpo imortal, glorificado (1Co 15.42-49,53), teremos a profunda alegria de descobrir, desvendar e experimentar para todo o sempre a infinita grandeza e glória do nosso insondável Deus, e viver em harmonia e comunhão com Ele. No novo céu, na nova terra e na nova Jerusalém, Deus “enxugará de seus olhos toda lágrima; e não haverá mais morte, nem haverá mais pranto, nem lamento, nem dor” (Ap 21.4), e “o seu santuário é o Senhor Deus todo-poderoso, e o Cordeiro” (Ap 21.22). “E ali não haverá mais noite, e não necessitarão de luz de lâmpada nem de luz do sol, porque o Senhor Deus os alumiará; e reinarão pelos séculos dos séculos” (Ap 22.5). “Nela estará o trono de Deus e do Cordeiro, e os seus servos o servirão, e verão a sua face; e nas suas frontes estará o seu nome” (Ap 22.3,4). Assim reiteramos os últimos dois versículos da Bíblia: “Amém, vem Senhor Jesus. A graça do Senhor Jesus seja com todos” (Ap 22.20,21).

* Karl Roland Jansen. Missionário canadense no Brasil, por mais de vinte anos. Foi professor, por dez anos, na Faculdade Teológica Batista Anna Wollerman, Dourados, MS. Foi professor, por cinco anos, da Faculdade Teológica Batista de Brasília, DF. Foi, também, diretor do Departamento de Missões Transculturais dessa Faculdade.